

BELÉM - PARÁ - 2021

IV ENCONTRO CIENTÍFICO DO GRUPO PESQUISAS & PUBLICAÇÕES - GPS

HOMENAGEADO DO EVENTO - PROF. MSC. MILTON MATEUS DE SOUSA (IN MEMORIAM)



Organizadores

- Victória Baía Pinto
- Ricardo Figueiredo Pinto



Promoção



Realização

CONSELHO CIENTÍFICO

Carlos Alexandre Felício Brito

Divaldo Martins de Souza

Moisés Simão Santa Rosa de Sousa

Marco José Mendonça de Souza

Eliana da Silva Coêlho Mendonça

Ney Calandrini de Azevedo

Aníbal Neves da Silva

Marcio Venício Cruz de Souza

Biratan dos Santos Palmeira

FICHA CATALOGRÁFICA

Pesquisa em saúde; Victória Baía Pinto, Ricardo Figueiredo Pinto (Organizadores).

Editora Conhecimento & Ciência – Belém – Pará – Brasil Editora Conhecimento & Ciência. Belém – PA, 2021, XXXXp.

ISBN: 978-65-86785-40-1

DOI:

*O conteúdo dos capítulos é de inteira responsabilidade dos autores

Supervisão e Revisão Final: Ricardo Figueiredo Pinto

Diagramação e Design: Victória Baía Pinto

Capa: Victória Baía Pinto

APRESENTAÇÃO

Chegamos ao IV Encontro Científico do Grupo de Pesquisas & Publicações – GPs, em parceria com a editora Conhecimento & Ciência - C&C, e nele estamos lançando mais um e-book interdisciplinar contendo um rico material acadêmico e científico para todos os interessados, especialmente os participantes do IV Encontro.

Este e-book lançado neste evento 100% online conta com a participação, autores e coautores, de acadêmicos de vários cursos de graduação, assim como mestrandos e doutorandos dos cursos de Ciências Jurídicas, Ciências da Educação, Saúde Pública e Administração de Empresas da Faculdade Interamericana de Ciências Sociais-FICS de Assunção no Paraguai, bem como de diversos profissionais oriundos de vários estados brasileiros, de várias universidades brasileiras e de Portugal, os quais são palestrantes no evento.

Estamos lançando este e-book neste primeiro dia do evento, o qual trás quatro eixos temáticos Educação, Saúde Pública, Yôga e Câncer e Atividade Física. Neste e-book contamos com a participação de mais de 40 profissionais e acadêmicos, em vinte e dois capítulos distribuídos em mais de trezentas páginas, e projetos de pesquisa, que trazem suas contribuições a partir de seus projetos e pesquisas em andamento e finalizadas, todos no intuito de contribuir com a sociedade por meio de investigações científicas.

Os integrantes do GPs, instituição promotora, e a editora Conhecimento & Ciência-C&C, instituição realizadora, do referido evento, bem como na produção deste e-book, entendem que estamos no caminho certo à alcançar seus propósitos, metas e objetivos, e neste sentido já estamos empenhados na organização do próximo evento a ser realizado no mês de dezembro de 2021, O V Encontro Científico do Grupo Pesquisas & Publicações, a ser realizado no período de 16 a 19 de dezembro de 2021, no qual será apresentado pelo menos mais dois e-books, sendo um dos membros do GPs e o outro do V Encontro.

Finalmente queremos agradecer a todos os autores e coautores que nos confiaram os resultados dos seus trabalhos em compartilhar com a sociedade em geral, por meio do IV Encontro Científico do GPs e deste livro, com isso convidamos a todos a aproveitarem ao máximo o conteúdo desta obra, bem como a socializar entre seus pares, amigos, colegas profissionais e acadêmicos este e-book.

Os organizadores

SUMÁRIO

AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA 1º E 2º SEGMENTOS	9
Airton Guedes Soares	
Mylene Cunha de Melo Calixto	
Olavo Raimundo de Macêdo Barreto da Rocha Junior	
Ricardo Figueiredo Pinto	
RECURSOS DIGITAIS USADOS NA EDUCAÇÃO	29
Éder do Vale Palheta	
Bruno de Almeida Garcia Palheta	
Marcos Francisco De Oliveira Saraiva	
Cilani de Nazaré Monteiro dos Santos	
CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA NO BRASIL.....	43
Ilderley da Silva Moraes	
Mylene Cunha de Melo Calixto	
Ricardo Figueiredo Pinto	
PILATES SOLO – ADERÊNCIA, METODOLOGIA E RESULTADOS EM PESSOAS POUCO ATIVAS NO PROGRAMA SESC	59
Janaina Santana de Melo	
Gleyce Carmo dos Santos	
LEGISLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS – LEGISLAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO DIREITO PENAL.....	69
Cícero Pereira Batista	
Danyel Furtado Tocantins Alvares	
Ricardo Figueiredo Pinto	
SWASTHYA YÔGA, TÉCNICAS E BENEFÍCIOS PARA A SAÚDE FÍSICA E MENTAL	92
Janaina Santana de Melo	
PERSPECTIVAS SOBRE O PROFISSIONAL DE SAÚDE NO BRASIL E SUA ATUAÇÃO.....	104
Jorge Luís Martins da Costa	
Victória Baía Pinto	
Jefferson Oziel Negrão Carvalho	
Ricardo Figueiredo Pinto	

MENDAE: METODOLOGIA DE ENSINO DA DANÇA/EDUCAÇÃO	123
Lindemberg Monteiro dos Santos	
LIVRO DIDÁTICO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	138
Luciano Barros da Silva	
Ricardo Figueiredo Pinto	
O USO DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL.....	150
Luzimar da Conceição Silva	
Dayse Pinheiro de Oliveira	
Tatiana Ribeiro Coutinho Chagas	
Lauro José Pereira da Silva	
Ricardo Figueiredo Pinto	
ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO TRATAMENTO DO CÂNCER DE MAMA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	169
Maria de Belém Ramos Sozinho	
Maria Inês Vieira de Oliveira Lima	
Ivonete Vieira Pereira Peixoto	
Ricardo Figueiredo Pinto	
QUADRO ATUAL DA EPIDEMIOLOGIA DA DOENÇA DE CHAGAS NO MUNDO, BRASIL, E NO ESTADO DO AMAPÁ.....	184
Nahon de Sá Galeno	
Victória Baía Pinto	
Luiz Claudio Acácio Barbosa	
Ricardo Figueiredo Pinto	
A IMPORTÂNCIA DOS ASPECTOS BÁSICOS DA PSICOMOTRICIDADE NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL – 02 A 12 ANOS	197
Raimundo Hermann Tavares Ampuero	
Ricardo Figueiredo Pinto	
CARACTERIZAÇÃO DO SIGNIFICADO DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO EM SAÚDE	214
Quele Samara Guimaraes Borges	
Ricardo Figueiredo Pinto	
A INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO COMO INTERVENÇÃO NO TRATAMENTO ONCOLÓGICO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	227
Letícia Vívian Teixeira Da Rocha	

EL PROFESOR COMO INVESTIGADOR DE SU PRÁCTICA COTIDIANA.....	236
Rogério Cunha Coelho	
Miciko Assano	
Ricardo Figueiredo Pinto	
A INFLUÊNCIA DA PRÁTICA DA YOGA NA DIMINUIÇÃO DOS NÍVEIS DE ANSIEDADE EM MULHERES SEDENTÁRIAS	245
Rômulo Melo de Castro	
Maria Francisca de Souza Bordalo	
CORRIDA DE RUA: EXPERIÊNCIA ATRAVÉS DO SENTIR-AGIR DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL	263
Fernando Costa Barroso	
Wollace Bruno dos Santos Oliveira	
Roseane Monteiro dos Santos	
A IMPARCIALIDADE NO ENSINO DA DISCIPLINA ENSINO RELIGIOSO.....	271
Tatiana Ribeiro Coutinho Chagas	
Dayse Pinheiro de Oliveira	
Lauro José Pereira da Silva	
Luzimar da Conceição Silva	
INTERFERÊNCIAS ATUAIS NO DESENVOLVIMENTO DO ADOLESCENTE NO MUNDO ATUAL.....	291
Kátia Silene Silva Souza	
Célio Roberto Santos de Souza	
Ricardo Figueiredo Pinto	
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO	300
Lauro José Pereira da Silva	
Dayse Pinheiro de Oliveira	
Luzimar da Conceição Silva	
Tatiana Ribeiro Coutinho Chagas	
ATUAÇÃO EM SAÚDE DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): DESDOBRAMENTOS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO EDUCACIONAL	327
Cileide Tavares Borges Do Couto	
Ricardo Figueiredo Pinto	
IMPACTO DO PERFIL PROFISSIONAL NA QUALIDADE DE VIDA DOS PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO	333
Odelio Joaquim da Costa	

CAPÍTULO 1

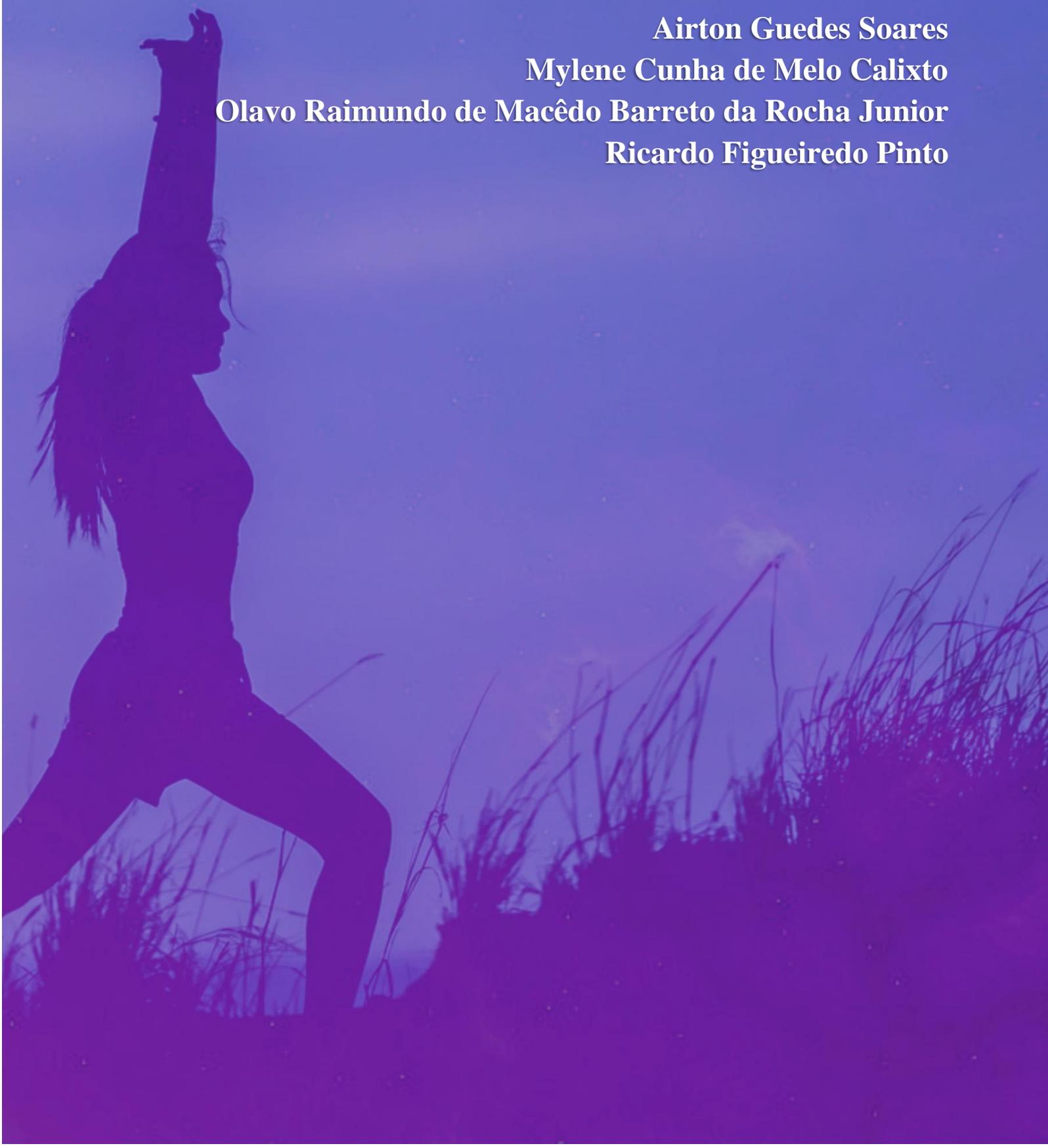
AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA 1º E 2º SEGMENTOS

Airton Guedes Soares

Mylene Cunha de Melo Calixto

Olavo Raimundo de Macêdo Barreto da Rocha Junior

Ricardo Figueiredo Pinto



AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA 1º E 2º SEGMENTOS

Airton Guedes Soares
Mylene Cunha de Melo Calixto
Olavo Raimundo de Macêdo Barreto da Rocha Junior
Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discorrer sobre avaliação em educação física na educação básica 1º e 2º segmentos, através de uma pesquisa de natureza qualitativa bibliográfica, onde foram selecionadas referências que fazem uma reflexão sobre o papel da educação física com intuito formativo e social e a avaliação no processo de ensino-aprendizagem. Com intuito de provocar um novo olhar sobre a avaliação em educação física, trazendo diferentes abordagens pedagógicas na escolha de um método de avaliação. Neste sentido o texto apresenta conceitos sobre abordagem psicomotora, construtivista, desenvolvimentista, crítico-superadora, crítico-emancipatória, sistêmica e da saúde renovada.

Palavra-chave: Avaliação; Educação Física; Abordagens Pedagógicas.

ABSTRACT

This article aims to discuss about the evaluation in physical education in the 1st and 2nd segments of basic education, through qualitative bibliographic research, where references were selected to reflect about the role of physical education with a formative and social purpose and the evaluation in the teaching-learning process. With the purpose of provoking a new look on the evaluation in physical education, bringing different pedagogical approaches in the choice of an evaluation method. In this sense the text presents concepts about psychomotor, constructivist, developmental, critical-superior, critical-emancipatory, systemic, and renewed health approaches.

Key-words: Evaluation; Physical Education; Pedagogical Approaches.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir sobre la evaluación en la educación física en los segmentos 1 y 2 de la educación básica, a través de una investigación cualitativa bibliográfica, donde se seleccionaron referencias para reflexionar sobre el papel de la educación física con un propósito formativo y social y la evaluación en el proceso de enseñanza-aprendizaje. Para provocar una nueva mirada sobre la evaluación en educación física, aportando diferentes enfoques pedagógicos en la elección de un método de evaluación. En este sentido, el texto presenta conceptos sobre los enfoques psicomotores, constructivista, desarrollista, crítico-superior, crítico-emancipador, sistémico y de salud renovada.

Palabras clave: Evaluación; Educación Física; Enfoques pedagógicos.

INTRODUÇÃO

As constantes transformações que ocorrem na vida em sociedade atingem e interferem no âmbito escolar influenciando o sistema educacional. Como consequências essas e muitas outras transformações fazem com que o indivíduo seja abordado de maneira diferente, às práticas pedagógicas dos professores são colocadas em xeque, assim fazendo com que os pensamentos sejam repensados, para instruir o aluno a integração na sociedade e umas das

maneiras a se fazer isso seja no ambiente escolar, com influência da Educação Física (ARAÚJO; SANTOS, 2019).

A avaliação tem papel preponderante para o processo de ensino aprendizagem, porém, é também tema de intensos e controversos debates nas áreas da Educação e Educação Física. Segundo Darido (2016), em geral, quando se fala em avaliação, logo se tem a ideia de atribuição de notas ou de conceitos, ou mesmo se pensa em aprovação ou reprovação escolar. Como primeira aproximação conceitual, pode-se entender a avaliação como um processo que encontra sentido na potencialização de aprendizagens, devendo ser um trabalho colaborativo entre professor, aluno e escola (HOFFMANN, 2018).

Os estudos sobre avaliação são marcados pela construção e utilização de testes e provas seja no ensino público ou privado, o que leva a mais um recente debate sobre os rankings das escolas que utilizam e trabalham com a avaliação tradicional, pois ainda no Brasil a sobrevalorização dos resultados com a utilização de testes como método quase exclusivo de avaliação, acaba limitando o desenvolvimento de outras competências e aprendizagem do aluno, uma tarefa difícil de transpor diante da construção fortalecida de avaliar os alunos através testes e provas com a finalidade de obter um conceito que classifique sua aprendizagem.

Não se quer com esta discussão desvalorizar o uso de provas e testes, pelo contrário sabedora de que bem utilizados e utilizados de forma moderada, os testes melhoram a capacidade dos alunos, trabalhando a consolidação da aprendizagem. Pois, os métodos de avaliação são confirmados por vários estudos que já comprovaram que as atividades avaliativas ocupam uma grande parte do tempo e esforço de alunos e professores, ressaltando que é importante que o sistema de ensino proporcione vários momentos de avaliação, multiplicando suas oportunidades de aprendizagem (DARIDO, 2016).

É interessante destacar que o campo da avaliação apresenta uma série de tendências e preocupações teórico-metodológicas. A exemplo, é possível citar desde a discussão a respeito da falta de conexão entre avaliação e objetivos de aprendizagem em diversas teorias pedagógicas (FREITAS, 2017); perpassando pelo debate referente às técnicas e práticas de avaliação (LIBÂNEO, 2017); até a crítica a um processo bancário de ensino e avaliação (FREIRE, 2017); estendendo-se à “contraposição básica entre uma concepção classificatória de avaliação, que se resume a julgar resultados, e a concepção de avaliação mediadora de ações pedagógicas reflexivas” (HOFFMANN, 2018, p. 17); assim como por uma “arquitetura da avaliação classificatória e crítica” (MATOS; SCHULER, 2019, p. 408). Assim, pode-se constatar a diversidade de enfoques teóricos e perspectivas no estudo da avaliação da aprendizagem no campo da Educação.

Daí que a intervenção do profissional de Educação Física é de importância para a integração do aluno como cidadão perante seus colegas, a ação proposta pelo professor a inserir o meio social aos seus estudantes como a participação dos métodos de ensino.

DESENVOLVIMENTO

O papel da Educação Física com intuito formativo

É inegável que a Educação Física tem um papel fundamental na vida dos alunos durante sua formação, pelo fato de que a prática das atividades resulta em diversas possibilidades para a vida dos alunos como o espírito de equipe e o respeito ao próximo. Além de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos e serem ensinados vários pontos como a parte motora, sensorial e cultural (SANTOS; SIMÕES, 2016).

Decerto que a Educação Física é um componente curricular que contém conhecimentos que se encontram entrelaçados à realidade do aluno para ser uma ferramenta para ver e agir no mundo, como cidadão, o que contribui para aprofundar conceitos básicos que são resgatados como raízes nutridoras da disciplina em questão.

Todavia, Barbosa (2016) faz um alerta ao afirmar que a Educação Física para agir com/sobre o indivíduo, se faz necessário planejamento, cujo entendimento do autor, perpassa por quatro fatores. São eles:

1. pelo fato de ser um ato político que precisa de reflexões antes de sua elaboração, haja vista que consiste em um delineamento das práticas do profissional que o faz;
2. por ter influências e efeitos sociais;
3. por ser feito na escola tem impacto na educação e no processo de formação dos indivíduos e suas tomadas de decisões;
4. porque se constitui como o currículo da disciplina da escola (BARBOSA, 2016).

Resumindo, a Educação Física nos dias atuais é vista como uma disciplina cuja prática pedagógica tem o objetivo de introduzir e integrar o conhecimento sobre a cultura corporal do movimento, com o propósito de potencializar o aluno sobre os diversos conteúdos e seus benefícios, com intuito de se tornar um cidadão crítico, para a melhoria da qualidade de vida na sociedade (BRASIL, 1997).

Sendo assim, sabe-se que o sucesso da prática docente está, diretamente, ligado à postura do professor na sala de aula, a partir do momento que possibilita a liberdade condizente do aluno, para resgatar a sua capacidade de intervir na realidade, buscando novos patamares na zona de autonomia. Dessa forma, o profissional alcança o objetivo desejado e,

concomitantemente, ressignifica sua ação, cumprindo e transformando a realidade através da prática e uma análise crítica (VASCONCELLOS, 2018).

Como parte fundamental no processo de formação humana, o professor precisa trabalhar em cima dos problemas da comunidade escolar, uma vez que é na escola que o aluno começa a se descobrir, a se encontrar, suprir as suas necessidades e problemas, almejando buscar alternativas aos seus ideais, e refletir sobre o seu papel no processo de construção e/ou humanização, para assim, formar pensadores e não repetidores. Neste sentido,

é de fundamental importância a escola, dar abertura para que os alunos desenvolvam suas potencialidades de forma livre, visando o aperfeiçoamento dos indivíduos, que é primordial na escola dar oportunidade para que todos os demais alunos desenvolvam suas potencialidades, de forma democrática e não seletiva, visando seu aprimoramento como seres humanos (VASCONCELOS, 2018, p. 28).

É válido salientar que a Educação Física é de suma importância desde que cumpra o seu papel, pois é uma disciplina que visa o processo de formação e desenvolvimento dos indivíduos. Para os PCNs a Educação Física escolar, tem como tarefa, assegurar o acesso dos alunos as práticas corporais, criar maneiras em que o aluno seja capaz de apreciar criticamente sua fase de crescimento, além de contribuir para uma construção de um estilo saudável de praticá-las (BRASIL, 1998).

Aliado a afirmação acima, cita-se que a Educação Física deve ser voltada a uma visão de um processo socioeducacional permanente, onde os benefícios trazidos possam ser observados futuramente e onde os alunos tenham consciência de corpo e mente saudável através da prática.

Portanto, trata-se de uma disciplina historicamente inserida no processo de escolarização, sendo um componente importante para a formação do indivíduo, que se propõe à construção do homem de modo integral. Logo, não pode ficar à margem de um contexto de mudanças históricas, porque precisa reconstruir-se dentro deste novo modelo de escola. Caso contrário, pode ficar excluída dos meios educacionais, apesar de possuir requisitos insubstituíveis para o debate de sua necessidade, a manutenção do homem e seu corpo (BARBOSA, 2016).

Nessa perspectiva, demonstra-se a importância que tem a disciplina em discussão e o profissional nesse caminho a percorrer. Compreende-se que o professor é o ator principal e o grande aliado do aluno nesse processo de ensino aprendizagem, pelo fato de que nesse período de escolarização o aluno terá acesso a vários fatores que vão contribuir na sua formação como: conteúdos de fácil acesso, linguagem, a cultura vivenciada pelos alunos, onde pode ser utilizada

como ferramentas para fortalecer sua prática, tornando aulas prazerosas, na qual o aluno seja atraído a participar (DARIDO, 2016).

Diante disso, para o autor citado acima, a Educação Física como prática pedagógica, tem como objetivo inserir o aluno na cultura corporal do movimento, abrindo caminhos para o conhecimento sobre o movimento, contemplando as três dimensões: conceitual, procedimental e atitudinal, com objetivo de formar um sujeito autônomo. Desse modo, reitera-se que o professor deve ser um grande aliado desse conhecimento, possibilitando uma prática metodológica com grande responsabilidade e criatividade, para a formação do indivíduo, apesar de encontrar vários empecilhos na realidade escolar.

Avaliação do processo ensino-aprendizagem

Antes de adentrar no debate deste item, ressalta-se sobre os aspectos legais da Educação Física (EF), a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (9394/96), cuja disciplina passou a ser considerada componente curricular como qualquer outro conteúdo. A referida legislação, em seu art. 26 e parágrafo 3º, apresenta a seguinte redação: “a EF, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da comunidade escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos” (BRASIL, 1996). Assim, aduz-se que os alunos do Ensino Médio, após onze anos de escolarização, devem possuir uma gama sólida de conhecimentos no que tange os conteúdos incorporados pela EF dentro da cultura corporal de movimento (BRASIL, 1998).

Nesse sentido, a existência de uma vinculação dos objetivos do Ensino Médio com as competências da EF apresenta-se como opção para garantir o ensino de qualidade, vinculada ao processo avaliativo (DARIDO, 2016).

Hodiernamente, Tyler (1949) é considerado o pai da avaliação educacional e já afirmava que a avaliação é, assim, o processo de determinação da extensão com que os objetivos educacionais se realizam, logo, é supervalorizada nos espaços escolares.

E diante desta crescente valorização a avaliação da aprendizagem vem gerando nas últimas décadas, mudanças nas práticas avaliativas por professores, técnicos e o próprio processo de ensino, obrigando a estes profissionais uma maior reflexão para que procurem compreender os aspectos que envolvem tal processo, os instrumentos avaliativos, métodos utilizados em sala de aula, como forma de proporcionar investigações e intervenções mais eficientes na identificação do aprendizado do aluno.

Assim, para Luckesi (2016, p. 78), “é preciso olhar e analisar todo o contexto, e não simplesmente registrar seu sucesso ou fracasso escolar.” Os professores em sala de aula são os profissionais mais indicados para realizarem este processo avaliativo, são eles que justamente devem ter uma maior reflexão sobre os métodos e instrumentos utilizados em sala, uma avaliação formal ou informal para identificar o aprendizado do aluno e sinalizar para as melhorias no processo avaliativo.

Com isto o professor poderá consolidar a sala de aula como espaço para identificação do aprendizado e das habilidades humanas, analisando as multiplicidades de situações em que a inteligência se manifesta.

No entanto, um ponto que merece destaque esse quadro, é que se tenta explicar o fracasso escolar como um problema exclusivamente do aluno, pelas dificuldades que apresenta dentro do contexto educacional. É arrolada como fatores do insucesso do aluno a escolar, a família, a influência do meio social, cultural e o patrimônio genético do indivíduo. E dentro desta análise deve-se considerar os aspectos relacionados à organização e o funcionamento das práticas avaliativas escolares, dentro de sala de aula e até mesmo dentro da própria instituição (LUCKESI, 2016).

Neste contexto de instituição, o fato de existir uma nota ou conceito para a promoção dos alunos, já é um indicativo de que a avaliação ainda é conduzida de forma tradicional e conservadora, uma padronização exigida pelas escolas, em que os alunos precisam se enquadrar.

Esta classificação do aluno com notas mínimas ou máximas é a clara intenção de padronização realizada pela escola, uma classificação geral visto ser esperado de todos os alunos, pois quem não se enquadra dentro deste padrão começa um caminhar excludente dentro da própria instituição de ensino.

É neste contexto que Luckesi (2016) e Perrenoud (2015), já assinalavam a presença de duas práticas no emprego da avaliação: avaliação a serviço da seleção e avaliação a serviço da aprendizagem. À serviço da seleção os autores afirmam que está diretamente associada à classificação, consolidando uma hierarquia de excelência, enquanto que, a avaliação a serviço da aprendizagem permite subsidiar as intervenções pedagógicas, seguindo as necessidades apresentadas pelo aluno.

Ademais, é neste quadro que se encontra a Educação Física, porque tem um papel de suma importância na formação dos alunos, devidos as situações que acontecem na aula, mas se o professor não tiver autonomia e atitudes que possam trabalhar essas características a disciplina passa a perder o seu significado.

Por isso que a educação Física como um todo possui importância para o desenvolvimento do aluno, tanto em práticas desportivas, quanto em formar o cidadão, com um bom trabalho desde os anos iniciais até o ensino médio, isso facilita o desenvolvimento da identidade de cada um, com um modelo social igual, mas com pensamentos diferentes (DARIDO, 2016).

Barbosa (2016) cita que as aulas de Educação Física através de seus conteúdos específicos tendem a trabalhar questões que possam ser vivenciadas, como trabalho em grupo, solidariedade a resolução de problemas, estão preparando o estudante a um exercício real de cidadania.

Moreira e Sanches (2017) diante do exposto, se posicionam afirmando que dentre os elementos que definem o processo de ensino e de aprendizagem, a avaliação na disciplina em foco permite identificar estratégias, avanços e dificuldades, além de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem do aluno e monitorar sua prática como docente definida como investigação didática. Assim sendo, a forma de conceber a avaliação permite elaborar hipóteses sobre a eficácia da ação docente, se promove ou não a construção do conhecimento.

Visto o conhecimento como fonte de riqueza continuamente renovada, Pozo (2016), diz que as ações avaliativas na Educação Física são imprescindíveis nos dias atuais, uma vez que se espere o máximo da prática do professor, bem como oportunizar a aprendizagem do aluno, a fim de evitar o desperdício do seu potencial.

Entretanto, no pensamento de Luckesi (2016) não se trata de discutir o tipo de avaliação que deve ou não ser feita. Trata-se, sim, de identificar quais as formas apresentadas para desenvolver suas atividades bem como as reais condições de trabalho dos professores e como aplicar as medidas de avaliação que possam efetivamente ser realizadas com qualidade.

A Educação Física e as abordagens pedagógicas na escolha do método de avaliação

Devido às especificidades que fazem parte da Educação Física, das divergências na prática pedagógica dos professores e dos métodos que devem ser utilizados, se faz necessário buscar novas formas metodológicas de avaliação para a inserção destas no projeto pedagógico da escola voltadas a realidade educacional.

Mediante ao pressuposto, pontua-se que após anos de estudos, em meados de 1980, foram criados e adotados novos mecanismos avaliativos para melhorar a prática e a didática, por meio das abordagens de ensino da Educação Física, que tem como principal vertente aprender a fazer. Sendo assim, as abordagens pedagógicas, podem contribuir na prática

avaliativa do professor, com experimento de romper o modelo tradicional. São as seguintes: psicomotora; desenvolvimentista; construtivista; crítico-superadora; crítico emancipatória; saúde renovada, entre outras (DARIDO, 2016), que serão apresentadas a seguir:

Abordagem Psicomotora

Essa abordagem deve ser aplicada na fase primária escolar, visto que proporciona a criança ter consciência do seu próprio corpo, organização espacial, temporal, lateralidade, e alcance da coordenação motora e desenvolvimento da cognição (ROSSI, 2016). Nessa proporção a Educação Física incentiva o desenvolvimento dos processos motores, sócios afetivos e cognitivos, certificando sua formação enquanto cidadãos.

De acordo com Le Boulch (2016), a educação psicomotora, propõe através dos movimentos espontâneos, contribuir com a imagem do corpo. Visto que, a psicomotricidade é uma técnica na qual favorece o desenvolvimento por meio dos exercícios psicomotores que são vistos como meio de atingir a inserção do sujeito no meio físico e social.

Vale ressaltar que o esquema corporal é visto como um aspecto psicomotor de extrema relevância, quando se refere ao período de formação da criança. O brincar na psicomotricidade é de grande relevância, pois cria uma situação imaginária, abre diversas possibilidades de aprendizagem, através do interesse e reconhecimento da existência do mundo exterior, contribuindo para a formação de esquema corporal (VYGOTSKY, 2014).

Outro aspecto relevante diz respeito a ludicidade, pois nessa faixa etária é imprescindível para o desenvolvimento da criança, é representativo e o profissional de Educação Física deve aderir, visto que a motricidade possibilita a criança se adaptar ao meio, através das atividades menos individualistas e de maior utilidade.

Sendo assim, a psicomotricidade nas aulas de Educação Física, desenvolve possibilidades na criança de forma prazerosa e lúdica. Logo, cabe ao professor de Educação Física ter como metas avaliativas o despertar do interesse dos alunos pela atividade física, o interesse nas atividades lúdicas, nas brincadeiras onde elas pulam, correm, dançam, jogam, ao realizar essas atividades em geral.

Abordagem Construtivista

Nesta abordagem o motor é a valorização dos aspectos psicológicos, afetivos e cognitivos do desenvolvimento do movimento humano. Diante disso, essa abordagem constitui-

se na interação entre o sujeito e o meio, respeitando o domínio cultural, verificando as diversas atividades, aumentando o grau de dificuldade e desafios, tendo como maior prioridade os jogos no processo ensino-aprendizagem.

Dessa forma, é necessário resgatar a cultura de jogos e brincadeiras, valorizando a cultura dos alunos para o processo de ensino-aprendizagem. Além de abordar as brincadeiras de rua, jogos com regras, rodas cantadas e entre outros. Possui como grande vantagem à integração como uma proposta pedagógica que abrange nos primeiros anos de educação formal (DARIDO, 2016).

Diante desses pressupostos, cabe ao profissional de Educação Física, buscar além dos conhecimentos sobre as regras e tipos de jogos, se aprofundar no processo de atividades que desenvolvem atitudes nas crianças, ao valorizar a cultura local em suas didáticas pedagógicas, deve ser levado em consideração os valores obtidos.

Abordagem Desenvolvimentista

Esta abordagem valoriza e concebe a educação como uma construção entre o sujeito, com mediação da família, escola e educador, se preocupa com o desenvolvimento das habilidades motoras básicas, entre elas a locomotoras, de manipulação e estabilização. Segundo Darido (2016), a habilidade motora é um visto como um dos conceitos mais importantes dentro da abordagem desenvolvimentista, pois é através dela que indivíduos se adaptam aos problemas do cotidiano, resolvendo problemas motores.

Aborda ainda que o movimento é o principal meio e fim da Educação Física, tendo como metas oferecer experiências ao nível de crescimento e desenvolvimento do aluno, viabilizando a aprendizagem de movimentos e habilidades motoras em diversas etapas, por possuir um conceito de saúde indireto, além de preocupar-se com a aprendizagem das habilidades motoras, é através delas que indivíduo se adapta aos problemas existentes no cotidiano.

Abordagem Crítico-Superadora

Está atrelada a conscientização de pessoas frente à injustiça decorrentes da divisão de classes sociais. Nessa perspectiva, propõe um trabalho de elaboração de Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola tendo como finalidade a realidade da educação atual. Além disso, essa abordagem visa obter uma reflexão pedagógica, como forma de representação do mundo

em que o homem produz ao decorrer dos anos manifestados pela expressão e cultura corporal como propósito de estudo na Educação Física (DAOLIO, 2017).

Abordagem Crítico-Emancipatória

Pretende o resgate da linguagem do movimento, como forma de expressão do mundo social, articulando-se a prática de esporte voltada a transformação didático pedagógico, de maneira que colabore com a reflexão crítica e emancipatória das crianças e jovens. Tendo em vista, que os esportes nas aulas de Educação Física, mudaram de sentido, em vez do desenvolvimento de técnicas e habilidades, deverão ser inseridos como conteúdos sobre o caráter teórico e prático, viabilizando aos alunos melhor organização do esporte, de acordo com jogos e movimentos que possibilitem as interações solidárias e sociais. Sendo assim, orienta-se um ensino que se explica na prática comunicativa, que possibilita a interação e a linguagem, sobre o saber- pensar e o saber-sentir (DARIDO, 2016).

Abordagem Sistêmica

Esta proposta busca inserir o aluno dentro da cultura do movimento, por meio dos conteúdos oferecidos na escola visando novas experiências. Nessa perspectiva, tem como finalidade nortear o professor de Educação Física a trabalhar com diversidade de conteúdo, onde não haja exclusão do aluno em nenhuma atividade nas aulas. Esta abordagem visa o acesso em todas as aulas, observando a diversidade nas aulas de Educação Física no ambiente escolar, possibilitando atividades diferenciadas, onde não privilegia apenas um tipo, como: futebol, basquete e dentre outras. Pretende-se que a Educação Física na escola, garanta a diversidade de princípios e vivências nas atividades esportivas, sendo a dança, e atividades da ginástica. Vale ressaltar, que a importância da aprendizagem está vinculada ao uso de conteúdos diversos ao tempo livre de lazer, oportunizando o alcance da cidadania (DARIDO, 2016).

Abordagem da Saúde Renovada

Nessa abordagem, as práticas corporais e desportivas, não se dão a importância a elementos como histórico cultural, âmbito social, aprendizagem através de jogo, mas sim objetiva-se na promoção de saúde através dela. Dessa maneira, essa proposta vem estimular os indivíduos a conscientização da vida fisicamente ativa e de se manter com uma vida saudável,

ao passar do tempo sempre manter uma alimentação balanceada e praticar atividades físicas diariamente. Além de ter como objetivo principal, a aptidão voltada à saúde, como ferramenta principal conscientizar a mudar de atitudes.

Esse programa dentro da Educação Física escolar tem como prioridade consistir nas modalidades esportivas e jogos, além disso, também é sugerida a redefinição do papel dos programas através dessa disciplina servindo de base de indicação para um bom estilo de vida, através do meio de promoção de saúde. Portanto é visto que a prática dessas atividades físicas deve ser praticada e vivenciada desde infância, elas ajudam na atribuição de hábitos saudáveis, além de promover uma boa qualidade de vida e estilo de vida fisicamente ativo para o indivíduo (GUEDES; GUEDES, 2016).

A Educação Física como transformação social

Atualmente são grandes os avanços que vem ocorrendo dentro das diversas áreas de conhecimentos, nos quais mostram a necessidade de inovações. É urgente e necessário se utilizar as mais diversas ferramentas e instrumentos de inovação com sabedoria, para vencer os grandes desafios que a modernidade impõe.

Dessa forma, é de suma importância desenvolver conteúdos nas aulas de Educação Física, por meio de práticas que oportunizem o saber. O que torna fundamental a contribuição do professor de Educação Física para a transformação social do indivíduo, fazendo com que os alunos se tornem sujeitos participativos efetivamente da transformação da sociedade (MENEZES, 2021).

Reitera-se que o professor deve oferecer conteúdo condizentes com a realidade do aluno, extrapolando os muros da escola. Também é necessário que estejam preparados diante do saber sistematizado e de outros conhecimentos. Pois utilizar práticas que os motivem a participarem, instiga-os à descoberta.

E dentre a maioria dos conhecimentos adquiridos pelos educandos, muitos são advindos do ambiente escolar, no que é percebido quando são colocados em prática em suas realidades, resultando em melhorias para o bem estar social. É o que a pesquisa de Menezes (2021) obteve por meio dos relatos de professores e pais diante da modificação de hábitos, após a iniciação da prática de um determinado conteúdo, esportes, danças, jogo, lutas e dentre outras modalidades, que possibilitaram essa experiência.

Com base no que foi exposto, pontua-se que o professor deve trabalhar conteúdos que não limitem a reflexão dos alunos, mas sim, abrir caminhos para se ter formas de utilizar e

aproveitá-los fora da escola, uma vez que o objetivo principal do ensino é desenvolver o caráter moral da pessoa. Portanto, uma das funções dos profissionais de Educação Física, é trabalhar os conhecimentos e informações sobre valores como o respeito, a ética, o domínio de expressão, a tolerância e dentre outros (FREIRE, 2014).

Assim, depreende-se que a Educação Física como instrumento de transformação social é uma grande aliada para a construção coletiva do conhecimento, à medida que expõe de forma ordenada os conteúdos do ensino aprendizagem. Além disso, é uma disciplina que atrai no caminho novas descobertas, novas estratégias de apropriação do conhecimento e do pleno desenvolvimento corporal, para chamar a atenção dos alunos, para que tenham consciência da importância da Educação Física para a comunidade (DARIDO, 2016).

Nesse preâmbulo, a Educação Física é vista como uma ação educativa, que tem como proposta o desenvolvimento coletivo e individual e tem como objetivo a formação de personalidade do educando, através da prática da atividade física, relacionando o corpo e movimento (GONÇALVES, 2014).

Outro objetivo da Educação Física já exposto anteriormente, é o seu papel social, cuja contribuição perpassa no reconhecimento corporal dos alunos, diante de práticas corporais. Mas para que essa transformação social ocorra, precisa-se de formação inicial e continuada de professores para minimizar os problemas de ordem social que porventura vão aparecer; a capacitação em serviço também é importante, haja vista que um dos objetivos da educação é o comprometimento e a transformação da sociedade (BETTI, 2014)

Durante esse processo de transformação, depara-se com uma realidade injusta, na qual os alunos são vítimas do sistema, por isso é necessário que na escola haja sempre profissionais bem preparados. No contexto escolar, é função do professor criar situações e condições para que o aluno possa aprender, pois o atual modelo de ensino é relacionado à aprendizagem pela resolução de problemas, que pressupõe intervenção pedagógica da própria natureza (WEISZ, 2016, p.34).

Sabe-se que é no ambiente escolar que os indivíduos se encontram para pronunciar sua leitura de mundo, e entender que são sujeitos feitos para a aprendizagem, que possuem o poder de desenvolver, a liberdade e autonomia. E isto só ser feito com a articulação do professor através da realização de novas estratégias e novas ideias para o aperfeiçoamento de toda comunidade escolar, a fim de ocorrer a autonomia, a inquietação para o movimento de ideias que possam contribuir na transformação social (FREIRE, 2014).

Dessa forma, é necessário desenvolver habilidades em todos os alunos, de forma igualitária, capacitando e desenvolvendo condições satisfatórias, atribuindo uma transparência

na visão de mundo construída com a própria opinião, sem deixar influenciar pelas outras opiniões, com papel de compromisso pela sociedade, confirmando sua legitimidade e sustentação de opinião, sempre pautada na construção do seu aprendizado. Diante disso, no processo pedagógico fontes de investigações e pesquisa na Educação Física, poderá ampliar conjuntos de conhecimentos, pois não se esgotam nas práticas e metodologias.

Nesse sentido, a Educação Física deve refletir suas práticas avaliativas em suas manifestações corporais. Para tanto, é necessário priorizar uma prática pedagógica, onde haja o conhecimento sistematizado, na qual reelabore ideias e as atividades para fácil compreensão do aluno. Por isso é necessária uma Educação Física que faça parte do processo de aprendizagem do aluno, buscando a cada dia a formação integral do aluno no ambiente escolar (GRESPLAN, 2016).

Além de contribuir com o resgate do valor da disciplina, também deve reconhecer a dimensão corporal através das experiências próprias, acolhidas através da interação social. Há uma necessidade importante das escolas manterem um ensino de qualidade, além de atender os problemas impostos pela sociedade. Assim, “é necessário refletir como a escola se organiza perante a sociedade, uma vez é válido ressaltar que o objetivo imediato da escola é a preparação das crianças e jovens e a participação ativa na vida social” (LIBÂNEO, 2017, p.33).

A Educação, atualmente consiste no direito de instrumentos de transformação social e coletiva, onde a cada dia busca-se a superação de desigualdades sociais. Para que esse cenário mude, a escola precisa conhecer vários aspectos sobre o aluno, suas necessidades, o meio social que ele está inserido, seus conhecimentos, onde será necessário na elaboração do trabalho pedagógico. Pode-se dizer que uma maneira de relacionar a aprendizagem e experiência na Educação Física, é definir espaços, tempos e regras, na qual permita ao aluno significados para eles (KUNZ, 2016).

Diante disso cabe ao professor diversificar suas aulas, a partir disso os alunos terão clareza na importância da Educação Física na escola, além de compreender de forma mais ampla as diversidades que se estabelecem, como: relações sociais, econômicas, políticas e culturais. O resultado do aprendizado, em grande parte depende da maneira como o professor planeja suas aulas, dos objetivos determinados e dos métodos de ensinamentos utilizados, na qual competem no ensino do aluno e o futuro da sociedade.

Sendo assim, a Educação Física tem um papel significativo para o auxílio dessas mudanças, as tarefas dadas ao professor são de extrema importância, sendo referência de modelo para a conduta dos alunos. São diversas atribuições dadas ao papel do professor, o

planejador, transmissor de conhecimentos, modelo de comportamento, executa rotinas e resolve problemas (DARIDO; RANGEL, 2015, p.42).

Infelizmente, a Educação Física ainda é vista no ambiente escolar, como uma disciplina que proporciona o momento lúdico ao aluno, ou lazer, esse cenário é preocupante, pois o aluno gosta da disciplina não pelo conhecimento que ela proporciona, mas é entendida somente por seu caráter lúdico. Diante disso o aluno deve se apropriar dos conhecimentos que expliquem sobre a importância da disciplina na escola, ressaltando que não é somente atividade física por si só, mas a atribuição de vivências corporais e diversidades culturais, étnicas e físicas, como também as relações escolares e vida social (DARIDO; RANGEL, 2015, p.39).

Daí que a falta de comprometimento por parte do professor faz com que as aulas se tornem desmotivadoras e pouco significativas para a formação dos alunos, dessa forma irá ser questionada, quanto a sua importância na escola. Diante do que foi visto é papel do professor tentar mudar o cenário através de planejamentos com objetivos que almejem propostas educativas adequadas para atender a característica de cada aluno, fazendo com que os mesmos percebam o significado da prática pedagógica do professor e que, diante dessas indagações o professor deve estar ciente da situação e o poder de atuação, visando à transformação social, e de sua participação fundamental para formações de valores e caráter dos alunos. Vale ressaltar que é fundamental para a organização do currículo, que o aluno debata os conhecimentos sobre senso comum e científico, a fim de ampliar seus conhecimentos (DARIDO, 2016, p.44).

Dentro de diversos conteúdos tem-se o Esporte como um grande aliado na capacidade de integrar os indivíduos de diferentes classes na comunidade, com objetivo de transformar vidas e diminuir as diferenças e o preconceito. Comenta-se que o esporte é visto como um grande componente cultural, com grande abrangência e dependência, na qual permite a paz, alegria e a união, além de promover educação, lazer e ser um grande aliado na cultura mundial (FERREIRA et al., 2016).

Diante disso, a prática esportiva em si, possibilita aos educandos uma melhor autoestima, responsabilidade, sentir-se integrado socialmente. Portanto, a transformação através da educação e esporte, se atribui a uma ação, na qual permite ao indivíduo a amenização das dificuldades diárias, proporcionando momentos de lazer, alegria e descontração. Portanto observa-se que os conteúdos que são trabalhados na Educação Física, contribuem de forma significativa para a formação social. O profissional de Educação Física possui uma função especial dos demais profissionais da Educação, possui uma tarefa que exige muito empenho e dedicação.

Assim, com o desenvolvimento das habilidades específicas, com objetivo de interação no meio físico e social, a Educação Física vem a somar, junto com outras disciplinas, na qual oportuniza o aluno a se expressar, no momento das práticas, através da socialização e interação que a disciplina promove. É necessário um profissional apto a ministrar e exercer a função, que seja graduado, além de se familiarizar com a comunidade escolar (SANTOS et al., 2015).

Um novo olhar sobre a avaliação em Educação Física

A escola ao assumir um novo olhar no processo de avaliação, significa analisar, discutir e propor novos encaminhamentos para as práticas avaliativas de Educação Física em um processo compartilhado/coletivo entre professor e aluno (SCHÜHLI, 2018).

De acordo com a autora acima, uma nova conjuntura está se vivendo com constantes transformações, quer seja no plano das ciências, da política, da tecnologia como na educação. Nesse panorama de transitoriedade a escola é sempre questionada sobre sua função. Dependendo da opção que se faz, assim é o tipo de organização do trabalho educacional dentro de cada escola e conseqüentemente também o tipo de prática pedagógica utilizada/desenvolvida/aplicada.

Neste diapasão, entende-se que todo estudante tem potencial de aprender, porém, o que difere são os percursos de aprendizagens, ou seja, suas histórias de vida e as diversidades socioculturais encontradas no interior das escolas. Diante de tal afirmação, faz-se necessário repensar as práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar.

Para tal intento, se faz necessário transformar os espaços de sala de aula em ambientes onde professores e alunos possam interagir em um processo dinâmico de produção, construção e reconstrução de conhecimentos, cujos aspectos são essenciais para uma avaliação transformadora. Para isso, reitera-se que o educador deve conhecer seus alunos, saber a sua trajetória de vida, aceitar suas diferenças, entender como ele aprende e assim diversificar a maneira de ensinar e conseqüentemente também de avaliar, para que realmente a aprendizagem ocorra de forma significativa (SANTOS; MAXIMIANO, 2016).

No pensamento de Silva (2016, p. 16) “desenvolver uma nova postura avaliativa requer desconstruir e reconstruir a concepção e a prática da avaliação e romper com a cultura da memorização, classificação, seleção e exclusão tão presente no sistema de ensino.”

No entanto, os problemas relacionados ao processo avaliativo trazem à tona inúmeras questões que hoje a disciplina de Educação Física vem enfrentando enquanto área de conhecimento e também enquanto disciplina pertencente ao componente curricular da educação.

Percebe-se então que ao longo da história, as práticas avaliativas foram sendo adaptadas às necessidades e particularidades de cada sistema de ensino. Talvez seja esse um dos motivos pelos quais os professores têm buscado maneiras e parâmetros de avaliação que amenizem o caráter repressivo do processo avaliativo.

E que a exigência que a sociedade coloca hoje à escola e aos professores, cujas atribuições estão inseridas a responsabilidade de preparar crianças e jovens para viverem em plena revolução digital, sem se saber ainda muito bem o que isso significa em termos de competências a trabalhar com os alunos, obriga a que as escolas, e em particular os professores de educação física, reinventem a sala de aula e a forma como levam os alunos a construírem as suas aprendizagens.

De acordo com Vieira (2019) a aprendizagem é um processo que não basta colocar o aluno na escola para que ele aprenda. Torna-se necessário não só rentabilizar o tempo que ele passa na escola, mas também o enorme investimento feito pela sociedade. Para que isso aconteça é necessário de um professor que:

- contrarie o paradoxo das salas de aula onde o professor trabalha mais que os alunos;
- envolva os alunos levando-os a serem agentes ativos na construção das suas aprendizagens;
- use o erro para melhorar as aprendizagens dos alunos e não para os penalizar;
- valorize o trabalho do aluno e aquilo que ele faz melhor para lhe dar as ferramentas que lhe vão permitir ultrapassar as suas dificuldades.

Em face ao exposto, entende-se que os fatores mencionados acima, fazem jus a uma motivação positiva, porque envolve o aluno na aprendizagem e ajudam os alunos a sentirem-se envolvidos e motivados na construção da sua aprendizagem. Quando os professores usam estratégias que diminuem o stress e constroem um ambiente emocionalmente positivo, os alunos ganham uma resiliência emocional e aprendem de forma mais eficaz e com níveis de cognição mais elevados. Isto porque o poder da avaliação que se realiza na sala de aula advém de ela se centrar no ensino e na aprendizagem e na enorme possibilidade de alterar ambos (VIEIRA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, pode-se observar diante das reflexões na literatura científica que o professor deve possibilitar uma prática metodológica com responsabilidade e criatividade, para a formação do indivíduo, apesar dos empecilhos na realidade escolar.

Destaca-se que esse estudo teve por objetivo discutir sobre avaliação em educação física na educação básica 1º e 2º segmentos, no entanto percebeu-se problemas relacionados ao processo avaliativo trazendo à tona inúmeras questões que hoje a disciplina de Educação Física vem enfrentando enquanto área de conhecimento, diante disso exige-se que o professor esteja sempre em um processo de formação, preparado para a elaboração de atividades adaptadas, visto que se defende uma Educação Física que vise meios de atender as necessidades e fragilidades que a sociedade apresenta. Um ensino na qual esteja preocupado com a formação dos educandos, para que ao final da formação destes sejam cientes dos desafios e possibilidades, para o exercício de papel de cidadão, através dos aprendizados e suas vivências nas aulas de Educação Física.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Larissa Cardoso; SANTOS, Victor Carneiro dos. A importância da Educação Física Escolar na formação Social dos Alunos da Educação Infantil. 2019. Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro: Boletim. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd147/educacao-fisica-na-formacao-moral-do-aluno.htm>. Acessado em: 05 set. 2021.
- BARBOSA, Cláudio L. de Alvarenga. Educação Física Escolar: da alienação à libertação. 4.ed. Petrópolis, SP: Vozes, 2016.
- BETTI, M. Educação Física e sociedade. São Paulo: Movimento, 2014.
- BRASIL. Presidência da República. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial, Brasília, 23 dez. 1996.
- BRASIL, Secretária da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC; 1998
- DAOLIO, J. Da cultura do corpo. 11. ed. Campinas: Papirus, 2017.
- DARIDO, S. C.; RANGEL. I. C.. A Educação física na escola. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
- DARIDO, A. C. Os conteúdos da Educação Física escolar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
- FERREIRA, H. S. et al. Avaliação em educação física escolar: um estudo com professores da disciplina na cidade de Fortaleza. Revista Digital: Buenos Aires, Buenos Aires, p.01-10, jun. 2016. Disponível em: <https://www.efdeportes.com>. Acesso em 08 set. 2021.

- FREIRE, João Batista. Educação de Corpo Inteiro – Teoria e Prática da Educação Física. São Paulo: Scipione, 2014, 224p.
- FREITAS, L. C. et al. Avaliação educacional: caminhando pela contramão. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- GONÇALVES, Maria Augusta Salin. Sentir, pensar e agir: corporeidade e educação. Campinas, SP: Papirus, 2014.
- GRESPLAN, M. R. Educação Física no ensino fundamental. Campinas: Papirus, 2016.
- GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. Exercício físico na promoção da saúde. Londrina: Midiograf, 2016.
- HOFFMANN, J. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola a universidade. Porto Alegre: Mediação, 2018.
- KUNZ, E. Educação Física: ensino e mudanças, Coleção Educação Física, 2.ed. Ijuí: Unijuí Ed. 2016. 208 p.
- LE BOUCH, J. Psicocinética. Porto Alegre: Artes Médicas, 2016.
- LIBÂNEO, José Carlos. Avaliação em educação. 13 Ed. São Paulo: Cortez, 2017.
- LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2016.
- MATOS, S. R. da L.; SCHULER, B. Discursos da avaliação escolar na contemporaneidade. Revista Exitus, Santarém/PA, Vol. 9, N° 1, p. 397 - 425, JAN/MAR 2019.
- MENEZES, M. N. G. As contribuições da educação física escolar na formação do indivíduo. (Monografia). Centro Universitário AGES. Paripiranga 2021, 70f.
- MOREIRA, A. L. O. R.; SANCHES, D. G. R. Critérios de avaliação para o processo avaliativo escolar, 2017. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br>. Acesso em 13 set. 2021.
- PERRENOUD, Philippe. Pedagogia diferenciada: das intenções à ação. 1 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2015. 183 p.
- POZO, Juan Ignacio. A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento. In: SALGADO, Maria U. C. Tecnologias da educação: ensinando e aprendendo com as TIC. Brasília: MEC/SEED, 2016.
- ROSSI, Francieli Santos. Considerações sobre a psicomotricidade na educação infantil. Vozes dos Vales, Diamantina, n. 1, p. 1-18, 2016. Disponível em: <https://ufvjm.edu.br> Acesso em: 10 set. 2016.
- SANTOS, W. et al. Avaliação na educação física Escolar: reconhecendo a especificidade de um componente curricular. Movimento (ESEF/UFRGS), v. 21, n. 1, p. 205-218, 2015.

SANTOS, W.; MAXIMIANO, F. de L. Avaliação na educação física escolar: singularidades e diferenciações de um componente curricular. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Florianópolis, v. 35, n. 4, p. 883-896, out./dez. 2016.

SANTOS, P.A.L.; SIMÕES, C. A. Educação Física e Qualidade de Vida: reflexões e perspectivas. *Saúde Soc. São Paulo*, v.21, n.1, p.181-192, 2016.

SCHÜHLI, M. S. Um novo olhar sobre avaliação em educação física escolar: os desafios das construções coletivas. Porto Amazonas, PR, 2018.

SILVA, J. da. Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo. Porto Alegre: Mediação, 2016.

TYLER, R. W. *Basic of curriculum and instruction*. Chicago, The University of Chicago, 1949.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Currículo: a atividade Humana como Princípio educativo*. 3ª ed. – São Paulo: Libertad, 2018.

VIEIRA, I. M. A. Avaliar para aprender nas disciplinas de inglês e matemática no ensino secundário. (Tese). Doutorado. Universidade de Lisboa, 2019, 384f.

VYGOTSKY, L. S. A. *Formação social da mente*. São Paulo, Martins Fontes. 2014.

WEISZ, T. *O diálogo entre o ensino e a aprendizagem*. 2 ed. São Paulo: Ática, 2016.

CAPÍTULO 2

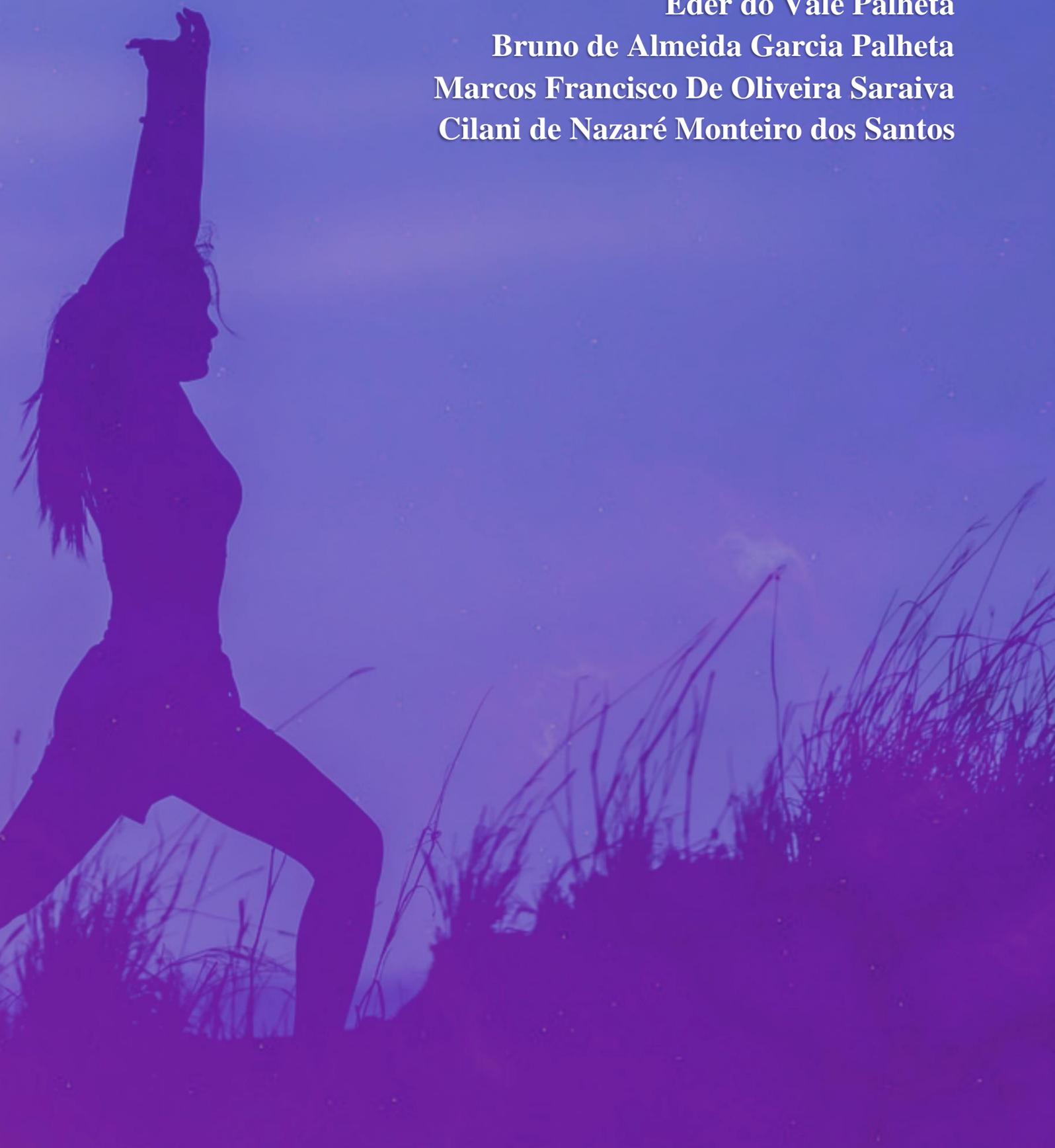
RECURSOS DIGITAIS USADOS NA EDUCAÇÃO

Éder do Vale Palheta

Bruno de Almeida Garcia Palheta

Marcos Francisco De Oliveira Saraiva

Cilani de Nazaré Monteiro dos Santos



RECURSOS DIGITAIS USADOS NA EDUCAÇÃO

Éder do Vale Palheta
Bruno de Almeida Garcia Palheta
Marcos Francisco De Oliveira Saraiva
Cilani de Nazaré Monteiro dos Santos

RESUMO

O uso da tecnologia para aprender é uma das preocupações da educação moderna, pois tem importância universal na vida humana e carece de revolução no paradigma educacional conservador. Estes insistem em manter distância de professores e alunos, utilizando a linguagem abstrata e monótona do sistema educacional atual, e resistem ao potencial reflexivo da tecnologia para interagir com o mundo. Portanto, é necessário reconhecer as contradições e contradições na educação, e em termos de padronização técnica. Este estudo desenvolve investigações sobre o uso dos recursos digitais na educação para que possam ser discutidos questões emblemáticas da área de tecnologias empregadas na educação, vislumbrando um modelo de formação sensível à prevenção da incorporação ingênua das tecnologias na educação. Encontrou-se nesta perspectiva, a possibilidade para que professores da Educação Básica e de outros mais variados níveis de ensino, possam rever concepções de sustentação de suas práticas cotidianas, terem acesso e apropriem-se de conhecimentos necessários para trabalharem

Palavras-chave: Educação, tecnologia, TICs.

ABSTRACT

The use of technology to learn is one of the concerns of modern education, as it has universal importance in human life and lacks a revolution in the conservative educational paradigm. They insist on keeping their distance from teachers and students, using the abstract and monotonous language of the current educational system, and resist the reflexive potential of technology to interact with the world. Therefore, it is necessary to recognize the contradictions and contradictions in education, and in terms of technical standardization. This study develops investigations on the use of digital resources in education so that emblematic issues in the area of technologies used in education can be discussed, envisioning a training model that is sensitive to the prevention of the naive incorporation of technologies in education. It was found in this perspective, the possibility for teachers of Basic Education and other different levels of education, can review concepts of support of their daily practices, have access and appropriate knowledge necessary to work

Keywords: Education, technology, TICs.

RESUMEN

El uso de la tecnología para aprender es una de las preocupaciones de la educación moderna, ya que tiene una importancia universal en la vida humana y carece de una revolución en el paradigma educativo conservador. Insisten en mantenerse alejados de profesores y alumnos, utilizando el lenguaje abstracto y monótono del sistema educativo actual, y se resisten al potencial reflexivo de la tecnología para interactuar con el mundo. Por tanto, es necesario reconocer las contradicciones y contradicciones en la educación, y en términos de estandarización técnica. Este estudio desarrolla investigaciones sobre el uso de los recursos digitales en la educación para que se puedan debatir temas emblemáticos en el área de las tecnologías utilizadas en la educación, vislumbrando un modelo de formación sensible a la prevención de la incorporación ingenua de tecnologías en la educación. Se encontró en esta perspectiva, la posibilidad de que los docentes de Educación Básica y otros diferentes niveles

educativos, puedan revisar conceptos de apoyo a sus prácticas diarias, tener acceso y los conocimientos adecuados necesarios para trabajar.

Palabras clave: Educación, tecnología, TICs.

INTRODUÇÃO

A sociedade atual é marcada por acentuados acontecidos ligados a comunicação, que refletem em vários âmbitos como: saúde, meio ambiente, informação, segurança e principalmente a educação, isso se dá pelas mudanças dinâmicas do uso dessas tecnologias que interferem e alteram estruturas sociais, econômicas e as relações humanas, formando uma cultura virtual (CASTELLS, 1999).

A educação no mundo e a brasileira vêm sofrendo novas intervenções nestes mais recentes dez anos, no tocante à presença e implementação de tecnologias recentes na educação. No Brasil, nas escolas públicas, pode-se citar o ProInfo, como presença de uma Política Federal para informatizar as escolas e formar professores.

Acrescenta-se que as teorias e práticas associadas à informática na educação vêm repercutindo em nível mundial, justamente porque as ferramentas e mídias digitais oferecem à didática, objetos, espaços e instrumentos capazes de renovar as situações de interação, expressão, criação, comunicação, informação, e colaboração, tornando-a muito diferente daquela tradicionalmente fundamentada na escrita e nos meios impressos.

DESENVOLVIMENTO

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), de acordo com Kenski (2012, p. 23), são mais que apoio ou reforço, pois “elas interferem em nosso modo de pensar, sentir, agir, de nos relacionarmos socialmente e adquirirmos conhecimentos. Criam uma nova cultura e um novo modelo de sociedade”. Diante disso, as tecnologias possibilitam desenvolver a colaboração entre quem ensina e quem aprende em todos os níveis e em diferentes dinâmicas e metodologias de ensino. Assim, infere-se que o professor pode ser o mediador ao fazer o uso direto destas ferramentas, mídias digitais e aparelhos eletrônicos em suas aulas ou de forma indireta pelo planejamento, organização, estruturação dos conteúdos de ensino e de sua prática pedagógica.

É inegável que as TICs, de um lado, têm influenciado e transformado as interações sociais, e de outro, enriqueceram as formas didáticas pedagógicas em todas as modalidades de ensino, e na composição dos mais variados conteúdos, além de proporcionar o grande

crescimento da modalidade da Educação a Distância (EaD). Isso se deve ao grande avanço progressivo da revolução tecnológica por meio da rede informatizada, cujas possibilidades de oferecer a comunicação rápida entre pessoas em localizações diferentes e a expansão das diferentes modalidades de ensino, a exemplo dos Cursos na modalidade EAD que se expandiram e evoluem em ordem crescente a todo o momento por intermédio desta revolução, que tem o propósito de levar educação formal aos pontos mais pobres e distantes das capitais do país, onde antes não era possível, contribuindo para uma sociedade mais justa, ética e igualitária (KENSKI, 2012).

Desse modo, compreende-se que as tecnologias usadas na educação podem transformar o ensino na sociedade contemporânea, bem como as formas estagnadas de educação tradicional. A exemplo de algumas modalidades de ensino, como a Educação Especial, cujas tecnologias facilitam a aprendizagem e a inclusão social das pessoas com deficiências, com possibilidades de uma educação integral e muitas vezes atenuando sua necessidade física por meio de aparelhos tecnológicos e programas adequados (MARTINS, 2015).

É de conhecimento de todos que para ser um profissional mais adepto às aulas com a utilização de recursos digitais a fim de alcançar novos conhecimentos, o professor de Educação Física deve estar atento às novas práticas que envolvem a profissão, bem como aos cursos que agregam novos conhecimentos ao seu dia a dia.

Importância dos recursos digitais

Compreender a importância dos recursos digitais utilizados na educação, e a capacitação do professor para que integre os objetivos de avanço no universo dos estudantes é fundamental para que se beneficie o processo de ensino e aprendizagem (ALEGRIA, 2017).

Assim, na contemporaneidade, com o avanço tecnológico mediado pela informática e microeletrônica, junto com a expressiva popularização de computadores, através dos *smartphones* e *tablets*, nos quais trouxeram novas habilidades e comportamentos exigências para o ambiente escolar e, conseqüentemente, para o trabalho do professor, haja vista que tem sido cada vez mais imposto a este profissional que adquira maior autonomia para se utilizar dos recursos e ferramentas tecnológicas disponíveis, com criatividade e com a finalidade de dinamizar e enriquecer o processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, insere-se a Educação Física como parte do componente curricular do Ensino Básico, por não estar de fora desse panorama educacional, cujas funções do professor dessa disciplina perpassa pela tarefa

de relacionar o universo dos conhecimentos trabalhados na escola ao universo do aluno, intermediado pelas tecnologias digitais (MARTINS, 2015).

Diante das transformações que vêm acontecendo na sociedade, é possível considerar que está se vivendo tempos de discussão que permitem refletir sobre as tecnologias de informação e comunicação no contexto da disciplina Educação Física.

Para tanto, as mídias surgem como disseminadoras e divulgadoras ao assumirem o papel de informação e comunicação. No espaço escolar de modo específico, sua contribuição é relevante a ponto de proporcionar uma inter-relação necessária para formação de uma visão holística da aprendizagem. Cabe lembrar que no que diz respeito às diversidades que aparecerão, estas devem promover uma percepção além do que é exigido, em sua totalidade será formado um momento de aceitação ou não de culturas diversas, na qual deverá surgir a igualdade como direito e o preconceito como um ponto negativo que denuncia uma sociedade dualista (ALEGRIA, 2017).

Nessa esteira de entendimento, pontua-se que as novas tecnologias e técnicas de ensino, aliados aos estudos modernos sobre os processos de aprendizagem, torna disponível recursos mais eficazes para atender e motivar os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, é uma constatação da realidade, na qual mostra o surgimento de uma nova geração de seres humanos, que tem o mundo digital como fonte chave de informação e comunicação. A partir desse contexto, são identificadas assim, essas tecnologias digitais como grandes potenciais didático metodológicos (PONTES, 2016).

Sites e bases de dados usados na Educação Física

Hodiernamente, o mundo da comunicação – revistas, rádio, TV e cinema, envolve e assalta o homem e lhe fala de seus anseios e do que pretende que ele tenha como objetos de desejo. As interações feitas com as comunicações midiáticas abrem os horizontes do pensamento, criam fantasias, envolvem e seduzem emocionalmente. A mixagem entre imagens, movimentos, cores e textos provocativos mobiliza sentimentos e pensamentos criativos. Transmite novas formas de linguagens em que estão presentes o pensar e o sentir. Cultura audiovisual que dá origem a uma nova linguagem, assumida pela sociedade contemporânea. Linguagem presente nas salas de aula – com ou sem o uso de equipamentos e tecnologias midiáticos – e que contribui para o aparecimento no trabalho didático (ALEGRIA, 2017).

Sendo assim, os avanços tecnológicos reorientam a leitura na escola para outros textos e imagens. Com isso, o ato de ler se transforma historicamente, pois não existem mais apenas a leitura obrigatória dos pesados compêndios clássicos das ciências ou dos textos fechados, cheios de culturas variadas, alguns incompreensíveis para seus jovens leitores. Ao contrário dos textos curtos, cartazes intercalados com imagens, desenhos, filmes, literatura e conversas fazem a intermediação entre os textos clássicos e os hipertextos digitais. Nesse ínterim, a escola precisa investir na formação de leitores por diversos caminhos e linguagens a fim de ampliar suas concepções de linguagem, de leitura e de escrita para incorporar as mediações textuais feitas por meio do uso das tecnologias digitais (CASTELLS, 2012).

Decerto que para muitos alunos da educação básica, pesquisar na internet pode se resumir às buscas no Google. Contudo, o professor pode ajudar a expandir o entendimento de como aproveitar a web para a aprendizagem e para a construção do conhecimento, apresentando ferramentas de buscas acadêmicas. Esses portais, sites e base de dados e plataformas digitais reúnem teses, dissertações, revistas científicas, artigos, capítulos de livros e outros conteúdos produzidos por universidades e pesquisadores que podem ser acessados gratuitamente.

A seguir, apresentam-se alguns sites e bases utilizados na Educação: Biblioteca Virtual em Saúde, Scielo, Google Acadêmico, Microsoft Academic, Revistas Eletrônicas, E-Books.

Biblioteca virtual em saúde

É uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, que reúne teses e dissertações produzidas em todo o país ou por brasileiros que pesquisam e publicam no exterior.

SciELO

A Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica Online, em português) é uma base de dados que reúne artigos científicos desenvolvidos no Brasil e na América Latina e disponibiliza o conteúdo integral.

Google acadêmico

Trabalhos acadêmicos, literatura escolar, periódicos de universidades, capítulos de livros e artigos variados fazem parte do banco de dados desse buscador, cuja versão em português foi lançada em 2006. Cada item mostrado vem acompanhado de informações importantes, como tipo do material, autores, da publicação e número de citações.

Microsoft academic

Mecanismo de busca gratuito que oferece acesso a mais de 38 milhões de publicações acadêmicas em diversos idiomas, além de gráficos e imagens.

Revistas eletrônicas

Acesso a textos completos de revistas nacionais e internacionais.

E-books

Acesso a textos completos de livros nacionais e internacionais.

O texto eletrônico

O texto eletrônico se caracteriza por apresentar uma nova forma de linguagem, síntese e mediação entre o oral, o escrito, o imagético e o digital, o hipertexto.

(...) é um produto verbal diferente, um produto de um novo tempo, veiculado por um novo suporte que atua também tanto sobre a natureza e feição dos textos quanto sobre os processos de apropriação e significação por parte dos leitores. Trata-se de um texto híbrido que, por “escrito”, lança mão de recursos da oralidade e de ícones para se tornar mais próximo da conversação natural (ROCCO, 2013, p. 65)

Com base na afirmação, depreende-se que nessa nova linguagem, ocorre a mistura das funções de leitura e escrita, pois “o navegador participa, portanto, da redação do texto que lê” (ROCCO, 2013, p. 57). Nesta participação interativamente da estruturação de um texto, cabe ao navegador somente escolher quais elos (links) preexistentes serão usados, mas irá criar novas ligações, que terão sentido para ele, e que não terão sido pensadas pelo criador do hiperdocumento.

Browser

O browser (programa por meio do qual se entra e navega nas páginas da Internet) interage com o texto e com o leitor. Torna possível relacionar o bloco de informações de um documento com outros textos que o navegador já leu e que estão arquivados na memória do computador. Pode encaminhar também para novos textos nas redes, para outras explicações sobre o mesmo tema, ou para outros temas.

Explica-se que os leitores podem interagir não apenas modificar os links, mas também acrescentar ou modificar os nós (textos, imagens etc.), além de conectar um hiperdocumento a

outro e dessa forma transformar em um único documento dois hipertextos que antes eram separados ou, de acordo com o ponto de vista, traçar links hipertextuais entre um grande número de documentos (LÉVY, 1999, p. 57).

De acordo com o autor acima, deduz-se que o browser interage com o texto e com o leitor. Ou seja, torna possível relacionar o bloco de informações de um documento com outros textos que o navegador já leu e que estão arquivados na memória do computador. E, ainda, pode encaminhar também para novos textos nas redes, para outras explicações sobre o mesmo tema, ou para outros temas, ou seja, como ponto de vista, traçar links hipertextuais entre um grande número de documentos (LÉVY, 1999, p. 57).

Portais usados na Educação Física

Diversas plataformas digitais poderão ser utilizadas gratuitamente pelos estudantes e profissionais de Educação.

Portal de periódicos

Este portal é mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), cuja plataforma disponibiliza o conteúdo integral de artigos de revistas científicas brasileiras e internacionais. Além disso, ela possui integração para a pesquisa em outras bases de dados acadêmicos.

SIBI - Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo

É um Portal da Universidade de São Paulo, que abrange 250 mil títulos de livros eletrônicos e cerca de 20 mil títulos de periódicos, além dos conteúdos, disponíveis pelas Bibliotecas Digitais de Obras Raras e Especiais, de Teses e Dissertações e em mais de 65 bases de dados.

WWW.PORTALEDUCAÇÃO.COM.BR

Site que acumula assuntos variados que vão desde cursos online até compra de livros.

WWW.HTTPS://BLOGEDUCACAOFISICA.COM.BR

O blog que facilita a vida de profissionais e estudantes de Educação Física.

Plataformas digitais usadas na educação física

Viva vídeo: disponível no “play store” e (ANDROID) e “apple store” (IOS)

É uma ferramenta de edição de vídeo que permite trabalhar com vídeos e imagens para criar a sua própria produção, diretamente no seu dispositivo Android ou IOS. Com este aplicativo, professores(as) e alunos(as) poderão criar vídeos e compartilhá-los também em outros meios, como redes sociais ou blogs.

Explicação

Plataforma de Educação a Distância utilizando um AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) com videoaulas e exercícios. Acesso possível tanto por computador como pelo celular.

De modo geral, é inegável que aparelhos como *smartphones*, celulares, *tablets* e *notebooks* podem ser instrumentos que tem a função de, além de auxiliar o acesso ao conhecimento, podem ser aplicados no desenvolvimento de projetos, no diálogo de diversas naturezas, no compartilhamento de percepções, no desfazer de incertezas, no debate de assuntos, e ainda, podem contribuir para melhorar a capacidade de expressar, seja oralmente ou por escrito. Assim, esses dispositivos podem servir grandemente como expediente para se promover a motivação dos alunos na aquisição do conhecimento em Educação Física (MORAN, 2017).

E para ilustrar a afirmação acima, o professor e pesquisador de projetos de inovação da Universidade de São Paulo – USP, José Manuel Moran, recomenda alguns portais e sites que podem auxiliar o professor a desenvolver e utilizar metodologias que empregam as tecnologias digitais, como por exemplo,

o portal *Innoveedu.org*, o material *Inova Escola* (da Fundação Telefônica), os *e-books* gratuitos *Educação no Século 21: Tendências, Ferramentas e Projetos para inspirar* e *Tecnologias para a transformação da educação: experiências de sucesso e expectativas*. Esses elementos não só apresentam experiências revolucionárias na área educacional como também exemplos práticos de aplicação das tecnologias digitais na educação (MORAN, 2017, p. 1)

Além disso, o autor supra também deixa a proposta do acesso a portais de apoio a professores, estudantes e suas famílias, a exemplo do *Portal do Professor*, *Escola Digital*, *Educopédia*, *Dia a dia educação*, que disponibilizam conteúdos, roteiros de aulas e experimentos no emprego de tecnologias, separados por nível e área de ensino. Também deixa orientação para educadores e educandos para a realização de cursos pelos quais se interessem em plataformas como *Coursera*, *Miriada X*, *Edx*, *Udacity*, *Veduca*. Há o destaque sobre as finalidades dessas plataformas nas quais oportunizam o alcance a assuntos contemporâneos, a

educadores de grande arcabouço acadêmico, e a vídeos interessantíssimos, que podem ser utilizados como recurso didático em sala de aula (MORAN, 2017, p. 2).

Domínio das tecnologias digitais: competência indispensável ao professor do século XXI

Contemporaneamente, vive-se em um mundo extremamente digital, onde as informações chegam até as pessoas por todos os lados, assim como ações corriqueiras do dia a dia, as quais dependem hoje única e exclusivamente dos meios digitais, feito tão somente através de ferramentas tecnológicas. É possível inferir sobre isso, dizendo que este universo tecnológico está para o bem ou para o mal, pois não há mais como viver à margem desse âmbito (ALEGRIA, 2017).

Considerando-se os pressupostos acima, traz-se a lide que é inadmissível na esfera educacional não se utilizar esses recursos amplos da tecnologia. Isto porque existe uma variedade e que atualmente estão disponíveis para serem usadas com o intuito de se aprender e de se ensinar, sem contar que também se pode fazer uso delas a qualquer instante e momento onde quer que se esteja, e o que faz a distinção nesse caso não são os sistemas operacionais existentes, mas o propósito para o qual são direcionados e a função a que podem ser destinados por educadores, gestores e alunos (MORAN, 2017).

Diante desse cenário, é pertinente citar que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura –UNESCO, em seu documento ‘Educação para a cidadania global: tópicos e objetivos de aprendizagem’, no ano de 2016, define sete objetivos da educação, entre os quais cabe destacar:

- desenvolver e aplicar as competências cidadãs fundamentais, como investigação crítica, tecnologia da informação, alfabetização midiática, pensamento crítico, tomada de decisão, resolução de problemas, construção da paz e responsabilidade pessoal e social (UNESCO, 2016, p. 16. Grifo do autor)

É notório que atualmente a sociedade se encontra mergulhada em um processo de profundas transformações, cujas mudanças, conseqüentemente, acabam por refletir na escola, uma vez que esta não passa de um espaço social onde se prioriza a busca do conhecimento, um ambiente que deve ser propício e dedicado ao desenvolvimento de atividades que conduzam ao ensino-aprendizagem.

Sobre isso, Freire afirma, entre outras coisas, que “ensinar exige bom senso e apreensão da realidade” (FREIRE, 1997, p. 27). Para o autor, as conseqüências para a escola que não se adequa às inovações de seu tempo e deixa de praticar esses deveres descritos acima,

se distancia de tal forma que seu aluno vai colher como consequência fatores desagradáveis como a falta de interesse e motivação, indisciplina no ambiente escolar, evasão e outras condições igualmente nocivas à boa qualidade da educação.

Na visão de Moran (2017, p. 2) outro benefício indiscutível das tecnologias digitais em sala de aula, seria para aplicação da Sala de Aula Invertida – *Flipped Classroom*, cuja proposta seria, segundo o site Carta Educação, “prover aulas menos expositivas, mais produtivas e participativas, capazes de engajar os alunos no conteúdo e melhor utilizar o tempo e conhecimento do professor”.

Há de se destacar que, a maioria dos alunos – e também dos educadores – está acostumada a um tipo de ensino paternalista, que limita a autonomia e a liberdade, em que pese existe uma espécie de tutela do professor em relação ao aluno, isto é, auxílio e proteção docente, posto que tudo é feito a partir da orientação e condução do professor no decorrer de todo o processo de ensino-aprendizagem. Ainda sobre a metodologia da sala de aula invertida, esta pode contribuir para que se ofereça uma educação mais emancipatória, mais libertadora e democrática, uma vez que permite uma participação mais dinâmica e efetiva por parte do aluno (MORAN, 2017).

Enfim, com base no exposto, cabe citar que são muitas as benesses que podem ser usufruídas caso a escola dos dias atuais opte por oferecer uma educação mais voltada para a realidade, desfrutando de todos os recursos que a modernização tecnológica pode oferecer. Como já fora dito anteriormente, existem inúmeros *softwares* educativos que podem facilitar algumas vezes o árduo caminho para o saber, tornando essa caminhada muito mais suave e prazerosa para ambos os lados – o de quem ensina e o de quem aprende. No entanto, faz-se mister que quem ensina passe antes pelo processo de aprender a usar esses recursos para que se alcancem os resultados desejados, tenha sucesso, porque como sabiamente garante Paulo Freire em sua *Pedagogia da Esperança*, “ninguém ensina o que não sabe” (FREIRE, 1997, p. 67). Está aí o grande desafio.

Tecendo algumas considerações sobre a temática

Reiterando-se que as tecnologias usadas na educação transformam o ensino na sociedade contemporânea, cabe aos professores se conscientizar de que estas ferramentas digitais vieram para ficar e são muito mais, que simples tecnologias de ensino (PONTES, 2016).

Nesse diapasão, segundo o autor acima, na tentativa de acompanhar as mudanças que ocorrem na sociedade, os professores devem usá-las como interface pedagógica facilitadora da assimilação do conhecimento no processo de ensino e aprendizagem e não visando à técnica

pela técnica, na busca de eficiência e eficácia nas verdades absolutas e inquestionáveis. Todavia, as TICs não são meros instrumentos de ensino, não possibilitam apenas o ensino informatizado, mas sim novas formas de aprendizado e interação. Como rede de conhecimento, favorecem a democratização do acesso à informação.

Sendo assim, de fato que as políticas públicas devem ser mais consistentes quanto às tecnologias na escola. As tecnologias hoje não são somente ferramentas e conteúdos extracurriculares, que servem de alicerce para outras questões, mas são ferramentas e conhecimentos pedagógicos necessários no currículo atual (PONTES, 2016). Logo, negar tal conhecimento ao aluno é negar oportunidades dignas de participação, transformação e inclusão em um ambiente social crescente de informações e interações rápidas, como a cibercultura (LÉVY, 1999).

Segundo Cruz Junior e Silva (2010, p. 90),

o ciberespaço (também chamado de rede) representa o palco principal, no qual múltiplas formas de socialização de indivíduos online se concretizam e se desdobram. Esse fenômeno traz consigo a insurgência de uma nova modalidade de cultura, que permeia relações intra e interpessoais e é permeada pelos recursos e aplicativos característicos dessas tecnologias, a cibercultura.

Por este motivo, com a utilização das tecnologias na educação, é possível ao professor e à escola tornar dinâmico o processo de ensino-aprendizagem apresentando aulas mais criativas, motivadoras e que despertem, nos alunos, a curiosidade e o desejo de aprender, conhecer e fazer descobertas. Por tudo o que foi exposto, as utilidades e os benefícios no desenvolvimento de diferentes habilidades fazem das tecnologias, atualmente, um importante recurso pedagógico. É importante dizer que não há como a escola atual negar em reconhecer a influência que elas exercem na sociedade moderna e os reflexos dessa ferramenta na área educacional.

Neste sentido, vale destacar que a Educação Física Escolar (EFE) possui uma gama de conteúdo, competências e habilidades tão importantes de serem desenvolvidos quanto os das demais disciplinas escolares. Percebe-se que são conhecimentos que extrapolam a simples prática, o fazer por fazer. Assim, com tantos recursos tecnológicos, podem ser enriquecidos na construção do conhecimento dos alunos, com o auxílio das diferentes tecnologias, como, por exemplo, o computador, o rádio, a televisão, a internet e as mídias com possibilidades de uso, vinculadas umas às outras (KENSKI, 2012).

CONCLUSÃO

Em suma, os recursos digitais podem ser considerados tecnologias possíveis para o desenvolvimento dessa nova metodologia educacional, transformadora e atual. Sendo indispensável, por parte dos professores da educação física, uma reflexão sobre o papel que estas ocupam na educação contemporânea. Utilizar essas tecnologias como aliadas na educação física deve ser considerado como mais uma ferramenta didática e pedagógica, pois visto desta forma, será um grande passo para uma educação superadora das condições atuais da realidade, que a sociedade necessita (ALARCÃO, 2011).

O que se vem afirmando na literatura e na experiência até aqui construída é que no cenário escolar integrado com vivências em multimídia, estas geram: a dinamização e ampliação das habilidades cognitivas, devido à riqueza de objetos e sujeitos com os quais permitem interagir; a possibilidade de extensão da memória e de atuação em rede; ocorre a democratização de espaços e ferramentas, pois estas facilitam o compartilhamento de saberes, a vivência colaborativa, a autoria, coautoria, edição e a publicação de informações, mensagens, obras e produções culturais tanto de docentes como discentes.

Portanto, integrar as tecnologias digitais nos processos educacionais, assim como nas aulas de educação física, aliado ao desenvolvimento de sua apropriação crítica e criativa, é de grande relevância para uma formação humana, visto que se vive em um período de transição, do sistema analógico ao sistema digital (PONTES, 2016).

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALEGRIA, J. Os professores e a tecnologia em sala de aula. Caleidoscópio. Canal Futura. 2017. Disponível em: <http://futura.org.br/caleidoscopio/os-professores-e-a-tecnologia-na-sala-de-aula/> Acesso em: 10 out. 2021
- CASTELLS, M. A sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. V. 2 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 1999.
- CRUZ JUNIOR, Gilson; SILVA, Erineusa Maria da. A (ciber)cultura corporal no contexto da rede: uma leitura sobre os jogos eletrônicos do século XXI. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Florianópolis, v. 32, nº 2-4, p. 89-104, 2010.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. São Paulo: Papirus, 2012.

LEVY. As Tecnologias da Inteligência. Editora 34, Nova Fronteira, RJ, 1999.

MARTINS, R. X. Competências em tecnologias de informação em ambiente escolar. *Psicologia Escolar Educacional*, vol. 9, n. 2. Campinas. Dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000200016. Acesso em 7 out. 2021.

MORAN, J. M. A educação que desejamos e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2017. Atualização do texto *Tecnologias no Ensino e Aprendizagens Inovadoras*. USP, 2017. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2017/11/tecnologias_moran.pdf. Acesso em 11 out. 2021.

PONTES, Tiago Magalhães. A contribuição das tecnologias nas aulas de Educação Física. *Educação Física em Revista*, vol.10, nº 2, 2016.

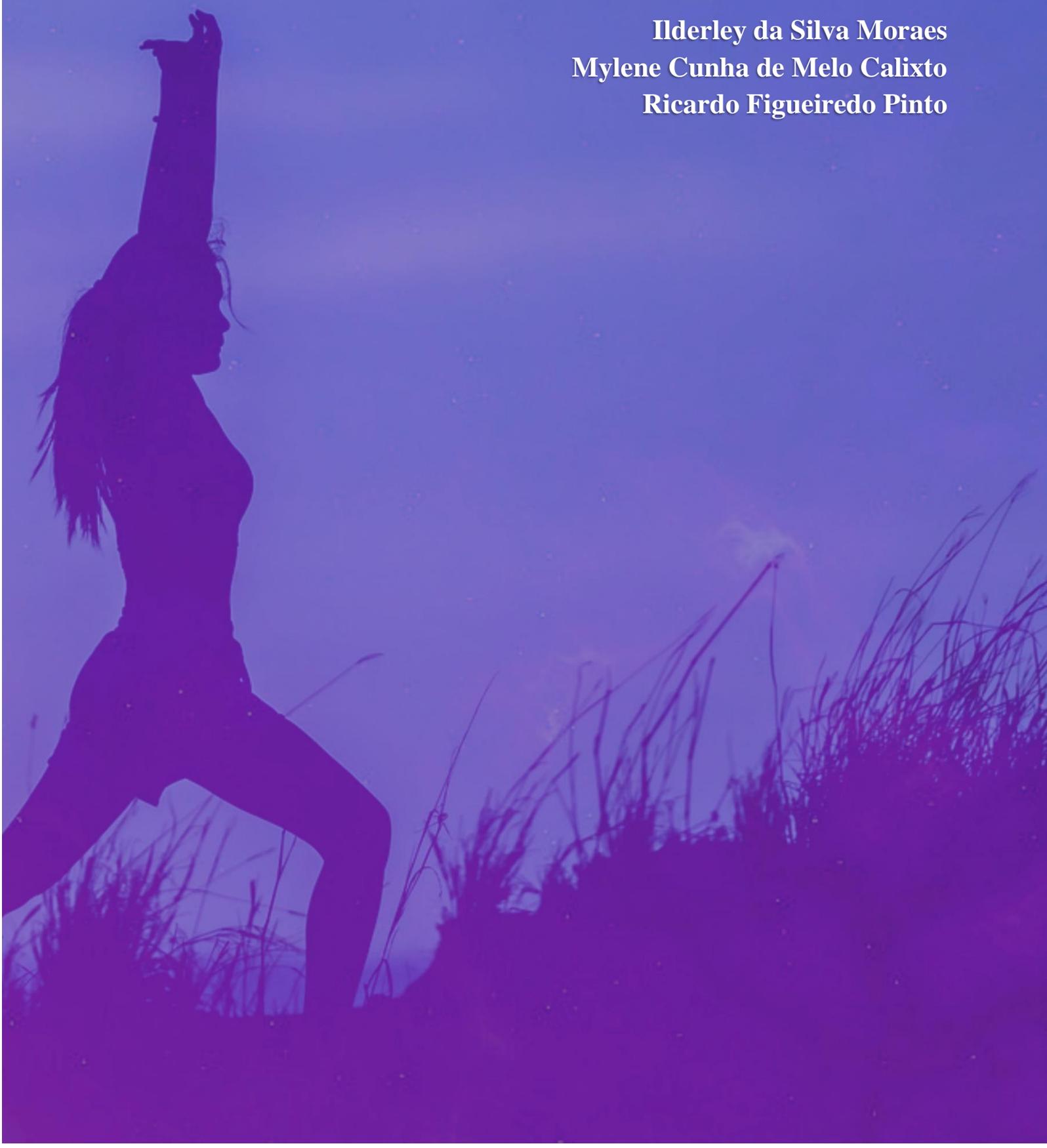
ROCCO, Brenda Couto de Brito. Um estudo sobre gestão de documentos arquivísticos digitais na Administração Pública Federal brasileira. UFRJ, março, 2013

UNESCO. Educação para a cidadania global: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília: UNESCO, 2016.

CAPÍTULO 3

CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA NO BRASIL

Ilderley da Silva Moraes
Mylene Cunha de Melo Calixto
Ricardo Figueiredo Pinto



CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA NO BRASIL

Ilderley da Silva Moraes
Mylene Cunha de Melo Calixto
Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Nas práticas educativas dos religiosos jesuítas, no período colonial, encontra-se, segundo a literatura, o início dos programas voltados à educação de jovens e adultos no Brasil. É nesse sentido que o objetivo deste trabalho se resulta em apresentar elementos que permitam construir uma interface entre a pesquisa acadêmica e os programas no campo de Educação Básica de Jovens e Adultos (EJA). Serão discutidas contribuições desses programas, que podem ser encontradas nos resultados das pesquisas qualitativas, a além disso, compreender de que forma essas leis contribuem para a alfabetização dessa população. A EJA responde ao direito das pessoas que por vários motivos, não tiveram uma adequada correlação linear entre idade/ano em seu processo de escolarização, bem como a possibilidade de prosseguimento de estudos. A reentrada no sistema escolar dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência, pela evasão ou pelas desiguais oportunidades de permanência, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas oportunidades.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, escolaridade, programas educacionais.

ABSTRACT

In the educational practices of Jesuit religious, in the colonial period, there is, according to the literature, the beginning of programs aimed at educating young people and adults in Brazil. It is in this sense that the objective of this work results in presenting elements that allow the construction of an interface between academic research and programs in the field of Basic Education for Young People and Adults (EJA). Contributions of these programs, which can be found in the results of qualitative research, will be discussed, as well as understanding how these laws contribute to the literacy of this population. EJA responds to the right of people who, for various reasons, did not have an adequate linear correlation between age/year in their schooling process, as well as the possibility of continuing their studies. The re-entry into the school system of those who had a forced interruption, whether due to repetition, dropout or unequal permanence opportunities, should be welcomed as a corrective, albeit late, repair of archaic structures, providing individuals with new opportunities.

Keywords: Youth and Adult Education, schooling, educational programs.

RESUMEN

En las prácticas educativas de los religiosos jesuitas, en el período colonial, se da, según la literatura, el inicio de programas dirigidos a la educación de jóvenes y adultos en Brasil. Es en este sentido que el objetivo de este trabajo se traduce en presentar elementos que permitan la construcción de una interfaz entre la investigación académica y los programas en el campo de la Educación Básica para Jóvenes y Adultos (EJA). Se discutirán las contribuciones de estos programas, que se pueden encontrar en los resultados de la investigación cualitativa, así como comprender cómo estas leyes contribuyen a la alfabetización de esta población. EJA responde al derecho de las personas que, por diversas razones, no tuvieron una correlación lineal adecuada entre edad / año en su proceso de escolarización, así como la posibilidad de continuar sus estudios. El reingreso al sistema escolar de quienes tuvieron una interrupción forzada, ya sea por repetición, deserción o desigualdad de oportunidades de permanencia, debe ser acogido como una reparación correctiva, aunque tardía, de estructuras arcaicas, brindando a las personas nuevas oportunidades.

Palabras clave: Educación de jóvenes y adultos, escolarización, programas educativos.

INTRODUÇÃO

Durante o processo de alfabetização na história brasileira, foram criados diversos programas para a população com o objetivo de aumentar os anos de estudo (RIBEIRO, 2001). Apesar desses esforços terem contribuído positivamente com a questão da baixa escolaridade, quando se analisa de forma geral a porcentagem ainda é considerável, sendo assim, ainda é um grande desafio a ser enfrentado, devido, ainda, a grande evasão escolar de jovens e adultos (SILVA, HASENBALG, 2000).

Os alunados jovens e adultos possuem características próprias, e necessidades diferenciadas, nesse contexto, a escola ainda encontra muitas dificuldades para compreender as individualidades desse público, e isso pode justificar a evasão. Atualmente, existe uma ampla reflexão sobre a provável relação existentes entre os fenômenos de baixa escolaridade.

Os adultos analfabetos e/ou subescolarizados veem a educação como um processo de desenvolvimento da competência no seu potencial para lidar com as coisas do dia a dia, pois retornam à escola, pressionados pelos problemas do cotidiano. O final do século XX foi marcado pelas discussões sobre a qualidade da educação e sobre as condições necessárias para assegurar o direito de crianças, jovens e adultos, a ter acesso e a permanecer na escola com sucesso.

Nesse sentido, fica evidente a importância de se analisar os processos que envolvem a escolarização de jovens e adultos, com o objetivo de desvendar os antecedentes e a causas dos atrasos desse público, além disso, descrever sobre os programas e leis vigentes para que se possa ter um apanhado documental em relação aos seus direitos quanto a alfabetização.

DESENVOLVIMENTO

Proposta Nacional Educacional para a EJA

Com base no que dispõe a Secretaria de Educação Fundamental (BRASIL/SEF, 2002), o eixo norteador da proposta curricular nacional para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) envolve os seguintes elementos:

- a formação para o exercício da cidadania, pois considera fundamental a atuação do próprio aluno na tarefa de construir significados sobre os conteúdos de aprendizagem;
- dá ênfase à relação de confiança e respeito mútuo entre professor e aluno numa prática cooperativa e solidária;

- reconhece os saberes gerados pelo indivíduo dentro do seu grupo cultural, como ponto de partida para gerar novos conhecimentos;
- propõe ainda o compartilhamento de responsabilidade sobre a aprendizagem, na busca de alternativas que auxiliem o aluno a aprender a aprender.
- ressalta a importância de contemplar as diferentes naturezas dos conteúdos escolares (conceituais, procedimentais e atitudinais) de maneira integrada no processo de ensino e aprendizagem, visando o desenvolvimento amplo e equilibrado dos alunos, tendo em vista sua vinculação à função social da escola.

Segundo Bishop (2016), além destes elementos acima, também deve ser dada a devida importância à individualidade do aluno e ao contexto social e cultural do ensino, a fim de promover conexões e significados pessoais no processo de aprendizagem. Para ele, este aspecto é contemplado na proposta quando enfatiza a importância do respeito à experiência e à identidade cultural dos alunos e aos saberes construídos pelos seus fazeres.

Nesta perspectiva, a aprendizagem cultural é um processo criativo e interativo inter-relacionando os que vivem a cultura, com os que nascem dentro dela, dando como resultado ideias, normas e valores que são similares de uma geração a outra.

Assim, segundo Vygotsky (2015) a aprendizagem cultural é um ato de recriação por parte de cada pessoa e a proposta da EJA contempla esse aspecto fundamentando-se nesta teoria que estabelece uma forte ligação entre o processo de desenvolvimento e de aprendizagem com o ambiente sociocultural, ressaltando a importância de considerar o que denomina zona de desenvolvimento proximal, situada entre aquilo que o indivíduo já sabe e consegue realizar sozinho, e o que pode ser desenvolvido com a ajuda e intervenção de outros.

De acordo com Duarte (2016), para dimensionar o currículo da EJA é necessário compreender a natureza do conhecimento identificando suas principais características a fim de refletir o papel que essa modalidade vai desempenhar no currículo e de contribuir para a cidadania.

É relevante dizer que os alunos da EJA enfrentam na vida pessoal, social ou profissional situações que são exigidas avaliações, análises, parâmetros lógicos, para a tomada de decisão na qual deve ser conferido e ofertado informações e modelos, com o intuito de contribuir para a definição de atitudes a serem seguidas.

Por isso, devem ser inseridos na busca de solução para problemas reais os quais demandam o desenvolvimento de estratégias coletivas a fim de explorar conceitos e procedimentos matemáticos e o instrumental ofertado a estes alunos contribui para

compreender as ciências como fonte para a melhoria de condições de vida das pessoas (DUARTE, 2016).

A EJA responde ao direito das pessoas que por vários motivos, não tiveram uma adequada correlação linear entre idade/ano em seu processo de escolarização, bem como a possibilidade de prosseguimento de estudos. A reentrada no sistema escolar dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência, pela evasão ou pelas desiguais oportunidades de permanência, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação (GADOTTI; ROMÃO, 2015).

Cabe aqui citar que o Brasil tem uma larga experiência com significativos resultados na área e um acúmulo de conhecimento voltado para métodos e técnicas alternativas de alfabetização de educação de jovens e adultos. No entanto, ressalta-se que tais experiências com algumas exceções, não conseguiram a transposição em material didático específico voltado para a este público, em especial para além do processo alfabetizador.

Mediante ao exposto, as escolas da EJA devem construir sua identidade como expressão de uma cultura própria que considere as necessidades de seus alunos e seja incentivadora das potencialidades dos que as procuram. Tendo como objetivo promover a autonomia do jovem e adultos de modo que eles sejam sujeitos do aprender a aprender em níveis evolutivos de apropriação do mundo do fazer, do conhecer e do agir, onde o conhecimento deve ser apresentado aos alunos como historicamente construído e em permanente evolução (GADOTTI; ROMÃO, 2015).

Somam-se a isso que os alunos da EJA necessitam de uma metodologia que os permitam conhecer e compreender como os conhecimentos estão presentes em seu cotidiano e como estão sendo trabalhados a fim de contribuir com o exercício da sua própria cidadania.

De acordo com Paro (2015, p. 67), muitos adultos tendo acesso à escrita e leitura, são incapazes de fazer o seu uso rotineiro e funcional no dia a dia, e é sabido que os acessos às formas de expressão e de linguagem são indispensáveis para cidadania e para o mercado de trabalho.

Em tese, de acordo com a legislação educacional vigente a EJA é uma modalidade da Educação Básica nos níveis do Ensino Fundamental e Médio, que visa oferecer oportunidade de estudos às pessoas que não tiveram acesso ou continuidade desse ensino na idade própria, assim como, prepará-los para o mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania (BRASIL, 1996).

Diretrizes, legislação, finalidades da EJA

Resolução CEB/CNB 11/2000

A Resolução CNE/CEB nº 11, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, dos cursos autorizados, reconhecidos e credenciados no âmbito do art. 4, Parágrafo VII da LDB e dos exames supletivos com iguais prerrogativas dentro de um quadro referencial mais amplo, aplica-se ao universo educacional e administrativo.

Tal Resolução é o primeiro documento legal que dá um norte do que tem e o que é a EJA a partir de sua homologação.

É importante reiterar, desde o início, que este parecer se dirige aos sistemas de ensino e seus respectivos estabelecimentos que venham a se ocupar da educação de jovens e adultos sob a forma presencial e semipresencial de cursos e tenham como objetivo o fornecimento de certificados de conclusão de etapas da educação básica. Para tais estabelecimentos, as diretrizes aqui expostas são obrigatórias bem como será obrigatória uma formação docente que lhes seja consequente (BRASIL/CEB 11/2000, p. 4).

Esta citação acima do texto regulamenta e normatiza a EJA como modalidade da educação básica, respaldando todos os ambientes educacionais que trabalham com tal modalidade, sejam públicas ou privadas, pois, “estas diretrizes compreendem a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias (art.1º, § 1º da LDB)” (BRASIL/CEB 11/2000, p. 4).

Sendo assim, o documento citado é de suma importância à medida que, regulamenta a educação de jovens e adultos, porque traça metas que devem ser efetivadas por meio de programas com o propósito de resgatar o itinerário escolar de jovens e adultos, levando-os a terem esperanças e realizações.

Paro (2015, p. 90) diz que é importante reiterar, desde o início, que este parecer se dirige aos sistemas de ensino e seus respectivos estabelecimentos que venham a se ocupar da educação de jovens e adultos sob a forma presencial e semipresencial de cursos e tenham como objetivo o fornecimento de certificados de conclusão de etapas da educação básica.

Para tais estabelecimentos, as diretrizes descrevem que é obrigatória uma formação docente e que utilizem uma metodologia coerente às necessidades do estudante, pois a escola para jovens e adultos deve ser um espaço de ressocialização, por meio de conteúdos trabalhados, levando em consideração seus conhecimentos prévios, bem como sua experiência de vida (GAGNO; PORTELA, 2016).

Concordando com tal afirmação, voltam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, para pontuar sobre a necessidade de se observar o perfil do aluno da EJA, bem como atentar para as situações como princípio da organização do projeto pedagógico das escolas que os atendem (CURY, 2014).

Aliado a isso, deve-se observar também outros aspectos como a situação escolar, a idade dos alunos e suas especificidades quanto ao trabalho, sexo, situação socioeconômica, nos quais devem se constituir em fonte de pesquisa para que o fazer pedagógico atenda os princípios da equidade (igualdade de direitos e de oportunidades à educação), da diferença (reconhecimento da alteridade, valorização e desenvolvimento de seus conhecimentos e valores) e da proporcionalidade (adequação do currículo respeitando as necessidades do aluno adulto) (BRASIL, 2000). Estas diretrizes compreendem a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias (art.1º, § 1º da LDB 9394/96).

Constituição Federal de 1988

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade estratégica do esforço do governo federal em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social, não só por representar uma dialética entre dívida social, abertura e promessa, mas também por se tratar de postulados gerais transformados em direito constitucional, como consta do art. 208 da Constituição de 1988 que afirma que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - Ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria;
II - Progressiva universalização do ensino médio gratuito;
III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
IV - Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
V - Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
VI - Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
VII - Atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.
§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola (BRASIL, 1988).

O postulado acima traz em seu artigo a importância da alfabetização dos jovens e adultos que vivem no país e que não concluíram seus estudos em idade correta ou sequer

chegaram a estudar, colocando como dever do Estado, unidade federativa, a oferta de uma educação adequada para todos os estudantes matriculados, que haja a integração social destes. Assim, entende-se que esta premissa não é somente de competência da escola e que todos tem direito ao acesso e permanência (BRASIL, 1988).

Para Freire (2014) ao analisar que todos têm direito de concluir seus estudos, seja em que período for, seja em idade certa ou não, significa que o acesso à educação contribui de certa forma, para avançar na perspectiva de um direito efetivado de toda sociedade, ao concluir seus estudos e continuarem inseridos no mercado de trabalho.

LDB 9394/1996

O Art. 37º da Lei referenciada faz alusão à EJA “como destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996). Entende-se que a lei traz um avanço a esta modalidade, normatizando que todo jovem ou adulto que por algum motivo, situação adversa, não conseguir concluir seus estudos, seja em nível fundamental ou médio, terá garantido seu direito de dar continuidade. A oferta dos cursos da EJA pode ser por diversos sistemas educacionais, como por exemplo:

- Escolas públicas sejam elas estaduais ou municipais;
- Escolas privadas;
- ONGS;
- Ambientes privados, com autorização prévia do MEC para que possa ser ministrado tal curso fora do ambiente escolar.

Hodiernamente, a lei estende para outros espaços não escolares, a exemplo do 1º quanto o 2º e 3º setores, ofertar a EJA com a finalidade de minimizar o analfabetismo e a evasão de estudantes dentro do sistema de ensino. O que de fato, torna importante esta oferta porque só assim, é possível contribuir significativamente para a redução dos altos índices de analfabetismo que existe no país.

Sobre isso, o § 1º da LDB 9394/96 estabelece que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Observa-se que o texto remete para uma situação onde os sistemas de ensino têm a obrigação de assegurar oportunidades apropriadas para os alunos que não conseguiram terminar seus estudos em idade regular, porém, ainda hoje, tendo em vista que a lei tem mais de 20 anos, não se consegue ofertar estas oportunidades, pelo fato de que existem muitas entrelinhas para o macro sistema educacional que inviabiliza os investimentos para a área educacional, pedagógica e psicológica.

Já o § 2º dispõe que: “o Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si”.

Este artigo cita que a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum para o exercício da cidadania e fornecer meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, pois a educação só passa a ter sentido quando tem uma perspectiva voltada para a formação do ser autônomo e crítico. Quando estas perspectivas não conversam entre si, e só um desejo específico prevalece, isto deixa o ato educativo cada vez mais fraco.

Lei 11.741/2008

A Lei 11.741 de 16 de julho de 2008 é um marco regulatório que foi sancionada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, a fim de alterar e complementar alguns artigos importantes da LDB 9394/1996. A seguir, será apresentado um recorte da referida lei para a EJA.

Em seu artigo 37 a lei muda, de certa forma, o objetivo dos cursos da EJA. Veja-se: “§ 3º estabelece que: a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento” (BRASIL, 2008).

Neste artigo, a EJA passa a ter um novo olhar, descrito de certa forma pela LDB 9394/96, mais profissional, uma vez que forma o cidadão não alfabetizado ou que não concluiu os estudos no tempo certo, para o mercado de trabalho. Sendo assim, o campo da educação profissional e da EJA andarão sempre lado a lado, integrados, imbuídos de construir um currículo voltado e adaptado para a aprendizagem necessária para que se possa inseri-los mais rápido no mercado de trabalho.

CONFINTEA

Neste tópico discute-se sobre a Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), que acontece há mais de 60 anos em vários continentes do mundo. Observa-se que esta Conferência desde seu início teve o objetivo de discutir e produzir um documento

que trouxesse soluções ao problema da educação de adultos no mundo, segundo o pensamento de Machado e Nunes (2016).

Descreve-se que seis CONFINTEA's foram realizadas em vários países do mundo, sendo que a primeira ocorreu na Dinamarca, cujas perspectivas e discussões foram centralizadas na oferta de uma educação mais aberta para os indivíduos, olhando as condições reais destes indivíduos na sociedade.

Com relação a I CONFINTEA, aconteceu no fim da década de 1940, no qual o mundo vivia um contexto de pós-guerra onde foram tomadas diversas medidas para que se alcançasse a paz mundial, com a participação de vários países, com exceção do Brasil. As deliberações foram as seguintes:

- Os conteúdos da Educação de Adultos estivessem de acordo com as suas especificidades e funcionalidades;
- Que fosse uma educação aberta, sem pré-requisitos;
- Que os problemas das instituições e organizações com relação à oferta precisariam ser debatidos;
- Que se averiguassem os métodos e técnicas e o auxílio permanente
- Que a educação de adultos seria desenvolvida com base no espírito de tolerância, devendo ser trabalhada de modo a aproximar os povos, não só os governos e,
- Que se levasse em conta as condições de vidas das populações de modo a criar situações de paz e entendimento.

Já a II CONFINTEA que aconteceu no ano de 1960 no Canadá, à época, trouxe um debate sobre a necessidade de os países mais desenvolvidos ajudarem aos em desenvolvimento melhorar a sua aprendizagem. Neste sentido, cada país-membro elaborou seu relatório nacional com base nos seguintes tópicos:

1. Natureza, objetivo e conteúdo da Educação de Adultos;
2. Educação cidadã (in civics);
3. Lazer e atividades culturais;
4. Museus e bibliotecas;
5. Universidades;
6. Responsabilidade para com a educação de adultos;
7. Urbanização;

8. Educação das mulheres.

De acordo com Machado e Nunes (2016), o resultado principal desta segunda Conferência diz respeito à consolidação da Declaração da Conferência Mundial de Educação de Adultos, cuja pauta contemplava temas como o contexto do aumento populacional, de novas tecnologias, da industrialização, dos desafios das novas gerações e a aprendizagem como tarefa mundial.

Na III CONFINTEA debateu-se sobre um conceito mais abrangente, mais amplo de educação, principalmente de adultos por entender que é um tema de suma importância. Para tanto, foram sugeridas e criadas as categorias de ensino escolar e extraescolar, a fim de garantir a educação integral dos indivíduos de qualquer idade. Aduz-se que a partir desta nova forma de educação se pensava chegar a um ápice de desenvolvimento educacional, econômico e cultural dos países.

Este evento aconteceu em Tóquio, no Japão, em 1972, onde na pauta foi discutido e constatado que os ambientes escolares não dão conta de oferecer, sozinhos, essa educação integral, logo, deve-se estender a ambientes não escolares, o que anos mais tarde foi normatizado por diplomas legais, por conceberem que a educação de adultos é o fator de maior importância na democratização e desenvolvimento da educação mundial.

Sobre a IV CONFINTEA, ocorreu no ano de 1985 na França, com o objetivo principal de que o direito de todos os cidadãos, sejam eles crianças ou adultos, é de uma educação de qualidade. A temática foi permeada pela frase “Aprender é a chave do mundo”, que faz referência à importância do direito de aprender como o maior desafio da humanidade.

A V CONFINTEA é vista como a principal, aconteceu em Hamburgo no ano de 1997, pelo fato de ter a participação dos mais importantes e diferentes parceiros da educação e principalmente da sociedade civil. Neste evento, elaborou-se a Declaração de Hamburgo, cujo teor centrava-se na ideia de que a educação de adultos é o cerne de todo o processo de aprendizagem, seja ela formal ou informal, que fazem as pessoas desenvolverem suas habilidades e seus conhecimentos.

Além disso, os participantes reafirmaram que somente o desenvolvimento centrado no ser humano e a existência de uma sociedade participativa, baseada no respeito integral aos direitos humanos, que levarão a um desenvolvimento justo e sustentável.

E para ilustrar este estudo, é pertinente apresentar o documento contido no livro Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea 1996-2004 publicado pelo MEC em 2007:

Nós, participantes da V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, reunidos na cidade de Hamburgo, reafirmamos que apenas o desenvolvimento centrado no ser humano e a existência de uma sociedade participativa, baseada no respeito integral aos direitos humanos, levarão a um desenvolvimento justo e sustentável. A efetiva participação de homens e mulheres em cada esfera da vida é requisito fundamental para a humanidade sobreviver e enfrentar os desafios do futuro (MEC, 2007, p. 36).

A educação de adultos, dentro desse contexto, torna-se mais que um direito:

é a chave para o século XXI, que tem como consequência o exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Seus desdobramentos perpassam pelo argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de ser um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça (CONFINTEA, 1997, p. 67).

Isto significa que a educação de adultos mostra os avanços, as conquistas, o favorecimento de oportunidades no processo de escolarização dos indivíduos que não tiveram acesso à educação na idade apropriada e dar um significado à sua vida, promovendo a igualdade entre homens e mulheres; desenvolve a autonomia; possibilita o acesso à cultura; favorece uma participação criativa e consciente.

Diante das citações acima, entende-se sobre a preocupação da conferência com a educação de jovens e adultos e a ressignificação do desenvolvimento humano. É relevante citar que no documento há preocupação em fomentar a paz mundial através da justiça e principalmente da democracia. Aliado ao respeito junto aos seres humanos como um todo, pois é preciso uma participação de homens e mulheres nas mais variadas esferas da vida e assim enfrentar todos os desafios existentes no meio social.

Mediante o pressuposto, pontua-se que por meio da educação que se tem a responsabilidade de mudar esta perspectiva retrógrada de violência, e implantar uma nova perspectiva de paz no mundo. Sabe-se que é um trabalho muito árduo, difícil e pesado para todos os profissionais da educação, mas com o esforço em conjunto, isto torna-se possível, pois,

A educação de adultos engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas “adultas” pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não-formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos. (CONFINTEA, 1997, p. 37).

Enfim, a educação de adultos também é capaz de enriquecer o intelecto de aprendizagem, com o desenvolvimento das habilidades para que se chegar a uma sociedade cada vez mais humana e justa. Ainda que a educação ocorra em todo lugar e a todo momento, seja na escola, no meio doméstico ou na rua, sendo capaz de tornar a sociedade “multicultural” (FREIRE, 2014).

Sobre a CONFINTEA VI ocorreu em 2009 na cidade de Belém no estado do Pará/Brasil, que buscou estimular cada vez mais o debate e a discussão acerca da educação de adultos, pois “procurou fortalecer o reconhecimento da aprendizagem e educação de adultos, como previsto na CONFINTEA V, numa perspectiva de aprendizagem ao largo e ao longo da vida “ (IRELAND; SPEZIA, 2014, p. 256). Sua principal meta estava em harmonizar a aprendizagem e educação de adultos com outras agendas internacionais de educação e desenvolvimento e sua integração nas estratégias setoriais nacionais.

Ainda segundo Ireland e Spezia (2014, p. 257), os objetivos desta CONFINTEA ocorrida no Brasil são estabelecidos da seguinte forma:

- Promover o reconhecimento da aprendizagem e educação de adultos como um elemento importante e fator que contribui para a aprendizagem ao longo da vida, sendo a alfabetização a sua fundação;
- Enfatizar o papel crucial da educação e aprendizagem para a realização das atuais Agendas internacionais de educação e desenvolvimento (EPT, ODM, UNLD, LIFE e DESD) e;
- Renovar o momentum e o compromisso político e desenvolver as ferramentas para a implementação, a fim de passar da retórica à ação.

Uma das principais questões desta VI conferência, estava em avaliar, perceber e minimizar os altos índices de analfabetismo que persistiam entre jovens e adultos. Nos dias atuais, tais índices continuam sendo altos, porém vem sendo reduzidos gradativamente com o passar dos anos e a inserção de novas medidas, técnicas e metas educacionais por parte dos governos.

Dessa forma, cinco questões temáticas foram abordadas na última conferência, que são:

- A integração da educação de adultos e das políticas educacionais da aprendizagem ao longo da vida, que visava adotar a aprendizagem e a educação de adultos como estratégia para acelerar ainda mais sua concretização.
- Financiamento da educação de adultos, onde se defendeu a troca de pensamento de gasto com a educação para investimento na educação, além de visar um investimento a ser realizado pelo setor privado do país.

- Qualidade na educação de jovens e adultos, dizendo que é perigoso quando cada sistema educacional constrói suas próprias definições de educação de adultos visando uma certa qualidade entre outros.
- O papel do professor educador, onde a real qualidade da aprendizagem está profundamente ligada ao ato educativo/didática do professor em seu âmbito educacional, seja ele na escola ou em outro local educativo (CONFINTEA, 2009).

Com isso, é possível perceber que a última CONFINTEA deixou um legado que passa pela modernização e atualização de tudo que fora construído ao longo das realizações das conferências anteriores, e traz um novo olhar e objetivos atualizados e diferenciados para a educação de adultos.

Percebe-se, então que questões de investimentos e implantação de metas da Educação de adultos são relevantes e necessárias para que se avance nesta modalidade de ensino, visando cada vez mais a erradicação do analfabetismo destes jovens e adultos existentes em todos os países do mundo.

Mediante ao pressuposto, é inegável que as discussões corroboram cada vez mais da importância dos deveres que todos os países têm, em curto prazo, diga-se de passagem, de acabar com o analfabetismo, pois todos unidos os países são capazes de acabar com o problema e trazerem soluções, visto que é uma luta que somente todos, juntos, podem vencer.

Além do que, a EJA, a Educação popular ou Educação de adultos, seja qual for a nomenclatura utilizada, é uma modalidade educacional ampla e complexa para ser discutida, devido a legitimidade que esta corrente teórica tem no âmbito educacional.

É de suma importância destacar que sem os investimentos e discussões necessárias acerca do tema, não será possível chegar a lugar algum, pois, só através das sínteses é que se chega a uma qualidade de ensino cada vez melhor.

Assim, entende-se a importância das legislações vigentes no Brasil ou fora dele acerca da Educação de jovens e adultos, que até certo ponto, tem o propósito de suprir as necessidades educacionais dos indivíduos que buscam a realização de um sonho, seja de concluir seus estudos, de possuir seu diploma, de se sentir como um ser novamente inserido numa sociedade cada vez mais agressiva e que visa somente o mundo do trabalho, o mundo de capital.

É necessário que esta perspectiva capitalista se sobreponha cada vez menos às necessidades educativas e que a perspectiva justiça educacional floresça como grande norteador da educação, uma vez que a educação é um direito de todos e não pode ser escondida dos que dela necessitam.

CONCLUSÃO

A EJA, atualmente, tem a finalidade de função reparadora, quando se propõe a resgatar esse adulto que não teve a oportunidade de aprender a ler na época certa, de diminuir o número de analfabetos, além de oferecer também a capacitação para o trabalho em muitos casos (CARDOSO; PASSOS, 2019).

Assim, busca contribuir na erradicação do analfabetismo no Brasil por meios legais e de ações do poder público nas esferas federal, estadual e municipal e também entidades filantrópicas sensíveis a essa causa em todo território nacional (BATISTA; FILHO, 2015).

Portanto, a EJA trata-se de uma modalidade de ensino amparada por lei e que possui diretrizes para buscar pessoas que não tiveram, por algum motivo, acesso ao ensino regular na idade considerada apropriada. Tem como objetivo tentar ou corrigir algumas questões sociais e a principal delas é a exclusão e exploração.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: GIOVANETTI, M. A., GOMES, N. L.; SOARES, L. (Org.). Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006, p.19-50.

BATISTA, Maria José Guedes; FILHO, Mateus de Souza Coelho. Educação de jovens e adultos: desafios e possibilidades no Serviço Social do Comércio-SESC, Unidade de Parintins-AM. PUCPR 26 a 29/10/2015.

BISHOP, Alan J. Enculturación matemática: la educación matemática desde una perspectiva cultural. Barcelona: Paidós, 2001.

BRASIL/MEC. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 4.024/61. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1961.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nº9394/96. Brasília. MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Ensino Fundamental - SEF. Oferta de ensino da EJA sob a forma presencial. Brasília: DF, 2002

_____. Resolução CNE/CEB 1/2000. In: SOARES, Leôncio. Diretrizes Curriculares Nacionais: Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CARDOSO, Marcélia Amorim; PASSOS, Gisele de Andrade Louvem dos. Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos e a formação docente. 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cederj.edu.br/artigos/16/25/reflexes-sobre-a-educacao-de-jovens-e-adultos-e-a-formao-docente>. Acesso em 18 set. 2021.

CATELLI Jr., R. Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: de programa em programa. In: MORTATTI, M. R.; FRADE, I. C. S. (Orgs.). Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? São Paulo: UNESP, 2014. p. 91-108.

CORTELLA, Mario Sérgio. Educação, Escola e Docência: novos tempos, novas atitudes. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

CURY, Carlos J. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos. 2014. In: Brasil. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Parecer nº 11, 07 de junho de 2000. Brasília: CNE/CEB.

DUARTE, N. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1678-51771996000100002&script=sci_arttext&tlng=en> Acesso em: 15 set. 2021

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.) Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2015 (Guia da escola cidadã;

GAGNO, Roberta Ravaglio; PORTELA, Mariliza Simonete. Gestão e Organização da Educação de Jovens e Adultos: Perspectiva de Prática Discente. São Paulo, 2016.

HADDAD, Sérgio Di Pietro. Diretrizes de política nacional de educação de jovens e adultos. São Paulo. Texto CEDI, 2010.

IRELAND, T.D; SPEZIA, C.H. (org.). Educação de Adultos em Retrospectiva: 60 anos de CONFINTEA. Brasília. Virtual Books, 2014. Disponível em: <http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/educacao_adultos_retrospectiva_CONFINTEA.pdf>. Acesso em: 19 set. 2021.

MACHADO, M. B. W.; NUNES, A. L. R. Alfabetização de jovens e adultos: uma reflexão. Educação, revista educação, v. 41, n. 1, jan./abr. 2016.

PARO, Vitor Henrique. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. In: Gestão, financiamento e direito à educação. Análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2015.

RIBEIRO, V. S. Questões em torno da construção de indicadores de analfabetismo e letramento. Educação e Pesquisa, 27 (2), 283- 300. 2001.

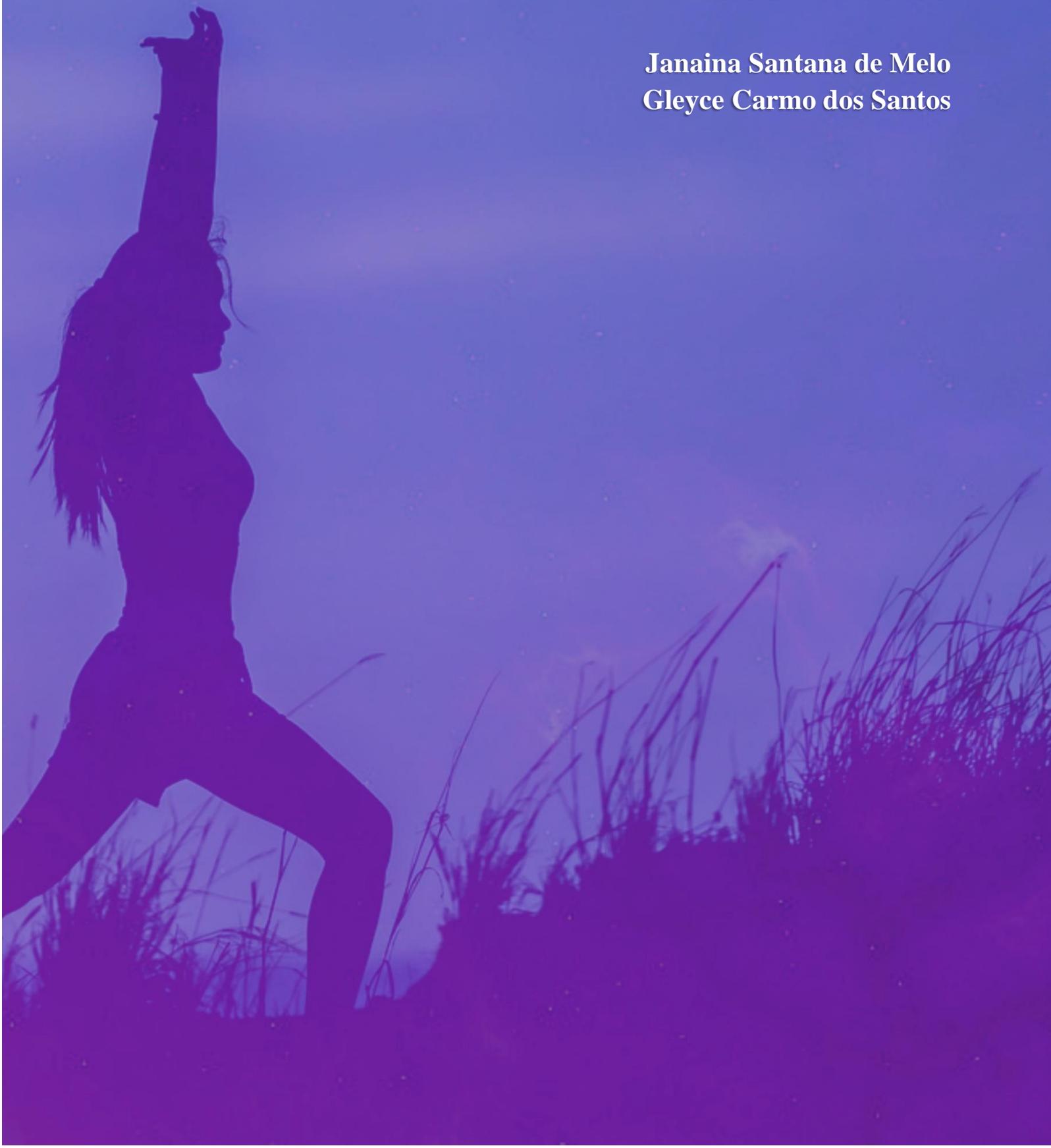
SILVA, N. V. HASENBALG, C. (2000). Tendências das desigualdades educacionais no Brasil. DADOS – Revista de ciências sociais, 43(3), 423-445

VYGOTSKY, Lev S. Pensamento e linguagem. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

CAPÍTULO 4

PILATES SOLO – ADERÊNCIA, METODOLOGIA E RESULTADOS EM PESSOAS POUCO ATIVAS NO PROGRAMA SESC

**Janaina Santana de Melo
Gleyce Carmo dos Santos**



PILATES SOLO – ADERÊNCIA, METODOLOGIA E RESULTADOS EM PESSOAS POUCO ATIVAS NO PROGRAMA SESC

**Janaina Santana de Melo
Gleyce Carmo dos Santos**

RESUMO

Este trabalho relata a experiência da implantação da atividade física Pilates solo na Unidade Sesc Ananindeua como estratégia de promoção da qualidade de vida, para a clientela dos trabalhadores do comércio, seus dependentes e público em geral. Além de mostrar os resultados obtidos pela clientela após 14 sessões. A metodologia utilizada foram aulas semanais, 2 x semana com aulas de 45 a 50 minutos. O estudo pretende estimular profissionais e gestores quanto a importância do desenvolvimento de espaços para prática do Pilates em academias e clubes, e os benefícios proporcionados à clientela participante. O Pilates trata de uma abordagem holística vendo o ser humano como um todo, pois integra corpo e mente aumentando o controle, a força, equilíbrio e consciência corporal desenvolvidos através dos princípios do próprio método que são: respiração, concentração, controle de centro, precisão, alinhamento e fluidez.

Palavras-chave: Pilates Solo. Sesc. Qualidade de vida.

ABSTRACT

This paper reports the experience of implementing solo Pilates physical activity at the Sesc Ananindeua Unit as a strategy to promote quality of life for the clientele of commercial workers, their dependents and the general public. In addition to showing the results obtained by the clientele after 14 sessions. The methodology used was weekly classes, 2 x week with classes from 45 to 50 minutes. The study aims to encourage professionals and managers regarding the importance of developing spaces for Pilates practice in gyms and clubs, and the benefits provided to the participating clientele. Pilates is a holistic approach seeing the human being as a whole, as it integrates body and mind, increasing control, strength, balance and body awareness developed through the principles of the method itself, which are: breathing, concentration, center control, precision, alignment and fluidity

Keywords: Pilates solo. Sesc. Quality of life.

RESUMEN

Este artículo reporta la experiencia de implementar la actividad física Pilates en solitario en la Unidad Sesc Ananindeua como estrategia para promover la calidad de vida de la clientela de trabajadores comerciales, sus dependientes y público en general. Además de mostrar los resultados obtenidos por la clientela tras 14 sesiones. La metodología utilizada fue de clases semanales, 2 x semana con clases de 45 a 50 minutos. El estudio tiene como objetivo incentivar a los profesionales y directivos sobre la importancia de desarrollar espacios para la práctica de Pilates en gimnasios y clubes, y los beneficios que se brindan a la clientela participante. Pilates es un enfoque holístico que ve al ser humano como un todo, ya que integra cuerpo y mente, aumentando el control, la fuerza, el equilibrio y la conciencia corporal desarrollados a través de los principios del propio método, que son: respiración, concentración, centro de control, precisión, alineación y fluidez.

Palabras clave: Pilates Solo. Sesc. Calidad de vida

INTRODUÇÃO

De acordo com Abrami e Browne (2003), citado por Mayer e Lopes (2011), o criador do Método Pilates, foi Joseph Humbertus Pilates, nascido em 1880 na Alemanha, sendo uma criança muito doente, que sofria de asma, raquitismo, bronquite e febre reumática, dedicou-se desde cedo a melhorar sua condição física para minimizar as consequências das diversas patologias sofridas.

Joseph Pilates faleceu aos 87 anos com insuficiência respiratória, em consequência do incêndio em seu estúdio (ABRAMI e BROWNE 2003, citado por MAYER e LOPES 2011).

Durante a primeira Guerra Mundial atuando como enfermeiro, auxiliava os feridos e mutilados a realizarem exercícios utilizando as molas das camas, cordas e roldanas. Assim, foi surgindo uma metodologia de exercícios que poderia ser utilizada no condicionamento de atletas e bailarinos objetivando a performance do movimento, e na prevenção e tratamento de pessoas no que diz respeito ao sistema musculoesquelético (OLIVEIRA ET AL).

No início do século XX, com base em observações e estudos em ginástica olímpica, boxe, artes circenses e algumas práticas orientais como Yôga, Joseph que era um autodidata criou o método Pilates com a denominação de CONTROLÓLOGIA, sendo:

A coordenação completa de corpo, da mente e do espírito. Por meio dela, você adquire primeiro o controle total de seu próprio corpo e depois, com repetições apropriadas dos exercícios, adquire gradual e progressivamente um ritmo natural e a coordenação associada às atividades do subconsciente (PILATES, MILLER, 1945, p. 121-122)

A formação para trabalhar com o Método Pilates não foi uma preocupação de seu criado, visto que não há nenhum registro no qual exista recomendações sistematizadas para a formação de instrutores capazes de aplicar seus princípios. Os primeiros cursos para esse fim foram organizados pelos seus alunos que aprenderam a metodologia pelo convívio, pela instrução dos movimentos e pelos livros que Joseph escreveu (PILATES, 2010; PILATES, MILLER, 2010). A partir iniciou-se o pensamento de forma estruturada para a formação de futuros instrutores, com carga horária, currículo específico, estágio, etc.

No campo dos grandes nomes do Pilates destacamos Romana Krysanowska uma das instrutoras formadas diretamente por Joseph Pilates nos Estados Unidos. Ela e Clara Pilates (esposa de Joseph) continuaram os trabalhos no estúdio de Nova York após a morte de Joseph.

De acordo com Reyneke (2009), Panelli e De Marco (2006), Bastos e Vuaden (2005) e Friedrich (2008), a primeira brasileira a iniciar a formação e trabalho com Pilates no Brasil foi Alice Becker, bailarina e graduada em dança pela Universidade Federal da Bahia. Depoimentos indicam que ela começou a praticar o método em 1987, enquanto estava em Los Angeles cursando seu mestrado em dança no *California Institute of the Arts*. Entretanto, a metodologia

só chegou ao Brasil na década de 1990, quando Alice trouxe um curso visando à formação da sua equipe, e concluiu a segunda etapa de aprendizagem do método.

O primeiro estúdio de Pilates foi inaugurado por Alice Becker Denovaro na cidade de Salvador na Bahia em 1991 (BASTOS, VUADEN, 2005; PANNELI, DE MARCO, 2006; GARCIA, KOLYNIK, 2012). Após completar a sua formação nos Estados Unidos, ela desenvolveu uma metodologia em que diversificava as aulas de solo com equipamentos, o que não necessitava de grande investimento financeiro, pois os aparelhos do Pilates ainda não eram produzidos no Brasil e, por isso tinham um alto custo.

Nos princípios do Pilates está o movimento consciente sem fadiga e dor, o método baseia-se em seis princípios: a respiração, o controle, a concentração, o movimento harmônico ou fluidez de movimento, o centro de força e a precisão (SACCO ET al, 2005; BERTOLLA et al, 2007; MENDONÇA; SILVA, sd; NETTO et al, 2008; CRAIG, 2004; LANGE et al, 2000; PIRES; SÁ, 2005, citados por COMUNELLO, 2011).

Princípio do centro de força

Joseph denominou o princípio da centralização de “powerhouse” ou “centro de força”, sendo constituído pelos músculos abdominais (reto abdominal, oblíquo interno e externo e transversos do abdômen), glúteos e paravertebrais lombares, que são responsáveis pela estabilização estática e dinâmica do corpo (CURI, 2009; SILVA; MANNRICH, 2009; RODRIGUES, 2006, citados por COMUNELLO, 2011). Este centro é como um suporte responsável pela sustentação da coluna e órgãos internos, estabilização do tronco, manutenção da postura correta, com menor gasto energético aos movimentos (PIRES; SÁ, 2005; MARIN, 2009, citados por COMUNELLO, 2011) e diminuição do risco de lesões (GÓMEZ; GARCÍA, 2009, citados por COMUNELLO, 2011). Na execução dos exercícios a expiração associa-se a contração do diafragma, do transversos abdominal, do multífido e dos músculos do assoalho pélvico, sendo intensamente trabalhada (PIRES; SÁ, 2005, citados por COMUNELLO, 2011). Quando se tem um centro forte, as costas também ficam fortalecidas, o que significa que o andar, ficar de pé e correr é realizado sem desconforto ou dor. Os braços e pernas são extensões dessa parte do corpo. Originalmente, os seres humanos não estavam adaptados para ficar em pé, a única razão pela qual ficamos em pé, e por causa desses músculos específicos.

Princípio do controle

No Método Pilates não devem ser realizados movimentos rápidos e bruscos, pois é desta maneira que o método consegue reduzir o risco de lesões (GÓMEZ; GARCÍA, 2009; CURI, 2009, citados por COMUNELLO, 2011). A mente deve controlar cada movimento, pois o

controle na execução de cada movimento alcança a harmonia e aprimora a coordenação motora, evitando contrações musculares inadequadas ou indesejáveis (RODRIGUES, 2006; MARIN, 2009; PIRES; SÁ, 2005, citados por COMUNELLO, 2011). As pessoas as vezes pensam que estão usando os músculos abdominais durante os exercícios, mas estão na verdade usando seus ossos e os flexores dos quadris. Assim, os músculos que devem ser o objetivo do exercício não estão sendo trabalhados de maneira eficiente.

Princípio da fluidez

Os movimentos realizados durante a execução de cada exercício devem respeitar a fluidez, a leveza e a harmonia, sendo realizados de forma controlada e contínua, absorvendo os impactos do corpo. Nesse método não são permitidos movimentos violentos, bruscos ou rápidos e atividades descontroladas. Cada movimento origina-se de um centro forte e flui de um modo lento, suave e controlado, aquecendo os músculos, promovendo alongamento e aumentando o espaço entre as vértebras na coluna vertebral, para que o corpo se distenda a fim de criar uma forma alongada e esbelta.

Princípio da precisão

A precisão e controle estão inter-relacionados. Todos os exercícios devem ser realizados lentamente, como se estivesse meditando. Concentrando-se em cada etapa do movimento, conhecendo o corpo, tornar-se possível desenvolver o controle necessário para se obter a precisão de cada movimento (RODRIGUES, 2006; MARIN, 2009, citados por COMUNELLO, 2011). A precisão é de fundamental importância na qualidade do movimento e no realinhamento postural do corpo (GÓMEZ; GARCÍA, 2009; PIRES; SÁ, 2005; PANELLI; DE MARCO, 2006, citados por COMUNELLO, 2011).

Princípio da respiração

No Método Pilates todos os exercícios são associados à respiração. Joseph enfatizava a respiração como o fator primordial, a inspiração ocorre para preparar-se para o movimento e a expiração ocorre enquanto o executa (MARIN, 2009; RODRIGUES, 2006; CRAIG, 2004; GALLAGHER; KRYZANOWSKA, 2000; PIRES; SÁ, 2005, citados por COMUNELLO, 2011). A respiração alimenta o corpo e o cérebro. As pessoas têm a tendência para respirar superficialmente para dentro do tórax quando inspiram, para dentro da parte superior do peito, e não corretamente para baixo do diafragma. Quando se respira profundamente, está trabalhando de dentro para fora, energizando e reabastecendo grandes regiões do corpo.

Princípio da concentração

Durante todo o exercício, a atenção é voltada para cada parte do corpo, para que o movimento seja desenvolvido com a maior eficiência possível. Assim, temos a conscientização corporal e o aprendizado motor, que é o grande objetivo da técnica (PIRES; SÁ, 2005; MARIN, 2009; RODRIGUES, 2006; GÓMEZ; GARCÍA, 2009; CURI 2009, citados por COMUNELLO, 2011). É de suma importância coordenar a respiração com o movimento, necessitando de concentração para a execução do exercício.

O método Pilates é baseado em fundamentos anatômicos, fisiológicos e cinesiológicos que quando executados no solo permite uma maior descompressão das vértebras em relação à força da gravidade, diminuindo impactos sobre as articulações responsáveis pela sustentação do corpo em posição ortostática não comprometendo a integridade da coluna vertebral.

Muitas modalidades vêm buscando, baseadas no método Pilates, uma melhor eficácia e aprimoramento na qualidade de movimentos. Nos últimos anos o número de pessoas que buscam atividades físicas a melhorar a qualidade de vida, a saúde e que satisfaçam suas necessidades tem aumentado cada vez mais. O estilo de vida contemporâneo ocasionado pelo crescimento frenético da tecnologia vem acentuando o sedentarismo, a má alimentação e situações de stress que interferem no desempenho das atividades de vida diária. A adesão a programas de atividade física atualmente ocorre em todas as faixas etárias, principalmente adultos por serem mais ativos, por utilizarem esse tempo como lazer, para manutenção e melhora da saúde e ajuda no nível de stress.

OBJETIVOS

Geral: O objetivo geral deste estudo foi identificar a aderência, e benefícios gerados pela prática do Pilates solo em pessoas pouco ativas no Programa Sesc

Específicos: História do criador da metodologia Pilates e seus princípios; descrever a metodologia das aulas aplicadas no estudo; mostrar motivos de procura e aderência a esta atividade física, e seu benefícios à saúde.

DESENVOLVIMENTO

A atividade física Pilates pode ser desenvolvida em duas formas: Estúdio e solo. O estúdio geralmente é composto pelos principais aparelhos idealizados pelo próprio Joseph Pilates, que são: **Reformer** (o primeiro equipamento), **A Chair ou cadeira**, o **Ladder Barrel e o Cadillac**. Entretanto, com o desenvolvimento da técnica pelo mundo outras adaptações

foram feitas, inclusive com o “**Pilates Aéreo**” que utilizam a “Lira e o Columpio, onde há uma mistura dos princípios do pilates, yoga, balé, fisioterapia, Funcional e circo (principalmente para a Lira, que tem origem circense).

No Mat Pilates, onde “MAT” significa tapete em inglês, os exercícios são realizados no solo sem o uso de aparelhos, utilizando a força do próprio corpo para realizar os exercícios. Ele é considerado mais difícil que o estúdio, pois a utilização do corpo como carga, aumenta o nível de dificuldade dos exercícios, além de exigir total controle corporal e concentração. Contudo, pode-se utilizar acessórios para tornar os exercícios mais criativos, diferentes e desafiadores. Citamos alguns acessórios como: **Magic Circle** - muito utilizado para fortalecimento muscular de membros superiores e inferiores; **Foam Roller ou rolo de espuma**- cuja principal função é causar instabilidade, trabalhando o equilíbrio corporal e ativando o powerhouse ou “centro de força”; **Fit ball** - adaptado para qualquer exercício de solo, atuando no fortalecimento abdominal, flexibilidade, relaxamento, coordenação e o equilíbrio; **Faixas elásticas** – confeccionadas em material elástico resistentes, com intensidade diferenciadas por cores, muito utilizadas no fortalecimento de musculaturas; **Tonning Ball** – que pequenas bolas que pesam entre 0,5kg e 6kg, feitas de material macio que se ajusta perfeitamente nas palmas das mãos, e são utilizadas para aumentar o desafio dos exercícios com maior resistência.

O Serviço Social do Comércio – Sesc em todo o Brasil, já disponibiliza espaços para a prática do Pilates em vários Regionais. No Sesc Pará o Pilates já é desenvolvido há a mais de 10 anos, com o Estúdio e sala de Mat pilates, tendo início com a Unidade do Sesc Doca, e recentemente com a implantação de um moderno anexo para a atividade física Pilates na Unidade Sesc Ver-o-peso, todas duas situadas em Belém.

Entretanto, com a situação da pandemia da COVID-19 que atingiu todo o mundo, mostrando as pessoas a importância da prática de uma atividade física para melhoria do funcionamento do sistema cardiorrespiratório, fortalecimento muscular e qualidade de vida, a Unidade Sesc Ananindeua foi impulsionada a implantar o Pilates no seu quadro de atividades físicas, visto a grande procura da clientela no Município de Ananindeua, que possui poucos espaços destinados ao Pilates. Desta forma desde maio de 2021 a Unidade está desenvolvendo o Pilates, inicialmente somente no solo, e na forma on-line, através de aulas ao vivo, pela plataforma Zoom. A partir de setembro com o retorno gradativo das programações presenciais também as aulas estão sendo disponibilizadas na forma presencial. Assim, o Pilates no Sesc Ananindeua busca atender dois públicos: os clientes que querem realizar as aulas no conforto das suas residências, e aqueles que já se encontram aptos para as práticas presenciais.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no Sesc Ananindeua, através das aulas de Mat Pilates ministradas pelas profissionais de Educação Física da Unidade, que tem a formação específica de Pilates. As práticas aconteceram no período da manhã e tarde, compreendendo um período de 07 semanas, perfazendo um total de 14 sessões. Sendo a duração de cada sessão (aula) 45 a 50 minutos/dia, duas vezes por semana. Foram utilizados acessórios como: bolas de borracha e bastão. Cada sessão foi executada com exercícios de alongamento, de estabilização da pelve, fortalecimento do abdômen e dos membros superiores e inferiores, exercícios de respiração, além de noções de concentração, equilíbrio, controle corporal e relaxamento.

Como ainda estamos em alerta pela pandemia da COVID-19, o Sesc manteve todos os protocolos sanitários preventivos, por este motivo as aulas foram ministradas com no máximo 04 alunos por horário, todos com máscaras e distanciamento de 1,5m entre os tapetes. Assim como, álcool em gel disponível a todos, e os tapetes individualizados, e higienizados pela equipe de limpeza após o uso em cada sessão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram desta pesquisa 16 alunos, sendo 14 Mulheres e 02 Homens, com faixa etária de 30 a 76 anos. Ressaltamos que todos os alunos responderam questionários com anamnese sobre prática de atividade, sedentarismo, dores, flexibilidade, qualidade de sono, alívio de tensão e estresse, capacidade respiratória, postura e dores no corpo.

No primeiro questionário aplicado antes das sessões observamos que:

- 67,6% Nunca praticaram atividade física // 14,7% - parou há mais de 01 ano, e os demais percentuais de 2,95% - estavam parados há 06 meses e outros;
- 79,4% Nunca praticaram Pilates // 20,6% já haviam praticado;
- 52,9% Não foram infectados pela COVID-19 // 47,1% foram infectados;
- 65% informaram dores nas costas, principalmente nas regiões cervical e lombar// 35% dores em outras regiões.

No segundo questionário aplicado após as 14 sessões, com frequência regular dos alunos nas práticas relatadas observamos nas respostas:

- Quanto a Flexibilidade – melhora de 100%;
- Quanto a qualidade do sono – 92,9% obteve melhoras, e 7,1% não sentiu diferença;
- Quanto ao alívio de tensão e estresse – melhora de 100%;
- Quanto a capacidade respiratória, o modo de respirar – melhora de 100%;

- Quanto a postura – melhora de 100%;
- Quanto as dores no corpo – melhora de 100%;
- Quanto a indicação da Atividade Física Pilates para amigos e familiares – 100% indicaria.

Percebeu-se durante as sessões de pilates a evolução dos praticantes, principalmente quanto a flexibilidade, respiração e coordenação, principalmente pelo fato que a maioria nunca havia praticado atividade física.

Quando falamos da melhora da flexibilidade, ratificamos que o método é uma excelente modalidade de exercício para melhorar a estabilidade da coluna vertebral, a força e a resistência dos músculos lombares.

A dor lombar em muitos casos está associada a fraqueza muscular e a má postura. Nesse sentido, exercícios que desenvolvam força muscular favorecem a proteção das articulações, podendo prevenir lesões ligamentares, dores nas costas, além de ajudar a manter uma boa postura (NAHAS, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vários estudos observa-se que o método Pilates produz resultados satisfatórios e eficazes no tratamento de dores na coluna, principalmente a nível lombar, melhorando o quadro algíco inicialmente apresentado, bem como também apresenta melhora na flexibilidade e a postura, aumentando assim o condicionamento físico do indivíduo, causando desta forma uma melhora na qualidade de vida.

A aplicação das técnicas do Pilates fortalece o corpo do indivíduo de forma global, tendo como base o fortalecimento da região abdominal (centro de força). Além de ser um método utilizado também como prevenção, fortalecendo as cadeias musculares de forma harmônica, tendo como benefício a diminuição e riscos de lesões decorrentes de acometimentos musculares.

Como conclusão, as pesquisas presentes neste artigo, e autores citados confirmaram que o método Pilates pode melhorar significativamente dores na coluna, e a capacidade respiratória de pessoas pouco ativas, que buscam uma atividade física prazerosa, que lhes proporcionem uma maior longevidade.

REFERÊNCIAS

ACKLAND, Lesley. Pilates, modele seu Corpo e Transforme sua vida. Editora Pensamento. São Paulo, 2005.

PEREIRA, Eliana Cristina; LIBERALI, Rafaela; LOPES, Charles Ricardo; CRUZ, Ticiane Marcondes; NETTO, Maria Inês Astaxo; VIANA, Helena Brandão; Aderência de Pessoas no Pilates Solo. Fisioterapia Brasil. Vol. 14, n.1, Jan/Fev. 2013.

MACEDO, Christiano Garcia; HAAS, Aline Nogueira; Goellner, Silvana Vilodre. O método Pilates no Brasil segundo a narrativa de algumas de suas instrutoras pioneiras. Pensar a prática, Goiânia, v.18, n.3, Julho/Set.2015.

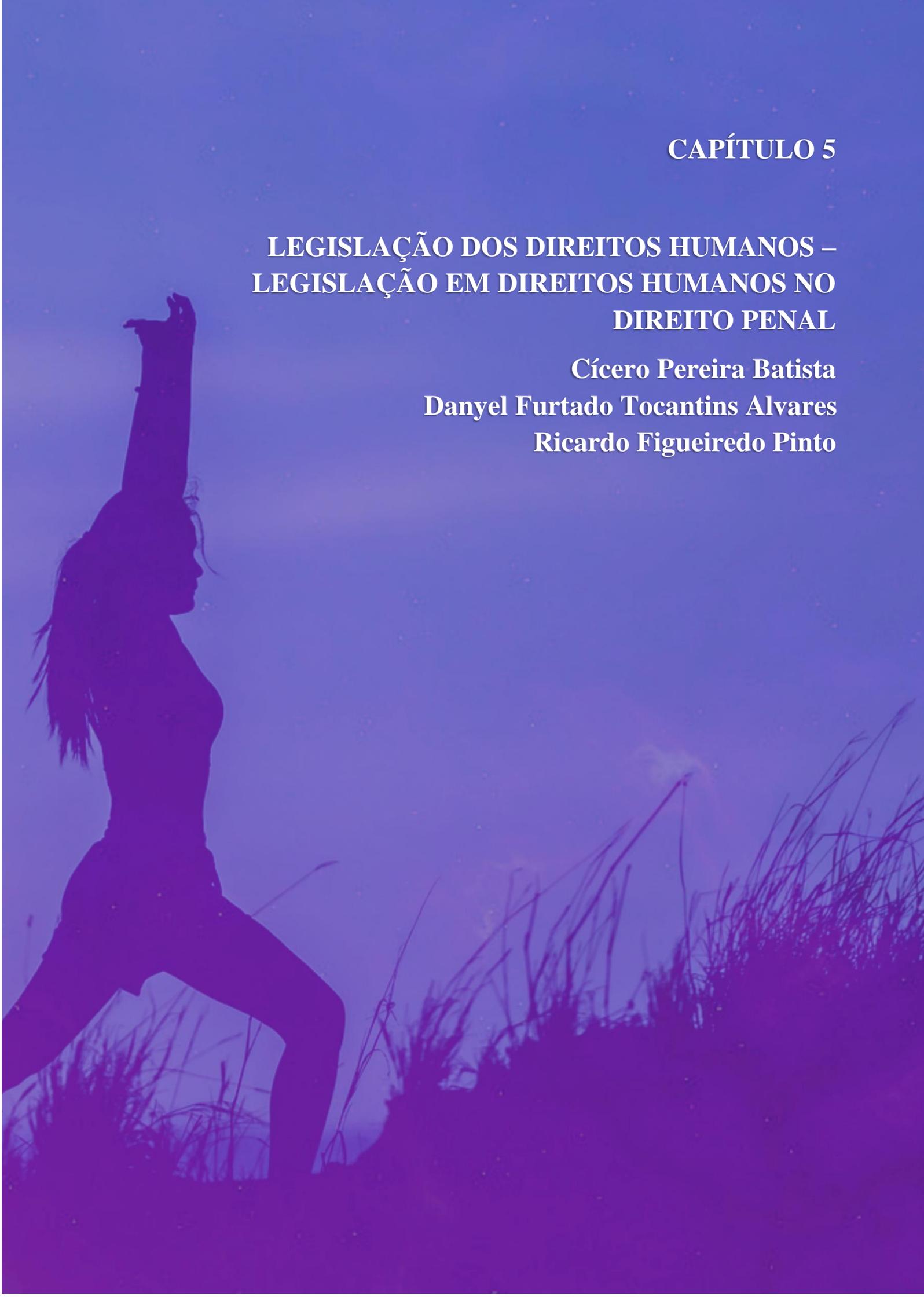
OLIVEIRA, Alinne Barroncas; MEIJA, Dayana Priscila Maia. Os Benefícios da aplicação do método Pilates solo em adultos com lombalgia decorrentes de acometimentos musculares. Faculdade de Tecnologia do Ipê – FAIPE/ Bio Cursos Manaus.

SOUZA, Yara Oliveira; MEIJA, Dayana Priscila Maia. Método Pilates no aumento da Flexibilidade. Faculdade Ávila. Curso de Pós-graduação em Ortopedia e Traumatologia com ênfase em Terapias Manuais.

PIRES, Daniela Cardoso; SÁ, Cloud Kennedy Couto. Pilates: Notas sobre aspectos históricos, Princípios, Técnicas e Aplicações. Revista Digital – Buenos Aires – ano 10, nº90. dezembro 2005.

MARÉS, Gisele; OLIVEIRA, Keti Batista; PIAZZA, Márcia Carla; PREIS, Cássio; NETO, Luiz Bertassoni. A importância da estabilização Central no Método Pilates: Uma revisão Sistemática. Fisioter Mov.2012, Abr/Jun;25 (2): 445-51

DIAS, Camila da Silva Carvalho. Método Pilates associados a dor e desconforto e a saúde e qualidade de vida dos alunos praticantes de Pilates da Clínica Slim. Faculdades do Centro do Paraná. Pitanga 2019.

The background of the entire page is a photograph. It shows a woman in silhouette, captured in a dynamic, athletic pose. She is standing on a grassy hill, with her right leg raised and bent, and her right arm extended upwards. Her hair is blowing in the wind. The sky is a mix of orange, yellow, and blue, suggesting a sunset or sunrise. Tall grasses are visible in the foreground, also in silhouette.

CAPÍTULO 5

**LEGISLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS –
LEGISLAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO
DIREITO PENAL**

Cícero Pereira Batista

Danyel Furtado Tocantins Alvares

Ricardo Figueiredo Pinto

LEGISLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS – LEGISLAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO DIREITO PENAL

Cícero Pereira Batista
Danyel Furtado Tocantins Alvares
Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Os Direitos Humanos envolvem um conjunto de direitos reconhecidos como os mais básicos e imprescindíveis para a vida humana no planeta. Sob as normas internacionais de direitos humanos. Dessa maneira, é perceptível que com o impacto dos tratados na ordem jurídica brasileira, instala-se a relevância do Direito Penal, que traduz um sistema de normas judiciais que regulam o poder de punir do Estado, estabelecendo por pressupostos o crime como fato e uma pena como consequência. A defesa dos direitos fundamentais da pessoa faz-se em duas esferas igualmente importantes. Uma, institucional, na qual se esclarecem os recursos que podem e devem ser colocados à disposição de qualquer um para sua defesa, e outra filosófica, justificadora destes direitos. Para alguns, a justificação já estaria completada pelas declarações de direitos mais recentes (a da ONU e as das constituições nacionais).

Palavras-chave: Legislação; jurisdição; Direitos Humanos.

ABSTRACT

Human Rights involve a set of rights recognized as the most basic and essential for human life on the planet. Under international human rights standards. In this way, it is noticeable that with the impact of treaties on the Brazilian legal order, the relevance of Criminal Law is established, which translates into a system of judicial norms that regulate the State's power to punish, establishing, by assumptions, crime as a fact and a pity as a consequence. The defense of the fundamental rights of the person takes place in two equally important spheres. One, institutional, in which the resources that can and should be made available to anyone for their defense are explained, and the other philosophical, which justifies these rights. For some, the justification would already be completed by the most recent bills of rights (UN and national constitutions).

Keywords: Legislation; jurisdiction; Human rights.

RESUMEN

Los Derechos Humanos involucran un conjunto de derechos reconocidos como los más básicos y esenciales para la vida humana en el planeta. Bajo estándares internacionales de derechos humanos. De esta manera, se nota que con el impacto de los tratados en el ordenamiento jurídico brasileño, se establece la pertinencia del Derecho Penal, que se traduce en un sistema de normas judiciales que regulan la potestad del Estado para sancionar, estableciendo, por supuestos, el delito como un hecho y una lástima como consecuencia. La defensa de los derechos fundamentales de la persona se desarrolla en dos ámbitos igualmente importantes. Uno, institucional, en el que se explican los recursos que pueden y deben ponerse a disposición de cualquiera para su defensa, y el otro filosófico, que justifica estos derechos. Para algunos, la justificación ya estaría completa con las declaraciones de derechos más recientes (la ONU y las constituciones nacionales).

Palabras llave: Legislación; jurisdicción; Derechos humanos.

INTRODUÇÃO

Primeiramente, entre os anos de 1939 e 1945, a 2ª Guerra Mundial entrou para a história mundial como o maior conflito da humanidade, deixando como saldo uma Europa devastada e

o globo horrorizado com a abertura dos campos de concentração. Além da barbárie constatada na época, os historiadores pressupõem que neste confronto cerca de 55 milhões de pessoas tenham falecido. Após o encerramento da Guerra em questão, em 1948, visando que os horrores experimentados não se repetissem, diferentes países se reuniram para estruturar a “Organização das Nações Unidas” (ONU).

Nesse sentido, possuía-se como objetivo conceber um ambiente de multilateralismo que, ao mesmo tempo em que garantisse a paz entre as nações, fortalecesse os direitos humanos. Foi nesse espaço que em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi arquitetada, para que, a partir dela, nenhum ser humano tivesse seus direitos violados novamente. Dessa forma, de acordo com a ONU, os direitos humanos são “*garantias jurídicas universais que protegem indivíduos e grupos contra ações ou omissões dos governos que atentem contra a dignidade humana*”.

Ademais, como primeira forma de declaração dos direitos humanos constatada na história, temos o Cilindro de Ciro, uma peça de argila que detinha os princípios de Ciro II, rei da antiga Pérsia. Entende-se que ao conquistar a cidade da Babilônia, em 539 a.C. Ciro libertou todos os escravos da cidade, declarou que as pessoas teriam liberdade religiosa e estabeleceu a igualdade racial. Logo após do citado, tal ideologia espalhou-se rapidamente para outros lugares, e com o tempo, surgiram outros importantes documentos de afirmação dos direitos individuais, como a Petição de Direito, um documento elaborado pelo Parlamento Inglês em 1628 e posteriormente enviada a Carlos I como uma declaração de liberdades civis.

Nas palavras de Tosi (2014), direitos humanos significam doutrina ou teoria, cuja consequência histórica é fruto de um debate interpretativo em torno de vários textos. Por tratar-se de uma construção humana de uma doutrina prática, encontram-se inseridos também num debate ético, em torno dos valores, e num debate político sobre a sua efetivação, isto é, são valores que orientam o próprio direito, e que o Estado e a sociedade civil procuram realizar através das instituições.

Obviamente que, os instrumentos e as garantias jurídicas de proteção dos direitos humanos se constituem em ferramentas indispensáveis para a efetivação desses direitos, sendo, portanto, um aspecto essencial para que os direitos não se tornem meras afirmações retóricas. Paralelo a isso, enquanto conjunto de normas jurídicas, os direitos humanos tornam-se também critérios de orientação e de implementação das políticas públicas institucionais nos vários setores (TOSI, 2014).

Os Direitos Humanos envolvem um conjunto de direitos reconhecidos como os mais básicos e imprescindíveis para a vida humana no planeta. Sob as normas internacionais de

direitos humanos, os governos têm a obrigação de proteger e promover os direitos humanos, sob a égide da não distinção de classe social, cor, gênero, nacionalidade, religião, orientação sexual ou de qualquer outro tipo que anule os direitos fundamentais de uma pessoa (PORFÍRIO, 2021).

Sendo assim, as categorias de direitos primordiais e inalienáveis são:

- Garantir direitos a todos os membros da espécie humana.
- Foram reconhecidos no mundo moderno, pela primeira vez, na Revolução Americana e na Revolução Francesa.
- Foram oficializados no século XX por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU.
- Garantem direitos fundamentais, como à vida, à liberdade, à saúde e à segurança das pessoas, bem como o direito à defesa e ao justo julgamento a quem for acusado de um crime.
- Ainda hoje existem desrespeitos aos Direitos Humanos, o que atesta a necessidade de que a luta e o ativismo pelos direitos nunca acabem.

Portanto, a legislação, do latim “*legislatio*” (fixação de lei), quando inserida em um contexto de estado democrático de direito, é originária de um determinado processo legislativo que constrói a partir de uma sucessão de atos, fatos e decisões políticas, um conjunto de leis com valor jurídico para assegurar estabilidade governamental e segurança jurídica às relações sociais entre cidadãos, instituições e empresas.

Dessa maneira, é perceptível que com o impacto dos tratados na ordem jurídica brasileira, instala-se a relevância do Direito Penal, que traduz um sistema de normas judiciais que regulam o poder de punir do Estado, estabelecendo por pressupostos o crime como fato e uma pena como consequência. É uma norma pertencente ao ramo do Direito Público, onde, a partir da violação da norma, surge o poder de punir. No trabalho em questão, propõe-se analisar a relação entre os Direitos Humanos, a Legislação e o Direito Penal, bem como suas respectivas particularidades.

PERCURSO HISTÓRICO DOS DIREITOS HUMANOS

Os primeiros indícios de reconhecimentos de direitos mais parecidos com os que se tem hoje datam das revoluções liberais do século XVIII, cuja luta concentrava-se, em defesa da igualdade e contra o Antigo Regime, nos quais estabeleceram modelos de governo e de sistemas políticos seguidos por grande parte dos países nos séculos XIX e XX.

Assim, é possível pegar como exemplos de documentos que atestaram direitos no passado a *Bill of Rights*, ou Declaração dos Direitos dos Cidadãos Americanos, e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (PORFÍRIO, 2021). A primeira, aprovada pelo Parlamento estadunidense em 1791, salvaguarda os direitos básicos aos cidadãos dos Estados Unidos, como o direito à vida, à integridade, à propriedade, ao tratamento igual e à defesa. A segunda, elaborada durante a Revolução Francesa, dotada de inspiração iluminista e liberal, tem o propósito de prevenir a volta do antigo regime e acabar com os privilégios da nobreza, tornando todos os cidadãos franceses iguais em direitos e oportunidades.

Apesar de grandes avanços no século XVIII, se faz necessário comentar que o século XX viveu horrores irreparáveis. Os exemplos desses horrores citam-se as consequências diretas das duas grandes guerras — como fome, morte, destruição e crimes de guerra — e os genocídios de civis — como os bombardeios de Hiroshima e Nagasaki e o holocausto contra o povo judeu, em que aproximadamente seis milhões de pessoas foram mortas (PIOVESAN, 2016).

Diante do contexto, com o fim da Segunda Guerra Mundial, cinquenta países reuniram-se em São Francisco, Califórnia, para estabelecer os novos rumos para a antiga Liga das Nações, que se tornaria a Organização das Nações Unidas (ONU).

Assim, Estados Unidos e aliados discutiram em torno de um objetivo comum: estabelecer a paz entre as nações e garantir o respeito aos Direitos Humanos. Em 1946, formase, na ONU, uma comissão de Direitos Humanos que, na Assembleia Geral da ONU de 1948, apresenta e tem aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Sobre a atuação da ONU é importante ressaltar que tal órgão é fundamental para a garantia dos Direitos Humanos nos dias de hoje. Participam atualmente 193 países (em 1945 eram 50 países), as diversas comissões da ONU trabalham pelo respeito aos Direitos Humanos, por meio de campanhas pela erradicação do trabalho escravo, pela educação gratuita e universal, pela paz e contra a violência, pela manutenção da saúde, pela erradicação da fome etc.

LEGISLAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, formou-se o sistema normativo global de proteção dos direitos humanos, no âmbito das Nações Unidas. Tal sistema normativo, é

integrado por instrumentos de alcance geral (como os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966) e por instrumentos de alcance específico, como as Convenções internacionais que buscam responder a determinadas violações de direitos humanos, como a tortura, a discriminação racial, a discriminação contra as mulheres, a violação dos direitos das crianças, dentre outras formas de violação (PIOVESAN, 2016).

É contumaz frisar que a Constituição Brasileira de 1988 se constitui em um marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no Brasil. O texto de 1988, ao simbolizar a ruptura com o regime autoritário, empresta aos direitos e garantias ênfase extraordinária, situando-se como o documento mais avançado, abrangente e pormenorizado sobre a matéria, na história constitucional do país.

O valor da dignidade humana — ineditamente elevado a princípio fundamental da Carta, nos termos do artigo 1º, III — impõe-se como núcleo básico e informador do ordenamento jurídico brasileiro, como critério e parâmetro de valoração a orientar a interpretação e compreensão do sistema constitucional instaurado em 1988. A dignidade humana e os direitos fundamentais vêm a constituir os princípios constitucionais que incorporam as exigências de justiça e dos valores éticos, conferindo suporte axiológico a todo sistema jurídico brasileiro. Na ordem de 1988 esses valores passam a ser dotados de uma especial força expansiva, projetando-se por todo universo constitucional e servindo como critério interpretativo de todas as normas do ordenamento jurídico nacional.

A CONSTITUIÇÃO DE 1988

A Carta de 1988 pode ser concebida como o marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no Brasil. Introduz indiscutível avanço na consolidação legislativa das garantias e direitos fundamentais e na proteção de setores vulneráveis da sociedade brasileira. A partir dela, os direitos humanos ganham relevo extraordinário, situando-se a Carta de 1988 como o documento mais abrangente e pormenorizado sobre os direitos humanos jamais adotado no Brasil.

É o que pode ser visto nas palavras de José Afonso da Silva: "É a Constituição cidadã, na expressão de Ulysses Guimarães, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte que a produziu, porque teve ampla participação popular em sua elaboração e especialmente porque se volta decididamente para a plena realização da cidadania (SILVA, 2018).

Desde seu preâmbulo, a Carta de 1988 projeta a construção de um Estado Democrático de Direito "destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a

segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos (...)" (BRASIL, 1988, p. 62).

Se no entender de José Joaquim Gomes Canotilho, a juridicidade, a constitucionalidade e os direitos fundamentais são as três dimensões fundamentais do princípio do Estado de Direito (CANOTILHO, 2017), perceber-se-á que o texto consagra amplamente essas dimensões, ao afirmar, em seus primeiros artigos (arts. 1º e 3º) (SILVA, 2018) princípios que consagram os fundamentos e os objetivos do Estado Democrático de Direito brasileiro.

Dentre os fundamentos que alicerçam o Estado Democrático de Direito brasileiro, destacam-se a cidadania e dignidade da pessoa humana (art. 1º, incs. II e III). Vê-se aqui o encontro do princípio do Estado Democrático de Direito e dos direitos fundamentais, fazendo-se claro que os direitos fundamentais são um elemento básico para a realização do princípio democrático, tendo em vista que exercem uma função democratizadora.

Como afirma Jorge Miranda:

A Constituição confere uma unidade de sentido, de valor e de concordância prática ao sistema dos direitos fundamentais. E ela repousa na dignidade da pessoa humana, ou seja, na concepção que faz a pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado (MIRANDA, 2016, p. 166).

Infere-se sobre os dispositivos a preocupação da Constituição em assegurar os valores da dignidade e do bem-estar da pessoa humana, como um imperativo de justiça social. Na lição de Antonio Enrique Pérez Luño:

Los valores constitucionales poseen una triple dimensión: a) fundamentadora – núcleo básico e informador de todo el sistema jurídico-político; b) orientadora – metas o fines predeterminados, que hacen ilegítima cualquier disposición normativa que persiga fines distintos o que obstaculice la consecución de aquellos enunciados en el sistema axiológico constitucional; y c) crítica – para servir de criterio o parámetro de valoración para justipreciar hechos o conductas. (...) Los valores constitucionales suponen, por tanto, el contexto axiológico fundamentador o básico para la interpretación de todo el ordenamiento jurídico; el postulado-guia para orientar la hermenéutica teleológica y evolutiva de la Constitución; y el criterio para medir la legitimidad de las diversas manifestaciones del sistema de legalidade (LUÑO, 2017, p. p. 288-289).

Nesse sentido, o valor da dignidade da pessoa humana impõe-se como núcleo básico e informador de todo ordenamento jurídico, como critério e parâmetro de valoração a orientar a interpretação e compreensão do sistema constitucional (LUÑO, 2017).

Considerando que toda Constituição há de ser compreendida como uma unidade e como um sistema que privilegia determinados valores sociais, pode-se afirmar que a Carta de 1988 elege o valor da dignidade humana como um valor essencial que lhe doa unidade de sentido. Isto é, o valor da dignidade humana informa a ordem constitucional de 1988, imprimindo-lhe uma feição particular

E como impacto jurídico dos tratados na ordem jurídica brasileira, far-se-á discussão de alguns dispositivos legais no direito penal.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Em 1948 a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual o Artigo 25 preconiza "cuidados e assistência especiais" e "proteção social" para mães e crianças. No que pode se entender que se constitui em um marco da internacionalização dos direitos humanos, consagrando-se formalmente o universalismo dos direitos humanos.

A partir desta nova Declaração houve mudança de paradigma, na qual a criança deixa de ser objeto de proteção para ser sujeito de direito, ou seja, caso houvesse alguma violação aos direitos básicos da criança, ela não teria amparo de lei por ser considerada “objeto de proteção” e não “sujeito de proteção”. E a infância passou a ser sujeito coletivo de direitos, reconhecendo a vulnerabilidade dessas pessoas e a necessidade de adotar uma política pública voltada a sua proteção.

É consenso que a partir da declaração, através de várias conferências, pactos, protocolos internacionais a quantidade de direitos se desenvolveu a partir de das três tendências: universalização, multiplicação e diversificação ou especificação, que originou em novas gerações de direitos, a saber:

A **primeira geração inclui os direitos civis e políticos** – que estão inseridos os direitos à vida, a liberdade, à propriedade, à segurança pública, a proibição da escravidão, a proibição da tortura, a igualdade perante a lei, a proibição da prisão arbitrária, o direito a um julgamento justo, o direito de habeas corpus, o direito à privacidade do lar e ao respeito de própria imagem pública, a garantia de direitos iguais entre homens e mulheres no casamento, o direito de religião e de livre expressão do pensamento, a liberdade de ir e vir dentro do país e entre os países, o direito de asilo político e de ter uma nacionalidade, a liberdade de imprensa e de informação, a liberdade de associação, a liberdade de participação política direta ou indireta, o princípio da soberania popular e regras básicas da democracia (liberdade de formar partidos, de

votar e ser votado, etc...). Para a tradição liberal, esses são os únicos direitos no sentido próprio da palavra, porque podem ser exigidos diante de um tribunal e, por isso, são de aplicação imediata (TOSI, 2014).

A segunda geração inclui os direitos econômicos, sociais e culturais: nos quais estão o direito à seguridade social, o direito ao trabalho e a segurança no trabalho, ao seguro contra o desemprego, o direito a um salário justo e satisfatório, a proibição da discriminação salarial, o direito a formar sindicatos, o direito ao lazer e ao descanso remunerado, o direito à proteção do Estado do Bem-Estar-Social, a proteção especial para a maternidade e a infância, o direito à educação pública, gratuita e universal, o direito a participar da vida cultural da comunidade e a se beneficiar do progresso científico e artístico, a proteção dos direitos autorais e das patentes científicas. A maioria dos direitos de segunda geração não podem ser exigidos diante de um tribunal, e por isso, são de aplicação “progressiva” ou “programática” (TOSI, 2014).

A terceira geração inclui os direitos a uma nova ordem internacional: na qual os direitos e liberdades estabelecidos na Declaração possam ser plenamente realizados; o direito à paz, ao desenvolvimento, ao meio ambiente, à proteção do patrimônio comum da humanidade, etc... Explica-se que o fundamento destes direitos está numa nova concepção da ordem internacional baseada na ideia de uma “solidariedade” ou de uma “sociedade” entre os povos (TOSI, 2014).

A quarta geração é uma categoria nova de direitos ainda em discussão e que se **refere aos direitos das gerações futuras** que criariam uma obrigação para com a geração atual, isto é, um compromisso de deixar o mundo em que se vive, melhor, se for possível, ou menos pior para as gerações futuras. Isto implica uma série de discussões que envolvem todas as três gerações de direitos, e a constituição de uma nova ordem econômica, política, jurídica, e ética internacional (TOSI, 2014).

PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS

O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) foi adotado no auge da Guerra Fria, reconhecendo, um conjunto de direitos mais abrangente que a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Teve como finalidade destacar as obrigações dos Estados-partes, afim de garantir os Direitos da Pessoa Humana nele definidos e também, a criação de um mecanismo que fosse possível a fiscalização das medidas adotadas pelos Estados-partes. Esse mecanismo consistiu em um Comitê, formado por 18 representantes indicados pelos

Estados-partes, que analisam os relatórios com as medidas adotadas para a implementação desses Direitos.

Trata-se de um recurso do intérprete para definir o sentido das normas constantes no tratado. A seguir descreve-se o início do preâmbulo:

Os Estados Partes do presente Pacto,

Considerando que, em conformidade com os princípios proclamados na Carta das Nações Unidas, o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Reconhecendo que esses direitos decorrem da dignidade inerente à pessoa humana,

Reconhecendo que, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o ideal do ser humano livre, no gozo das liberdades civis e políticas e liberto do temor e da miséria, não pode ser realizado e menos que se criem às condições que permitam a cada um gozar de seus direitos civis e políticos, assim como de seus direitos econômicos, sociais e culturais,

Considerando que a Carta das Nações Unidas impõe aos Estados a obrigação de promover o respeito universal e efetivo dos direitos e das liberdades do homem,

Compreendendo que o indivíduo, por ter deveres para com seus semelhantes e para com a coletividade a que pertence, tem a obrigação de lutar pela promoção e observância dos direitos reconhecidos no presente Pacto,

Acordam o seguinte:

O preâmbulo reforça a dignidade da pessoa humana como fundamento do sistema universal de proteção dos direitos humanos, ressalta a humanidade como uma “família humana”, em que todos os membros possuem direitos iguais e inalienáveis (liberdade, justiça e paz no mundo).

A responsabilidade pela implementação de condições para realização dos direitos e das liberdades do homem não está apenas com os Estados, como também com os indivíduos, assim o próprio preâmbulo do Pacto reconhece a unidade, indissociabilidade e interdependência dos direitos econômicos, sociais e culturais e civis e políticos (BRASIL, 1992, p. 188).

O Pacto pretendia atualizar os direitos humanos criando obrigações para os Estados em decorrência da normativa internacional, sob os quais Estados soberanos consentiram em se responsabilizar, a respeitar e assegurar os direitos humanos em seu território, em relação a todos os indivíduos sob sua jurisdição.

LEI Nº 13.104/2015 - LEI MARIA DA PENHA

Com a lei 13.104/2015, o Brasil consagrou uma revolucionária reforma para o enfrentamento da desigualdade de gênero. Passou-se de um ordenamento jurídico arcaico e

descriminalizador do gênero feminino para um ordenamento jurídico que reconheceu suas desigualdades e começou, vagarosamente, a enfrentar as injustiças culturais sofridas pelas mulheres durante milênios (DALTOÉ; BAZZO, 2018).

A referida legislação previu que o crime de homicídio, tipificado no art. 121 do ordenamento penal pátrio, passou a ter uma nova qualificadora, o inciso VI (feminicídio). Esta circunstância qualifica o crime de homicídio quando a vida de uma mulher é retirada de forma dolosa, em consequência da questão de gênero, devido ao menosprezo ou discriminação por ser mulher.

A criminalização da violência contra mulheres tem um papel político de suma importância para a construção do status de cidadania igual para todos(as), em deliberadas circunstâncias. O papel de reprovação não é apenas um papel simbólico ou subjetivo na construção de um legado comum que reprove o crime. A grande relevância é que a reprovação pública constitui um efeito concreto no aumento da segurança. O valor prático da reprovação é de que na medida em que se aumentam as salvaguardas das mulheres (construídas de modo amplo e público) são diminuídas as diferenças e, principalmente, o poder dos agressores (MACHADO; ELIAS, 2018).

A LEI DO FEMINICÍDIO NO DIREITO PENAL BRASILEIRO

O termo Feminicídio é relativamente novo, que tem em seu bojo a violência contra a mulher, em seus mais diversos aspectos, nos quais tem sido executado impunemente ao longo dos anos, ao menos, fosse considerada ou tipificada até o início da década de 90.

Neste prisma, o feminicídio é classificado como uma morte motivada de uma discriminação de gênero, sendo o processo de violência o último adotando como abusos e privações a que a vítima, enquanto mulher, esteve sujeitada ao longo de sua vida.

O feminicídio é caracterizado por ser um homicídio doloso cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, isto é, inferiorizando a mulher e a dignidade da vítima pelo fato de ser apenas mulher, agindo de forma que o sexo feminino tivesse menos direitos do que as do sexo masculino (DIAS, 2015).

Nesta ótica, é inserida à lei 13.104/2015 onde é decretado o chamado feminicídio, que foi incorporado ao Código Penal Brasileiro para ser aplicado como um agravante ao crime de homicídio, além de ser caracterizado como crime hediondo.

Na visão de Bandeira (2018, p.01) diz que:

Feminicídio é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. São crimes que ocorrem geralmente na intimidade dos relacionamentos e com frequência caracterizam-se por formas extremas de violência e barbárie. São crimes cujo impacto é silenciado, praticados sem distinção de lugar, de cultura, de raça ou de classe, além de serem a expressão perversa de um tipo de dominação masculina ainda fortemente cravada na cultura brasileira. Cometidos por homens contra as mulheres, suas motivações são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda da propriedade sobre elas.

Mediante ao exposto, a lei 13.104/2015 modificou o código penal e o caracterizou como Feminicídio como crime hediondo no Brasil, realizado contra mulheres em razão da condição de ser do sexo feminino. É relevante lembrar que somente se apresenta feminicídio, quando são comprovados os motivos, podendo ser: agressões físicas ou psicológicas, abuso ou assédio sexual, tortura, mutilação genital, espancamentos entre qualquer outra forma de violência que gerem a morte de uma "mulher", ou seja por exclusiva questão de gênero (PEREIRA; PEREIRA, 2017).

O feminicídio foi inserido no artigo 121, §2º, VI do Código Penal diante ao crime de homicídio, o qual considera homicídio qualificado a morte de mulher por razões de sexo feminino, e são elencadas as situações que se enquadram em tal descrição: violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher (MOSCARDINI, 2016).

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº Lei 8.069/90.

De acordo com Lorenzi (2016, p.01), a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/90) em 13 de julho de 1990, crianças e adolescentes passaram a possuir direitos próprios no Brasil. Isso porque, antes do Estatuto, os direitos dessa parcela da população não estavam explícitos. O que acontecia na prática era que a Constituição Federal também resolvia as questões dos menores de idade. Foi preciso esse pequeno livro, com regras, direitos e deveres, para dispor a respeito de princípios básicos às crianças e adolescentes brasileiros.

O ECA nada mais é que uma Constituição que prevê a esse grupo todos os direitos humanos fundamentais, como à educação, ao lazer, à dignidade, à saúde, à convivência familiar e comunitária, aos objetos pessoais (BRASIL, 1990, p.01).

É evidente que existem inúmeras tentativas de fazer valer esses direitos e é essa a esperança de que o futuro seja cheio de novas ideias e concretizações do que se dizem por

políticas públicas a respeito dos jovens dessa e de outras gerações vindouras. Pensar na dignidade é garantir a humanidade daqueles que têm seus direitos, por muitas vezes, desrespeitados e ignorados.

É importante mencionar que antes do ECA, as crianças e adolescentes não eram vistos como sujeitos, e nem como pessoas, nem culturalmente nem pelo próprio ordenamento jurídico, ou seja, pelas leis. Assim, a primeira mudança drástica trazida pelo ECA foi normatizar que as crianças e adolescentes passariam a ser sujeitos de direitos, ou seja, resguardados pelas leis brasileiras e na condição de pessoas em desenvolvimento.

No ECA, tem-se dado ênfase das medidas de proteção aplicadas nos casos da criança e adolescente em situação de risco, por meio do acolhimento institucional e ao acolhimento familiar, previstos pelos incisos VII e VIII do artigo 101, ECA, sendo que, as medidas socioeducativas previstas no artigo 112, incisos I a VII só deverão ser aplicadas de forma excepcional e provisória até que seja promovida a solução permanente ao caso (BRASIL, 1990, p. 1), conforme encontra-se descrito no referido documento:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I - Advertência;

II - Obrigação de reparar o dano;

III - Prestação de serviços à comunidade;

IV - Liberdade assistida;

V - Inserção em regime de semiliberdade;

VI - Internação em estabelecimento educacional;

VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

Sobre a advertência, está regulamentada de modo que “a advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada” (BRASIL, 1990). É considerada uma medida válida, com caráter educativo e corretivo, apesar de ser a mais branda e leve das medidas socioeducativas, pois seu significado varia, alcançando desde um conselho até uma repreensão, passando pelo alerta ao aviso.

Liberati (2016, p.138), alerta que “a advertência é recomendada, via de regra, para os adolescentes que não têm histórico criminal e para os atos infracionais considerados leves, quanto à sua natureza ou consequências”. O autor prossegue explicando, ainda, que para atingir o objetivo desejado pela aplicação da medida singela, ou seja, para que surta efeito de

ressocialização e o adolescente não se torne reincidente, é necessária a presença dos pais ou responsáveis na audiência, para que também sejam integrados no atendimento e orientação psicossociais, se houver necessidade.

Na obrigação de reparar o dano, encontra amparo no ECA, sustentado como ao fixar medida socioeducativa da obrigação de reparar o dano:

Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima. Parágrafo único. Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada (BRASIL, 1990, p. 2).

De certa forma, esta medida tende a desenvolver o senso por responsabilidade daquilo que não é seu, isto é, o adolescente poderá entender o que significa trabalhar e esforçar-se para sanar o próprio erro. Com o objetivo de alcançar efeitos positivos, é necessário que essa obrigação seja cumprida pelo adolescente, e não por seus pais ou outros responsáveis pelo mesmo.

Sobre a Prestação de Serviços à comunidade, encontra fundamentação legal no artigo 117 da Lei n 8.069/90 na qual dispõe que:

A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente há seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais”.

Parágrafo único - “As tarefas serão atribuídas conforme aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada de trabalho (BRASIL, 1990, p. 2).

Nota-se a relevância da aplicação dessa medida pelo seu caráter educativo, pois, quando um adolescente se submete a esse tratamento, há possibilidade de que o mesmo adquira consciência dos valores e compromissos sociais.

Com relação a Liberdade Assistida, está amparado no caput do artigo 118 da Lei n. 8.069/90:

A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente”.

A medida socioeducativa de Liberdade Assistida é aplicada ao adolescente autor de ato infracional sujeito a orientação e assistência social por técnicos especializados ou associações (BRASIL, 1990, p. 3).

Para Liberati (2016), esta medida elencada acima, sem dúvida, se constitui na medida mais eficaz no que se refere ao cunho pedagógico, pois sem que o adolescente em conflito com a lei perca a sua liberdade, ele se submete à construção de um projeto de vida permeado pela liberdade, voluntariedade, senso de responsabilidade e controle do poder público. No entanto, para haver sucesso, é dever dos genitores a participação, uma vez que é elemento essencial na fiscalização familiar.

Sobre a Inserção em regime de semiliberdade, é destinada àqueles adolescentes que exercem atividades laborativas e estudam de dia e à noite recolhem-se a uma entidade. Segundo Liberati (2016), existem dois tipos de semiliberdade: o primeiro é aquela determinada desde o início pela autoridade judiciária, através do devido processo legal; já o segundo caracteriza-se pela progressão de regime, o adolescente internado é beneficiado com a mudança de regime, do internato para a semiliberdade.

E, por último, a Internação em estabelecimento educacional, corresponde a medida socioeducativa de maior efeito de punibilidade, não podendo ser qualificada como a de maior efeito de ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei. Encontra-se parâmetro para a medida de internação na legislação penal correspondente ao regime fechado, regime este que é destinado aos condenados considerados perigosos e que tenham praticados crimes punidos com a pena de reclusão superior a oito anos (CP, art. 33, §1, “a”).

No entanto, verifica-se, que embora o regime de semiliberdade seja uma alternativa para a não utilização do regime de internação, esta é uma medida muito pouco utilizada no país. A semiliberdade é, dentre as medidas socioeducativas, a de menor implementação e a que menos possui uma construção teórica específica.

Dessa forma, observa-se que podem ser aplicadas ao menor infrator tanto medidas em meio aberto, tais como advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, quanto medidas em meio fechado, como o regime de semiliberdade e internação.

É pertinente pontuar ainda, que é possível aplicar também as medidas previstas no artigo 101, I a VI do Estatuto, que prevê o encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em serviços

e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico; e ainda a inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos (BRASIL, LEI nº 8.069, 2020).

De acordo com Liberati (2017, p. 91), observa-se que há um modo especializado em se aplicar medidas socioeducativas com caráter sancionatório e punitivo, sendo o principal foco o pedagógico aos adolescentes infratores, uma vez que é mais viável para o meio social que haja um correto tratamento com o objetivo de trazer uma efetiva recuperação, sem que haja omissão, possibilitando que na idade adulta se tornem perigosos criminosos, propiciado pelo aumento da periculosidade adquirido no convívio carcerário.

Corroborando com o autor acima, há o pensamento de que apesar dos atos infracionais serem equiparados a crime, é imprescindível comentar que medidas aplicadas ao menor infrator não possuem caráter de pena, mas de medidas educativas. Portanto, tratam-se de “instrumentos pedagógicos de prevenção e reintegração social” (MIRANDA; LEMOS, 2015), que por sua vez possuem uma multidisciplinariedade de fundamentos.

Em decorrência dos fatos vistos acima, elucida-se que além de possuírem caráter sancionatório, tais medidas possuem natureza pedagógica-educativa. Assim, em sua aplicação não se pode deixar de lado a dignidade da pessoa em desenvolvimento, bem como sua socialização com sua família e com a sociedade como um todo.

Nesse sentido, deduz-se que é extremamente relevante que o menor infrator seja reintegrado à sociedade para que não volte a delinquir após atingir a maioridade. Portanto, as medidas socioeducativas são previstas para atender ao caráter pedagógico e permitir que o menor infrator não seja apenas sancionado, mas também para que busque não repetir o erro e possa ser ressocializado (COSTA, 2018).

Sobre essa matéria, cita-se a pesquisa de Tejedas (2015, p. 231) que conclui que:

As trajetórias de vida dos adolescentes pesquisados evidenciam a sua invisibilidade no âmbito das políticas públicas, identificadas através do não acesso às políticas públicas ou da desqualificação destas quanto ao reconhecimento das necessidades do sujeito e produção de respostas adequadas. Em decorrência, os adolescentes reincidentes não são reconhecidos, sua presença é obscurecida, passam despercebidos pelas estruturas do Estado ou delas são excluídos, por não corresponderem a padrões de comportamentos desejados. A experiência junto a estruturas sociais que deveriam proteger torna-se um reforço ao sentimento de inadequação e incompetência, à autoimagem negativa, expressando a

violência. Evidencia-se, nesse contexto, outro conjunto de determinações da reincidência, quanto à ausência ou à inadequação da intervenção do Estado. A debilidade da intervenção do Estado inviabiliza a construção de estruturas de sociabilidade portadoras de sentido, as quais possibilitam ao adolescente condição de projetar um futuro e de pertencer a uma estrutura societária.

Depreende-se a partir da afirmação acima que o Estado não assegura os direitos conferidos constitucionalmente. E como resultado disso tem-se uma educação de péssima qualidade, saúde precária e uma sociedade torta, hipócrita e moralmente corrompida. Da mesma forma, o Estado não promove a reintegração social do jovem delinquente que cometeu ato infracional, e a sociedade de forma indireta fomenta a segregação desses indivíduos, sendo que, por meio de sentenças judiciais, o mesmo Estado afasta o adolescente infrator do meio social, oficializando e consagrando o estado de marginalização ao qual o mesmo se submeteu e é vítima (SÁ, 2015, p. 242).

Aliado ao que já foi exposto, nas palavras de Laurindo (2016), a eficácia da aplicação das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente tem sido muito questionada ao longo de sua implementação, pois, no ponto de vista da sociedade em geral, há uma grande diferenciação no tratamento dado ao adulto que pratique um ilícito penal e ao menor infrator que comete infração igual ou semelhante. Em decorrência disso, a sociedade vê tal fato como impunidade, o que é reforçado pela mídia.

Em consonância a isso, o Código Penal Brasileiro também dispõe que o menor infrator é inimputável, sendo assim, isento de pena em decorrência da exclusão da culpabilidade na estrutura do crime. Portanto, entende-se que o menor de dezoito anos é incapaz de cometer um crime no sentido estrito da palavra de lei, sendo, porém, capaz de cometer ato infracional equiparado ao crime, estando sujeito à legislação especial, especificamente à Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Nesse sentido, reitera-se que o artigo 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente, já visto anteriormente, dispõe que se considera ato infracional “a conduta descrita como crime ou contravenção penal”, quando cometida pelo menor (BRASIL, LEI nº 8.069, 2020).

LEI DE CRIMES AMBIENTAIS - LEI 9.605/1998

Explica-se que a primeira vez que a expressão ‘meio ambiente’ foi devidamente mencionada no ordenamento jurídico brasileiro, foi na Constituição da República Federativa

do Brasil de 1988. Antes era abordada superficialmente com outros termos como a expressão ‘ecológico’, na Emenda Constitucional 1/1969 no art.172. Na Constituição Federal, no art. 225, encontra-se de forma mais explícita e objetiva, e expressa que independentemente de sua residência, raça, idade, profissão, nacionalidade, sexo, estado de saúde, renda, o direito ao meio ambiente equilibrado é de todos, bem como a sua qualidade de vida (MILARÉ, 2014).

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; (Regulamento)

II - Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (Regulamento)

IV - Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; (Regulamento)

V - Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; (Regulamento)

VI - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (Regulamento)

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. (Regulamento) (Regulamento)

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas [...].

De acordo com Antunes (2016), tais pressupostos demonstram a importância dos cuidados com o meio ambiente no Brasil, além de uma vasta normativa que é contemplada, como se pode observar, na CF.

Com relação a Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (lei de crimes ambientais), determina as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao

meio ambiente, toda e qualquer violação ao direito protegido, é passível de sanção (penalização), regulada por lei (BRASIL, 1998).

Todos os crimes ambientais são abordados e divididos em diferentes categorias, sendo classificados como seis tipos: Crimes contra a fauna, a flora, a administração ambiental, os recursos naturais ou patrimônios culturais, a poluição, ou então quando a extração ultrapassa os limites determinados pelo ordenamento jurídico (BRASIL, 1988).

LEI DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS

É notório que vem sendo desenvolvidos estudos contínuos sobre a violência sofrida por animais e há um consenso baseado em dados probabilísticos que os animais têm sido traficados a fim de fomentar o lucro fácil para aqueles que o traficam. A venda e o uso de animais de forma ilegal têm se tornado uma prática recorrente no mundo todo. Assim, os animais vêm sendo diariamente desrespeitados na sua integridade física, uma vez que o Direito, enquanto uma ciência social, também tutela esses seres vivos.

No entendimento de Edna Cardoso Dias, os animais:

[...] são portadores de direitos inerentes à sua natureza de ser vivo e de indivíduos de uma determinada espécie. Se observamos que os direitos de personalidade do ser humano lhe pertencem como indivíduo, e se admitirmos que o direito à vida é imanente a tudo que vive, podemos concluir que os animais também possuem direitos de personalidade, como o direito à vida e ao não sofrimento. E tal como os juridicamente incapazes, seus direitos são garantidos por representatividade, tornando-se esses direitos deveres de todos os homens. [...] Se cotejarmos os direitos de uma pessoa humana com os direitos do animal como indivíduo ou espécie, constatamos que ambos têm direito à defesa de seus direitos essenciais, tais como o direito à vida, ao livre desenvolvimento de sua espécie, da integridade de seu organismo e de seu corpo, bem como o direito ao não sofrimento (DIAS, 2016, p. 119-120).”

E, complementando o citado pela autora acima, “deve-se garantir aos animais não-humanos a defesa de seus direitos essenciais. Dessa forma, não é cabível que o homem, enquanto espécie animal venha a desrespeitá-los em razão do interesse de sua espécie” (DARONCH, 2015, p. 20).

Desse modo, em 13 de outubro de 1997, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) proclamou a Declaração Universal dos Direitos dos Animais. Em seu texto, expõe que “cada animal tem direito ao respeito. O homem, enquanto espécie animal, não pode atribuir-se o direito de exterminar os outros animais, ou explorá-los,

violando esse direito. Ele tem o dever de colocar a sua consciência a serviço dos outros animais” (KURATOMI, 2017).

Ao serem dotados de personalidade jurídica, os animais inclusive não podem ser agredidos. No texto constitucional, os maus tratos aos animais recebem tratamento no art. 225, § 1º, inciso III, que “trouxe como dever do Poder Público proteger a fauna, vedando, ainda, os atos que provoquem a extinção de quaisquer de suas espécies e as atitudes que submetam os animais à crueldade” (BRASIL 1988).

Assim, destaca-se a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605 de 12 de dezembro de 1998) que normatizou a prática de maus tratos aos animais como sendo crime, conforme explana o seu art. 32:

Art. 32 – Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

- 1º – Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.
- 2º – A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal (BRASIL, 1998).

Frente a essas questões, fica evidenciado que os maus-tratos aos animais vêm ganhando destaque na sociedade e no Poder Legislativo, uma vez que normas vêm sendo criadas e sancionadas a fim de proteger esses seres e punir os seus agressores (DARONCH, 2015).

CONCLUSÃO

Infere-se, portanto, que os direitos humanos se fundamentam como uma importante ferramenta de proteção a qualquer cidadão, além de que a promoção desses direitos é imprescindível para o pleno exercício de qualquer democracia.

Nesse sentido, os direitos humanos consistem em direitos naturais garantidos a todo e qualquer indivíduo, e que devem ser universais, isto é, se estender a pessoas de todos os povos e nações, independentemente de sua classe social, etnia, gênero, nacionalidade ou posicionamento político.

Além do mais, os direitos humanos são garantias históricas, que se alteram ao longo do tempo, e se adaptam de acordo com às necessidades específicas de cada momento. Por isso, ainda que a forma com que atualmente conhecemos os direitos humanos tenha surgido com

a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, antes disso, princípios de garantia de proteção aos direitos básicos do indivíduo já apareciam em algumas situações ao longo da história.

Por conseguinte, mecanismos judiciais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e leis como a Lei Maria da Penha nº 11.340, visam podar certos comportamentos e ações dos indivíduos de acordo com os princípios de determinada sociedade.

Pode-se dizer que, o valor da dignidade da pessoa humana impõe-se como cerne da estrutura social de qualquer país e núcleo formador do ordenamento jurídico brasileiro, em especial com a nossa Constituição Cidadã, que é um marco da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no Brasil.

As principais legislações brasileiras já se encontram em concordância com as principais regras internacionais sobre o tema, e o legislador brasileiro caminha para adequação das legislações omissas a norma internacional.

Podemos dizer, portanto, que passados mais de trinta e três anos da nossa Constituição Cidadã, o País vem buscando ratificar os Tratados e Convenções Internacionais sobre o tema, mas sabemos que é um caminho logo e árduo para ser percorrido.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 12 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

BANDEIRA, Lourdes. Femicídio: a última etapa da violência contra a mulher. 2018. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/femicidio-a-ultima-etapado-ciclo-da-violencia-contra-a-mulher-por-lourdes-bandeira/>. Acesso em: 23 out. 2021.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: Texto Constitucional Promulgado em 5 de outubro de 1988, Brasília: Senado Federal, ano 2012.

BRASIL, Constituição da República Federativa do. 1988. Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. Publicado em: 13 de jul. de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 15 de out. 2021.

BRASIL. Lei 11.340/2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 26 out. 2019.

BRASIL. Lei nº. 9.605 de 1998: Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de leis de crimes ambientais, conduta e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei de Crimes

Ambientais), 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm
Acesso: 22 out. 2021.

BRASIL. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Decreto no 592, de 6 de julho de 1992. Site: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm> Acesso em 20 out. 2021.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional. 6. ed. revista, Coimbra: Livraria Almedina, 2017, p. 357.

COSTA, Magna Tavares. Medidas socioeducativas na ressocialização do menor infrator. 2018. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br>, Acesso em 13 out. 2021

DALTOÉ, Camila Mafioletti; BAZZO, Mariana Seifet. Primeiro ano de vigência da lei do feminicídio: casos concretos analisados pelo Ministério Público do Paraná. Violência contra a mulher: um olhar do Ministério público Brasileiro. Brasília. Conselho Nacional do Ministério Público. 2018.

DARONCH, Giovani Loss. Os direitos dos Animais não-humanos: Ética e Justiça para todos os seres. Monografia apresentada à Faculdade Anhanguera. Passo Fundo-MG, 2015.

DIAS, Edna Cardozo. Os animais como sujeitos de direito. Revista Brasileira de Direito Animal, Salvador, v. 1, n. 1, p. 119-21, jan. 2016.

DIAS, Maria Berenice. Lei Maria da penha. São Paulo: Ed. Revistas dos Tribunais, 2015.

KURATOMI, Vivian Akemi. Os animais como sujeitos de direito no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília – Faculdade de Ciências Jurídicas & Ciências Sociais – FAJS, Brasília-DF, 2017.

LIBERATI, Wilson Donizeti. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. 9 ed. São Paulo: Malheiros, 2006 apud BARROS, Guilherme Freire de Melo. Direito da Criança e do Adolescente. 3 ed. Salvador: Jus Podivm, 2016.

LIBERATI, Wilson Donizetti. Direito da Criança e do Adolescente. 2 ed. São Paulo: Rideel, 2017.

LUÑO, Antonio Enrique Pérez. Derechos Humanos. Estado de Derecho y Constitucion, 6. ed. Madrid: Tecnos, 2017.

MACHADO, Isadora Vier; ELIAS, Maria Lígia G. G. Rodrigues. Feminicídio em cena: Da dimensão simbólica à política. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. V. 30. n.1. p. 283-304, abr. 2018.

MILARÉ, Édís. Direito do Ambiente. 9. Ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 2014

MIRANDA, Jorge. Manual de direito constitucional, Coimbra: Coimbra, v. 4, 2016, p.166.

MIRANDA, V. B; LEMOS, B.C. Fundamentos jurídicos de aplicabilidade das medidas socioeducativas: aspectos relevantes acerca dos menores em conflito com a lei. 2015. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br>. Acesso em 13 out. 2021.

MOSCARDINI, Maria Laura Bolonha. Femicídio e a lei 13.104/2015: a necessidade da lei do feminicídio à promoção da igualdade material das mulheres. *Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca*, v. 1, n. 1, p. 45-64, 2016.

PEREIRA, Elizangela.;PEREIRA, Daisyamar. Femicídio no brasil: estatísticas mostram que brasil é o quinto país que mais matam mulheres. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/62399/femicidio-lei-n-13-104-de-9-de-marco-de-2015>. Acesso em: 23 out. 2021.

PORFÍRIO, Francisco. Direitos Humanos; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/direitos-humanos.htm>. Acesso em 19 out. 2021.

SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Psicologia Criminal*. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. p. 82.

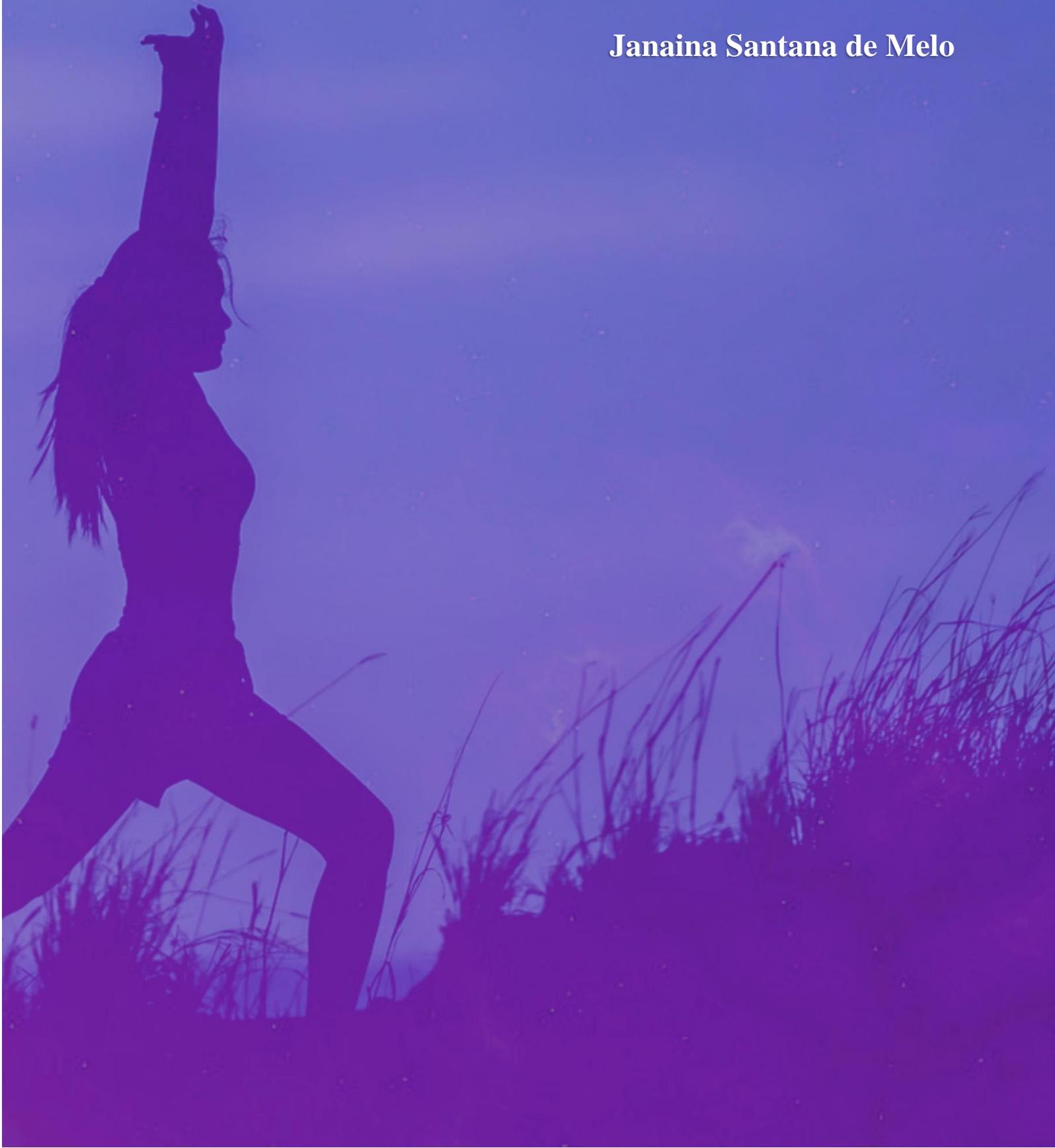
TEJADAS, Silvia da Silva. *Juventude e Ato Infracional: As Múltiplas Determinações da Reincidência*. Edipucrs, 2015.

TOSI, Giuseppe (org.). *Direitos Humanos: História, teoria e prática*. João Pessoa Editora UFPB, 2014.

CAPÍTULO 6

**SWASTHYA YÔGA, TÉCNICAS E BENEFÍCIOS PARA
A SAÚDE FÍSICA E MENTAL**

Janaina Santana de Melo



SWASTHYA YÔGA, TÉCNICAS E BENEFÍCIOS PARA A SAÚDE FÍSICA E MENTAL

Janaina Santana de Melo

RESUMO

Têm-se observado uma crescente demanda no mercado por práticas direcionadas à busca pelo bem-estar físico, mental, emocional, social e espiritual. Dentre as práticas que visem atender esta necessidade, destaca-se o Yôga.

Esta atividade muito difundida no Ocidente apresenta, através de seus componentes práticos, mecanismos que favorecem tais benefícios. Por este motivo, vem sendo objeto de estudo, por parte da comunidade científica, com o intuito de comprovar sua eficiência. Neste sentido, procurou-se, através deste trabalho, trazer maiores esclarecimentos sobre esta prática, bem como apresentar os benefícios a ela relacionados.

Esta pesquisa faz um levantamento teórico a fim de refletir de que maneira o yôga pode manter ou mesmo recuperar a mobilidade do corpo, prevenir doenças associadas ao envelhecimento, proporcionar relaxamento, melhorar a respiração, e aliviar alguns desconfortos físicos.

Concluindo, o yôga, é uma prática bastante difundida no mundo atual, e traz benefícios à vida, por ensinar a união da mente com o corpo; é, portanto, uma forma de se conseguir qualidade de vida.

Palavras-chave: Yôga. Saúde. SwáSthya.

ABSTRACT

There has been a growing demand in the market for practices aimed at the pursuit of physical, mental, emotional, social and spiritual well-being. Among the practices that aim to meet this need, Yôga stands out. This activity, widespread in the West, presents, through its practical components, mechanisms that favor such benefits. For this reason, it has been the object of study by the scientific community, with the aim of proving its efficiency. In this sense, we sought, through this work, to provide further clarification on this practice, as well as to present the benefits related to it. This research makes a theoretical survey in order to reflect on how yoga can maintain or even recover the mobility of the body, prevent diseases associated with aging, provide relaxation, improve breathing, and alleviate some physical discomforts.

In conclusion, yoga is a very widespread practice in today's world, and it brings benefits to life, as it teaches the union of mind and body; it is, therefore, a way to achieve quality of life.

Keywords: Yoga. Health. SwáSthya.

ABSTRACTO

Ha habido una creciente demanda en el mercado de prácticas dirigidas a la búsqueda del bienestar físico, mental, emocional, social y espiritual. Entre las prácticas que tienen como objetivo satisfacer esta necesidad, se destaca Yôga. Esta actividad, muy extendida en Occidente, presenta, a través de sus componentes práticos, mecanismos que favorecen tales beneficios. Por ello, ha sido objeto de estudio por parte de la comunidad científica, con el objetivo de demostrar su eficacia. En este sentido, se buscó, a través de este trabajo, brindar mayor aclaración sobre esta práctica, así como presentar los beneficios relacionados con la misma. Esta investigación realiza un levantamiento teórico con el fin de reflexionar sobre cómo el yoga puede mantener o incluso recuperar la movilidad del cuerpo, prevenir enfermedades asociadas al envejecimiento, brindar relajación, mejorar la respiración y aliviar algunas molestias físicas. En conclusión, el yoga es una práctica muy extendida en el mundo actual, y aporta beneficios a la vida, ya que enseña la unión de mente y cuerpo; es, por tanto, una forma de lograr calidad de vida.

Palabras clave: Yoga. Salud. SwáSthya.

INTRODUÇÃO

Yôga é uma filosofia prática de vida, integrando poderosas técnicas que proporcionam aos praticantes uma oportunidade de evolução. Com uma definição mais completa seria qualquer metodologia estritamente prática que conduza ao Samádhi, conceito proposto por DeRose e muito conhecido por Mestres e praticantes de diversas linhas de yôga. Ressaltando que o Samádhi é o estado de hiperconsciência e autoconhecimento que só o yôga proporciona.

Para entender o yôga, é importante entender qual o significado dos seus mestres. A Índia sempre reconheceu três categorias de título de mestre: aquele que o conquistou por valor acadêmico, por experiência ou ainda por revelação. O especialista em yôga inclui-se na última classe, representado há milênios na cultura indiana, o ápice da pirâmide social, além dos sistemas de castas. Ele é considerado autoridade máxima na sua área de conhecimento, fornecendo orientação autêntica e segura, contribuindo assim para a evolução do discípulo (aluno). O termo sânscrito para essa titulação é “guru”, compreendido como aquele que dissipa as trevas, representadas como avidyá, a ignorância, o desconhecimento da verdadeira natureza. Não há yôga sem um mestre vivo.

O Yôga no Brasil foi trazido por Sêvânanda Swámi, um francês cujo nome verdadeiro era Léo Costet de Mascheville. Ele colocava o termo swámi no final do nome adotado, o que era uma declaração de que não se tratava de um swámi (monge hindu), mas que usava essa palavra como sobrenome, e isso confundia os leigos. Muitos desses leigos referiam-se a ele como “Swámi” Sêvânanda, pois um dos mais relevantes Mestres de yôga da Índia, que viveu na época, chamava-se Swámi Sivánanda. Sêvânanda, e viajou por várias cidades fazendo conferências, fundou um grupo em Lages (SC) e um mosteiro em Resende (RJ). Ele era um líder natural e com ele aprenderam yôga todos os instrutores antigos, os que lecionavam na década de 60, cuja maioria já não estão mais vivos.

Sêvânanda trouxe o yôga sob uma conotação pesadamente mística e em clima de monastério. Quem iniciou o yôga como trabalho profissional no Brasil, foi Caio Miranda. Ele foi o primeiro autor brasileiro de livro de yôga. Além de vários livros, também fundou cerca de vinte institutos de yôga em diversas cidades e formou os primeiros instrutores de yôga.

Em 1960, surgiu o mais jovem professor de yôga do Brasil com apenas 16 anos de idade chamado DeRose. Em 1964, ele fundou o Instituto Brasileiro de yôga, e em 1969, publicou o primeiro livro denominado - Prontuário de yôga antigo. Em 1975, já Mestre fundou a União Nacional de yôga, a primeira entidade a congregar instrutores e escolas de todas as modalidades

de yôga. Foi esta entidade que desencadeou o movimento de união, ética e respeito mútuo entre os profissionais dessa área de ensino, estando hoje com centenas de Núcleos, praticamente no Brasil todo e, ainda, em outros países da América Latina e Europa.

Em 1978, mestre DeRose liderou a campanha pela criação e divulgação do Primeiro Projeto de Lei visando à Regulamentação da Profissão de Professor de yôga, trazendo debates de Norte a Sul do país. A partir da década de setenta, introduziu os Cursos de Extensão Universitária para a Formação de Instrutores de yôga em praticamente todas as Universidades Federais, Estaduais e Católicas.

Em 1980, começou a ministrar cursos na Índia e a lecionar para instrutores na Europa. Em 1982, realizou o Primeiro Congresso Brasileiro de yôga, e lançou o primeiro livro voltado especialmente para a orientação de instrutores – o Guia do Instrutor de yôga. Assim produziu a primeira tradução do Yôga Sûtra de Pátañjali já feita por professor de yôga brasileiro. Em 1994, fundou a Primeira Universidade de yôga do Brasil e a Universidade Internacional de yôga com representações em Portugal e na Argentina. Em 1997, ele lançou os alicerces do Conselho Federal de yôga e do Sindicato Nacional de yôga.

Em 2001 e 2002 recebeu o reconhecimento do título de Mestre em yôga (não-acadêmico) e Notório Saber em yôga pela FATEA – Faculdades Integradas Teresa d'Ávila (SP), pela Universidade do Porto (Portugal), pela Universidade de Cruz Alta (RS), pela Universidade Estácio de Sá (MG), pela Câmara Municipal de Curitiba (PR) e pela Sociedade Brasileira de Educação e Integração.

Em 2003 recebeu uma comenda pela Academia Brasileira de Arte, Cultura e História, tendo a data do aniversário decretada como o Dia do yôga em todo o Estado do Paraná.

Todas estas conquistas fizeram de DeRose um dos mais importantes Mestres de yôga do Brasil, pelo seu trabalho nos últimos 40 anos em livros, jornais, revistas, rádio, televisão, conferências, cursos, viagens e formação de novos instrutores.

O SwáSthya foi codificado por DeRose a partir da década de 1960, com difusão em vários países. Consiste em um yôga antigo, pré-clássico-clássico considerado o mais completo do mundo. O termo swáSthya, em sânscrito, língua morta da Índia, significa autossuficiência, saúde do corpo e da mente, bem-estar, conforto e satisfação. Tem como características principais:

- Sua prática extremamente completa, integrada por oito modalidades de técnicas;
- A codificação das regras gerais;
- Resgate do conceito arcaico de sequências encadeadas sem repetição;

- Direcionamento a pessoas especiais, que nasceram para o SwáSthya Yôga;
- Valorização do sentimento gregário;
- Seriedade superlativa;
- Alegria sincera;
- Lealdade inquebrantável.

Qualidade de vida não significa apenas que o indivíduo tenha saúde física e mental, mas que esteja bem com ele mesmo, com a vida e com as pessoas que o cercam, ou seja, que esteja em equilíbrio. Para garantir boa qualidade de vida, são necessários: hábitos saudáveis, cuidados com o corpo, tempo para lazer, e vários outros aspectos que façam o indivíduo se sentir bem, que tragam boas consequências, como usar o humor para lidar com situações de estresse, definir objetivos de vida e, principalmente, sentir que tem controle sobre a própria vida (WIKIPÉDIA, 2008).

OBJETIVOS

Geral: O objetivo geral deste estudo foi relatar a história do yôga no Brasil, e os benefícios da prática desta filosofia de vida para a saúde física e mental dos seus praticantes.

Específicos: Definir o SwáSthya yôga; mostrar suas características, e Descrição dos Angas. Mostrando os resultados obtidos pela prática regular desta filosofia de vida.

DESENVOLVIMENTO

Dentre as suas características já citadas na introdução o swáSthya tem como a principal a sua prática ortodoxa, denominada de ashtânga sâdhana (ashta=oito; anga=parte;sâdhana=prática). Esta prática integrada que tem oito partes: mudrá, pujá, mantra, pránáyâma, Kriyá, ásana, yôganidrá e samyama.

1º ANGA - MUDRÁ

São gestos reflexológicos realizados com as mãos, servem como portal para nosso interior permitindo uma prática profunda. Eles são divididos em duas categorias: samyukta hasta (com as duas mãos) Os mudrás mais conhecidos são:

- Shiva Mudrá – executado para meditação onde o dorso da mão positiva pousa sobre a palma da mão negativa. Neste mudrá deve-se sentir as mãos como um cálice recebendo força e sabedoria. Para os homens, o dorso da mão direita pousa sobre a palma da mão esquerda, e para as mulheres, o dorso da mão esquerda pousa sobre a palma da mão direita;

- Jñána Mudrá – executado para meditação e respiratório, onde os dedos indicador e polegar de cada mão tocam-se. Este gesto conecta os polos positivo e negativo representados pelos dedos indicador e polegar de cada mão. Quando fazemos esse gesto durante o dia, as palmas das mãos ficam voltadas para cima, sendo chamado de Súrya Jñána Mudrá. Quando é noite e sua execução é com as palmas das mãos voltadas para baixo, com a denominação de chandra jñána mudrá;
- Prônam Mudrá – executado para mantra e ásana, onde as palmas das mãos ficam unidas a frente do peito. Nos ásanas, proporcionam mais senso de equilíbrio e por isso são mais utilizados nos ásanas de apoio num só pé.

2º ANGA - PÚJÁ

É considerada uma oferenda, retribuição ética de energia ou força interior. O Pújá possui quatro partes:

- 1ª Parte: ao local da prática onde o yogin estiver realizando a prática. Através do bhavan pújá, qualquer lugar ficará impregnado de forças positivas;
- 2ª Parte: ao instrutor que ministra a prática, o praticante deverá ofertar esse pújá ao seu instrutor de yôga;
- 3ª Parte: ao sistematizador do yôga antigo - Professor DeRose. A tradição preconiza o reconhecimento aos que antecederam. No SwáSthya o antecessor é representado pelo professor DeRose;
- 4ª Parte: a Shiva, o criador do yôga, seguindo o princípio do reconhecimento aos mestres anteriores, responsáveis pela perpetuação do nosso sistema.

A força do pújá está na intensidade e sinceridade do sentimento que serão alcançados agregados às mentalizações.

3º ANGA – MANTRA

Os mantras são vocalizações de sons e ultrassons, com a vibração dos centros de energia (chakras) e desobstrução dos canais por onde fluem a energia ou prána (nádis). No ashtánga sádhana a prática do SwáSthya tem dois tipos de mantra:

- **O Kirtan** que é o mantra com melodia e várias palavras vocalizadas em sânscrito e que tem tradução. Momento alegre da prática, que deve ser executado de olhos abertos, e as mãos reproduzem o prônam mudrá em movimento;
- **O Japa** que são sons sem melodia, geralmente formados por apenas uma palavra ou sílaba, objetivando a concentração e a introspecção. Para os iniciantes a ênfase é do japa

ÔM. Esclarecendo que o ÔM é o símbolo universal do yôga, em todas as épocas, escolas e modalidades. Ele é considerado o próprio corpo sonoro do absoluto, e a sua vocalização estimula o ájña chakra, o sexto centro de força, localizado entre as sobrancelhas.

4º ANGA – PRÁNÁYÁMA

Prána designa bioenergia e ayáma significa expansão. Ressaltamos que os pránáyámas foram elaborados pelos mestres como instrumento para despertar da kundaliní. As características da respiração no yôga são: exclusivamente nasal, lenta, profunda, completa, silenciosa e consciente.

A respiração completa utiliza-se a totalidade dos pulmões, sendo a execução da inspiração projetando primeiro o abdômen, expandindo para os lados na área das costelas, e terminado a inspiração alargando o peito. A expiração inicia-se com a saída do ar da parte superior dos pulmões, passando pela região das costelas, e terminando exalando e esvaziando a parte baixa dos pulmões, retraindo o abdômen.

Para as práticas de pránáyáma o jñána mudrá é o mais utilizado, objetivando manter o prána circulando dentro do corpo para que se possa manipular a energia captada pelos respiratórios.

5º ANGA – KRIYÁ

Neste anga há atividade de purificação das mucosas, sendo considerado uma arte milenar de limpeza do corpo, por fora e por dentro. São seis purificações orgânicas clássicas do yôga antigo:

- **Kapálabhāti** – limpeza do cérebro e dos pulmões, são kriyás secos;
- **Trátaka** – limpeza dos globos oculares e treinamento para melhorar a visão;
- **Nauli** – limpeza dos intestinos e dos órgãos abdominais por massagem proporcionado pelo domínio dos músculos abdominais, regulando a digestão e a excreção;
- **Nêti** – limpeza das narinas e do seio maxilar com água (jala nêti). O nêti, o dhauti e o basti são kriyás úmidos, que exigem a utilização de água;
- **Dhauti** – limpeza do esôfago e do estômago com água (jala dhauti) e com gaze (vaso dhauti);
- **Basti** – limpeza do reto e do cólon com água. É o ancestral do clister.

6º ANGA – ÁSANA

É toda posição firme e agradável, onde pronuncia-se “ássana”, já que o som do “z” não existe no sânscrito. O ásana modela as formas, proporciona força, flexibilidade e muita vitalidade. Ásana é muito mais que um exercício físico, sua execução precisa ser estável, confortável e estética. A respiração necessita ser consciente, profunda (abdominal e completa) e pausada.

Durante a execução dos ásanas há regras de segurança, qualquer desconforto, dor, aceleração cardíaca ou transpiração em excesso são avisos do organismo para que haja moderação. Ásanas não devem cansar e sim recarregar as energias.

Uma das características mais importantes do SwáSthya yôga, o yôga antigo, é a aula ministrada pelo instrutor ao praticante em formato de coreografia. O súrya namaskara é um dos mais antigos conjuntos de técnicas corporais do yôga, que remota aos tempos em que o homem primitivo cultuava o sol. É a única coreografia ainda existente no acervo que o Hatha yôga herdou dos yôgas pretéritos, uma vez que o Hatha é um yôga moderno que surgiu no século XI da era cristã e perdeu quase toda a sua tradição iniciática. Quanto a parecer com uma dança, não podemos esquecer de que o criador do yôga, Shiva, era um dançarino e, foi imortalizado na mitologia com o título de Natarája (rei dos bailarinos).

7º ANGA – YÔGANIDRA

É a descontração consciente, onde há a assimilação e manifestação dos efeitos produzidos por todas as técnicas que o precederam (mudrá, pújá, mantra, pránáyáma, kriyá e ásana). O yôganidra é dividido em quatro partes:

- **A entrada**, que consiste em auxiliar o praticante a conseguir uma rápida descontração muscular e emocional;
- **A utilização** que ocorre em aproveitar os momentos de descontração e receptividade, inserindo uma reprogramação emocional, através de ordens positivas, que substituam hábitos ultrapassados por novos;
- **A preparação para a saída** onde é dada uma ordem para retornar, aceitar e cumprir, pois a técnica do yôganidra é muito agradável, e as vezes o praticante quer ficar um pouco mais;
- **A saída** onde se deve fazer o retorno à esfera consciente até estar reintegrado ao seu corpo, não deixando nenhuma parte sem domínio. Deve ser realizado com muita

competência para não induzir o aluno a se levantar e ir embora, sem ter despertado de fato.

A técnica deve ser aplicada em um lugar silencioso, com os olhos fechados, abdômen relaxado, lábios entreabertos, palmas das mãos voltadas para cima e coluna bem acomodada ao chão.

8º ANGA – SAMYAMA

É o estado de concentração, meditação e hiperconsciência do yôga. Pátañjali afirma em sua obra clássica, o yôga Sûtra (III-4) , que samyama é quando ocorrem dháraná, dhyána e samádhi ao mesmo tempo. Os três degraus da meditação são:

- Yantra dhyána – Quando há uma concentração na visualização de símbolos ou imagens, até que a mente se sature e os pensamentos parem. Os símbolos podem ser: forma geométrica, flor, chama de uma vela, sol, lua, estrela ÔM, e outros.
- Mantra dhyána – Quando a concentração é na forma de um mantra. Dentre os vários o mantra ÔM é muito utilizado. O praticante deve repetir em pensamento, a curtos intervalos, ritmicamente, até saturar a mente e entrar em meditação;
- Tantra dhyána – Esta técnica de terceiro grau só pode ser ensinada mediante iniciação.

Para que a meditação seja conduzida na forma correta o praticante deverá:

- Manter a coluna ereta;
- A musculatura facial descontraída;
- Lábios com um sorriso quase imperceptível;
- As mãos em shiva mudrá;
- As pernas em samanásana ou padmásana.

Quanto mais confortável e imóvel o praticante permanecer, mais facilmente vão se aquietar os pensamentos.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa foi uma revisão bibliográfica, baseada em materiais disponíveis em base de dados, como o Google acadêmico, livros de yôga e revistas científicas.

RESULTADOS

Segundo Zorn (2004), a prática regular do yôga melhora muitos os aspectos físicos e mentais do organismo, porque realinha todo o corpo, favorecendo uma boa postura. O yôga fortalece os ossos e músculos, melhora a mobilidade das articulações e reduz a dor nas costas.

As pessoas têm inúmeros problemas de coluna, que não são decorrência de uma má formação do corpo, mas ao seu estilo de vida. O yôga estimula a circulação sanguínea e a oxigenação, por meio da respiração, aumentando a vitalidade e os níveis de energia. Ainda segundo Zorn (2004), o yôga proporciona melhora da digestão, na medida em que uma respiração mais ampla estimula o funcionamento dos órgãos abdominais, acalma a mente e as emoções, aliviando o estresse e a ansiedade, favorecendo um pensamento claro, por meio de maior oxigenação do cérebro.

A prática também gera autoconfiança e autoestima, ensina a relaxar adequadamente, e permanecerem relaxados, mesmo sob pressão; auxilia na melhora da concentração; ensina a pessoa a tornar-se mais consciente de si e dos outros; melhora a circulação e a respiração e elimina as sensações de depressão. Os praticantes de yôga conseguem alívio para os estados de insônia, dores de cabeça, enxaqueca, sinusite e asma.

Nos Estados Unidos, o *Prison Project*, da organização SYDA, oferece gratuitamente a prisioneiros interessados um curso a distância chamado “Em Busca do Ser”, com aulas que explicam a eterna sabedoria do yôga. Outras organizações americanas que se baseiam na meditação são o *Prison Smart Los Angeles Youth Project* e *Human Kindness Institute*.

Na Inglaterra, o *Prison Phoenix trust* também oferece aulas de yôga e meditação nas prisões, onde os participantes, em sua maioria condenados a longas sentenças, por crimes violentos, reagem positivamente a essa abordagem, que se baseia na reconciliação, e não na vingança. No Brasil, por exemplo, a Academia de Polícia de São Paulo incluiu sessões de yôga em seu curso de formação de novos policiais. A prática busca treiná-los para lidar de maneira equilibrada e, por meio de raciocínio desperto, administrando conflitos sem uso de violência. Assim, coloca policiais mais humanos nas ruas (BORELLA, 2007).

Em pesquisa realizada por Hadi (2007), com 107 voluntários que praticaram yôga durante seis meses, verificou-se melhora significativa na saúde física e mental dos indivíduos participantes. Os resultados corroboram o estudo realizado em 1998, quando já se usava a prática de yôga como tratamento coadjuvante para pessoas com patologias e também para pessoas saudáveis, promovendo-lhes bem-estar (GONZALEZ; WATERLAND, 1998).

Quando praticado no mínimo por 10 minutos, o yôga contribui na melhora da aptidão cardiorrespiratória em indivíduos sedentários (HAGINS; MOORE; RUNDLE, 2007). Pinheiro et al. (2007) avaliam a prática do yôga como recurso complementar no tratamento e controle da

pressão arterial. Pesquisa realizada por Céspedes et al. (2002) mostrou a diminuição das taxas de colesterol e de triglicerídeos em indivíduos diabéticos tipo II que praticaram yôga regularmente.

Gordon *et al* (2008) confirmam, em sua pesquisa, esses resultados, pois encontraram que indivíduos com diabetes mellitus II que fazem uso de dieta enriquecida com proteína de soja e praticam ioga obtêm efeitos preventivos e de proteção ao organismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas de yôga podem contribuir de maneira considerável na qualidade de vida das pessoas, pois seu principal objetivo é a obtenção de equilíbrio entre a mente e o corpo. Durante atividades diárias que possam causar extremo estresse, o desequilíbrio será predominante, e, se o indivíduo não buscar uma “válvula de escape”, provavelmente acabará com alguma enfermidade psicológica ou fisiológica.

O yôga é uma filosofia de vida bastante difundida no mundo atual. Hoje, muitos pesquisadores se dedicam ao seu estudo, possibilitando, assim, mudanças em suas vidas e na de outras pessoas.

Há inúmeras maneiras de se obter qualidade de vida, dentre elas o cuidado com o corpo e a mente. Desta forma, o yôga pode ser considerado uma prática que proporciona benefícios, tanto físicos, como mentais (KENT, 2006).

REFERÊNCIAS

BARROS, Nelson Filice. Yoga e promoção da saúde. Departamento de Saúde Coletiva, Faculdade de ciências médicas, Universidade Estadual de Campinas. R. Tessália Veira de Camargo, 126, Barão Geraldo.13.083-887. Campinas, SP.

DEROSE, L.S.A. Meditação e Autoconhecimento. Primeira Universidade de Yôga do Brasil. São Paulo, 2003.

DEROSE, L.S.A. Origens do Yôga Antigo. São Paulo, 2003.

DEROSE, L.S.A. Tudo o que você nunca quis saber sobre Yôga. São Paulo. 2009.

DEROSE, L.S.A. Yôga Mitos e Verdade. Editora União Nacional de Yôga. Primeira Universidade de Yôga do Brasil. 36ª Edição. São Paulo, 1996.

DEVEZA, Antonio Cesar Ribeiro Silva. Yoga e Yogaterapia. Rev.Med. São Paulo. 2013 jul.-set.

MARENGO, Joris. 50 Aulas Práticas do Yôga Antigo. 2ª Edição. Florianópolis – SC, 2020.

MIZUNO, Julio; BRANDANI, Jeniffer Zanetti. Contribuições da prática do Yôga na condição de saúde, atitudes e comportamentos de mulheres adultas e idosas. Revista de Educação Física da UFRGS.Movimento,Porto Alegre,v.24,n.3,p.947-960, jul./set. de 2018.

SANTOS, Sérgio L.H. Yôga Samkhya e Tantra. São Paulo,2003.

VORKAPIC, Camila Ferreira; RANGÉ, Bernard. Os benefícios do yôga nos transtornos de ansiedade. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas. Vol.7 no.1. Rio de Janeiro.jun.2011

Yoga pode ajudar a aliviar estresse na pandemia. Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/covid19/yoga-saude-estresse-pandemia>. Acesso em: jan/2021

CAPÍTULO 7

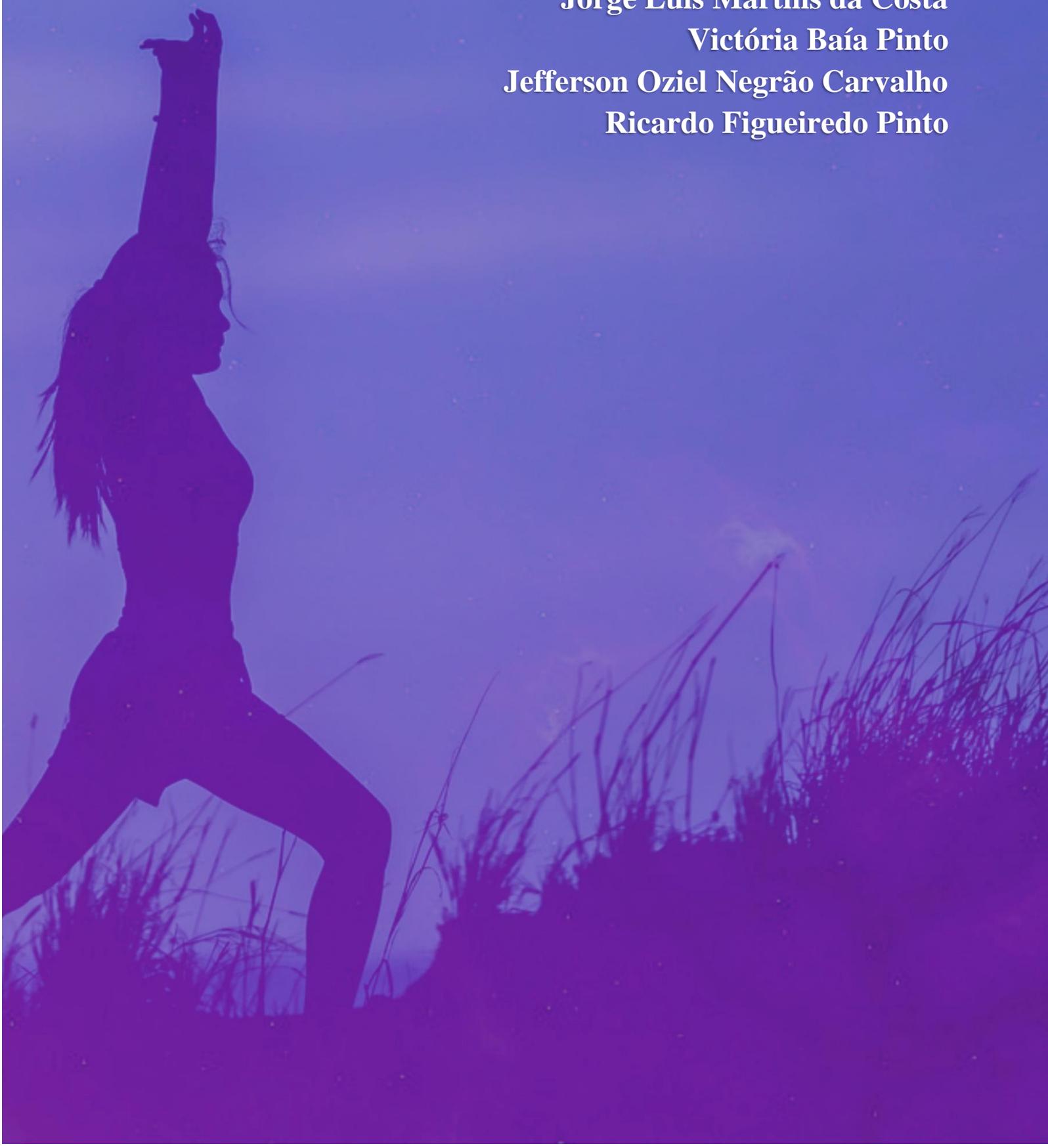
PERSPECTIVAS SOBRE O PROFISSIONAL DE SAÚDE NO BRASIL E SUA ATUAÇÃO

Jorge Luís Martins da Costa

Victória Baía Pinto

Jefferson Oziel Negrão Carvalho

Ricardo Figueiredo Pinto



PERSPECTIVAS SOBRE O PROFISSIONAL DE SAÚDE NO BRASIL E SUA ATUAÇÃO

Jorge Luís Martins da Costa
Victória Baía Pinto
Jefferson Oziel Negrão Carvalho
Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Objetiva-se, com este trabalho, possibilitar um olhar retrospectivo sobre o profissional de saúde no Brasil e formas de atuação, bem como compreender o significado de sua prática social neste campo de discussões e significações teórico-práticas. Trazer o campo do real, da prática do dia a dia de profissionais mostra-se fundamental para a resolução dos problemas encontrados na assistência à saúde e para a qualificação do cuidado prestado aos sujeitos. O significado da formação e da qualificação deve se refletir no processo de formação dos profissionais de saúde. Reconhecer essas necessidades e refletir sobre as práticas profissionais carregadas de valor e significado, pode restaurar esses valores nos locais de trabalho, e instituições acadêmicas.

Palavra-chave: Profissional de saúde, atuação, formação.

ABSTRACT

The objective of this work is to enable a retrospective look at the health professional in Brazil and their ways of acting, as well as to understand the meaning of their social practice in this field of discussions and theoretical-practical meanings. Bringing the realm of reality, from the daily practice of professionals, proves to be essential for solving the problems encountered in health care and for qualifying the care provided to the subjects. The meaning of training and qualification must be reflected in the training process of health professionals. Recognizing these needs and reflecting on value-laden and meaningful professional practices can restore those values in workplaces and academic institutions.

Keyword: Health professional, performance, training.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es permitir una mirada retrospectiva al profesional de la salud en Brasil y sus formas de actuar, así como comprender el significado de su práctica social en este campo de discusiones y significados teórico-prácticos. Acercar el ámbito de la realidad, desde la práctica diaria de los profesionales, resulta fundamental para resolver los problemas encontrados en la atención de la salud y para calificar la atención brindada a los sujetos. El significado de formación y cualificación debe reflejarse en el proceso de formación de los profesionales sanitarios. Reconocer estas necesidades y reflexionar sobre prácticas profesionales significativas y cargadas de valores puede restaurar esos valores en los lugares de trabajo y las instituciones académicas.

Palabra clave: profesional de la salud, desempeño, formación.

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade tem traços de uma sociedade profissional baseada no trabalho profissional, isso é resultado do processo de industrialização, e a antiga indústria se configura com um perfil mais profissional. Além disso, há uma divisão tecnológica crescente de trabalho, lógica de mercado e necessidades profissionais, todas atualizadas e refletidas no

desenvolvimento de certas economias. Nesse sentido, a profissão está intimamente ligada à lógica capitalista e seu movimento histórico, e suas flutuações requerem uma análise aprofundada do que revelam (LANZA, CAMPANUCCI, BALDOW, 2012).

Pensar no perfil profissional de saúde no Brasil requer cautela e discernimento sobre as profissões que abrangem o território brasileiro porque o exercício de qualquer trabalho é livre. A Constituição Federal em seu artigo 22, inciso XVI estabelece competência privativa à União para legislar sobre a organização das profissões. Entretanto, a regulação das profissões tem obedecido muito mais às regras impostas pelo mercado do que propriamente a ações efetivas do governo (BRASIL, 2006).

Apesar das mudanças na sociedade, da expansão do ensino superior (especialmente no setor privado) e do surgimento de novas ocupações, o legado de status social de ocupações consideradas "mais tradicionais" ainda existe. Um bom exemplo é a medicina, considerada um excelente profissional de saúde e um dos programas mais conceituados, seja por questões econômicas, seja por sua relevância e relevância social. Para Machado (1996), todas as ocupações da área da saúde possuem as características acima. Além disso, devido à natureza do departamento, a saúde exige que as atividades laborais sejam desempenhadas por profissionais com "competências e aptidões especiais". No entanto, deve-se esclarecer que o fato de os profissionais de saúde deverem ser profissionais não isenta o departamento de estar subordinado a determinadas profissões e restringe a autonomia desses profissionais no seu trabalho (MACHADO, 1996, p. 44).

DESENVOLVIMENTO

As iniciativas legislativas reproduzem, na maioria das vezes, resoluções internas dos Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional, não observando as necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS). Prevaecem, desta forma, os interesses corporativos.

A implementação efetiva do SUS para atender aos parâmetros propostos na Constituição Federal de 1988, no qual define a saúde como um direito do cidadão brasileiro e um dever do Estado (BRASIL, 1988) é um processo em desenvolvimento pelo qual o Brasil passa, em um contexto de alta complexidade política, jurídica e econômica, principalmente quando analisamos dimensão continental do território brasileiro, e com isso a intensa dinâmica social e institucional, determinada pela reestruturação da liderança política e da gestão pública nos três níveis da organização territorial; com a interação de atores e interesses de um país classificado

hoje como uma das 10 maiores economias do mundo, e com uma população de 210 milhões de habitantes com demandas sociais e de saúde que são eminentes e crescentes.

O desafio de elaborar políticas públicas em saúde, em um país com as complexidades do Brasil e devido à natureza intersetorial da saúde, exige um nível de negociação e de ação coordenadas, permanentes e dinâmicas, capazes de gerar o quadro técnico-financeiro e político necessário para responder às demandas da população brasileira. A produção científica intitulada “Regulação de profissões de saúde no Brasil e em perspectiva comparada” explana justamente essa complexidade a partir da formação e da prática profissional em saúde, determinando principalmente esses aspectos para uma implementação efetiva.

O modelo de regulamentação assumido pelo país estabelece uma divisão de poderes entre o Ministério da Educação, os conselhos profissionais e o Ministério da Saúde, que não se integram em uma frente comum, regulamentada e sistemática que ordene os processos de treinamento em coerência com as demandas do sistema de saúde e com as necessidades da população brasileira. Isto traz para o país um panorama de alta fragilidade regulatória, baixo uso de planejamento para a formação e prática profissional em saúde e alta influência da dinâmica do mercado, o que pode gerar distorções nas opções de políticas aplicadas, que podem ser contraditórias com as necessidades e demandas de saúde do país (AITH, et. al., 2020).

A análise do processo de judicialização do conflito regulatório do profissional de saúde brasileiro completa o panorama de análise, permitindo determinar a agressividade da comissão profissional na defesa de seu campo de atuação e a alta tensão de diferentes profissões no sentido de ampliar e diversificar seu campo de atuação. A publicação aborda também a incorporação de práticas complementares à prática das profissões de saúde, oficialmente aceitas pelo Ministério da Saúde (Portaria n. 702/2018), outro elemento que demonstra tensões entre o desenvolvimento do conhecimento e os processos regulatórios das profissões de saúde, assim como as tensões nos espaços de atuação em relação à incorporação de novos conhecimentos e tecnologias – tendências crescentes em todo o mundo, que estarão presentes no futuro e, portanto, exigem repensar os mecanismos e instrumentos regulatórios que fundamentam as políticas públicas em saúde e educação.

No Brasil, o direito à liberdade de exercício profissional é assegurado desde a Carta Imperial de 1824, e foi consideravelmente veiculada pelos textos constitucionais seguintes, inclusive o de 1988, cujo art. 5º, inciso XIII, reconhece ser “livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. A

interpretação desse inciso revela que, em regra, o direito à liberdade profissional não deve sofrer limitações; porém, em determinadas situações, restrições ao exercício profissional podem ser impostas por meio de lei, criando-se então uma profissão regulamentada (BRISSY, 2018).

De acordo com o Ministério da Saúde, a regulamentação do exercício profissional pode ser definida como o “conjunto de diretrizes, de padrões ou de procedimentos instituídos pelo governo, pelas comunidades e por grupos sociais para conformar o comportamento dos profissionais nas diversas atividades econômicas e sociais”. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) determina, no seu art. 22, inciso XVI, a competência privativa da União para legislar sobre as condições para o exercício das profissões, bem como, no art. 21, inciso XXIV, a competência exclusiva da União para organizar, manter e executar a inspeção do trabalho. Apesar dessa atribuição constitucional de competência à União, não há uma norma geral nacional dispendo sobre a regulamentação e fiscalização de todas as profissões ou veiculando os procedimentos ou as etapas a serem percorridas para sua criação. Ante a ausência de tal norma nacional reguladora, torna-se relevante investigar o itinerário jurídico-administrativo de criação de novas profissões de saúde no Brasil. Constituem, pois, objetivos deste capítulo identificar os procedimentos para criação de novas profissões de saúde no Brasil, bem como mapear os percursos percorridos pelas novas profissões de saúde que estão sendo criadas.

A partir da construção da via jurídica administrativa para a criação de uma nova profissão de saúde no Brasil, são traçadas as normas legais relativas à nova profissão de saúde, e aqueles que possuem leis que regulamentam as atividades continuadas da profissão de saúde são considerados como novas profissões de saúde, considerando-se como novas profissões de saúde aquelas que possuem projeto de lei regulamentador de atividade profissional da saúde em tramitação na Câmara de Deputados e no Senado Federal (AITH, et. al., 2020).

Tal mapeamento foi feito nos sites do Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Saúde, utilizando-se a nomenclatura da própria profissão ou atividade profissional como critério de levantamento das normas, compreendendo portarias, pareceres e resoluções de órgãos componentes do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho. Após mapear os projetos e normas legais dessas novas profissões da saúde, a secretaria organizou essas ações normativas em ordem cronológica para analisar os rumos jurídico-administrativos dessas novas profissões de saúde (AITH, et. al., 2020).

O ponto de partida para a construção do roteiro de criação e regulamentação das novas profissões da saúde no Brasil é a determinação dos critérios de subsídio dessa classificação laboral com base na definição internacional de profissão da saúde da Organização Mundial da Saúde. Organização (OMS), como nacional, pelo Ministério da Saúde. Até 2010, os ministérios da saúde de vários países tinham seus próprios sistemas de classificação, uma vez que o International Standart Classification of Occupations (ISCO) não fornecia uma descrição detalhada dos profissionais da saúde por classificar todos os tipos de trabalhadores. Em 2010, a OMS elaborou⁹ e divulgou a Classificação Internacional dos Trabalhadores da Saúde¹⁰, organizando a força de trabalho em saúde em cinco tipos: profissionais de saúde, técnicos e auxiliares de saúde, trabalhadores de cuidados pessoais em serviços de saúde, gestores de saúde e de pessoal de apoio e, por fim, os prestadores de serviços de saúde não classificados.

Dessa forma, consideram-se profissionais da saúde aqueles cujas ações e serviços dedicam-se à prevenção, promoção e recuperação da saúde e cujas habilidades e conhecimentos foram obtidos como resultado de estudos em instituições de ensino superior na área da saúde por um período de três a seis anos. Essa definição da OMS baseou-se na International Standart Classification of Occupations 2008 (ISCO-08) criada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹³ para uniformizar a nomenclatura das diversas ocupações profissionais, permitindo a realização de levantamentos estatísticos e análises comparativas entre os Estados

No Brasil, tal como na classificação da OMS, o Ministério da Saúde definiu como profissão da área da saúde a ocupação que requer conhecimentos ou habilidades altamente especializadas para o desempenho de atividades ligadas diretamente aos cuidados ou às ações de saúde. Da leitura dessa definição, depreende-se que o Ministério da Saúde reconheceu como profissão de saúde a ocupação profissional que detém formação educacional de nível superior para o desempenho dos deveres e tarefas do trabalho em saúde. Assim, no Brasil, a categorização de um trabalhador da saúde como profissional pressupõe o reconhecimento nacional de uma atividade como ocupação profissional pelo Ministério do Trabalho e Emprego e simultaneamente a obtenção de diploma de curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação

A Resolução 287 de 3 de outubro de 1998 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) altera Resolução 218/98 e em 07/05/99 e relaciona 14 (quatorze) categorias profissionais de saúde de nível superior para fins de atuação no CNS: assistentes sociais, biólogos, biomédicos, profissionais de educação física, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas; fonoaudiólogos,

médicos, médicos veterinários, nutricionistas, odontólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais.

Em 2002, a AMS (Pesquisa Assistência Médico-Sanitária) contabilizou 2.180.598 postos de trabalho no setor Saúde, dos quais: 33,5% eram ocupados por profissionais de nível superior (729.747 empregos); 28,6% eram ocupados por técnicos e auxiliares (624.331 empregos); os trabalhadores com qualificação elementar ocupavam 11,23% dos postos de trabalho (244.809 empregos). Um expressivo contingente da força de trabalho no setor saúde é representado pelos auxiliares e técnicos, que na maioria das vezes não têm suas ocupações regulamentadas (IBGE, 2002).

Regulação do trabalho diz respeito às regulamentações jurídico legais (leis de regulamentação do exercício profissional), éticas (códigos de ética) ou administrativas (normas de trabalho) que, a partir da intervenção do Estado demarcam campos de exercício de atividade. Considerando que a saúde é um bem público, compete ao Estado dispor sobre a sua regulamentação, fiscalização e controle, adequando o interesse particular ao interesse público.

Como medidas regulatórias, diante da flexibilidade advinda da Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, e perante o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001, e por recomendações desses, após intenso processo de discussão das instituições de ensino, dos conselhos e das associações profissionais e do Ministério da Educação, de 2001 a 2014, foram construídas para as quatorze profissões de saúde (consideradas como tal pelo CNS através da Resolução nº 287, de 8/10/1998) as suas Diretrizes Curriculares, regulamentadas em diferentes Pareceres do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES): em 2001, Medicina (atualizada em 2014), Nutrição e Enfermagem; em 2002, Serviço Social, Fisioterapia, Ciências Biológicas, Fonoaudiologia, Farmácia, Terapia Ocupacional e Odontologia; em 2003, Medicina Veterinária e Biomedicina; em 2004, Psicologia (atualizada em 2011)¹⁵; e, finalmente, em 2012, Educação Física.

Dentro essas regulamentações jurídicas legais podemos abordar seus atos privativos, segundo a Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde:

Tabela 1. Exercício Profissional na Área da Saúde, segundo o Ministério da Saúde.

Profissão	Exercício Profissional	Atos Privativos
BIOLOGIA Lei nº 6684, de 03 de setembro de 1979 (Regulamenta as profissões de biólogo e biomédico, cria o	O exercício da profissão de biólogo é privativo dos portadores de diploma: I - devidamente registrado, de bacharel ou licenciado em curso	Sem prejuízo do exercício das mesmas atividades por outros profissionais igualmente habilitados na forma da legislação específica, o biólogo

Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biologia e Biomedicina)	de História Natural, ou de Ciências Biológicas, em todas as suas especialidades ou de licenciado em Ciências, com habilitação em Biologia, expedido por instituição brasileira oficialmente reconhecida; II - expedido por instituições estrangeiras de ensino superior, regularizado na forma da lei, cujos cursos forem considerados.	poderá: I - Formular e elaborar estudo, projeto ou pesquisa científica básica e aplicada, nos vários setores da Biologia ou a ela ligados, bem como os que se relacionem à preservação, saneamento e melhoramento do meio ambiente, executando direta ou indiretamente as atividades resultantes desses trabalhos; II - Orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria a empresas, fundações, sociedades e associações de classe, entidades autárquicas, privadas ou do Poder Público, no âmbito de sua especialidade; III - Realizar perícias, emitir e assinar laudos técnicos e pareceres, de acordo com o currículo efetivamente realizado.
BIOMEDICINA Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979, (Regulamenta as Profissões de Biólogo e Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biologia e Biomedicina)	O exercício da profissão de biomédico é privativo dos portadores de diploma: I - devidamente registrado, de bacharel em curso oficialmente reconhecido de Ciências Biológicas, modalidade médica; II - emitido por instituições estrangeiras de ensino superior, devidamente revalidado e registrado como equivalente ao diploma mencionado no inciso anterior.	Sem prejuízo do exercício das mesmas atividades por outros profissionais igualmente habilitados na forma da legislação específica, o biomédico poderá: I – Realizar análises físico-químicas e microbiológicas de interesse para o saneamento do meio ambiente; II – Realizar serviços de radiografia, excluída a interpretação; III – Atuar, sob supervisão médica, em serviços de hemoterapia, radiodiagnóstico e de outros para os quais esteja legalmente habilitado; IV – Planejar e executar pesquisas científicas em instituições públicas e privadas, na área de sua especialidade profissional.
EDUCAÇÃO FÍSICA Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998 (Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física)	O exercício das atividades de Educação Física e a designação de profissional de educação física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física. Apenas serão inscritos nos quadros dos Conselhos Regionais de Educação Física os seguintes profissionais: I - os possuidores de diploma obtido em curso de Educação Física, oficialmente autorizado ou reconhecido; II - os possuidores de diploma em Educação Física expedido por instituição de ensino superior estrangeira,	Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto

	revalidado na forma da legislação em vigor; III - os que, até a data do início da vigência desta Lei, tenham comprovadamente exercido atividades próprias dos Profissionais de Educação Física, nos termos a serem estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação Física	
ENFERMAGEM Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986 (Dispõe sobre a Regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências)	A enfermagem e suas atividades auxiliares somente podem ser exercidas por pessoas legalmente habilitadas e inscritas no Conselho Regional de Enfermagem com jurisdição na área onde ocorre o exercício. São enfermeiros: I – o titular do diploma de enfermeiro conferido por instituição de ensino, nos termos da lei; II – o titular do diploma ou certificado de obstetrix ou de enfermeira obstétrica, conferido nos termos da lei; III – o titular do diploma ou certificado de enfermeira e a titular do diploma ou certificado de enfermeira obstétrica ou de obstetrix, ou equivalente, conferido por escola estrangeira segundo as leis do país, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como diploma de enfermeiro, de enfermeira obstétrica ou de obstetrix; IV – aqueles que, não abrangidos pelos incisos anteriores, obtiverem título de enfermeiro conforme o disposto na alínea “d”, do art. 3º, do Decreto nº 50.387, de 28 de março de 1961.	O enfermeiro exerce todas as atividades de enfermagem cabendo-lhe: I – privativamente: Direção do órgão de Enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde, pública ou privada, e chefia de serviço e de unidade de Enfermagem; Organização e direção dos serviços de Enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras desses serviços; Planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços da assistência de Enfermagem; Consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de Enfermagem; consulta de Enfermagem; Prescrição da assistência de Enfermagem; cuidados diretos de Enfermagem a pacientes graves com risco de vida; Cuidados de Enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas.
FARMÁCIA Decreto nº 85.878 de 07/04/1981 (Âmbito Profissional do Farmacêutico). Estabelece normas para execução de Lei nº 3.820 de 11 de novembro de 1960, sobre o exercício da profissão de farmacêutico, e dá outras providências.	Somente aos membros inscritos nos Conselhos Regionais de Farmácia será permitido o exercício de atividades profissionais farmacêuticas no País. Para inscrição no quadro de farmacêuticos dos Conselhos Regionais é necessário, além dos requisitos legais de capacidade civil: 1) ser diplomado ou graduado em Farmácia por Instituto de Ensino Oficial ou a este equiparado; 2) estar com o seu diploma registrado na repartição sanitária competente; 3) não ser nem estar proibido de exercer a profissão farmacêutica;	São atribuições privativas dos profissionais farmacêuticos: I - Desempenho de funções de dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopeicas, quando a serviço do público em geral ou mesmo de natureza privada; II - Assessoramento e responsabilidade técnica em: a) estabelecimentos industriais farmacêuticos em que se fabriquem produtos que tenham indicações e/ou ações terapêuticas, anestésicos ou auxiliares de diagnóstico, ou capazes de criar dependência

- 4) gozar de boa reputação por sua conduta pública, atestada por 3 (três) farmacêuticos inscritos.
* Lei nº 3.820 de 11 de novembro de 1960 (Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras Providências).
- física ou psíquica; b) órgãos, laboratórios, setores ou estabelecimentos farmacêuticos em que se executem controle e/ou inspeção de qualidade, análise prévia, análise de controle e a análise fiscal de produtos que tenham destinação terapêutica, anestésica ou auxiliar de diagnósticos ou capazes de determinar dependência física ou psíquica; c) órgãos laboratórios, setores ou estabelecimentos farmacêuticos em que se pratique extração, purificação, controle de qualidade, inspeção de qualidade, análise prévia, análise de controle e análise fiscal de insumos farmacêuticos de origem vegetal, animal e mineral; d) depósitos de produtos farmacêuticos de qualquer natureza; III - A fiscalização profissional sanitária e técnica de empresas, estabelecimentos, setores, fórmulas, produtos, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica; IV - A elaboração de laudos técnicos e a realização de perícias técnico-legais relacionados com atividades, produtos, fórmulas, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica; V - O magistério superior das matérias privativas constantes do currículo próprio do curso de formação farmacêutica, obedecida a legislação do ensino; VI - Desempenho de outros serviços e funções, não especificados no Decreto, que se situem no domínio de capacitação técnico-científica profissional.

FISIOTERAPIA e TERAPIA OCUPACIONAL

Decreto Lei nº 938 - de 13 de outubro de 1969 (Provê sobre as profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, e dá outras providências)

O fisioterapeuta e o terapeuta ocupacional, diplomados por escolas e cursos reconhecidos, são profissionais de nível superior. Os profissionais de que trata este Decreto-lei, diplomados por escolas estrangeiras devidamente reconhecidas no país de origem, poderão revalidar seus diplomas.
*Lei nº. 6.316, de 17 de dezembro de 1975 (Cria o Conselho Federal e os Conselhos

Fisioterapeuta: executar métodos e técnicas fisioterápicas com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física do paciente.
Terapeuta Ocupacional: executar métodos e técnicas terapêuticas e recreacionais, com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental do paciente.

	Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e dá outras providências): o livre exercício da profissão de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional em todo território nacional, somente é permitido ao portador de Carteira Profissional expedida por órgão competente.	
FONOAUDIOLOGIA Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981. (Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Fonoaudiólogo, e determina outras providências)	O exercício da profissão de fonoaudiólogo será assegurado:a) aos portadores de diploma expedido por curso superior de Fonoaudiologia oficial ou reconhecido; b) aos portadores de diploma expedido por curso congênere estrangeiro, revalidado na forma da legislação vigente; c) aos portadores de diploma ou certificado fornecido, até a data da presente Lei, por cursos enquadrados na Resolução número 54, do Conselho Federal de Educação, publicada no “Diário Oficial” da União de 15 de novembro de 1976.	Desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição; participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar o aperfeiçoamento dos padrões da voz e fala; colaborar em assuntos fonoaudiológicos ligados a outras ciências; projetar, dirigir ou efetuar pesquisas fonoaudiológicas promovidas por entidades públicas, privadas, autárquicas e mistas; Lecionar teoria e prática fonoaudiológicas; dirigir serviços de fonoaudiologia em estabelecimentos públicos, privados, autárquicos e mistos; supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de Fonoaudiologia; assessorar órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, privados ou mistos no campo da Fonoaudiologia; participar da Equipe de Orientação e Planejamento Escolar, inserindo aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos; dar parecer fonoaudiológico, na área da comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar outras atividades inerentes à sua formação universitária pelo currículo
MEDICINA Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957 (Dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências).	Os médicos só poderão exercer legalmente a medicina, em qualquer dos seus ramos ou especialidades, após o prévio registro de seus títulos, diplomas, certificados ou cartas do Ministério da Educação e Cultura e de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina,	Não existe, na Lei nº 3.268/57, artigo que especifique as atribuições privativas do médico. * Esta matéria é tratada em Resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM nº 1.627 de 23/10/2001).

	sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.	
MEDICINA VETERINÁRIA Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968 (Dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária)	Só é permitido o exercício da profissão de médico-veterinário: a) aos portadores de diplomas expedidos por escolas oficiais ou reconhecidas e registradas na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura; b) aos profissionais diplomados no estrangeiro que tenham revalidado e registrado seu diploma no Brasil, na forma da legislação em vigor. O exercício das atividades profissionais só será permitido aos portadores de carteira profissional expedida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária ou pelos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária criados na presente lei.	Prática da clínica em todas as suas modalidades; Direção dos hospitais para animais; assistência técnica e sanitária aos animais sob qualquer forma; planejamento e a execução da defesa sanitária animal; direção técnica sanitária dos estabelecimentos industriais e, sempre que possível, dos comerciais ou de finalidades natureza dos trabalhos tenha por objetivo exclusivo a indústria animal; organização dos congressos, comissões, seminários e outros tipos de reuniões destinados ao estudo da medicina veterinária, bem como a assessoria técnica do Ministério das Relações Exteriores, no País e no estrangeiro, no que diz com os problemas relativos à produção e à indústria animal.
NUTRIÇÃO Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1.991 (Regulamenta a profissão de Nutricionista e determina outras providências)	A designação e o exercício da profissão de nutricionista, profissional de saúde, em qualquer de suas áreas, são privativos dos portadores de diploma expedido por escolas de graduação em nutrição, oficiais ou reconhecidas, devidamente registrado no órgão competente do Ministério da Educação e regularmente inscrito no Conselho Regional de Nutricionistas da respectiva área de atuação profissional.	Direção, coordenação e supervisão de cursos de graduação em nutrição; planejamento, organização, direção, supervisão e avaliação de serviços de alimentação e nutrição; planejamento, coordenação, supervisão e avaliação de estudos dietéticos; ensino das matérias profissionais dos cursos de graduação em nutrição; ensino das disciplinas de nutrição e alimentação nos cursos de graduação da área de saúde e outras afins; auditoria, consultoria e assessoria em nutrição e dietética; assistência e educação nutricional a coletividades ou indivíduos, sadios ou enfermos, em instituições públicas e privadas e em consultório de nutrição e dietética; assistência dietoterápica hospitalar, ambulatorial e a nível de consultórios de nutrição e dietética, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dietas para enfermos.
ODONTOLOGIA Lei nº 5.081 de 24/08/1966 (Regula o Exercício da Odontologia)	O exercício da Odontologia no território nacional só é permitido ao cirurgião-dentista habilitado por escola ou faculdade oficial	Praticar todos os atos pertinentes à Odontologia, decorrentes de conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos de

	<p>ou reconhecida, após o registro do diploma na Diretoria do Ensino Superior, no Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.</p>	<p>pós-graduação; prescrever e aplicar especialidades farmacêuticas de uso interno e externo, indicadas em Odontologia; atestar, no setor de sua atividade profissional, estados mórbidos e outros, inclusive, para justificação de faltas ao emprego; proceder à perícia odontolegal em foro civil, criminal, trabalhista e em sede administrativa; aplicar anestesia local e troncular; empregar a analgesia e hipnose, desde que comprovadamente habilitado, quando constituírem meios eficazes para o tratamento; manter, anexo ao consultório, laboratório de prótese, aparelhagem e instalação adequadas para pesquisas e análises clínicas, relacionadas com os casos específicos de sua especialidade, bem como aparelhos de Raios X, para diagnóstico, e aparelhagem de fisioterapia; prescrever e aplicar medicação de urgência no caso de acidentes graves que comprometam a vida e a saúde do paciente; utilizar, no exercício da função de perito odontólogo, em casos de necropsia, as vias de acesso do pescoço e da cabeça.</p>
<p>PSICOLOGIA Lei nº 4.119, de 27/08/1962 (Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo)</p>	<p>Para o exercício profissional é obrigatório o registro dos diplomas no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura. Ao portador do diploma de Bacharel em Psicologia, é conferido o direito de ensinar Psicologia em cursos de grau médio, nos termos da legislação em vigor. Ao portador do diploma de Licenciado em Psicologia é conferido o direito de lecionar Psicologia, atendidas as exigências legais devidas. Ao portador do diploma de psicólogo é conferido o direito de ensinar Psicologia nos vários cursos de que trata esta lei, observadas as exigências legais específicas, e a exercer a profissão de Psicólogo.</p>	<p>Utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos: a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; d) solução de problemas de ajustamento.</p>
<p>SERVIÇO SOCIAL Lei nº 8.662/93 (Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências)</p>	<p>Somente poderão exercer a profissão de assistente social: I - Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço</p>	<p>· Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; ·</p>

<p>Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente; II - os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil; III - os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953. O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta Lei.</p>	<p>Assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; · Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; · Dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; · Dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; · Elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; · Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; · Fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; · Ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.</p>	
--	---	--

Fonte: Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, 2006.

A VIII Conferência Nacional de Saúde e a criação da Comissão Nacional de Reforma Sanitária, nos anos 1980, foi de grande importância para as muitas conquistas que aconteceram no processo de reorganização do sistema de saúde no Brasil. Apesar de muitos conflitos, embates e diferentes interesses, ocorreram grandes mudanças, chegando à Constituição Federal Brasileira de 1988, que reconhece a saúde como um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado, e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 1988).

Em 1990, a implantação do SUS deu início a uma organização nacional, pública e sistêmica, com princípios e diretrizes comuns em todo o país, e foi regulamentada após a aprovação da Lei Orgânica da Saúde em 1990 (Leis nº 8.080/90 e nº 8.142/90) (Brasil, 1990). Apesar dessas conquistas, a especialização do cuidado à saúde, a distância do sujeito nos processos de cuidado e as grandes diferenças entre o que pensam os usuários e os trabalhadores e gestores da saúde têm se configurado como uma grande tensão na construção do modelo de

saúde sonhado, chegando, algumas vezes, a diminuir o acesso dos usuários ao sistema ou sua exclusão (BATISTA, GONÇALVES, 2011).

A formação dos profissionais de saúde que atuam nesse sistema, que teve no decorrer dos anos várias estratégias de operacionalização – Norma Operacional de Assistência a Saúde (NOAs), Norma Operacional Básica (NOBs) até chegar ao Pacto de Gestão – tem suscitado sempre grandes discussões. Algumas estratégias importantes para a reorganização e a humanização do sistema foram implantadas. Entre elas, a Estratégia Saúde da Família, a Política Nacional de Humanização, o Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (PHPN), entre outras.

Essas estratégias visam principalmente contribuir para a reorientação do modelo, investindo na integralidade da atenção à saúde, em conformidade com os princípios e as diretrizes do SUS. Isso implica em novas dinâmicas de atuação nas unidades de saúde, com redefinição de responsabilidades entre os serviços/gestores, os trabalhadores e a população. Apesar de alguns avanços, a formação dos profissionais de saúde ainda está muito distante do cuidado integral. O perfil dos profissionais de saúde demonstra qualificação insuficiente para as mudanças das práticas. Uma necessidade crescente de educação permanente para esses profissionais, com o objetivo de (re) significar seus perfis de atuação, para implantação e fortalecimento da atenção à saúde no SUS é um grande desafio.

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde aparece como uma proposta de ação estratégica para contribuir para a transformação e a qualificação das práticas de saúde, a organização das ações e dos serviços, dos processos formativos e das práticas pedagógicas na formação e no desenvolvimento dos trabalhadores de saúde. Implica em trabalho intersetorial capaz de articular o desenvolvimento individual e institucional, as ações e os serviços e a gestão local, a atenção à saúde e o controle social (Brasil, 2004).

Todo investimento em treinamento e certificação de qualificação de funcionários, se cuidadosamente planejado e desenvolvido, pode ter um impacto positivo no desempenho dos funcionários. Porém, é importante considerar que as condições da estrutura de cada organização podem minimizar os resultados esperados do programa de treinamento e desenvolvimento de pessoal se a interação entre a estrutura e os objetivos de treinamento/qualificação recomendados for inconsistente.

Na proposta da Política de Educação Permanente em Saúde, a mudança das estratégias de organização dos serviços e do exercício da atenção é construída na prática das equipes. “As

demandas para a capacitação não se definem somente a partir de uma lista de necessidades individuais de atualização, nem das orientações dos níveis centrais, mas prioritariamente, desde a origem dos problemas que acontecem no dia a dia, da organização do trabalho em saúde. Desse modo, transformar a formação e a gestão do trabalho em saúde não pode ser considerado uma questão simplesmente técnica, pois envolve mudanças nas relações, nos processos, nos atos de saúde e, principalmente, nas pessoas” (JAEGER E CECCIM, 2004).

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) também ressalta a necessidade de melhorar o serviço prestado à população pelos profissionais de saúde, tendo como base a qualificação, capacitação e aprimoramento de seu desempenho. Sobre os currículos universitários que referenciam sua formação, todavia, os cursos de graduação pautam-se em um paradigma curativo, hospitalocêntrico e fragmentado – mesmo que esse processo de ensino e aprendizagem esteja caminhando para rumos humanistas e não apenas biomédicos - do conhecimento e da abordagem da saúde, ao valorizarem as especialidades sem a compreensão global do ser humano e do processo de adoecer (COTTA, REIS, 2004; HORTALE, 2004). Essa qualidade da formação do profissional faz com que sua atuação, ao ser contratado para o PSF, não raras vezes, se reduza ao consultório. Sendo assim, segundo o Ministério da Saúde (1994), pela concepção do modelo assistencial ou pela organização do serviço ou prática de trabalho deformada, observa-se a desvalorização ou mesmo inexistência de proposta de ação de saúde coletiva no interior da comunidade (MS, 1994).

Na busca de melhores condições de trabalho, L’Abbate (1994) reitera que a capacitação dos profissionais é de ímpar relevância para o aprendizado e aperfeiçoamento das relações sociais próprias do cotidiano dos serviços de saúde, em decorrência da necessidade de trabalhar em grupo e/ou melhorar o contato com o usuário no atendimento individual. Portanto, enfatize-se a importância do trabalho em equipe pois incentiva os indivíduos a aprimorarem as múltiplas competências, com base no consenso estratégico de objetivos, nas visões interdisciplinares e interdependentes das tarefas e, portanto, na cooperação funcional no desenvolvimento do potencial criativo e agregação de valores existentes e reconhecidos em serviço.

Diante o exposto, em razão dos critérios nacionais e internacionais exigidos para a categorização de uma atividade como profissional, para apresentar-se o início do itinerário jurídico-administrativo de regulação de uma nova profissão de saúde: primeiramente é importante o reconhecimento de curso de nível superior pelo Ministério da Educação e, em seguida, o reconhecimento de uma nova ocupação profissional mediante a criação de um código específico na CBO pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A partir daí, para que esse

profissional da saúde tenha uma profissão regulamentada, torna-se necessária a aprovação de uma lei ordinária nas duas casas legislativas do Congresso Nacional e a posterior sanção do presidente da República (AITH, et. al., 2020).

Dentre os diversos textos constitucionais que garantiram esse direito, destaca-se o de 1934 que, ao assegurar a liberdade profissional, condicionou o seu exercício à exigência de capacitação técnica e à existência de interesse público, oportunamente explicitados.

Todavia, esse poder de legislar sobre a atividade profissional não é incondicional, quando se justifica apenas em razões de interesse público, especialmente concernentes à segurança, à proteção e à saúde da população em geral. Logo, nem todas as profissões podem ser condicionadas ao cumprimento de condições legais para o seu exercício, pois a regra é a liberdade. Outras, ao contrário, face à potencialidade lesiva da atividade, as exigem. A defesa social, portanto, determinará a necessidade ou não de regulamentação.

Nesse sentido, a jurisprudência firmada pelo STF desde a Constituição de 1891 fixou os seguintes parâmetros para a regulamentação profissional: “(a) necessidade de grau elevado de conhecimento técnico ou científico para o desempenho da profissão e (b) existência de risco potencial ou de dano efetivo como ocorrências que podem resultar do exercício profissional”.

CONCLUSÃO

Em resumo, o exercício de uma profissão regulamentada pressupõe a sua fiscalização que, por ser uma função tipicamente estatal, será exercida por pessoa jurídica de direito público, representada, em regra, pelos conselhos profissionais. Em continuidade ao itinerário jurídico-administrativo de criação de uma nova profissão, assenta-se, portanto, a necessidade de regulamentação profissional mediante a proposição de projeto de lei ordinária na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, nos parâmetros consolidados na jurisprudência do STF, que deverá ser aprovado por essas casas legislativas e sancionado pelo presidente da República.

Nesse sentido, além de veicular a exigência de alta qualificação profissional e de justificar a necessidade de regulação por razões de interesse público, o projeto de lei regulamentador de uma nova profissão deverá garantir a fiscalização do seu exercício profissional por pessoa jurídica de direito público.

Apesar do itinerário jurídico-administrativo de criação e regulação de uma nova profissão no Brasil pautar-se na sucessão ordenada desses atores institucionais, o levantamento

das normas jurídicas vigentes relacionadas às novas profissões de saúde demonstra uma diversidade de procedimentos.

A ausência de um itinerário prevalecente revela, portanto, que o percurso de criação de uma nova profissão de saúde no Brasil não segue uma lógica sucessiva de regulação, não havendo uma atuação articulada dessas etapas pelos diversos atores institucionais envolvidos.

REFERÊNCIAS

AITH, F., RACHELLE BALBINOT, R. VENTURA D. GANDOLFI DALLARI, S. (Organizadores) -- 1. ed. -- São Paulo: Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA), 2020.

BATISTA, K. B. C. GONÇALVES, O. S. J. Formação dos Profissionais de Saúde para o SUS: significado e cuidado. *Saúde Soc. São Paulo*, v.20, n.4, p.884-899, 2011

BRASIL. Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde. 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 19 de agosto de 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9067-pesquisa-de-assistencia-medico-sanitaria.html?edicao=17212&t=conceitos-e-metodos>. Acesso em: 17 de agosto de 2021.

BRISSY, S. A regulação das profissões de saúde na França. *Revista de Direito Sanitário*, v. 19, n. 2, p. 156-197, 11 dez. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). Resoluções 1998. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_98.htm>. Acesso em 17 de agosto de 2021.

Cotta RMM, Pereira RJ, Maia TM, Marques ES, Franceschini SCC. *Aprensión y conocimiento de las directrices del Sistema Único de Salud (SUS): un reto en la consolidación de la política de salud brasileña. Rev. Agathos – Atención Sociosanitaria y Bienestar* 2004; 3:16-23.

JAEGER, M. L.; CECCIM, R. B. Política de Educação e Desenvolvimento para o SUS: caminhos para a Educação Permanente em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

L'ABBATE S. Educação em saúde: uma nova abordagem. *Cadernos de Saúde Pública* 1994; 4:481- 490.

LANZA, L. M. B CAMPANUCCI, F. S. BALDOW, L. O. As profissões em saúde e o Serviço Social: desafios para a formação profissional. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 212-220, jul./dez. 2012

Organização Pan-Americana da Saúde. Desempenho em equipes de saúde – manual. Rio de Janeiro: Opas; 2001.

REIS C. L. HORTALE V. A. Programa de Saúde da Família: supervisão ou “convisão”? Estudo de caso em município de médio porte. *Cadernos de Saúde Pública* 2004; 2:492-501.

CAPÍTULO 8

MENDAE: METODOLOGIA DE ENSINO DA DANÇA/EDUCAÇÃO

Lindemberg Monteiro dos Santos



MENDAE: METODOLOGIA DE ENSINO DA DANÇA/EDUCAÇÃO

Lindemberg Monteiro dos Santos

RESUMO

Trata-se de uma proposição de uma MENDAE - Metodologia de Ensino da Dança/Educação alicerçada e aplicada no ensino-aprendizagem por sujeitos/participantes das Escolas Municipais e Públicas da cidade de Ananindeua-PA. A pesquisa que se encontra em processo, está sendo realizada presencialmente na Escola de Dança Ribalta a partir do processo criativo do movimento/presente e espontâneo do corpo.

Palavras-chave: Corpo; Escola Ribalta; Movimento/presente.

ABSTRACT

It is a proposition of a MENDAE - Dance Teaching Methodology/Education based and applied in teaching-learning by subjects/participants of Municipal and Public Schools in the city of Ananindeua-PA. The research that is in process is being carried out in person at the Ribalta Dance School from the creative process of movement/present and spontaneous of the body.

Keywords: Body; Ribalta School; Movement/gift.

RESUMEN

Es una propuesta de MENDAE - Metodología de Enseñanza de la Danza / Educación basada y aplicada en la enseñanza-aprendizaje por los sujetos / participantes de las Escuelas Públicas y Municipales de la ciudad de Ananindeua-PA. La investigación que se encuentra en proceso se está realizando presencialmente en la Escuela de Danza Ribalta desde el proceso creativo del movimiento / presente y espontáneo del cuerpo.

Palabras llave: Cuerpo; Colegio Ribalta; Movimiento / regalo.

INTRODUÇÃO

Caminhos da Pesquisa

As relações entre movimento e educação na Amazônia estão de desvelando em um imbricamento de saberes e fazeres locais, compreendendo uma rede de relações ancoradas nos corpos dos sujeitos/participantes, que a partir de um processo de ensino e aprendizado no campo da cultura corporal de movimento, são capazes de envolver uma teia sensível de encontros, que nesta pesquisa que está sendo desenvolvida pela tríade dos vértices: (1) Escola/Movimento, (2) Dança/Educação e (3) Corpo/Amazônico.

Os vértices apontam possibilidades vivenciadas no contexto educacional e ao mesmo tempo artístico em dança/educação, que se encaminham como propostas construídas a partir de aulas no espaço físico da Escola de Dança Ribalta. O processo de autoformação dos sujeitos/participantes estão apontando características específicas quanto a sua expressividade, autonomia e cultura local, que vão ao encontro de suas corporeidades amazônicas.

Nesse sentido, a pesquisa se insere entre aquelas que objetivam no campo da investigação, diante das dialéticas, as ressignificações das expressividades corporais dos sujeitos/participantes em seus fazeres cotidianos, em reconhecimento de suas próprias histórias de vida a partir da corporeidade local, utilizando a sua habitação não apenas como espaço físico, mas também como cultura própria de movimento possível de abranger caminhos socioeducacionais e inclusão artística.

Assim, os relatos corporais, que aos poucos vêm surgindo em cada encontro, é um caminho pulsante que envolve um estudo específico sobre o movimento dançante, tendo como alicerce as proposições dos jogos corporais conectadas em uma prática de corpo integradas para as criações em movimentos. Os relatos advêm das práticas de movimentos que estão sendo estimuladas por meio dos jogos, pelas leituras de versos de autores paraenses conectados as bases teóricas das ações do movimento. Caminhos que percorrem o campo das subjetividades de cada sujeito/participante da pesquisa.

A pesquisa tem como um dos pontos de estudo estimular a conscientização do movimento corporal a partir da dança/educação através dos jogos corporais na Escola de Dança Ribalta. Imbricados a esse contexto, estão os sujeitos/participantes identificados nesta pesquisa como *corpos amazônicos*.

Nesse sentido, propomos uma - MENDAE (Metodologia no Ensino da Dança/Educação), ou seja, uma prática de um pensar, fazer e criar movimentos corporais dançantes dando ênfase a escrita por meio de textos escritos por autores paraenses e sendo desvendadas por ações em gestos, sentidos, significados, desejos enfim, gama de possibilidades a partir das necessidades particulares dos sujeitos/participantes no momento ou do movimento presente/espontâneo.

Ao ressaltar sobre o momento ou o movimento presente, ou ainda, movimento espontâneo uma forma de prática a partir das subjetividades do exato momento de uma interpretação, por exemplo, de um verso escrito ou lido de modo que seja o ponto de partida para criação de ações corporais dançantes, tendo como base uma proposta metodológica. Segundo Isabel Marques “[...] o trabalho com a dança em situação educacional baseada no contexto dos alunos [...] uma ação educativa transformadora na área da dança” (MARQUES, 2008, p.94).

Propondo o maior enfoque ao processo criativo, sobretudo na concepção da dança/educação visando aos sujeitos/participantes perspectivas abrangentes do campo do autoconhecimento, autoformação e autonomia para os seus processos criativos em movimentos dançantes em diversas maneiras sobre o pensar, criar e refletir. Uma prática educativa, criativa,

solidárias, igualitárias e plurais de convivência com a movimentação corporal, sobretudo possibilitando relações abertas entre o corpo, movimento e espaço físico que apontam redes de relações que articulem caminhos para um processo educativo, criativo e crítico de seu fazer.

Possibilidades de encontros entre sujeitos/participantes da Escola Ribalta, campo desta pesquisa em dança/educação, no qual se coaduna com a perspectiva de avanços pela via do corpo (sujeito como protagonista da pesquisa) no seu desvelar cotidiano, sobretudo nas práticas corporais apreendidas, percebidas e estimuladas na escola por meio dos estudos em linguagens perceptivas do movimento. “Assim sendo, o conhecimento da história (e de si mesma) propicia oportunidades para o aluno (sujeitos/participantes) criar parâmetros próprios de movimento, criação e relação com a sociedade plural em que vive” (MARQUES, 2012, p. 49).

Assim, os nossos encontros vem enfatizando a *práxis* na dança/educação em contexto de sentidos, significados e percepções visando à expressividade corporal do grupo em suas necessidades de criação, transmissão e recepção em dança/educação. Evidenciando as particularidades dos sujeitos/participantes a partir de suas corporeidades amazônicas reconhecidas a partir dos seus praticantes, ou seja, habitantes da cultura local.

Uma das contribuições que a MENDAE vem proporcionando para as ações dos movimentos espontâneos do corpo, contribuições que perpassa o campo da educação voltada para a pluralidade nas variedades concepções do corpo, abrindo possibilidades pelos mais diversos corpos num sentido de ações participativas nos encontros sobre a *práxis* da dança.

Nessa perspectiva de praticante, ou habitantes da cultura local, ou sujeitos/participantes, ou ainda, habitante-criador. Deste modo, a pesquisa certamente se concretizará e de certo modo, ao encontro das necessidades fundamentais dos sujeitos/alunos que serão envolvidos na pesquisa e conseqüentemente na inclusão artística social. Bem como da comunidade em que a referida escola se insere.

A descrição sobre a Escola de Dança Ribalta apresenta a complexidade de um organismo vivo de ensino mesmo ainda que seja em seus aspectos puramente materiais, sobretudo sentimental no que diz respeito ao ensino-aprendizagem na dança/educação e continua até os dias atuais.

Nesse entendimento, a Casa Ribalta um pseudônimo criado para a Escola de Dança, idealizada pela diretora Marlene Andrade. A Casa ao longo dos seus 25 anos de existência proporciona diálogos de movimento por meio da dança/educação que vem dialogando com os habitantes-criadores e de certo modo, “o acesso a um portal de histórias de vidas, me foi permitido [...] (com) vivências diárias entre alunas e alunos, habitantes moradores dos bairros

próximos [...] articuladora de escuta, criação e composição coreográfica (FERREIRA, 2018, p.18).

É nesta Casa que estamos *in loco* pesquisando e propondo os processos criativos, sobretudo na dança/educação por meio dos movimentos corporais. Para isso, o professor precisa conhecer a complexidade dos espaços físicos devendo ele compreender que cada espaço tem o seu pertencimento de saberes locais que emanam através da corporeidade, compondo nesse sentido, a construção social desses espaços por um viés da dança/educação.

Assim, a dança/educação tem relevância importante nesse processo de propor vivências que contribuam no ensino-aprendizado escolar, sobretudo no ensino informal, não havendo nesse aspecto negligência de uma educação que envolve concepções de conhecimentos e saberes no campo da dança/educação de modo que proponha múltiplas articulações em relações pessoais, coletivas e ampliando possibilidades de leituras sobre diferentes corpos em volta de outros corpos percebendo relações em seu entorno e com o mundo.

Nessas correlações que envolvem o corpo e o movimento perpassando o campo do conhecimento e a dança/educação traz consigo “a elaboração do conhecimento passa pela elaboração do corpo entre o próprio corpo e as coisas (mundo interior e exterior)” (NANNI, 2008, p.8). Uma relação intrínseca entre os *corpos amazônicos* e movimento que perpasse a *práxis* no desvelar dos sujeitos/participantes em suas historicidades de vida pela linguagem do corpo.

Segundo a professora Dionísia Nanni:

A auto-realização poderá ser desvelada pela Dança/Educação através da criação e processo criativo; este conduz o ser a sua auto-criação (auto-realização) pela autonomia e liberdade que as implicações do processo permite em torno da emancipação e transformação do indivíduo (NANNI, 2008, p. 9).

A autora traz uma reflexão da auto-criação como estímulos a emancipação do sujeito, que dialoga diretamente este processo de pesquisa que traz a dança/educação como instrumentos propositivos como ações sistematizadas através de proposições de exercícios que possam estimular a transmissão de saberes na dança envolvendo a pesquisa de movimentos através dos jogos corporais e conseqüentemente o processo criativo, enfatizando assim, o contexto educacional através da dança por meio da autonomia dos sujeitos/participantes em seu processo de ensino-aprendizado no qual se constitui uma das linguagens artísticas do ensino da Arte nas escolas respaldadas pela LDB 9394/96 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e o PCN’S – Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997.

Já no contexto da emancipação e transformação do indivíduo e referindo-se ao seu contexto, isto é, seus aspectos da cultura local possam identificar o sujeito no sentido de

compreender a sua realidade que podem atingir seu ato de imaginar e criar por meio das ações corporais de maneira lúdica e ações do corpo da própria região, aqui no caso, na cidade de Ananindeua na região amazônica.

Nesse contexto, propondo experimentações por meio de um propósito educacional no sentido, artístico/social. Desse modo, é uma proposição de um fazer artístico, ações em ato de pensar/criar/fazer democrático e solidário. E compreendo que sejam construções de saberes e conhecimentos por meio da dança/educação conectado ao jogo de modo que:

A isso segue-se a tão citada explicação platônica do jogo: como todas as criaturas jovens são incapazes de conservar em repouso seus corpos e suas vozes, e como precisam movimentar-se constantemente e fazer ruídos de alegria, precisam correr, saltar, dançar e emitir todas as espécies de gritos (HUIZINGA, 2019, p.211).

As ações citadas pelo autor como correr, saltar, dançar e emissão de gritos são consideradas ações geradoras de gestos e ações dos movimentos que são inerentes ao homem, isto é, precisamos nos movimentar e são ações que serão transmitidos de uma geração para a outra, dos pais para os filhos, de pessoas para pessoas isso faz parte de um contexto de educação e assim, se pensa, cria e se faz a arte, por exemplo, com reproduções de textos, poesias, pontos, linhas, desenhos, pinturas, instalações, histórias de vida enfim, conectados aos jogos e imbricados no campo da dança/educação de modo que: “Tal processo permite ao aluno (sujeitos/participantes) conhecer-se e saber por si mesmo quais são suas preferências, opções e caminhos a serem seguidos (MARQUES, 2012, p. 54).

Assim, a pesquisa em seu processo, propõe problematizar a dança/educação na formação do sujeitos/participantes identificando as suas concepções de corpos por meio de etapas de análise de todas as ações corporais desenvolvidas no espaço/tempo dos sujeitos/participante da pesquisa não somente as individuais, mas as coletivas através das práticas corporais.

Nesse sentido, a relevância das ações realizadas, experimentadas e pesquisadas pelos sujeitos/participantes evidenciando as suas historicidades de vida permeada em seu contexto familiar e social, isto é, uma forma de conhecer e compreender as diversas concepções de vivências no corpo a partir do movimento educativo na dança que atravessam o diálogo, a pesquisa, a desconstrução e reflexão crítica para o nosso pensar e fazer como cita Isabel Marques,

Ao pensarmos em uma educação crítica na área da dança [...] não podemos deixar de analisar com cuidado suas múltiplas relações com a sociedade em que vivemos. Ao contrário de uma visão histórica ingênua de que a dança não passa de “uns passinhos a mais ou a menos na vida das pessoas”, hoje não podemos mais ignorar o papel social, cultural e político do corpo em nossa sociedade e, portanto, da dança (MARQUES, 2012, p. 29).

Essas reflexões que a autora nos traz são pontos relevantes em nossos atos de pensar, criar e pesquisar a dança em contexto amplo de uma sociedade ou como devemos propor estratégias para demandas, sobretudo como devemos nos comportar diante da tantas diversidades relacionado ao corpo dançante e como nos desprender das amarras que foram colocadas no território da dança ao longo dos anos. Remetendo-nos as “dancinhas” de encontros comemorativos nas escolas.

Como professor ressalto que devemos propor estratégias que alimentem o nosso contexto atual de professor, aluno e ambiente escolar envolvendo as ações humanizadas, ir ao encontro de nossas experiências e modo de vida, sobretudo o contexto atual de cada sujeito/participante em prol de bons comportamentos em sociedade, aqui no caso, através da dança/educação.

Pensarmos em “[...] fazer escolhas significativas para nossos alunos e para a sociedade, seria interessante levarmos em consideração o contexto dos alunos” (MARQUES, 2012, p. 35). De modo que gerem as práticas de saberes de outros lugares que nos apontará como trabalhar na minha/nossa realidade, pois as historicidades dos sujeitos/ participantes devem ser construídas no espaço físico escolar. Aqui, no caso, da Escola de Dança Ribalta, trazendo e conectando as suas realidades consigo de modo que haja interações com o coletivo participante da pesquisa.

Sendo assim, as construções das interações que atravessarão os sujeitos/ participantes de modo que percebam o corpo como sujeito da ação e referencial do espaço físico. Aqui a relevância do estudo teórico e prático sobre o movimento. Uma vez que o nosso corpo contém espaço que caminha consigo, ou seja, o corpo como sujeito referencial dos estudos em movimento conectado ao espaço físico com as suas respectivas ações em movimentações desvelando seus direcionamentos corporais.

No que diz respeito ao movimento em si, primordial para que a dança se realize, (Rudolf) Laban nos ensinou que é por meio da percepção, da experimentação e da análise em nossos corpos do quê, onde, de como e com quem/o quê o movimento acontece que podemos também criar, transformar e compreender a dança. A relação do movimento com os outros aspectos da dança faz com que ela se transforme em arte (educação), pois estamos criando relações simbólicas e significativas entre aquele que interpreta o movimento e o meio (MARQUES, 2012, p. 32).

Nesse entendimento sobre o movimento em que o mesmo é inerente ao homem e na perspectiva de pesquisar o movimento, isto é, a capacidade de criação dos movimentos do corpo de modo que haja experimentos a partir das ações corporais e conseqüentemente gerando a

dança como forma de manifestação singular do sujeito/participante. Para isso, a MENDAE norteará estratégias para o programa de aulas, além de compreender e aplicar à *práxis* de um pensar/criar/fazer artístico-educacional na escola. Assim, criando suporte para a pesquisa por meio de estratégias para o ensino da dança.

As estratégias têm a ver com a necessidade de encontrar caminhos para o processo de ensino e aprendizagem e ao desenvolver a prática para o ensino da dança/educação, no qual senti a necessidade de sistematizá-la. Proposta essa que se configura como uma alternativa para aulas, durante as quais, tanto o professor quanto os sujeitos/participantes sintam-se identificados e integrados em um processo de descobertas de singularidades, vivências e teorias, na desconstrução destas e criações de outras propostas, vivências e teorias.

Nesse sentido, as estratégias sobre a dança/educação e jogos corporais estão sendo proposições de estimulação para o processo criativo em dança para corpos amazônicos proporcionando o ato de criar, desenvolver e propor aplicabilidades para um programa em dança/educação a partir de estudos relacionados ao corpo e movimento conectados aos jogos. Assim, jogos corporais têm seus fundamentos e se mantem atrativo para os jovens participantes da pesquisa.

A escola, nessa perspectiva, terá a proposição de relacionamentos saudáveis do eu com o outro de modo que despertem ainda mais a imaginação dos sujeitos, em seu contexto social e escolar, e façam com que os estímulos sejam criados em ações corporais, por exemplo, para o processo criativo em dança/educação.

Nessa complexidade que é a escola considerada como o organismo vivo que interagem com pessoas de diversa pluralidade tanto no ato de saber, social, cultural enfim, gamas de questões que norteiam as “subculturas”, questões que foi elaborada por Jean Claude Fourquin.

Todas as sociedades do mundo estão em interação umas com as outras, todas conhecem conflitos internos, são atravessadas por correntes contraditórias, divididas entre símbolos diversos, condenadas à instabilidade, à ambiguidade, à desordem. Como assimilar uma sociedade, um país, um povo a uma cultura? O pluralismo cultural não existe somente entre as nações, ele está no interior das nações, no interior das comunidades que as compõem, e os próprios indivíduos não escapam à lei geral da diferenciação interna e da mestiçagem (FOURQUIN, 1993, p.125).

O autor salienta o pluralismo cultural, ou seja, as relações e características culturais que atravessam um determinado espaço físico em uma sociedade e que toda a comunidade independente de onde, ou como ela esteja. Todas têm a sua bagagem cultural a partir da sua própria comunidade em lidar com as suas vivências culturais e artísticas.

Aqui discorrem questões sobre a existência de diferença entre culturas, de certo modo, havendo o convívio humanizado entre a prática do professor e o aluno. Porém, no espaço físico que está sendo retratada a pesquisa, que é a escola Ribalta, existe uma cultura que é da própria comunidade que o cerca. E esse espaço é presente e se conecta com o sujeito que faz parte do seu contexto social.

Imagem 1 – Escola de Dança Ribalta



Fonte – Compilação do autor

A realidade aqui é evidenciada a identificação do projeto no aspecto social em proporcionar saberes e fazeres a fim de entender a realidade da comunidade que tem consigo o seu diálogo, a sua interação, a sua historicidade enfim, uma cultura no pensar plural da escola. A escola fica localizada na WE 77, nº 652 – Cidade Nova em Ananindeua – Pará.

Assim, seguem proposições, na perspectiva para o sujeito/participante da comunidade carente no entorno da Escola de Dança Ribalta no qual a pesquisa está sendo acolhida no caminho da dança/educação na perspectiva de investigação de um estudo em nível de doutorado em educação, aqui remetendo a relevância da pesquisa para a comunidade abrangendo conceitos sobre o corpo/movimento e inclusão artística social, assim no campo acadêmico por meio dos desdobramentos da pesquisa, sobretudo pessoal como professor e artista da cena.

REFERENCIAL TEÓRICO

A dança/educação como conhecimento

Segundo NANNI (2008), a elaboração do conhecimento passa pela elaboração do corpo entre o próprio corpo e as coisas (mundo interior e exterior) – elaboração solidária do sujeito e

do objeto. Portanto a educação como tendência interacionista – interação homem-mundo, sujeito objeto e imprescindível para que o ser humano se torne, sujeito de sua *práxis* no desvelar a sua realidade histórica, através da sua corporeidade.

Constantemente inserido no contexto do movimento em um determinado espaço físico, em que tudo ocorre interiormente e exteriormente identificados por ações do corpo nas dinâmicas para a compreensão e consciência do corpo em si, sendo envolvido para uma consciência social ampla de modo que: “A (dança)/educação, processo dinâmico que objetiva desenvolver a singularidade do homem é resultado das infinitas implicações” (NANNI, 2008, p.9).

Ao falar em movimento, pensamos no corpo como instrumento de interação e percepção. Nesse sentido a pesquisa vem dialogar pelos conceitos propostos por Rudolf Von Laban (1978) em seus estudos sobre o domínio do movimento. Esse teórico compreende o movimento como cultura cotidiana inscrita na sociedade de modo que o corpo estabeleça relações com o meio em que vivemos por meio de ações cotidianas relacionadas às ações de movimentos.

Segundo Izabel Marques:

O estudo aprofundado e minucioso sobre o movimento humano empreendido por Laban tem até hoje oferecido contribuições inestimáveis para as áreas de Dança, Teatro, Psicologia, Antropologia, Sociologia, Saúde, Comunicação, Indústria – para citar algumas (MARQUES, 2010, p. 65-66).

Nesse aspecto, as contribuições de Laban para o campo da educação foram amplamente difundidas em várias partes do mundo, inclusive o Brasil. “De fato, os ensinamentos de Laban chegam ao Brasil [...] principalmente pela via da educação para professores e crianças [...]” (MARQUES, 2010, p.66).

2.2 A dança/educação como ferramenta para o corpo

Corpo em movimento em espaços físicos de experimentos carregados por suas imagens, memórias, sobretudo vivências potencializadas em uma forma de estar presente, explorando os movimentos conscientes por meio das práticas vivenciadas a partir do movimento consciente e dos jogos corporais.

O estudo do movimento consciente é o contexto de perceber e compreender as suas relações com o corpo em relação ao espaço vivido, compreendendo a relação do osso, da pele e espaços articulares que serão alicerçadas pelas leituras teóricas/práticas da Metodologia Angel Vianna (2021) e percebidas através dos jogos corporais compreendidas nas bases teóricas de Augusto Boal (2009), “jogos teatrais” de Viola Spolin (2008).

Portanto, as fundamentações teóricas e práticas apontadas até aqui, serão as bases para a pesquisa de modo que esta terá em comum as ações corporais geradas pelos movimentos e, conseqüentemente as ações dos movimentos conscientes do corpo conectada aos estudos dos jogos corporais compostas pelos sujeitos/alunos. Propondo aqui, o que chamo de corpos amazônicos.

MENDAE – Caminhos metodológicos

Proposição de uma MENDAE - Metodologia de Ensino da Dança/Educação alicerçada e aplicada no ensino-aprendizagem por sujeitos/participantes das Escolas Municipais e Públicas da cidade de Ananindeua-PA. A pesquisa está sendo realizada presencialmente na Escola de Dança Ribalta a partir do processo criativo do movimento/presente e espontâneo do corpo.

Trata-se de uma pesquisa do tipo da pesquisa-ação apresentada pelo autor Joaquim Severino (2007): “A pesquisa-ação é aquela que, além de compreender, visa intervir na situação, com vistas a modifica-la” (SEVERINO, 2007, p.120). Nesse contexto, o caminho da MENDAE está sendo uma proposta que está remetendo possibilidades para a conscientização do movimento pelo movimento a partir dos trabalhos ou jogos corporais que estimulam o corpo para o processo criativo em dança conectados aos textos de versos poéticos de autores paraenses. Aqui surgem as variadas ações dos movimentos espontâneos. Como se observa nas imagens abaixo:

Imagem 2 – Ações do corpo pelo movimento espontâneo



Fonte – Compilação do autor

Imagem 3 – Leituras dos versos poéticos de autores paraenses



Fonte – Compilação do autor

Nesse caminho de versos que são constituídos “a canção dos quarenta anos”, do autor Ruy Barata. Acreditamos no poder de uma linguagem poética em determinado contexto social tem a finalidade de transformar ações através de discurso críticos e autocríticos que permeia o poder simbólico de imagens dos versos descritos no qual tem a finalidade de entender ou ressignificar ações corporais através de novas escritas sejam elas em versos poéticos ou por meio dos desenhos e pinturas.

A reunião de pessoas que transitam em ideias comuns, aqui no caso o movimento dançantes subjetivos ou individuais que atravessam memórias e registram no corpo sentimentos e sensações que se externalizam no campo das gestualidades e causando no corpo a sua expressividade ganhando a dimensão do espaço em seus sentidos de direções que permeiam o campo do corpo humano e suas relações com o outro.

Nessas relações de corpos com o propósito de estudo e experimento sobre o movimento humano dançante nos levam aos conceitos que abordam sobre a arte-dança, sobretudo a dança/educação que torna o homem a compreender relações que transitam entre o meio dimensional do espaço/tempo físico ou abstrato, o corpo sendo o elo de comunicação de ações do movimento, envolvendo pessoas/sujeitos em comunidade local, desvendando seus saberes locais.

Em um contexto de localidades entre sujeitos de modo que trouxeram as suas vivências de seus respectivos lugares para o local dos encontros que estão acontecendo na Casa Ribalta são ações que estão sendo vividas e experimentadas por ações que geram a dança e consequentemente o compartilhar do conhecimento e relações pessoais de certo modo, gerando a dança/educação.

Os nossos encontros pautados em uma forma metodológica amparadas no conhecimento por meio do estudo e pesquisa do movimento humano de Rudolf Laban (1978) e sendo dimensionado para outros campos que amparam o corpo como ações de vida/arte/educação. O movimento em seu estudo complexo e extenso que dimensionam percepções, sensações que atravessam as trajetórias de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste processo o corpo foi exposto à natureza e as suas particularidades em produções de sentidos e percepções do ambiente que o cercava. Portanto, a pesquisa ainda em andamento, obteve a sua pretensão para esse primeiro momento, isto é, o processo criativo/artístico surgindo bases conceituais teóricas e práticas em movimento dançante descritas em filmagem da prática em dança e versos haicai.

Assim, a proposta tem relação que envolve a *práxis* e investigações que problematizam o processo de um saber através da dança/educação. Com base no processo em pesquisa do movimento espontâneo dos sujeitos/participantes possam estimular as ações do corpo para dinamizar o processo criativo em dança. E nesse processo desafiador e de complexidade no processo criativo em dança e na perspectiva de uma prática de saberes em movimento e literário com a vivência sensível da linguagem poética nas artes, entre eles a dança/educação em conexão com o processo criativo por meio de um contexto em criação poética da escrita em tempos pandêmicos, continuando assim, nos (re) inventandos.

Em uma abordagem qualitativa todas as ações e proposições integradas à pesquisa as ações estão sendo registradas por meio do diário de bordo do pesquisador com a finalidade de cartografar todo o material pesquisado em processo artístico cultural. Evidenciando assim, o início, meio e fim da pesquisa, a fim de proporcionar uma culminância artística.

Deste modo, esperamos que o andamento da pesquisa contribua para um fazer artístico social originando discussões e reflexões sobre o ensino da dança/educação através do corpo e perpetuando a pesquisa através dos instrumentos para a identificação dos sujeitos/participantes da Escola de Dança Ribalta de modo, que se estenda por um processo colaborativo/educacional/criativo, como prática de liberdade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. Arte/Educação: formando professores. Revista CLEA (Consejo Latinoamericano de Educación por el Arte). n. 2, p. 7-29, 2016. Disponível em: Acesso em: 03 fev. 2019.

BOAL, Augusto. Teatro do oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

FERREIRA, Mayrla Andrade; SANTOS, Lindemberg Monteiro dos (Org.). Habitante-criador: processos criativos da Ribalta companhia de dança. São Paulo: Fonte editorial, 2016.

_____, Mayrla Andrade. Saberes e Práticas Ananin: um estudo sobre a construção das corporeidades cotidianas na cidade de Ananindeua/PA. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pós-Graduação em Educação – Belo Horizonte, 2018.

FORQUIN, Jean Claude. Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

HUIZINGA, J. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. 9ª ed. SP: Perspectiva, 2019.

LABAN, Rudolf. Domínio do Movimento. Tradução de Anna Maria Barros De Vecchi e Maria Sílvia Mourão Netto. Revisão técnica Anna Maria Barros De Vecchi. São Paulo: Summus, 1978.

MARQUES, Isabel A. Ensino da dança hoje: textos e contextos. 5ª ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Isabel A. Ensino da dança hoje: textos e contextos. 6ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011

_____, Isabel A. Dançando na escola. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

_____, Isabel A. Dançando na escola – 5ª edição – São Paulo: Cortez, 2010.

MOMMENSOHN, Maria; PETRELLA, Paulo (Orgs.). Reflexões sobre Laban, o mestre do movimento. São Paulo: Summus, 2006.

MOURA, Eduardo Junio Santos. Des/obediência docente na de/colonialidade da arte/educação na América Latina. 313 Revista GEARTE, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 313-325, maio/ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.22456/2357-9854.92905>

NANNI, Dionísia. Dança Educação: Princípios, métodos e técnicas. Rj 5ª edição: Sprint, 2008.

NEVES, Neide. Klauss Vianna: estudos para uma dramaturgia corporal. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Lindemberg Monteiro dos. Belém do Pará na ginga da Capoeira Regional: um olhar de coreógrafo a partir de aspectos da análise de movimento Laban 87 f. Monografia (Especialização). Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

_____, Lindemberg Monteiro dos. Bases para um processo de criação em dança. 2011. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

_____, Lindemberg Monteiro dos. Arte/Criação/Dança: experimentos de um fazer artístico. XXIV CONFAEB, 2014.

_____, Lindemberg Monteiro dos. Arte corpoamazônica: proposições corporais como via privilegiada da educação na Escola Pública Municipal Rotary. XXV CONFAEB. Fortaleza – Ce, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOLIN Viola. Jogos Teatrais para a sala de aula: um manual para o professor. Tradução Ingrid Domien Koudela. São Paulo: Perspectiva, 2008.

THOMAS, J.; NELSON J.; SILVERMAN, S. Métodos de pesquisa em atividade física. Tradução: Ricardo Demétrio de Souza Petersen. – 6. Ed. – Dados eletrônicos – Porto Alegre: Artmed, 2012.

CAPÍTULO 9

LIVRO DIDÁTICO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Luciano Barros da Silva
Ricardo Figueiredo Pinto



LIVRO DIDÁTICO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**Luciano Barros da Silva
Ricardo Figueiredo Pinto**

RESUMO

Este estudo objetivou-se em mostrar a historicidade do livro didático pontuando a sua origem e a importância para vida dos seres humanos, tendo em vista que o livro traz inúmeras vivências e conhecimentos, que poderão ser utilizados em sala de aula. A imprescindibilidade dos seres humanos em resguardar sua memória, culturas, religiões, suas ações e tudo o que para eles eram de suma importância, fez com que os sujeitos no decorrer de inúmeros períodos investigassem por diversas formas de deixar isso catalogado.

Palavras-chave: Livro didático; Educação Física, formação.

ABSTRACT

This study aimed to show the historicity of the textbook, pointing out its origin and importance for the lives of human beings, considering that the book brings numerous experiences and knowledge, which can be used in the classroom. The indispensability of human beings to safeguard their memory, cultures, religions, their actions and everything that were of paramount importance to them, made subjects, over countless periods, to investigate in different ways to leave this catalogued.

Keywords: Textbook; Physical Education, training.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo mostrar la historicidad del libro de texto, señalando su origen e importancia para la vida de los seres humanos, considerando que el libro aporta innumerables experiencias y conocimientos, que pueden ser utilizados en el aula. La indispensabilidad del ser humano para salvaguardar su memoria, culturas, religiones, sus acciones y todo aquello que fuera de suma importancia para ellos, hizo que los sujetos, durante innumerables períodos, investigaran de diferentes formas para dejar esto catalogado.

Palabras llave: Libro de texto; Educación física, formación.

INTRODUÇÃO

O Codex é o mais aproximado o modelo da nossa ação contemporânea, ele era construído por folhas manuscritas em ambas vertentes, dobradas e atadas ao longo da dobra e tudo isso ficava tutelado por uma capa. Podia ser formado por folhas de papiro ou de pele de animais costuradas.

Durante a antiguidade, a primeira forma encontrada para gravar o conhecimento foi escrevendo-o em pedra ou tábuas de argila. Após algum tempo, surgiram os *khartés*, que eram cilindros de folhas de papiro fáceis de transportar. A inovação seguinte foi o pergaminho, que em pouco tempo substituiu o papiro. O pergaminho era feito com peles de animais (ovelha, cordeiro, carneiro, cabra) e nele era possível escrever com maior facilidade. (ARAÚJO, grifos do autor).

O manuscrito é um mecanismo de crescimento de opiniões, conjecturas, valores, etnia, conceito e em seu itinerário obteve protuberantes estímulos e manifestou o seu destaque na vida dos seres humanos e no progresso das sociedades.

Alguns literatos ocorrem que o livro didático apareceu no século XIX como acréscimo as vivências que não estavam na Bíblia, já outros teóricos afirmam que o livro didático a todo instante fez parte da cultura do âmbito escolar.

No século XIX, o livro didático surgiu como um adicional à Bíblia, até então, o único livro aceito pelas comunidades e usado nas escolas. Somente por volta de 1847, os livros didáticos passaram a assumir um papel de grande importância na aprendizagem e na política educacional. Os primeiros livros didáticos, escritos sobretudo para os alunos das escolas de elite, procuram complementar os ensinamentos não disponíveis nos Livros Sagrados. (OLIVEIRA et al, 1997, p. 26).

No Brasil as primeiras concepções acerca do livro didático surgiram em 1929, com a constituição do Instituto Nacional do Livro – INL, esse instituto foi produzido para desvendar o livro didático nacional e cooperar na sua confecção, mas tudo isso permaneceu no papel por muito tempo, foi apenas em 1934, no governo do presidente Vargas que o instituto empreendeu a preparar um dicionário nacional e uma enciclopédia e amplificar o número de bibliotecas públicas.

O ministro do Ministério Educação e Saúde, Gustavo Capanema, durante o Estado Novo brasileiro, sugeriu a Getúlio Vargas a criação de decreto-lei para fiscalizar a elaboração dos livros didáticos[sic]. A comissão foi criada em 1938 e ‘estabelecia que, a partir de 1º de janeiro de 1940, nenhum livro didático poderia ser adotado no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais, e secundárias no país sem a autorização prévia do Ministério da Educação e Saúde’ (FERREIRA, 2008: 38).

Em 1938, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema sugeriu a origem de um decreto-lei que iria fiscalizar a construção do livro didático, e com isso o governo iria observar as ideias e concepções que iriam constar dentro dos âmbitos escolares.

Inúmeras tentativas foram aferidas por diversos governantes, durante 67 anos (1929 a 1996), para que o livro didático chegasse nos âmbitos educacionais, mas somente com a extinção da FAE – Fundação de Assistência ao Estudante – em 1997, e com a transferência integral da política de execução do PNDL – Programa Nacional do Livro Didático – para o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – é que se principiou uma confecção e distribuição contínua e acentuada de livros didáticos.

Em 1964, estabelece o Regime Militar com o golpe de Estado. Há privatização do ensino, repressão e a divulgação de uma pedagogia com propósitos no mínimo discutíveis. Nesse período também surge os currículos escolares, com princípios dos fundamentos de

segurança nacional e a intercessão do estado nos assuntos que tange os conteúdos dos livros didáticos.

Bezerra e Luca (2006, p. 30), afirma:

Em 1966, sob a égide da ditadura militar foi criada a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), cuja função era coordenar a produção, edição e distribuição do livro didático. Para assegurar recursos governamentais, contou-se com o financiamento proveniente do acordo MEC – USAID (United States Agency for International Development). O aporte de recursos públicos garantiu a continuidade do livro didático que, a partir de então, ocupou lugar relevante nas preocupações do Estado brasileiro que, mais uma vez, pretendia ter o controle sobre o que e como se ensinava.

No período do regime militar houve naquele período muita censura e privação de liberdade de expressão nos conteúdos abordados nos livros didáticos. Diante da situação, a utilização do livro didático tornou-se um dispositivo de punição e retenção do Estado, e sua distribuição passa a ser maciça para atingir os interesses do governo naquela época.

Somente na década de 1970 que a sociedade brasileira vê surgir diversas mudanças e transformações na constituição e política do livro didático, mas é no final da década de 80 e início dos anos 90 que inicia um movimento de renovação dos livros didáticos, essencialmente os livros de História.

Durante a década de 1960 aos anos 90 o formato de fabricação dos livros didáticos sucede de artesanal para industrial, devido a procura do mercado. Na amplitude da História, ocorreu upgrade significativo e de propriedade dos assuntos que se surgem mais críticos e integrais, o papel é de excelente qualidade. Essas mudanças e transformações na época, consideradas positivas faz com que cresça os interesses das livrarias e do governo federal.

Conforme Gatti Júnior (2004, p. 106),

Possibilita a melhoria do padrão estético dos mesmos. O uso das cores é uma marca dos livros destinados ao ensino fundamental, em que existem mais ilustrações, boxes e outros recursos de edição e formatação do texto. Os livros destinados ao ensino médio eram à época mais despojados que os primeiros. Neles, o privilégio sempre esteve no texto escrito e não nas filigranas e ilustrações.

Nos tempos moderno, além do PNLD, o governo federal tem dois outros programas sobre o livro didático: o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), criado em 2004 e o Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), criado em 2007.

Para os estudantes com necessidades especiais existe o Programa Nacional do Livro Didático em Braille, as escolas com alunos com surdez do ensino fundamental e do ensino médio receberam em 2007 dicionários trilingues (português, inglês e libras) e os alunos com surdez de 1ª a 4ª séries, receberam cartilhas e livros de língua portuguesa em libras e em CD-ROM.

O livro didático é concebido por diversos autores, o que difere dos demais livros é que estes autores contam com o apoio de uma equipe de cientistas, investigadores, consultores e colaboradores. Depois de produzidos os livros passam para serem revisados pela editora, somente depois poderão ser impressos.

A educação brasileira no contexto mundial apresenta a característica de formação geral do indivíduo, onde o desenvolvimento do educando tem de permear a concepção dos componentes científicos, tecnológicos, socioculturais e de linguagens. Além de que o indivíduo deve ter presente em todos os momentos de sua formação: o aprender a aprender e o aprender a fazer.

Os livros quando distribuídos devem ser fiscalizados pelo gestor, que poderá recomendar a supressão ou o excedente de livros, isso é realizado pela internet na página do FNDE, onde o gestor indica o número de matrículas da sua unidade ao Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica (SISCORT), o sistema mostra as escolas próximas que estão na mesma situação e quais têm os livros que estão faltando.

O zelo com a preservação do livro didático deverá ser do aluno, o professor é quem o conduz e dirige sobre esta temática, dessa forma o livro poderá ter uma vida útil maior.

DESENVOLVIMENTO

A discussão acerca do papel das áreas de pesquisa na profissão da Educação Física deve considerar necessariamente o processo de caracterização acadêmica da área. Nos últimos anos, várias são as críticas ao modelo original de disciplina acadêmica da Educação Física, considerando que a maior parte das produções existentes não tem como base a análise do livro didático e/ou de seus conteúdos.

Acerca disso, Oliveira (2018, p. 4) analisa o fato de que

[...] se deve ter um cuidado especial na hora de utilizar o livro didático nas aulas, para que não corra o risco de assumir uma postura teórica e monótona; o livro não é o 'senhor dos saberes' e nem pode virar o 'grande carrasco' dos alunos.

Deste modo, sua função primordial é de auxiliar o ensino aprendizagem, cabendo ao docente a responsabilidade de apresentá-lo ao discente como fonte de pesquisa, descoberta e vínculo, perpassando pelo Ensino Regular do discente até que este chegue à universidade.

Essa importância, segundo Fernandes (2004) mostra que esta análise perpassa por discursos textuais e iconográficos cujo intuito é difundir os conhecimentos científicos, através de um novo leque de pesquisas. Ao mostrar o livro didático por meio de sua concepção, produção, difusão, relações com as políticas públicas, com os currículos escolares e até mesmo com a indústria editorial a presença do livro didático como orientador dos trabalhos em sala de aula vem sendo uma realidade relevante.

Este tipo de opção mostra que o caminho percorrido nestes últimos anos pelos cursos de Educação Física para atender as atuais exigências das leis de formação de professores, segue fatos marcantes e alguns paradigmas. Em um aspecto teórico, a maioria dos autores corroboram discussões acadêmicas com vistas a adequações curriculares, além do modelo ideal de professor de Educação Física para os dias de hoje.

Muito se tem discutido sobre a importância de reais mudanças na educação, bem como na Educação Física com ênfase na garantia de um processo de formação adequado ao professor. A melhoria no desenvolvimento profissional e na criação de condições para que este se torne autônomo e competente perpassa pela superação de modelos formativos mecanicista, esportista e tradicional.

Ao refletir sobre as práticas corporais, há que se buscar a superação de uma visão que vinculou, por muito tempo, a Educação Física a uma perspectiva tecnicista voltada para o desenvolvimento de aptidões físicas, o que priorizou, historicamente, na escola, a simples execução de exercícios físicos destituídos de uma reflexão sobre o fazer corporal (FUGIKAWA, 2006, p. 10).

Para atenderem às exigências previstas na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e nas Diretrizes dos Cursos de Formação de Professores, nos últimos anos as instituições de Ensino Superior vem passando por reformulações curriculares. Essas reformulações advêm desde 2004, por meio da Resolução nº 7, Parecer nº 058, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de Graduação Plena.

Os cursos de formação de professores de Educação Física vêm passando por processos de reformas/mudanças, pois a maioria dos programas propostos foram elaborados a partir de modelos importados (Estados Unidos e Europa), reduzindo a preparação profissional em Educação Física à transmissão de conhecimentos que foram apenas reproduzidos e transmitidos aos futuros professores.

Considerando os pressupostos da pedagogia tradicional, continuou presente na prática dos acadêmicos de Educação Física, em um ensino centrado apenas no professor. No âmbito acadêmico, estes profissionais tinham pouca oportunidade de se expressar, além de não encontrar espaços para manifestar o que tornaria significativo à sua formação. Assim, os conteúdos preestabelecidos transmitiam apenas o proposto no programa de ensino.

A formação inicial do professor e seu processo de desenvolvimento profissional, mostra que o professor precisa estar aberto às mudanças, como um elemento de crescimento profissional. Os modelos de formação seguem uma abordagem crítico-reflexiva que perpassa tanto pela intervenção coletiva quanto por processos pedagógicos que visam fortalecer o aprendizado do profissional de Educação Física (MIRANDA, 2013, p. 4).

Mesmo sendo um processo de mudança complexo, que envolve variados fatores, o que se pretende atualmente é que o profissional, em sua formação, ao oportunizar a riqueza da prática de movimento, possa trazer elementos da prática profissional direcionada aos cursos de formação, conduzindo discussões curriculares propostas às séries e locais em que atua.

Quanto ao uso do livro didático para formação de professores de Educação Física, há necessidade de um processo mais democrático para sistematização e organização do livro didático, vários autores, como Melo e Rizzo (2020), apontam a importância desta ferramenta para a práxis pedagógica do professor de Educação Física.

Outros, como Oliveira (2012, p. 3), destacam que a autonomia profissional não deve ser suprimida no uso deste material. Ou seja,

Independente do material que esteja sendo usado como facilitador no processo de ensino aprendizagem, seja impresso ou audiovisual caberá ao professor selecionar os conteúdos, as matérias jornalísticas, os vídeos, os exercícios, etc. que serão utilizados em sala aula. O professor tem o seu papel de mediador insubstituível dentro do processo de ensino-aprendizagem e esse deve fazer uso das diversas ferramentas que estão a sua volta, de forma que o aluno seja o maior beneficiado nesse processo.

Fugikawa (2006) cita que no âmbito da Educação Física, o livro didático tem dupla importância: primeiro, por constituir-se em um material produzido por professores; segundo, por representar um momento histórico para o Curso, pois subsidia a prática docente, trazendo reflexões sobre diversos assuntos que constituem o corpo teórico-prático desta área de conhecimento.

Durante a formação de professores de Educação Física e até mesmo no contexto escolar, o uso do livro didático é restrito. Se os livros promovem visão organizada do conteúdo trabalhado, resumindo a “grade curricular” da área, no universo acadêmico, o currículo proposto perpassa por esquemas práticos (uso de apostilas, videoaulas, atividades corporais) em uma formação específica e ampliada, onde o profissional segue as aulas por meio

interpretações e considerações de uma formação de professores entendidos como intelectuais transformadores e com a didática crítica e multicultural.

Nos últimos anos, com as transformações ocorridas no âmbito da Educação Física, principalmente após a década 1980, os professores foram instigados a trabalhar com propostas renovadoras¹ no ambiente escolar. Contudo, o livro didático, apesar de ser reconhecido por parcela significativa dos estudiosos da educação como um material relevante ao processo de escolarização, no campo da Educação Física a produção e estudo do livro didático permanecem praticamente negligenciados. A ausência de estudos sobre o livro didático na Educação Física dificulta análises mais abrangentes quanto aos desdobramentos desse instrumento no ambiente escolar (RODRIGUES; DARIDO, 2011, p. 2).

Pelo exposto, o curso de Educação Física desafia e incentiva o “mudar de rumo”, aliando o universo potencialmente prático, para o interpretativo-reflexivo, ou seja, saindo do modelo tradicional para aquele que utiliza núcleos de aprofundamento, seguindo um contexto histórico-conceitual (formação específica), a partir do livro didático, até se materializar no saber/fazer prático (formação ampliada).

Quanto ao livro didático sobre Teorias do Movimento, Hildebrandt-Stramann (2020) afirma que há um processo de construção pedagógica com o fito de demonstrar reflexões sobre a concepção e o significado humano de corpo. As teorias pedagógicas se colocam em uma perspectiva crítica direcionada aos usos e significados atribuídos pela sociedade capitalista às práticas corporais.

Como disciplina do curso de Educação Física, problematiza a possibilidade de ruptura da visão moderna de corpo, conforme os desafios que essa transição coloca para a educação de modo geral. Assim, a teoria da pedagogia de movimento é uma base para a formação de professores de Educação Física. E tanto esta disciplina, quanto outras, necessitam de um aliado pedagógico teórico, que no caso em questão seria o livro didático.

Deste modo, para ser um futuro professor de Educação Física, o acadêmico necessita de um melhor entendimento acerca de sua capacidade de realizar estudos científicos intensivos, além de refletir e questionar acerca de objetivos, conteúdos e abordagens metodológicas.

Em uma visão epistemológica como tarefa original da didática da Educação Física, os estudantes também precisam ter conhecimentos que vão além dos conhecimentos científicos, transformando os fenômenos do esporte em temas didáticos.

A capacidade de transformação baseia-se em um tipo de configuração da formação e do estudo total como um “processo de transformação”. A “transformação didática” implica a capacidade de reflexão baseada em teorias pedagógico-didáticas (abordagens didáticas orientadas para o esporte versus concepções didáticas abertas às experiências) e em teorias de aprendizagem relacionadas ao movimento (abordagens dialógicas, perceptuais-teóricas, genéticas) e suas consequências para a prática. A “capacidade de transformação didática” implica conhecimentos teóricos

sobre a “teoria pedagógica de educação” e as “teorias de movimento”. (Hildebrandt-Stramann, apud KUNZ, 2016, p. 57).

Após a formação, o professor de Educação Física poderá utilizar-se de uma gama enorme de livros. Contudo, o que se tem observado é que nas aulas de Educação Física escolar, o professor, por meio de aulas práticas (esportes e atividades lúdicas) e de avaliações conteudistas (p. ex., trabalhos valendo a nota da disciplina) não utiliza didaticamente obras literárias, com o intuito de fomentar análises histórico-conceituais da Educação Física, sua importância para a saúde e bem estar, dentre outros aspectos.

Em algumas escolas, a falta do livro didático tem sido o “carro-chefe” da maioria dos professores, que ao estabelecerem relações de mediação, acabam por assumir uma forma reducionista e simplista, que ditam regras e verdades no processo educativo. Até porque, no âmbito da Educação Física, Oliveira (2012, p. 2) cita uma certa falta de clareza,

[...] por parte dos professores no que se refere ao “o quê” ensinar; este aspecto não é visto em outras disciplinas, por estas já terem um saber sistematizado que se reflete, concretamente e materialmente, nos Livros Didáticos, mesmo sendo material alvo de muitas críticas por parte de estudiosos e pesquisadores.

Falando em crítica, estas advêm de um acervo proposto e centralizado na região Centro-Sul, fugindo do cotidiano de outras regiões, utilizando-se de textos, estórias, capas e ilustrações que trazem uma visão totalmente banal e imbuída de preconceitos, que muitas das vezes são absorvidos pelos alunos. Apesar dessa confusão de critérios, invenção de regras, sobrecarga de teorização, artificialidade de exemplos, não se pode culpabilizar apenas aqueles que propõem o livro didático e as legislações que criam os componentes curriculares.

É preciso lembrar que toda criação precisa de participação. Diga-se, de passagem, a participação dos interessados na inserção de um livro didático assertivo e coerente com as realidades locais, no caso em questão, pais/comunidade, educadores, alunos, equipe técnica/coordenação das unidades.

Sobre o uso do livro didático, é preciso demonstrar a importância e eficiência no contexto escolar. Deve haver uma organização de conteúdo, em parceria com a especificidade pedagógica dentro da Educação Física, para que haja uma escolha coerente de áreas a serem estudadas, como a saúde, o esporte, a recreação, a educação, a formação humana, etc.

O material impresso ainda tem forte influência nesse processo e ainda está muito presente nas salas de aula, em especial o LD, por ser um objeto bastante familiar e de fácil identificação, existe uma complexidade ao se tentar defini-lo, pois não se refere apenas a um amontoado de páginas com textos, gravuras e sugestões de atividades. Alguns autores o resumem como sendo um instrumento que contém um saber sistematizado e que contribui enriquecendo e dinamizando a prática pedagógica (OLIVEIRA, 2012, p. 3).

Para essa escolha, alguns educadores avaliam a importância dos avanços tecnológicos como contribuintes para uma boa formação. O livro didático digital, por exemplo, possui uma infinidade de recursos possíveis de serem utilizados em sala de aula, tanto no contexto acadêmico quanto no escolar, como forma de facilitar o aprendizado de um determinado conteúdo.

Conceitualmente, os livros didáticos digitais são uma mídia mais rica que os ebooks e em geral vinculados ao acesso à Internet. No PNL D, por exemplo, existem várias obras e materiais digitais inscritos, a partir de conteúdo personalizados, direcionados a um público-alvo específico, sem fugir da coletividade. São interativos e de fácil entendimento, com diversas sugestões didáticas, conferindo autonomia ao professor, que segue o que rege as plataformas digitais.

Os livros didáticos digitais são recursos educativos que trabalham os conteúdos correspondentes a uma disciplina e a um curso determinado. Estabelecem uma sequência didática, mas podem ser usados em parte ou ainda em uma sequência diferente da proposta. Oferecem informação multimídia, recursos interativos e atividades auto avaliativas. Normalmente são acessíveis via internet, mas alguns são oferecidos em outras mídias, como o DVD (AGUIAR, 2013, p. 1).

Independente do uso de mídia ou não para o ensino aprendizagem de Educação Física, há que se propor a criação de novos livros didáticos para atender às demandas da profissão, entendida como cultura corporal de movimento, ou seja, em uma óptica em que seus conteúdos produzem e reproduzem elementos culturais.

E justamente por ser uma cultura corporal de movimento, o que se propõe no próximo tópico, é justamente demonstrar as possíveis teorias acerca do movimento e sua importância para a Educação Física, analisando um aspecto que justifica o proposto no próximo capítulo, ou seja, a problemática da Educação Física destoar das demais disciplinas que compõem o currículo das séries componentes da Educação Básica, não tendo o LD como principal ferramenta didática, bem como não sendo contemplada pelo PNL D.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma de educar nunca foi uma tarefa fácil, mas se conseguirmos nos munir de conhecimento pedagógico, que ajudem a tornar o ambiente educacional, mas dinâmico, interativo, criativo e participativo, certamente devemos usá-los. Os livros bem utilizados se tornam uma ferramenta eficaz dentro e fora da sala de aula, porém não podemos nos tornar aprisionado somente no conteúdo que foi estudado, é preciso ter uma visão holística e buscar

inúmeras fontes de informações e conhecimentos sempre, para não ficar parado ou alienado no tempo, tendo em vista, que o conhecimento sempre se renova se modifica a cada dia, por essa razão faz se necessário que estejamos atualizados para de fato ter o domínio do conteúdo e prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, J. P. (A). Regras da Transposição Didática aplicadas ao Laboratório Didático. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 17, n. 2, ago. 2000.

ARAUJO, F. - Graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela UniFIAMFAAM, 2012. **História do livro.** Disponível em: <http://www.infoescola.com/curiosidades/historia-do-livro/>>. Acessado em 29 de agosto de 2015.

BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de. Em busca da Qualidade PNLD – História – 1996 – 2004. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). **Livros Didáticos de História e Geografia. Avaliação e Pesquisa.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 27 – 53.

BRASIL. Guia de Livros Didáticos: PNLD. Secretaria de Educação Básica (SEB). Brasília, Ministério da Educação, 2018. [Portal do FNDE; Guia Digital].

FERNANDES, A. T. C. Livros didáticos em dimensões materiais e simbólicas. Educação e Pesquisa, v. 30, n. 3, p. 531-545, 2004. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: ago 2021.

FERREIRA, Rita de Cássio Cunha. **A comissão nacional do livro didático durante o estado novo (1937 - 1945).** Assis 2008.

FREITAG, B. [et al]. O livro didático em questão. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Pedagogia de movimento: reflexões sobre a formação universitária dos estudantes da Educação Física no Brasil. Revista Poiesis. Unisul, Tubarão, v.14, n. 25, p. 6 a 18, Jan/Jul 2020. Disponível em: www.portaldeperiodicos.unisul.br. Acesso em: jun 2021.

GATTI JUNIOR, Décio. A escrita escolar da história: livro didático e ensino no BRASIL. Bauru SP: Edusc; Uberlândia MG: Edufu,2004.

HÖFLING, E. M. A trajetória do Programa Nacional do Livro Didático do Ministério da Educação no Brasil. In: FRACALANZA, H.; MEGID NETO, J. (Org.). O Livro Didático de Ciências no Brasil. Campinas (SP): Editora Komedi, 2006, v, p. 19-31.

MELO, R. Z.; RIZZO, D. T. S. O uso do livro didático por professores de Educação Física: uma primeira impressão. Artigo Original. Rev. Bras. Ciênc. Esporte 42, 2020. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: jun 2021.

OLIVEIRA, João Batista Araújo et al. **A política do livro didático.** Campinas: UNICAMP, 1997

OLIVEIRA, R. P. B. A utilização do livro didático na Educação Física escolar no Ensino Médio: um estudo de caso. VI Colóquio Internacional. Educação e Contemporaneidade. São Cristóvão, SE, 20-22/09/2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br>. Acesso em: jun 2021.

OLIVEIRA, J. P. T. A eficiência e/ou ineficiência do livro didático no processo de ensino aprendizagem. Publicado em 2018. IV Congresso Ibero Americano de Comunicação. GT4. Disponível em: <https://anpae.org.br>. Acesso em: ago 2021.

REIS, A. Q. M. O livro didático como suporte para o fortalecimento das áreas de conhecimento. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br>. Acesso em: ago 2021.

RODRIGUES, H. A.; DARIDO, S. C. O livro didático na Educação Física escolar: a visão dos professores. Artigos Originais • Motriz: rev. educ. fis. 17 (1) • Mar 2011. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: ago 2021.

SACRAMENTO, M. H.; FERREIRA, S. M. B. O Educador e a linguagem: interação e aprendizado. Revista Aprendizagem em EAD. Taguatinga(DF). Nov./2017, Vol. 6, p. 1-15.

SILVA, R. C.; CARVALHO, M. A. Livro didático como instrumento de difusão de ideologias e o papel do professor intelectual transformador. Eventos 2004, PPGED, GT.2. Disponível em: www.leg.ufpi.br. Acesso em: ago 2021.

SILVA, A. C. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

SILVA, M. A. A fetichização do livro didático no Brasil. Educação e Realidade, 2012;37(3):803-21.

VERCEZE, R. M. A. N.; SILVINO, E. F. M. O livro didático e suas implicações na prática do professor nas escolas públicas de Guajará-mirim. Publicado em: 03/06/2008, p. 83-102. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br>. Acesso em: jun/2021.

XAVIER, J. A importância do desenvolvimento motor na primeira infância. IFF/Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br>. Acesso em: jul 2021.

The background of the entire page is a photograph. It shows a woman in silhouette, captured in a dynamic, athletic pose. She is standing on a grassy field, with her right leg raised and bent, and her right arm extended upwards. The sky behind her is a gradient of colors from a sunset or sunrise, ranging from deep purple and blue to a soft orange and yellow near the horizon. Tall grasses are visible in the foreground, also in silhouette, adding texture to the scene.

CAPÍTULO 10

**O USO DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO NO
PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL**

Luzimar da Conceição Silva

Dayse Pinheiro de Oliveira

Tatiana Ribeiro Coutinho Chagas

Lauro José Pereira da Silva

O USO DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL

Luzimar da Conceição Silva
Dayse Pinheiro de Oliveira
Tatiana Ribeiro Coutinho Chagas
Lauro José Pereira da Silva

RESUMO

Neste artigo iremos abordar a temática do uso das tecnologias na educação como uma das alternativas possíveis diante de uma pandemia e do isolamento social causados pelo Covid-19, em especial aos alunos do Ensino Fundamental II (5º ao 9º ano) na cidade de Macapá no Estado do Amapá. Diante do contexto, desde 2020 início da pandemia e do impacto do isolamento social traz à tona a discussão sobre a urgência de uma reorganização para implementação da educação online. Dessa forma, a problemática de pesquisa é uma análise do uso da tecnologia no processo de ensino-aprendizagem, analisando suas contribuições para minimizar as dificuldades de aprendizagem enfrentadas durante a pandemia. Tem como objetivo, interagir as novas formas de ensinar e aprender com o uso da tecnologia digital, como um dos suportes para contribuir no âmbito educacional, assim tanto alunos quanto professores tiveram que adaptar-se a nova modalidade de ensino, e reinventar as atividades escolares utilizando diversas ferramentas dentre outros recursos para fazerem um diferencial no processo de ensino. Como utilizar ferramentas tecnológicas acessíveis e presentes nos dispositivos dos alunos e professores no cotidiano escolar neste momento que vivenciamos no período de isolamento social? E em meio a tantas mudanças surgiram também inúmeros questionamentos a respeito da formação do educador.

Palavra-chave: Educação, Tecnologia, Isolamento Social.

ABSTRACT

In this article we will address the theme of the use of technologies in education as one of the possible alternatives in the face of a pandemic and social isolation caused by Covid-19, especially to students of Elementary School II (5th to 9th grade) in the city of Macapá in the State of Amapá. Given the context, since 2020 the beginning of the pandemic and the impact of social isolation brings up the discussion about the urgency of a reorganization for the implementation of online education. Thus, the research problem is an analysis of the use of technology in the teaching-learning process, analyzing its contributions to minimize the learning difficulties faced during the pandemic. It aims to interact the new ways of teaching and learning with the use of digital technology, as one of the supports to contribute to the educational field, so that both students and teachers had to adapt to the new teaching modality, and reinvent the school activities using several tools among other resources to make a difference in the teaching process. How to use technological tools that are accessible and present in the students' and teachers' devices in the school daily life in this moment that we live in the period of social isolation? And amidst so many changes, many questions have also arisen regarding the educator's training.

Key-words: Education, Technology, Social Isolation.

RESUMEN

En este artículo abordaremos el tema del uso de las tecnologías en la educación como una de las alternativas posibles frente a la pandemia y el aislamiento social causado por el Covid-19,

especialmente a los alumnos de la Escuela Primaria II (5° a 9° grado) de la ciudad de Macapá en el Estado de Amapá. Teniendo en cuenta el contexto, desde el año 2020 el inicio de la pandemia y el impacto del aislamiento social trae la discusión sobre la urgencia de una reorganización para la implementación de la educación en línea. De esta manera, la problemática de la investigación es un análisis del uso de la tecnología en el proceso de enseñanza-aprendizaje, analizando sus aportes para minimizar las dificultades de aprendizaje enfrentadas durante la pandemia. El objetivo es interactuar las nuevas formas de enseñar y aprender con el uso de la tecnología digital como uno de los soportes para contribuir en el ámbito educativo, por lo que tanto alumnos como profesores tuvieron que adaptarse a la nueva modalidad de enseñanza, y reinventar las actividades escolares utilizando diversas herramientas entre otros recursos para hacer un diferencial en el proceso de enseñanza. ¿Cómo utilizar las herramientas tecnológicas accesibles y presentes en los dispositivos de los alumnos y profesores en la vida cotidiana escolar en este momento que vivimos en el periodo de aislamiento social? Y en medio de tantos cambios también han surgido muchas preguntas sobre la formación de los educadores.

Palabras clave: Educación, tecnología, aislamiento social.

INTRODUÇÃO

Segundo o artigo de Thailen Zailen Pinheiro acadêmica de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Informática na Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP. Quando se cogita a ideia de inovação no ambiente escolar, estabelece referências às ferramentas tecnológicas existentes que auxiliam o professor a repassar seu conhecimento. Com essa associação, vem ao pensamento diversas maneiras da tecnologia auxiliar dentro e fora da escola. Ainda assim, existem educadores que continuam presos aos métodos antigos de ensino.

Diante disso, esses mesmos professores se sentiram perdidos quando foram tirados da sua zona de conforto em virtude da pandemia do covid-19, tendo que buscar meios tecnológicos para dar continuidade aos conteúdos que seriam vistos em sala de aula. O rápido avanço tecnológico e a contínua produção de softwares educativos têm contribuído sobre maneira para o estreitamento dos laços entre a educação e a informática. É preciso, no entanto, que haja bom senso, reflexão e discernimento no que se refere ao uso dessas novas tecnologias, principalmente quando se trata de um processo de ensino-aprendizagem. Se explorada de forma racional, as novas tecnologias poderão ser incorporadas pelas escolas de modo a tornar ainda mais eficazes as práticas de ensino. Mas para que ocorra de forma eficaz é necessária a participação do professor como mediador desse processo. Mediante ao exposto, as tecnologias podem melhorar o processo de ensino aprendizagem, os estudantes, os jovens dominam as TICs e aprendem com mais facilidade ao utilizarem essas tecnologias, seu uso possibilita impactos positivos no processo de aprendizagem. Não se pode, portanto, ignorar a relação inexorável entre a tecnologia e a educação. Entretanto, isso não significa que o computador terá o poder

de promover, por si só, todos os progressos no processo de ensino. Antes de tudo, o computador precisa ser entendido como mais um agente facilitador no processo de construção do conhecimento.

Entende-se que, todo profissional da educação atuante, procurou atualizar-se, conhecendo e aprendendo como as tendências da ciência das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC's), poderiam facilitar a continuidade no ensino. Os recursos digitais nos tempos de aula remotos facilitam na discussão e aprendizagem, possibilitando obter conhecimentos relacionados aos conteúdos on-line.

De acordo com a especialista Lilian Bacich, o ensino híbrido, ou *blended learning*, é uma das maiores tendências da Educação do século 21, que promove uma mistura entre o Ensino online, ou seja, integrando Educação e tecnologia que já permeia tantos aspectos na vida do estudante. Como bem definiu em um debate sobre o tema promovido pela Geekie, o ensino híbrido é uma mistura metodológica que impacta a ação do professor em situações de ensino e a ação dos estudantes em situações de aprendizagem”.

Neste patamar, a tecnologia auxilia o professor e está em constante presença nas atividades diárias, onde profissionais fortalecem discussões referente aos recursos tecnológicos e digitais dentro e fora da sala de aula. Além disso, existem aplicativos gratuitos e ferramentas que podem ser utilizados no processo de aprendizagem.

“O Ensino Remoto surgiu como uma estratégia de adaptação das atividades pedagógicas diante do fechamento das escolas. Já o Ensino Híbrido vem sendo estudado, no Brasil, desde 2013 e tem a dinâmica presencial como elemento fundamental, com objetivo de integrar recursos tecnológicos aos objetivos de aprendizagem”, explica Leandro Holanda, especialista em tecnologias educacionais.

Ainda que o Ensino Remoto tenha surgido como uma solução emergencial, Leandro aponta que a experiência dos educadores com os recursos digitais ao longo da pandemia pode ser muito rica para uma discussão de como continuar a trabalhar essa tecnologia na volta às aulas presenciais, mesmo diante da implementação do Ensino Híbrido.

“Trabalhar no ensino remoto não foi um movimento em vão. Mais importante do que reproduzir à risca modelos de ensino híbrido, é repensar a didática para transformar aulas e engajar os estudantes. Essas competências digitais podem abrir caminhos para organizar os conteúdos e priorizar as interações nos momentos presenciais”, reforça o especialista, que também é cofundador da Tríade Educacional.

Além de colocar os estudantes como protagonistas do próprio processo de aprendizagem, Leandro Holanda destaca que a troca de experiências entre os educadores não

pode faltar na implementação do Ensino Híbrido. Apesar da tecnologia desempenhar um papel importante, neste modelo a flexibilidade e a colaboração são os grandes diferenciais.

“Mesmo com as muitas demandas para o funcionamento de uma escola, é essencial criar uma comunidade de aprendizagem que passa primeiro pela equipe pedagógica. Chamar o professor para participar do processo de construção e se apropriar das estratégias, garante uma implementação mais efetiva e significativa para realidade das turmas”, recomenda o especialista.

A utilização das tecnologias embasadas em metodologias ativas pode favorecer o processo de ensino e aprendizagem de forma mais eficaz e autônoma, com foco no desenvolvimento humano em todas as suas vertentes e voltadas principalmente para a realidade na qual vivenciamos. A maioria dos professores imigrantes digitais que se inseriram no mundo da tecnologia, têm uma forma de ensinar que nem sempre está em sintonia com o modo como os nativos aprendem melhor, ou, pelo menos, que lhes desperta maior interesse. (BACICH, 2015, p.31)

Portanto, as escolas e professores optaram por estratégias utilizando-se das ferramentas e plataformas acessíveis aos alunos. Contudo, o ensino híbrido não deixa de ser um meio flexível para as práticas pedagógicas atuais, é necessário que o educador tenha conhecimento de diferentes ferramentas para que possa auxiliar o educando. Também é importante ressaltar que, as tecnologias devem ser vistas como uma das ferramentas aliadas ao educador.

Porém, a prática metodológica em tempos de aulas remotas proporciona aos professores, o uso de Tecnologias para favorecer o processo de ensino, possibilitando uma postura de facilitador da aprendizagem, onde o uso das ferramentas digitais, internet, e aplicativos passa a auxiliar o docente. Até porque as aulas remotas e híbridas já estão acontecendo nas escolas públicas e privadas.

Impactos educacionais causados aos alunos e professores na mudança do ensino presencial para o ensino online

Os educadores estavam acostumados a ministrar suas aulas de forma presencial e de repente tiveram que migrar para o ensino remoto virtual.

Ressaltando que, o ensino remoto não é o mesmo que o da Educação a Distância (EaD), havendo uma compreensão equivocada por parte de alguns grupos. Perry (2006) aponta que, a EaD conta com uma estrutura organizacional para tal finalidade, onde se tem uma equipe preparada, com uma infraestrutura necessária para acompanhar as aulas. Contando com o apoio das plataformas de ensino específicas, além do suporte técnico e pedagógico pensados para garantir o ensino a longo prazo da educação a distância.

O ensino remoto é sem dúvidas uma das alternativas para que as instituições educacionais pudessem continuar às aulas. De modo que, os professores tiveram que adaptar-se do presencial para o virtual, e isso não é a EaD. Os professores sentiram-se motivados para se reinventarem, surgindo possibilidades para esses profissionais utilizarem novas ferramentas de ensino, até então pouco utilizadas na prática docente, fazendo-os questionar antigos hábitos e a refletir suas aulas. Sabendo-se que muitos educadores se destacaram no desenvolvimento de atividades e tornaram-se grandes parceiros na criação de audiovisuais no ensino híbrido e remoto. Segundo Quintas Mendes e outros autores, ao contrário do que se pensava, pode:

Apresentar uma coloração socio emocional muito forte, em muitos aspectos não inferiores à comunicação face-a-face, sendo bastante favorável à criação de comunidades de aprendizagens com relações sociais fortes e desempenhos de tarefa comparáveis à comunicação presencial. (QUINTAS-MENDES et al, 2010, p. 258)

Sendo assim, comportamentos e novos hábitos estão sendo vivenciados nas famílias, na educação, e na sociedade em geral. A linguagem digital é compreendida e a utilização da tecnologia favorece a realização de experiências criativas e inovadoras, as escolas públicas brasileiras promovem a inclusão digital dinamizando e qualificando o processo de ensino com vistas à melhoria da qualidade da educação.

Contudo, o artigo do autor José Henrique Monteiro Aguiar, e o coautor Ederson Wilcker Figueiredo Leite, Coordenador e professor do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Informática na Educação do IFAP-AP, afirma que com o intuito de manter as atividades educacionais durante o período de isolamento social, muitos educadores adotaram uma nova metodologia chamada de ensino remoto adaptando aos recursos disponíveis que possuíam, no qual tiveram que: atualizar, conhecer, aprender, praticar e aplicar seus conhecimentos, transformando seus conteúdos e ensinamentos para o formato online. Onde essas atividades online eram direcionadas aos alunos, apesar de todos os seus desafios e entraves, foram cruciais para minimizar os prejuízos desse período da ausência de aulas presenciais.

Assim surge como alternativa a utilização dos recursos educacionais abertos como o G-Suite for Education e WhatsApp Business, utilizadas como ferramentas pedagógicas a partir do momento em que o uso delas integra e otimiza de maneira interativa o processo colaborativo de ensino entre o professor e os alunos, estreitando laços entre a comunidade escolar e a nova modalidade de ambiente educacional escolar.

“Na sociedade da informação todos estamos reaprendendo a conhecer, a comunicar-nos, a ensinar e a aprender; a integrar o humano e o

tecnológico; a integrar o individual, o grupal e o social.” (MORAN, 1999, p.7).

Fundamentado na reflexão proposta por esse estudioso, percebe-se que a mudança gerada por uma situação inusitada e emergencial provoca no sujeito comportamentos e sentimentos que podem despertar o protagonismo para continuar com suas atividades, utilizando-se de seus conhecimentos técnicos e empíricos no intuito de prosseguir por meio da interação via tecnologia digital.

A atuação dos professores e alunos na construção e organização de ideias e conteúdos tem sido de suma importância na comunidade escolar em que essas escolas estão inseridas, gerando assim, uma necessidade de conhecer e divulgar esta prática, para que, outras escolas que não adotaram esta nova modalidade de ensino sejam incentivadas a uma busca e aperfeiçoamento tecnológico e a inserção dos recursos educacionais abertos em meio digital em seus projetos de aprendizagem para que estejam acompanhando as evoluções de ensino. Com o propósito de dar continuidade ao ensino, as escolas encontraram alternativas para mediar o processo formativo de seus alunos através do emprego de ferramentas tecnológicas que promovessem, de forma remota, comunicação, interação e produção de conhecimentos. Possibilitando, assim, o progresso do plano de curso (currículo), da carga horária e da aprendizagem. José Henrique M. Aguiar, comenta ainda no artigo, que na internet é comum encontrarmos softwares voltados à Educação, que oportuniza os professores a escolher programas que atendam às necessidades pedagógicas e de acesso, de preferência de baixo ou sem custo.

Entende-se que, nesta jornada a necessidade de enfrentar novos desafios e reinventar o modo de ensinar os professores foram orientados a mudar sua prática pedagógica e aprender a manusear diferentes equipamentos tecnológicos, além de mudar todo o seu planejamento de aula, ambos na reconstrução e reorganização de ideias, uma necessidade de conhecer e divulgar esta prática pedagógica em busca do aperfeiçoamento tecnológico. E que o uso de ferramentas tecnológicas no espaço educacional, configura-se como um instrumento para continuidade e transformações necessárias do modo de ensino para um aprendizado contínuo do estudante para proporcionar uma atitude mais ativa na aprendizagem, fazendo com que o uso da tecnologia motive e desenvolva o pensamento. Para Cavalcante (2017)

é indiscutível que a tecnologia da informação toma cada vez mais espaço em meio à sociedade, a maioria das pessoas, sejam elas crianças, jovens ou adultos, dispõem dos seus próprios recursos tecnológicos, tais como: celulares, tablets ou computadores.

Como utilizar ferramentas tecnológicas acessíveis e presentes nos dispositivos dos alunos e professores no cotidiano escolar neste momento que vivenciamos no período de isolamento social?

Ainda diz que o processo de ensino em meio às limitações surgidas perante a pandemia quando foram suspensas as aulas no formato presencial e colocou a comunidade escolar frente a uma situação a ser superado de continuidade do ensino, objetivo esse primordial a educação os desafios encontrados nessa estratégia, a manutenção do link de acesso contínuo aos conteúdos e a dificuldade em manter os alunos atentos e concentrados bem como a dificuldade dos docentes em realizar leituras corporais e manter um ambiente mais interativo tornam a educação online desafiadora. A utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação como recurso educacional aberto e didático na modalidade de ensino remoto se torna necessária para continuidade do processo de ensino e, a cada dia mais indispensável no acompanhamento do processo por se constituir uma prática educativa nova e de possibilidades diversas, mas necessita-se de investimentos em recursos físicos para aparelhamento tanto de alunos como de professores na introdução das tecnologias de informação das escolas da rede pública de ensino, objetivando a melhoria da qualidade da educação.

Existindo assim várias maneiras de adquirir os conhecimentos e habilidades com o auxílio das TDIC's. Existindo também outros meios midiáticos, como a televisão e o jornal, plataformas digitais na Internet ou até mesmo o convívio em sociedade permitem que os indivíduos consigam se relacionar e assimilar as tecnologias que estão em sua volta.

Em meio a tantas mudanças surgiram inúmeros questionamentos a respeito da formação do educador. Com esta perspectiva, de aulas remotas utilizando-se diferentes plataformas e aplicativos, pretende-se incentivar a utilização das redes sociais, computador, mídias digitais, como instrumento metodológico na modalidade do Ensino Fundamental II. Oportunizando a participação dos alunos, mas o professor ainda precisa reinventar estratégias para este desafio, esta nova rotina de sala de aulas on-line onde as tecnologias passam a auxiliar os docentes a melhorar o ensino remoto.

De acordo com Oliveira (1997), é oportuno que o professor faça uma auto-reflexão sobre sua prática pedagógica e busque alternativas para planejar em sala de aula os novos recursos digitais.

Por outro lado, Vieira (2004) observa uma mudança irreversível na inserção das tecnologias na prática escolar, visto que a internet invadiu a vida do aluno, que independentemente de sua situação financeira tem um celular, tablete ou smartphone à sua

disposição com acesso as redes sociais e as mais variadas páginas de informações. Entretanto esses equipamentos utilizados tanto por alunos como professores não possuem especificações técnicas compatíveis para uso educacional, onde seus espaços internos são insuficientes e seu processamento acontece de forma lenta, não atendendo ao propósito de ensino eficaz e ainda no quesito de conectividade o pacote de dados utilizados para acesso contínuo diário a internet é limitado e insuficiente.

Entretanto, a plataforma utilizada pelo Governo do Estado do Amapá, não possui um ambiente de fácil interatividade para acesso dos alunos, aos materiais e possíveis atividades propostas online pelos docentes.

O uso das ferramentas digitais no processo de ensino

Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.

A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Com a chegada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deixa claro que é inevitável trazer a tecnologia para dentro da sala de aula. Segundo a BNCC, os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Básica a competência para:

“Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.”

A BNCC trouxe diversas mudanças para a educação brasileira e uma delas é o importante foco na tecnologia nas salas de aulas. Então, qual a maior relação da BNCC e cultura digital? O que o documento realmente diz sobre isso?

O incentivo de utilizar as ferramentas digitais não se limita apenas à sala de aula. É essencial o envolvimento de diferentes atores da escola, inserindo a gestão escolar, que tem também o papel de auxiliar a empregá-las da melhor forma possível. Outros educadores que

possuem mais facilidade com as tecnologias também podem se envolver nesse processo. Porém, ainda há muitos docentes que possuem dúvidas de como usar pedagogicamente essas ferramentas.

Neste foco, entende-se que as novas tecnologias digitais podem e devem ser apontadas como ferramentas que oportuniza o processo do ensino, sendo a sua utilização um estímulo para a maioria dos educadores, pois não é o suficiente apenas saber manusear um mouse, mas dar uma melhor atenção a prática docente de forma a auxiliar o aluno nesse processo. Esse é um momento ímpar para fazer essa adaptação para podermos lidar com os desafios, devendo o educador começar a incluir as tecnologias digitais em suas práticas e principalmente, a se sentir seguro com o seu uso, pois com certeza a educação e o mundo pós-pandemia não serão mais os mesmos.

Com esta temática o artigo de Karolina Maria de Araújo Cordeiro, Graduação em Pedagogia pela UFAM (Universidade Federal do Amazonas) Pedagoga. O avanço das tecnologias digitais de informação possibilitou a criação de ferramentas que podem ser utilizadas pelos professores em sala de aula, o que permite maior disponibilidade de informação e recursos para o educando, tornando o processo educativo mais dinâmico, eficiente e inovador. Nesse sentido, o uso das ferramentas tecnológicas na educação deve ser visto sob a ótica de uma nova metodologia de ensino, possibilitando a interação digital dos educandos com os conteúdos, isto é, o aluno passa a interagir com diversas ferramentas que o possibilitam a utilizar os seus esquemas mentais a partir do uso racional e mediado da informação.

No entanto, muitos professores ainda veem a tecnologia em sala de aula como mais uma ferramenta de ensino onde por muitas vezes, aplicam a mesma metodologia tradicional de ensino o que pode significar um retrocesso diante dos avanços tecnológicos no qual vivemos. A utilização das tecnologias embasadas em metodologias ativas pode favorecer o processo de ensino e aprendizagem de forma mais eficaz e autônoma, com foco no desenvolvimento humano em todas as suas vertentes e voltadas principalmente para a realidade na qual vivenciamos.

Uma revolução educacional sobre o quanto a tecnologia tem se mostrado eficiente e o quanto as pessoas precisam estar aptas a esse avanço tecnológico. Não se trata aqui de utilizar as tecnologias a qualquer custo, mas sim de acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização que questiona profundamente as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educacionais tradicionais e, sobretudo, os papéis de professor e de aluno (LÉVY, 2005, p. 172).

Professores que tinham pouco ou nenhum contato com tecnologia precisaram começar a planejar aulas mediadas por telas junto a seus coordenadores pedagógicos, ao mesmo tempo em que descobrem sobre o funcionamento de ferramentas tecnológicas. Com aulas online, surgiram novos desafios que não eram comuns nos encontros presenciais como problemas de conexão e engajamento dos alunos à distância. A insegurança gerada entre o corpo docente pode ser dividida em fases. A inquietação dos professores com questões mais técnicas, como, por exemplo, dar aula online, gravar vídeos e como os alunos irão acessar o material em casos em que não contam tecnologia em casa, soma-se a uma preocupação com a participação dos estudantes.

Segundo Barbosa, Viegas e Batista (2020, p. 277), nessa modalidade de ensino a distância onde a utilização das tecnologias é imprescindível, o docente pode se sentir desanimado e decepcionado por sua falta de conhecimento e domínio pleno da ferramenta, ampliando sua carga-horária de trabalho em busca dessa competência. Necessitando ainda, um cuidado especial, pois com o isolamento social, o educador requer um equilíbrio emocional e boas práticas para manter, uma saúde física, mental, financeira e social.

Porém, a prática metodológica proporciona aos professores, o uso de tecnologias favorecendo o processo de ensino, possibilitando uma nova postura de facilitador da aprendizagem, onde o uso das ferramentas digitais, internet, e aplicativos passam a auxiliar o docente. Entretanto é necessário conscientizar-se de como utilizar as tecnologias remotas para atingir o objetivo proposto em sala de aula.

É importante interagir as novas formas de ensinar e aprender a idealizar uma aula que desejamos ao currículo escolar com essa modalidade de ensino, e a internet é com certeza um dos grandes reforços da tecnologia para o campo educacional. Como indica Arruda, 2020.

Diante deste cenário escolar, inúmeros países discutiram internamente possibilidades de atendimento escolar em situações de excepcionalidade. É importante salientar que o contexto contemporâneo apresenta opções e possibilidades bem diferentes de emergências pandêmicas do passado. Uma delas diz respeito à disseminação de tecnologias digitais de informação e comunicação - sobre tudo a Internet. (ARRUDA, 2020, p. 259).

De acordo com Arruda (2020), essa situação nos permite não só discutir a educação remota ou presencial, mas da necessidade de uma contextualização no qual as informações são utilizadas no cotidiano e como as tecnologias contribuem na educação neste momento de crise pandêmica. Em tese, conforme afirmam Lopes e Furkoter (2016), integrar tecnologia no ensino, desafia-os a encontrar modos de ensinar com tecnologia, que o levem a refletir sobre os limites e as possibilidades desse uso na escola básica. Cabe ainda salientar que, a situação

emergencial é o momento adequado para fomentar uma política de universalização do acesso às informações e conhecimentos disponibilizados pela internet.

Conforme as possibilidades de reconfiguração às políticas de acesso tecnológico, não mais por meio da instituição escolar, mas um acesso individual onde todas as pessoas vinculadas a escola tenham direito. Nesse foco, construímos uma política que visa a diminuição das desigualdades sociais entre alunos das escolas públicas e privadas.

Conforme apontam Costa e Libâneo (2018), mas, sob a ótica da problematização, deve ser considerada sob a perspectiva de se apresentar proposições que desconstruam a dinâmica mercantil e fortaleçam o caráter público e universal da educação.

Seguindo esta linha de pensamento, a tecnologia e a internet são ferramentas digitais colaborativas muito importantes e impactantes nos dias atuais, estão cada vez mais desafiadoras e precisam de mais colaboração de todas as partes envolvidas. Entretanto, o educador pode e deve utilizar a tecnologia a seu favor para melhorar seus argumentos e desenvolver um bom trabalho de forma mais rápida e, acima de tudo, mais eficiente.

Considerando que, o profissional da educação tenha algum nível de conhecimento referente as tecnologias digitais, essa utilização faz-se necessário apenas como recurso.

Os desafios da gestão escolar e a educação pós-pandemia

O Ministério da Educação vem articulando melhorias nas questões educacionais e, dentre os vários fatores apontados como facilitadores de uma melhoria educacional, está a gestão da escola, porém não é a única responsável, para o desenvolvimento da educação escolar, quando realizada de forma democrática, com a participação da comunidade.

Para Veiga (1996), o projeto político-pedagógico tem o caráter de projeto desde sua origem etimológica latina (projeto), cumprindo a função de dar rumo ou uma direção à instituição destacando: [...] uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (VEIGA, 1996, p.12).

Cabe, portanto, a necessária reflexão diante das contradições inerentes entre o discurso e a prática, entre o pensar em fazer e o querer fazer. Afinal, as opções de vida, pessoal ou profissional, de atitude, de mudança e auto transformação são, eminentemente, políticas, dizem

respeito ao indivíduo, mas também ao coletivo. A consciência crítica deve preponderar nas escolhas do professor reflexivo e de gestores comprometidos com a escola, com a comunidade e com a perspectiva de um mundo melhor, ajuizado em relações construtivas e produtivas.

[...] atuar na gestão da educação e da escola visando com efetivação o direito à educação básica com qualidade social, por meio de práticas caracterizadas pela transparência, pelo trabalho coletivo, pela participação da comunidade nas decisões e pela postura ética, crítica e criativa, pelo compromisso com a elevação do IDEB de sua escola e da educação escolar; [...] Dominar e implementar mecanismos e estratégias que favoreçam a realização da gestão democrática, em especial dos órgãos colegiados, dentre eles o Conselho Escolar, em função do Projeto Político-Pedagógico (e a escolha do dirigente escolar com a participação da comunidade escolar por meio de processo eletivo); [...] Atuar de forma consciente com vistas ao fortalecimento dos processos de descentralização na educação e na escola, da autonomia da escola e do financiamento público da educação; [...] dominar e utilizar ferramentas tecnológicas no campo da organização dos processos de trabalho nos sistemas e unidades de ensino, tomando essas ferramentas como importantes ferramentas para realização da gestão democrática da educação (BRASIL/MEC, 2009c).

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo comentários na BNCC essa competência tem relação com uma demanda muito presente na contemporaneidade: a de se comunicar por diversos meios digitais, navegar por diferentes linguagens. Hoje nos comunicamos o tempo todo, e a linguagem escrita não está mais restrita a círculos formais surgindo desta forma vários questionamentos:

Como a escola pode fazer uso dos vários meios de maneira produtiva e respeitosa e estimular uma comunicação que promova o entendimento mútuo? A dupla gestora (diretor e vice) utiliza tecnologias digitais para a realização do trabalho?

A gestão escolar faz uso de sistemas digitais que geram relatórios comparativos, com série histórica, para auxiliá-la na análise dos dados e nas tomadas de decisão?

Emprega essas informações para realizar o controle de presença dos alunos e da equipe escolar, o acompanhamento das aprendizagens, a organização da grade curricular, entre outras possibilidades?

Há computadores disponíveis para professores e estudantes?

Nas reuniões com os docentes, bem como com os responsáveis, a relevância da tecnologia no mundo atual é debatida?

São discutidos o uso das redes sociais e os cuidados necessários para evitar invasão de privacidade?

Há diálogo com os responsáveis sobre formas de ajudar seus filhos na construção de hábitos saudáveis quanto ao uso da tecnologia e das redes sociais?

Cabe ressaltar que a gestão escolar é um enfoque de atuação, um meio e não um fim em si mesmo. O fim último da gestão é a aprendizagem efetiva e significativa dos alunos, de modo que, no cotidiano que vivenciam na escola desenvolvam as competências que a sociedade demanda, dentre as quais se evidenciam pensar criativamente: analisar informações e proposições diversas, de forma contextualizada; expressar ideias com clareza, oralmente e por escrito; empregar a aritmética e a estatística para resolver problemas; ser capaz de tomar decisões fundamentadas e resolver conflitos (LUCK, 2008).

Segundo o Portal Planeta Educação, (plataforma moderna e interativa que já se tornou referência entre educadores e gestores). Depois de diversas mudanças que foram feitas nas escolas, devido ao aparecimento do novo Corona vírus, a preocupação agora é quanto à educação pós-pandemia. Como será que tudo vai acontecer? O que vai e o que não vai ficar?

Foram muitas as adaptações feitas, do dia para a noite, por instituições de ensino, professores e estudantes. Embora a pandemia tenha surpreendido a todos e provocado mudanças repentinas, é fato que ela apenas acelerou muitos processos. O uso da tecnologia em sala de aula e até mesmo o ensino híbrido, pouco a pouco, estavam ocupando espaço. Assim, mesmo que todo esse processo tenha sido feito rapidamente, muita coisa vai ficar na educação pós-pandemia.

Alguns pontos importantes que devem permanecer na educação pós-pandemia:

- 1- Adoção do ensino híbrido
- 2- Uso da tecnologia na educação
- 3- Novas formas de avaliação
- 4- Incentivar a maior autonomia dos alunos
- 5- Educação mais humanizada
- 6- Investimento em tecnologia e em treinamentos

7- Manter um bom fluxo financeiro

Adoção do ensino híbrido

O ensino híbrido já era comumente adotado em cursos de especialização, MBA e até em alguns cursos de mestrado profissional. Pouco a pouco, essa forma de ensinar também vinha ganhando espaço nos cursos de graduação, devido a uma procura maior de aulas a distância. Embora o ensino infantil, o fundamental e o médio ainda não tivessem se preparado para essa transição, a mudança durante a pandemia fez com que todos testassem de uma só vez. Para a surpresa de muitos ele deu certo e deve permanecer na educação pós-pandemia em muitas escolas.

Resumidamente, o ensino híbrido mescla as aulas on-line com as presenciais. Dessa forma, casa bem com diversas alternativas de metodologia ativas existentes.

Uso da tecnologia na educação

Por falar na tecnologia usada no ensino híbrido, ela também deve permanecer nas aulas depois da pandemia. Isso poderá ser ainda mais rápido pelo fato de muitas escolas terem se adequado, rapidamente, ao ensino remoto. Dessa forma, investem em câmeras, computadores, entre outros dispositivos que agora poderão fazer parte das aulas. Afinal, o uso da tecnologia possibilita enriquecer as aulas, mostrar esquemas, vídeos, entre outros. Isso motiva e aumenta a interação dos estudantes com o conteúdo.

Novas formas de avaliação

A educação pós-pandemia também deve contar com mudanças na maneira como o aluno é avaliado. Com o ensino remoto, os professores encontraram novas formas de ver como os estudantes estavam interagindo e aproveitando o conteúdo. Isso deve ser mantido com o retorno das aulas presenciais. Além do uso de ferramentas tecnológicas, para enviar questões, é possível ver quanto os alunos aprenderam por meio de: com um quiz; elaborando um jogo on-line; na apresentação de um trabalho; propondo a resolução de um problema, entre outros.

Incentivar a maior autonomia dos alunos

Durante a pandemia, os alunos adquiriram mais autonomia na busca pelo conhecimento. Afinal, além de não poderem ter aulas expositivas na escola, ainda precisaram fazer pesquisas on-line, assistir a vídeos e estudar sozinhos. Isso deve continuar sendo incentivado na educação pós-pandemia e vai de encontro à adoção de metodologias ativas, que

também é uma tendência. Cada vez mais, o aluno será estimulado a buscar por informações e a ser o protagonista do seu processo de aprendizagem.

Educação mais humanizada

A crise social foi agravada durante a pandemia e isso deverá ser considerado na volta às aulas. Esse novo momento exigirá que os que atuam na educação tenham um olhar mais atento às mudanças notadas nos estudantes. Muitos perderam parentes, mãe, pais ou até se encontram em uma família que sofreu grande abalo econômico. Isso irá refletir dentro da escola e precisará ser acompanhado, pois pode afetar o desempenho e a aprendizagem dos alunos.

Investimento em tecnologia e em treinamentos

Durante a pandemia, os gestores viram o quão importante é o uso da tecnologia no ambiente escolar. Por isso, a tendência é de que investimentos nessa área sejam permanentes e que novas tecnologias sejam adotadas, de modo que facilitem as aulas remotas e a interação com a família. Também é provável que as instituições sigam investindo em treinamentos para os docentes, já que a tendência é a de adotar as metodologias ativas. Em suma, muito do que foi adotado durante esse período deverá permanecer na educação pós-pandemia. Afinal, as metodologias ativas devem fazer parte da rotina escolar.

Manter um bom fluxo Financeiro

Controlar as finanças pode ser uma das partes mais difíceis do trabalho de um gestor, especialmente se estamos falando de uma grande instituição de ensino ou rede de escolas. Manter as finanças em dia pode ser um grande desafio. A melhor forma de resolver isso é mantendo uma atualização constante das entradas e saídas. Você pode anotar tudo de forma manual em uma folha por dia e, ao final desse dia, atualizar numa planilha ou em um sistema financeiro próprio. Ou então já pode usá-lo diretamente facilitando a gestão escolar.

Segundo Ramos (2021), neste cenário disruptivo, parece pairar um temor: o ensino híbrido vai substituir o professor?

O ensino híbrido mediado pelas novas tecnologias/recursos digitais vai depender cada vez mais da intervenção pedagógica do professor. Entretanto, vai substituir aqueles professores que não forem capazes de fazer uso pedagógico pertinente e eficaz dos recursos digitais. Num cenário disruptivo, espera-se um professor criativo, inovador, capaz de promover o potencial pleno de seus alunos na perspectiva de viabilizar o seu projeto de vida! (RAMOS, 2021, s/p).

Segundo Lima (2021), neste novo contexto, o professor precisa compreender que não será substituído pelas novas tecnologias da informação e comunicação, os recursos tecnológicos devem ser encarados, pelo docente como um apoio, uma rica opção didática, e não como um rival concorrente ao seu posto de mediador do conhecimento. Corroborando com esse pensamento, (SANTOS, apud LIMA, 2021), afirma que, o papel do professor não muda perante as novas metodologias. Os Professores são mediadores de conhecimentos e diante das novas tecnologias educacionais, deparam-se com parcerias colaborativas que podem oferecer novas possibilidades para desenvolverem as suas práticas docentes, sejam através do ensino, exclusivamente, presencial ou híbrido, dependendo do momento.

Diante do exposto entende-se que, com a educação pós- pandemia a urgência da integração entre a tecnologia e a escola será mais rápida, muitas ferramentas já ajudam a escola em diversos aspectos. E com o fim do isolamento social provavelmente as escolas passarão a investir mais em recursos tecnológicos já que todos puderam sentir na prática o quanto eles são úteis. E não só para a sala de aula, mas para a gestão da escola como um todo. Neste sentido, a tecnologia digital surgiu como um dos suportes a sala de aula. Muitas escolas estão funcionando com um sistema EAD e, para isso, muitos processos e equipe de gestão precisaram se adaptar a essa nova realidade.

Portanto, os desafios que a gestão escolar está a atravessar desde o início do isolamento social não é insignificante. A tecnologia digital na educação vem cada vez mais considerada e utilizada em diversos espaços. Assim o ambiente virtual representa-se um dos espaços mais motivadores para a educação. Contudo, para a educação pós-pandemia é importante a continuidade do uso tecnológico no processo de ensino-aprendizagem; os benefícios proporcionados pelas ferramentas digitais; a quebra de objeções, mesmo que forçada, por parte de alguns educadores; a experiência de todos que aprenderam a lidar com as novas ferramentas.

Todas essas questões devem influenciar muito a educação, que, com certeza, não voltará ao que era antes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou conclusivo a preocupação acerca do isolamento social causado pela pandemia do Corona vírus, que trouxe vários questionamentos principalmente ao cenário educacional.

Depois de diversas mudanças que foram feitas nas escolas, devido ao aparecimento do novo Corona vírus, a preocupação agora é quanto à educação pós-pandemia. Como será que tudo vai acontecer? O que vai e o que não vai ficar?

Como utilizar ferramentas tecnológicas acessíveis e presentes nos dispositivos dos alunos e professores no cotidiano escolar neste momento que vivenciamos no período de isolamento social? E em meio a tantas mudanças surgiram também inúmeros questionamentos a respeito da formação do educador.

Desta forma, os desafios enfrentados pela comunidade escolar são imensos para articular ao ensino remoto e híbrido, como também as dificuldades dos alunos e a falta de formação dos educadores referente ao uso das tecnologias para desenvolver a nova modalidade de ensino, mas espera-se que essas questões possam, finalmente, receber a devida atenção do poder público e educacional.

Entretanto, o fato que facilitou a implantação do ensino remoto foi que muito aluno tem acesso à internet, em contrapartida muito não tem, precisando desta forma de material impresso para poder realizar as atividades bimestrais. Ainda tem o caso dos alunos que tem apenas um computador ou celular em casa para compartilhar com a família, o que com certeza atrapalha o aprendizado.

Diante dos fatores e acontecimentos, faz-se necessário uma proposta que favoreça a efetivação social através das políticas públicas o investimento em equipamentos tecnológicos e internet gratuita para todos os estudantes de modo a garantir o acesso e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M.O.P. et al. ProMenteSã: Formação de professores para promoção da saúde mental na escola. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 33, p.1-8. 2020.

COSTA-ROSA, A. Intercessões e análises sobre o Processo de Produção saúde-adoecimento-Atenção no campo psíquico, num Território municipal. *Revista de Psicologia da UNESP*, São Paulo, v.18 (especial), p. 9-36. 2019.

BARBOSA, André Machado; VIEGAS, Marco Antônio Serra; BATISTA, Regina Lucia Napolitano Felício Felix. Aulas presenciais em tempos de pandemia: relatos de experiências de professores do nível superior sobre as aulas remotas. *Revista Augustus*, v. 25, n. 51, p. 255-280, 2020.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Escola de Gestores da Educação Básica: Apresentação. Disponível em: Acesso em 21 junho 2009a.

COSTA, Renata Luiza da; LIBANEO, José Carlos. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA A DISTÂNCIA: a mediação docente e as possibilidades de formação. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 34, n. e180600, 2018.

CID, M.F.B et al. Saúde mental infantil e contexto escolar: as percepções dos educadores. *Pro-Posições*, Campinas, v.30, p.124, 2019

DELGADO, P.G.G.; GOMES, P.C.; COUTINHO, E.S.F. Novos rumos nas políticas públicas de saúde mental no Brasil. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro (Editorial) v.17, n.3, p.452-453. 2001.

LIMA, José Maria Maciel. Plataforma Moodle: A educação por mediação tecnológica. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 06, Ed. 01, Vol. 09, pp. 53-73. Janeiro de 2021.

LOPES, Rosemara Perpetua; FURKOTTER, Monica. Formação inicial de professores em tempos de TDIC: uma questão em aberto. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p.

LUCK, Heloísa. *Dimensões de gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Editora Positivo, 2008

SOUZA. M.R. et al. Fatores de adoecimento dos estudantes da área da saúde: uma revisão sistemática. *Psicologia e Saúde em Debate*. v. 3, n. 1, p. 99-126, 2017.

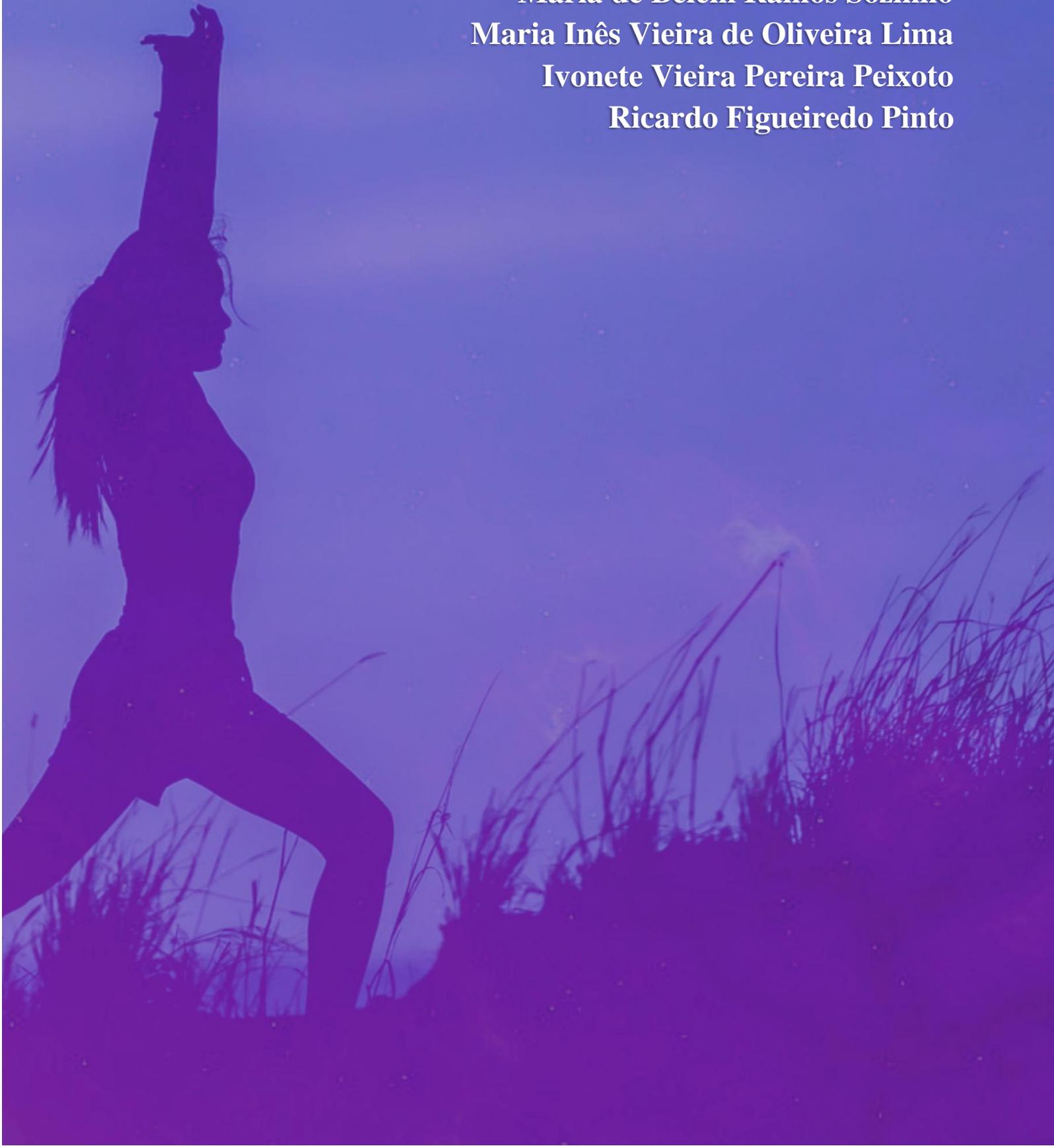
QUINTAS-MENDES, Antônio et al. Comunicação mediatizada por Computador e educação on-line: da distância à proximidade. In: SILVA, Marco et al (orgs.). *Educação on-line: cenário, formação e questões didático metodológicos*. Rio de Janeiro: Walk, 2010

VEIGA, Ilma Passos Alencar. *Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1996.

CAPÍTULO 11

ALIMENTAÇÃO SAUDAVEL NO TRATAMENTO DO CÂNCER DE MAMA: UMA REVISÃO BIBIOGRAFICA

**Maria de Belém Ramos Sozinho
Maria Inês Vieira de Oliveira Lima
Ivonete Vieira Pereira Peixoto
Ricardo Figueiredo Pinto**



ALIMENTAÇÃO SAUĐAVEL NO TRATAMENTO DO CÂNCER DE MAMA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

**Maria de Belém Ramos Sozinho
Maria Inês Vieira de Oliveira Lima
Ivonete Vieira Pereira Peixoto
Ricardo Figueiredo Pinto**

RESUMO

O câncer de mama está dentre um grupo heterogêneo de doenças, sendo este com comportamentos distintos. A heterogeneidade deste câncer pode ser observada pelas mudanças nos aparecimentos clínicas e morfológicas, diferentes componentes genéticas e consequentes diferenças nas respostas terapêuticas. São vários os fatores de risco para a manifestação do câncer de mama a ser informado como: nuliparidade, idade tardia ao primeiro parto, menarca precoce, menopausa tardia, sedentarismo, dieta e obesidade. Objetivos deste estudo identificar a qualidade da dieta de mulheres com câncer de mama em tratamento quimioterápico. Foi realizado uma revisão bibliográfica procurando selecionar e avaliar pesquisas e estudos relevantes que contêm artigo com o tema proposto. Para isso foram feitas buscas de artigos nos idiomas português e inglês nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), utilizando as seguintes palavras-chaves indexadas no DECS: Câncer de Mama, dieta, nutrientes. A alimentação representa um possível fator de proteção contra o desenvolvimento de câncer de mama. Hábitos alimentares saudáveis podem ser envolvidos a diminuição de certos alimentos como carnes vermelhas, gordura animal e consumo excessivo de álcool, em concomitante o aumento do consumo de vegetais, frutas e fibras. A quimioprevenção por meio desses alimentos funcionais, é um promissor instrumento no controle do câncer de mama, ocorre através de possíveis mecanismos de ação anticarcinogênica, antioxidantes. Durante o tratamento, as mulheres podem ter dias bons e dias ruins quando se trata de alimentação. Refeições em quantidade maior podem parecer intoleráveis ou desagradáveis. Isso pode acontecer quando a mulher tem diminuição do apetite (quer comer menos do que o normal) ou sente-se saciado logo após começar a comer. Devendo assim haver uma dieta apropriada de acordo com o tratamento e peculiaridades existentes. Conclui-se que os alimentos saudáveis, tem demonstram benefícios na vida das mulheres que realizam tratamento quimioterápico de câncer de mama. Vale ressaltar que é fundamental ter um padrão de comportamentos relacionados à alimentação, à atividade física e a outros fatores associados ao modo de vida para que, possa-se desfrutar dos benefícios para a proteção contra o câncer de diversos tipos, além da qualidade de vida para viver bem até a velhice.

Palavras-chave: Câncer de mama; Quimioterapia; Alimentação Saudável; Nutriente.

ABSTRACT

Breast cancer is among a heterogeneous group of diseases, this one with different behaviors. The heterogeneity of this cancer can be observed by changes in clinical and morphological appearances, different genetic components and consequent differences in therapeutic responses. There are several risk factors for the manifestation of breast cancer to be informed, such as: nulliparity, late age at first birth, early menarche, late menopause, sedentary lifestyle, diet and obesity. Objectives of this study to identify the quality of the diet of women with breast cancer undergoing chemotherapy. A literature review was carried out, seeking to select and evaluate relevant research and studies that contain an article with the proposed theme. For this, articles were searched in Portuguese and English in the following databases: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Medical Literature Analysis And. Retrieval System Online

(MEDLINE) and Latin American and Caribbean Health Sciences Literature (LILACS), using the following keywords indexed in DECS: Breast Cancer, diet, nutrients. Food represents a possible protective factor against the development of breast cancer. Healthy eating habits can be involved in the reduction of certain foods such as red meat, animal fat and excessive alcohol consumption, in parallel with an increase in the consumption of vegetables, fruits and fiber. Chemoprevention through these functional foods is a promising tool in the control of breast cancer, it occurs through possible mechanisms of anticarcinogenic action, antioxidants. During treatment, women can have good days and bad days when it comes to food. Larger meals may seem intolerable or unpleasant. This can happen when a woman has decreased appetite (wants to eat less than normal) or feels full soon after starting to eat. Therefore, there must be an appropriate diet according to the existing treatment and peculiarities. It is concluded that healthy foods have shown benefits in the lives of women undergoing chemotherapy for breast cancer. It is noteworthy that it is essential to have a pattern of behavior related to food, physical activity and other factors associated with the way of life so that one can enjoy the benefits for protection against cancer of various types, in addition to quality of life to live well into old age.

Keywords: Breast Neoplasms; Drug Therapy; Diet, Health; Nutrients.

RESUMEN

El cáncer de mama forma parte de un grupo heterogéneo de enfermedades, esta con comportamientos diferentes. La heterogeneidad de este cáncer puede observarse por cambios en el aspecto clínico y morfológico, diferentes componentes genéticos y las consiguientes diferencias en las respuestas terapéuticas. Existen varios factores de riesgo para que se informe la manifestación del cáncer de mama, tales como: nuliparidad, edad tardía al primer parto, menarquia precoz, menopausia tardía, sedentarismo, dieta y obesidad. Objetivos de este estudio identificar la calidad de la dieta de mujeres con cáncer de mama sometidas a quimioterapia. Se realizó una revisión de la literatura, buscando seleccionar y evaluar investigaciones y estudios relevantes que contengan un artículo con la temática propuesta. Para ello, se buscaron artículos en portugués e inglés en las siguientes bases de datos: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Medical Literature Analysis y. Retrieval System Online (MEDLINE) y Literatura de Ciencias de la Salud de América Latina y el Caribe (LILACS), utilizando las siguientes palabras clave indexadas en DECS: cáncer de mama, dieta, nutrientes. La comida representa un posible factor protector contra el desarrollo del cáncer de mama. Los hábitos alimentarios saludables pueden estar implicados en la reducción de determinados alimentos como las carnes rojas, la grasa animal y el consumo excesivo de alcohol, en paralelo con un aumento del consumo de verduras, frutas y fibra. La quimioprevención a través de estos alimentos funcionales es una herramienta prometedora en el control del cáncer de mama, se produce a través de posibles mecanismos de acción anticancerígena, antioxidantes. Durante el tratamiento, las mujeres pueden tener días buenos y malos en lo que respecta a la alimentación. Las comidas más abundantes pueden parecer intolerables o desagradables. Esto puede suceder cuando una mujer tiene menos apetito (quiere comer menos de lo normal) o se siente llena poco después de comenzar a comer. Por tanto, debe existir una dieta adecuada según el tratamiento existente y las peculiaridades. Se concluye que los alimentos saludables han mostrado beneficios en la vida de las mujeres sometidas a quimioterapia para el cáncer de mama. Es de destacar que es fundamental contar con un patrón de comportamiento relacionado con la alimentación, la actividad física y otros factores asociados a la forma de vida para que se pueda disfrutar de los beneficios de protección frente a cánceres de diversa índole, además de la calidad de vida para vivir hasta la vejez.

Palabras-clave: Neoplasias de la Mama; Quimioterapia; Dieta Saludable; Nutrientes.

INTRODUÇÃO

O câncer de mama está dentre um grupo heterogêneo de doenças, sendo este com comportamentos distintos. A heterogeneidade deste câncer pode ser observada pelas mudanças nos aparecimentos clínicas e morfológicas, diferentes componentes genéticas e consequentes diferenças nas respostas terapêuticas. As anormalidades da mama são hiperplasia, hiperplasia atípica, carcinoma in situ e carcinoma invasivo. O carcinoma ductal infiltrante é citado como o tipo histológico, mas comum, sendo 80 a 90% dos casos totais (INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA, 2020).

A incidência do câncer de mama tende a crescer progressivamente a partir dos 40 anos, de tal modo como a percentagem de mortalidade tem aumenta. O câncer de mama não tem diversos fatores de causa, estão relacionados ao aumento do risco de desenvolver a doença, tais como: idade, fatores endócrinos história reprodutiva, fatores comportamentais/ambientais e fatores genético-hereditários (INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA, 2020).

São vários os fatores de risco para a manifestação do câncer de mama a ser informado como: nuliparidade, idade tardia ao primeiro parto, menarca precoce, menopausa tardia, sedentarismo, dieta e obesidade: entre eles, os fatores dietéticos que contribuem na etiologia de 30 a 40% dos casos. A contribuir com estado nutricional, seja alimentação habitual, são marcados como protetores ou como desencadeadores do câncer de mama (KOIDE et al., 2010)

No que ferir-se o risco alimentar para o desenvolvimento do câncer, muitos alimentos têm substâncias com possível carcinogênico, como os produtos enlatados, derivados de leites, grãos e cereais em má-conservação, carnes curadas defumadas, carne vermelha, embutidos e frituras (ALMEIDA et al., 2017).

Desde o diagnóstico e durante todo o tratamento, é necessário que tenha uma equipe multidisciplinar, em especial o nutricionista para estimular alimentação adequada. Recomendar que seja individualizada a assistência nutricional ao paciente oncológico, e incluída a avaliação nutricional, assim também como os cálculo das necessidades nutricionais, para garantir os elementos nutricionais, prevenir ou ajustar deficiências nutricionais para evitar a perda de peso, mediante a alimentação oral (DEL BUONO, 2017)

Muitos dos fatores relacionados ao estilo de vida, como o sedentarismo e a qualidade da dieta, estão fortemente relacionados ao surgimento do câncer de mama e podem ser modificados na tentativa de reduzir o risco de doenças (GONÇALVES et al., 2012).

Fatores dietéticos são identificados na formação e progressão da doença. Alguns componentes alimentares têm efeito preventivo, atuando através de variados mecanismos de

ação e agem do no bloqueio da carcinogênese. Entre eles destacam-se as fibras, as vitaminas e os minerais, os fotoquímicos e os ácidos graxos poli-insaturados, o ácido graxo ômega 3 e o ácido linoleico conjugado (MENTELLA, 2019)

Diversos estudos têm evidenciado que mulheres sobreviventes de câncer de mama necessitam oferecer uma dieta saudável para manter um perfil nutricional adequada, indicado para prevenção da patologia acerca de prevenir sua recorrência. Podendo apresentar sintomas como anorexia, saciedade precoce, mudanças no paladar e no olfato e distúrbios do trato gastrointestinal são efeitos colaterais comuns do tratamento do câncer e podem alterar à ingestão inadequada de nutrientes (QUEIROZ et al., 2018).

A adesão à dieta do tipo mediterrânea traz uma relação com redução moderada do risco de câncer de mama em mulheres na pós-menopausa, principalmente no risco do desenvolvimento de tumores negativos para receptores hormonais. Estudos realizado apontaram que as principais associações entre dieta e câncer de mama envolvem o consumo de vitamina D, cálcio, gordura e álcool, e são encontradas em mulheres adultas na pré-menopausa (PEREIRA et al., 2020).

Para as pessoas com câncer é muito importante uma boa nutrição. Pode haver um certo alterações na alimentação, que o ajudarão durante o tratamento. Começando uma dieta saudável. Para o fortalecer o organismo e, ajudando a manter um peso adequado e combatendo infecções. Pode até ajudar a prevenir ou controlar alguns efeitos colaterais do tratamento (DALLACOSTA et al., 2017)

A dieta pode ser tanto causadora quanto benfeitora no desenvolvimento da neoplasia maligna. Uma dieta saudável acompanhante de atividade física, e peso apropriado poderá prevenir em 28% dos eventos de câncer de mama no Brasil. Portanto, sabe-se que os costumes alimentares incorretos acompanhado do sedentarismo e à obesidade podem favorecer o risco de câncer de mama em 40% (FERREIRA et al., 2016).

Considerando que o estilo de vida das mulheres causa uma rotina trabalhosa, tornando suas práticas alimentares inadequadas, esta pode ser a principal motivo do desenvolvimento de câncer mamário atualmente (SILVA, 2018).

Assim sendo ressalta-se a importante propriedade dos alimentos consumido por mulheres com câncer de mama, com ajuste aos diferentes tipos de alimentos e nutrientes, visto que a dieta é um fator que interfere na incidência do câncer de mama. Por meio desta revisão visamos identificar acerca dos alimentos que podem estar associados à dieta diante do tratamento ao câncer de mama.

OBJETIVOS

Identificar a qualidade da dieta de mulheres com câncer de mama em tratamento quimioterápico.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do objetivo sugerido foi realizado uma revisão bibliográfica procurando selecionar e avaliar pesquisas e estudos relevantes que contêm artigo com o tema proposto. Para isso foram feitas buscas de artigos nos idiomas português e inglês nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), utilizando as seguintes palavras-chaves indexadas no DECS: Câncer de Mama, dieta, nutrientes.

DESENVOLVIMENTO

Alimentação

A alimentação representa um possível fator de proteção contra o desenvolvimento de câncer de mama. Hábitos alimentares saudáveis podem ser envolvidos a diminuição de certos alimentos como carnes vermelhas, gordura animal e consumo excessivo de álcool, em concomitante o aumento do consumo de vegetais, frutas e fibras. Os alimentos e os componentes alimentares compõem como propriedades funcionais na atuação para a quimioprevenção do câncer, conhecidos como nutracêuticos ou fármaco-alimentos (ONCOGUIA, 2018).

A quimioprevenção por meio desses alimentos funcionais, é um promissor instrumento no controle do câncer de mama, ocorre através de possíveis mecanismos de ação anticarcinogênica, antioxidantes, anti-inflamatórios, anti-hormônios, antiangiogênicos, dentre outros. Os elementos alimentares estudados pela ação quimiopreventiva na neoplasia mamária, destacam-se: vitaminas e minerais (antioxidantes), fito químicos (ligninas encontradas nos grãos e sementes como a linhaça, isoflavonas da soja), os ácidos graxos poli-insaturados ômega-3, o ômega-6 e o ácido linolêico conjugado (INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA, 2020).

Em estudo analisado, toda a energia e os nutrientes e necessários de reações bioquímicas que sustentam o metabolismo de um organismo surge da dieta. Alguns nutrientes, conhecidos como essenciais, necessitam ser ingeridos prontos; enquanto outros o organismo pode sintetizar

a partir de diversos componentes dos alimentos. A dieta também contém muitas substâncias que não são nutrientes, portanto, podem influenciar processos metabólicos. Esses incluem substâncias químicas comuns como fito químicos, fibra dietética e cafeína, bem como algumas substâncias nocivas, como o arsênio (SAMPAIO et al., 2012).

Vitaminas e minerais

O efeito protetor desempenhado pelo consumo de frutas e vegetais pode ser atribuído à presença dos antioxidantes, tais como as vitaminas A, C, E e o ácido fólico e o mineral selênio encontrado nesses alimentos. O principal grupo de agentes inibidores da carcinogênese é representado pelos antioxidantes, bloqueadores dos radicais livres (RL). Os nutrientes antioxidantes aumentam o efeito dos antineoplásicos, originando diminuição do tumor, logo na menor manifestação de efeitos opostos, proporcionando melhoria na qualidade e prolongamento da vida, mesmo em menor quantidade, retardando ou impedindo a oxidação; em que são definidos como enzimáticos, que são geradas pelo próprio organismo; e os não enzimáticos, as vitaminas A, C e E e minerais (SANTOS et al., 2020).

Essa vitamina é um dos antioxidantes mais importantes da classe dos não enzimáticos, a vitamina E atua de diversos modos na prevenção de doenças, porquanto essa vitamina age impedindo a peroxidação lipídica. A vitamina E previne que células cancerígenas em desenvolver-se neutralizando-as na fase G1 do ciclo celular onde há maior desenvolvimento celular (PARDINHO et al., 2020).

Alimentação saudável como forma de prevenção ao câncer

A alimentação é reconhecida, cientificamente, como umas das básicas elementar no tratamento de neoplasias, o binômio dieta-saúde surge com a inclusão de que o conhecimento nutricional representa um processo para melhorar o funcionamento orgânico individual, com orientações dietéticas pertinentes à melhoria dos hábitos alimentares, associado à prevenção primária, aumento da sobrevida e diminuição no risco de recidiva da doença. Acredita-se que uma base de educação nutricional possa contribuir para a adaptação da conduta alimentar de cada indivíduo (RUBIN, 2010).

Em vista que o câncer de mama é hoje é uma doença relevante importância para a saúde pública em nível mundial, com aumento da incidência, por isso resolveu-se pesquisa para avaliar o grau de impacto dos alimentos considerando os efeitos no tratamento e na prevenção por esta patologia bem como diminuir os riscos de desenvolvimento por meio da

alimentação, todavia a pesquisas científicas já constatou a existência de alimentos altamente benéficos no tratamento contra o câncer de mama e outros com ação contrária. (PEREIRA,2020)

Os nutrientes protetores só funcionam quando consumidos através dos alimentos. O uso de vitaminas e outros nutrientes isolados na forma de suplementos não são recomendáveis para prevenção do câncer (INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER, 2013).

O açaí tem benefícios contra o câncer contém quantidades significativas de antocianinas que pertencem ao grupo dos flavonoides que por sua vez pertencem ao grupo dos compostos fenólicos (SOARES, 2002), essa quantidade de antocianinas chega até 30 vezes mais que o encontrado em vinho tinto, o que torna o açaí um alimento funcional (EMBRAFARMA, 2010).

Alterações e efeitos colaterais no tratamento quimioterápico

Olfato e paladar

- Se os alimentos tiverem gosto ou cheiro diferente do normal:
- Evite alimentos com odores (cheiros) fortes. Como a carne bovina e o peixe têm odores mais fortes, experimente ingerir aves, ovos e laticínios.
- Ao cozinhar, retire as tampas das panelas e frigideiras para que o cheiro não indo em sua direção.
- Abra as janelas enquanto estiver cozinhando caso o cheiro dos alimentos possa incomodá-lo durante o preparo, se os alimentos tiverem gosto ou cheiro diferente do normal;
- Der prefira aos alimentos que possam ser consumidos frios ou em temperatura ambiente;
- Deixe os alimentos esfriarem antes de comer. Sabe-se que os alimentos em temperatura ambiente ou frios têm menos cheiro do que alimentos quentes.
- Experimente temperos saudáveis como as ervas.
- Experimente alimentos ácidos desde que a boca não esteja ferida (como rodela de limão ou frutas cítricas) para estimular o sabor.
- Enxágue a boca antes e depois de comer.
- Beba pequenos goles de líquido durante as refeições para eliminar o sabor dos alimentos.

Náuseas e vômitos

A náusea é um efeito de mal-estar gástrica ou enjoo. A náusea pode ser causada por vários fatores como radioterapia, quimioterapia e cirurgia. Ela também pode ser causada por

dor, medicação e infecção. Se a paciente tiver náuseas, também poderá ter vômitos em que são indicados tomar medicamento para o aliviar do episódio, mantendo a hidratação com bebidas ricas em eletrólitos.

Tente comer comidas azedas, como mousse de limão, e temperos fortes, como orégano e alecrim; evite carne vermelha, tente frango, peru ou ovos; deve ser estimulado ingerir os alimentos ricos em zinco e cobre ajudam na recuperação do paladar, como milho, feijão, cereais de trigo, aveia, ovos, ervilhas, vegetais folhosos escuros, entre outros. Não fique muito tempo sem comer; não se deite após as refeições. Descanse sentado.

Alguns alimentos pioram a sensação de enjoo, portanto, evite frituras, alimentos gordurosos ou oleosos; alimentos muito quentes ou picantes; alimentos muito doces ou com odores fortes. Alimentos gelados podem ajudar na sensação de enjoo. Para ajudar, você pode chupar gelo 30 minutos antes das refeições, tomar sorvete de frutas cítricas e beber sucos ou vitaminas bem gelados. Tente tomar chá de gengibre, limonada ou água com limão; ao comer, deixe a janela aberta para o ar circular.

Algumas receitas geladas são indicadas de acordo com INCA para controle de enjoos e vômitos, tais quais:

Bebida gelada de maracujá

Ingredientes:

- 1 pote de iogurte natural desnatado;
- 2 colheres de sopa de suco de maracujá concentrado;
- 2 colheres de sopa de açúcar

Preparo:

1. Em um recipiente, misture bem meia xícara de chá de água, o suco concentrado de maracujá e o iogurte.

Se você usa suplementos nutricionais em pó, pode misturá-los também.

2. Cubra com filme plástico e leve ao freezer até endurecer. Retire do freezer e bata na batedeira até ficar homogêneo. Cubra e retorne ao freezer até endurecer, por cerca de 4 horas.

Sirva em seguida.

Milk-shake de manga com banana

Ingredientes:

- 1 fatia de manga palmer;
- ½ pote de iogurte natural

1 banana ouro;

- 1 colher de sopa de mel (em caso de restrição, substitua conforme orientação profissional).

Preparo:

1. Bata todos os ingredientes no liquidificador com pedras de gelo e beba em seguida.

Diarreia

Diarreia significa evacuações frequentes, soltas e aquosas. Faz com que os alimentos passem rapidamente pelos intestinos. Quando isso acontece, a água e os nutrientes não são bem absorvidos pelo seu corpo, sendo indicados ingestão de líquido; evitar leite e produtos lácteos; prefira alimentos que ajudam a controlar a diarreia, como maçã e pera sem casca, melão, batata, beterraba, cenoura, arroz, macarrão, biscoito maisena, torrada, ovo cozido e frango sem pele.

Em caso de diarreia persistente (7 ou mais dias), pode ocorrer intolerância ao leite de vaca. Se isto ocorrer, substitua o leite de vaca por leite de soja ou leite isento em lactose. Essa intolerância pode não acontecer para os derivados do leite. Ou seja, você poderá continuar consumindo iogurtes e queijos brancos, de acordo com a sua tolerância.

- Evite frituras e alimentos gordurosos, inclusive amendoim, nozes, castanhas, amêndoas e coco.

- Evite alimentos enlatados, condimentos fortes, apimentados ou irritantes (como o café).

- Evite alimentos laxativos (que soltam o intestino), como:

- verduras cruas (vegetais folhosos);

- frutas: mamão, laranja, ameixa;

- farelos integrais: aveia, trigo, linhaça;

- alimentos açucarados, como doces concentrados (goiabada, marmelada, geleia de mocotó, marrom glacê, bananada), sorvetes industrializados, pudins e chocolates.

Lembre-se de lavar sempre as mãos, principalmente antes das refeições, para evitar contaminação, que pode levar a infecções intestinais. O soro caseiro pode ser usado para evitar desidratação, podendo ser ingerido à vontade enquanto a diarreia e a sede persistirem. Prepare com:

- 1 copo de água;
- 1 colher (de sopa) rasa de açúcar; e
- 1 colher (de café) rasa de sal.

Constipação

Constipação intestinal, ou prisão de ventre é um problema comum que dificulta a evacuação. Em casos de constipação são indicados a ingestão de líquido em abundância; alimentos ricos em fibras, como: vegetais folhosos: agrião, alface, acelga, brócolis, espinafre, couve, bortalha; legumes: abóbora, beterraba, abobrinha, vagem; frutas: mamão, laranja com bagaço, acerola, ameixa, tangerina, caqui, uva com casca, banana d'água e pêra; leguminosas: feijão, soja, lentilha, grão de bico, milho; pães e cereais integrais, farelo de trigo ou de aveia. Evite banana, queijo e ovos.

Aproveite ao máximo as cascas ou talos dos alimentos.

- Faça suco de frutas com vegetais e tome sem coar.
- Os alimentos que prendem o intestino, como maçã, banana prata, goiaba, caju, limão, cenoura cozida, batatas, aipim, inhame, cará, creme de arroz, chá preto e mate, podem ser ingeridos moderadamente desde que associado a uma ingestão adequada de fibras (alimentos citados acima).
- Crie o hábito de ir ao banheiro sempre que sentir vontade de evacuar.

Fadiga

A fadiga não deixar de se cansado. Fadiga é a falta diária de energia, uma espécie de fraqueza constante. É uma perda de interesse nas pessoas e nas coisas. Esta, é o efeito colateral mais comum durante o tratamento do câncer. Alguns médicos dizem que atinge 90% dos pacientes em tratamento podendo impedi-lo de realizar atividades diárias normais. Isso pode afetar o tratamento e prejudicando a qualidade de vida, estão presentes sintomas como: pouco apetite, depressão, náuseas e vômitos, diarreia ou constipação.

ALIMENTOS INDICADOS

A alimentação é reconhecida, cientificamente, como umas das básicas elementar no tratamento de neoplasias, o binômio dieta-saúde surge com a inclusão de que o conhecimento

nutricional representa um processo para melhorar o funcionamento orgânico individual, com orientações dietéticas pertinentes à melhoria dos hábitos alimentares, associado à prevenção primária, aumento da sobrevivência e diminuição no risco de recidiva da doença. Acredita-se que uma base de educação nutricional possa contribuir para a adaptação da conduta alimentar de cada indivíduo (LOPES et al., 2021).

A alimentação e saúde devem ser refletida por grupos de todas as classes com o intuito de estimular as pessoas a inserirem alimentos saudáveis como forma de prevenção e tratamento. Em vista que o câncer de mama é hoje uma doença de relevante importância para a saúde pública em nível mundial, com o aumento de incidência devem ser desenvolvidas pesquisas para avaliar o grau de impacto dos alimentos considerando os efeitos no tratamento e na prevenção por esta patologia bem como diminuir os riscos de desenvolvimento por meio da alimentação, todavia as pesquisas científicas existentes já constataram a existência de alimentos altamente benéficos no tratamento contra o câncer de mama e outros com ação contrária (MEDEIROS, 2021).

Os nutrientes protetores só funcionam quando consumidos através dos alimentos. O uso de vitaminas e outros nutrientes isolados na forma de suplementos não são recomendáveis para prevenção do câncer (INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA, 2020).

Os isotiocianatos, encontrados nos vegetais crucíferos, são abordados por alguns estudos experimentais por sua ação quimiopreventiva do câncer, inclusive na carcinogênese mamária. O dialilssulfeto, presente nos vegetais do gênero *Allium*, como a cebola, alho, alho-poró, e cebolinha, demonstrou inibir significativamente vários tipos de câncer, dentre os quais está o mamário. Durante o tratamento do câncer, seu corpo tem dificuldades para combater as infecções. Mais do que nunca é importante garantir a segurança dos alimentos ingeridos. Isso reduzirá o risco de doenças de origem alimentar e outras infecções.

Além disso, é muito importante manter-se hidratado, ingerir líquidos em quantidade suficiente, durante o tratamento do câncer. Além da água, pode se hidratar com outros líquidos; água com gás, sucos de frutas e vegetais, néctares de frutas; Bebidas energéticas, Chá, Leite ou milk-shakes, Bebidas com suplementos nutricionais, também pode se ingerido Caldos, Canoas, Refrescos Gelatina, Gelados italianos, sorvetes, iogurte gelado e sorbets (INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA, 2020).

RECOMENDAÇÕES

Durante o tratamento de câncer de mama a alimentação precisa ser balanceada, ou seja, deve ter os principais grupos de alimentos, nas porções apropriadas. O mais importante que as mulheres com câncer de mama adquira hábitos com dieta saudável é útil para todas as pessoas, abrangendo quem está passando por algum tratamento de saúde. Por isso, é importante ter os seguintes hábitos alimentares, tais quais: Fazer de 5 a 6 refeições diárias, de 3 em 3 horas; comer devagar e mastigar bem os alimentos.

Em concomitante, beber pelo menos 2 litros de água por dia; incluir diariamente frutas, verduras e legumes na sua alimentação; trocar temperos prontos (caldo de carne e de galinha) por temperos naturais (cebolinha, salsa, orégano, coentro, louro, entre outros); evitar o consumo de fritura, gordura e produtos industrializados. Comer bem os alimentos saudável ajuda a permanecer forte, ministrando ao corpo os nutrientes de que necessita.

CONCLUSÃO

Conclui-se que os alimentos saudáveis, tem demonstram benefícios na vida das mulheres que realizam tratamento quimioterápico de câncer de mama. Incluir alimentos ricos em vitaminas, minerais e fibras nas refeições, além de fortalecer o sistema imunológico, pode auxiliar no controle da glicemia, na melhora do funcionamento do intestino e manutenção do peso adequado. Também é importante prática de exercício físico, otimiza o metabolismo da mulher, equilibrando hormônios relacionados ao câncer de mama, contribuindo para a melhora do quadro da paciente que esteja em tratamento.

É importante que se sejam disponibilizados os tipos de alimentos consumidos, preparo, conservação e quantidade ingerida. Acredita-se também que outros nutrientes estejam envolvidos na prevenção desta patologia. Assim podemos reconhecer os alimentos e entendimento sobre os mecanismos de ação de determinados alimentos e seus benefícios para certos tipos de câncer, e contribuindo de forma mais eficaz no tratamento do câncer com quimioterapia devido os efeitos colaterais, e favorecendo um bom funcionamento do organismo.

Vale ressaltar que é fundamental ter um padrão de comportamentos relacionados à alimentação, à atividade física e a outros fatores associados ao modo de vida para que, possa-se desfrutar dos benefícios para a proteção contra o câncer de diversos tipos, além da qualidade de vida para viver bem até a velhice.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. et al. Alimentação como fator de risco para câncer de intestino em universitários. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v. 30, n. 1, 2017.

EMBRAFARMA. Açaí extrato. 2010. Disponível em: <<http://www.embrafarma.com.br/novo/modules/pdf/8e296a067a37563370ded05f5a3bf3ec.pdf>>. Acesso em: 23. out. 2012.

ESTEVES, E.; MONTEIRO, J. Efeitos

DEL BUONO, H.C.; AZEVEDO, B.M.; NUNES, C.S. A importância do nutricionista no tratamento de pacientes oncológicos. *Revista Saúde em Foco*, v. 9, p. 291-299, 2017.

DALLACOSTA, F.M.; CARNEIRO, T.A.; VELHO, S.F.; ROSSONI, C.; BAPTISTELLA, A.R. Avaliação nutricional de pacientes com câncer em atendimento ambulatorial. *Cogitare Enfermagem.*, v. 22, n. 4, 2017.

FERREIRA, I.B. et al. Consumo alimentar e estado nutricional de mulheres em quimioterapia. *Ciência & Saúde Coletiva.*, v. 21, p. 2209-2218, 2016.

GONÇALVES, T. et al. Qualidade da dieta de mulheres com câncer de mama e sua relação com o conhecimento nutricional e o estado nutricional. *Rev Bras Mastologia*, v. 22, n. 1, p. 13-20, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Dieta, nutrição, atividade física e câncer. Uma perspectiva global: um resumo do terceiro relatório de especialistas com uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA – INCA. Guia de nutrição para pacientes e cuidadores: orientações aos usuários. Rio de Janeiro: INCA, 2020.

KOIDE, H.; OLIVEIRA, P.P.; ROCKENBACH, G.; DI PIETRO, P.F. Elaboração de material informativo sobre cuidados nutricionais para mulheres com câncer de mama. *Revista Eletrônica de Extensão*, v. 7, n. 10, p. 29-42, 2010.

LOPES, M.N.; FORTES, R.C.; REZENDE, A.J. Consumo alimentar e sua relação com o câncer: uma revisão integrativa. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 9, p. 92554-92568, 2021.

MENTELLA, M.C. et al. Cancer and Mediterranean diet: a review. *Nutrients.*, v. 11, n. 9, p. 2059, 2019.

MEDEIROS, T.S. et al. Sobreviventes do câncer têm consumo inadequado de calorias e de nutrientes antioxidantes. *Nutrición Clínica y Dietética Hospitalaria*, v. 41, n. 3, 2021.

ONCOGUIA. Tratamentos do Câncer. Instituto Oncoguia. 2018. Disponível em: <<http://www.oncoguia.org.br/conteudo/tratamentos/77/50/>>. Acesso em: 20 out. 2021.

PARDINHO, G.J.R. et al. Impactos da utilização de compostos antioxidantes como parte da terapia nutricional do paciente oncológico em tratamento. *Advances in Nutritional Sciences* , v. 1, n. 1, pág. 62-72, 2020.

PEREIRA, W.B.B.; SPINELLI, R.B.; ZEMOLIN, G.P.; ZANARDO, V.P.S. Os impactos da alimentação na prevenção do câncer de mama: uma revisão da literatura. *Revista Perspectiva*, v. 44, n. 165, p. 61-72, 2020.

QUEIROZ, S.A.; SOUSA, I.M.; SILVA, F.R.M.; LYRA, C.O.; FAYH, P.T. Nutritional and environmental risk factors for breast cancer: a case-control study. *Scientia Medica.*, v. 28, n. 2, p. 2, 2018.

RUBIN BA, Stein AT, Zelmanowicz AM, Rosa DD. Perfil antropométrico e conhecimento nutricional de mulheres sobreviventes de câncer de mama do Sul do Brasil. *Rev Bras Cancerol.*2010;56(3):303-9.

SAMPAIO, H.A.C.; ROCHA, D.C.; SABRY, M.O.D.; PINHEIRO, L.G.P. Consumo alimentar de mulheres sobreviventes de câncer de mama: análise em dois períodos de tempo. *Revista de Nutrição.*, v. 25, p. 594-606, 2012.

SANTOS, M.A.; DIAS, N.G.; NEUMANN, K.R.S.; MORAIS, P.B. et al. Ação dos antioxidantes no tratamento de pacientes oncológicos submetidos a quimioterapia e/ou radioterapia – Uma Revisão Integrativa. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro.*, v. 1, p. 01, 2020.

SILVA, C. et al. Determinação de compostos fenólicos totais e atividade antioxidante de extratos etanólicos de própolis usando espectroscopia ATR – FT-IR e quimiometria. *Food Analytical Methods* , v. 11, n. 7, pág. 2013-2021, 2018.

CAPÍTULO 12

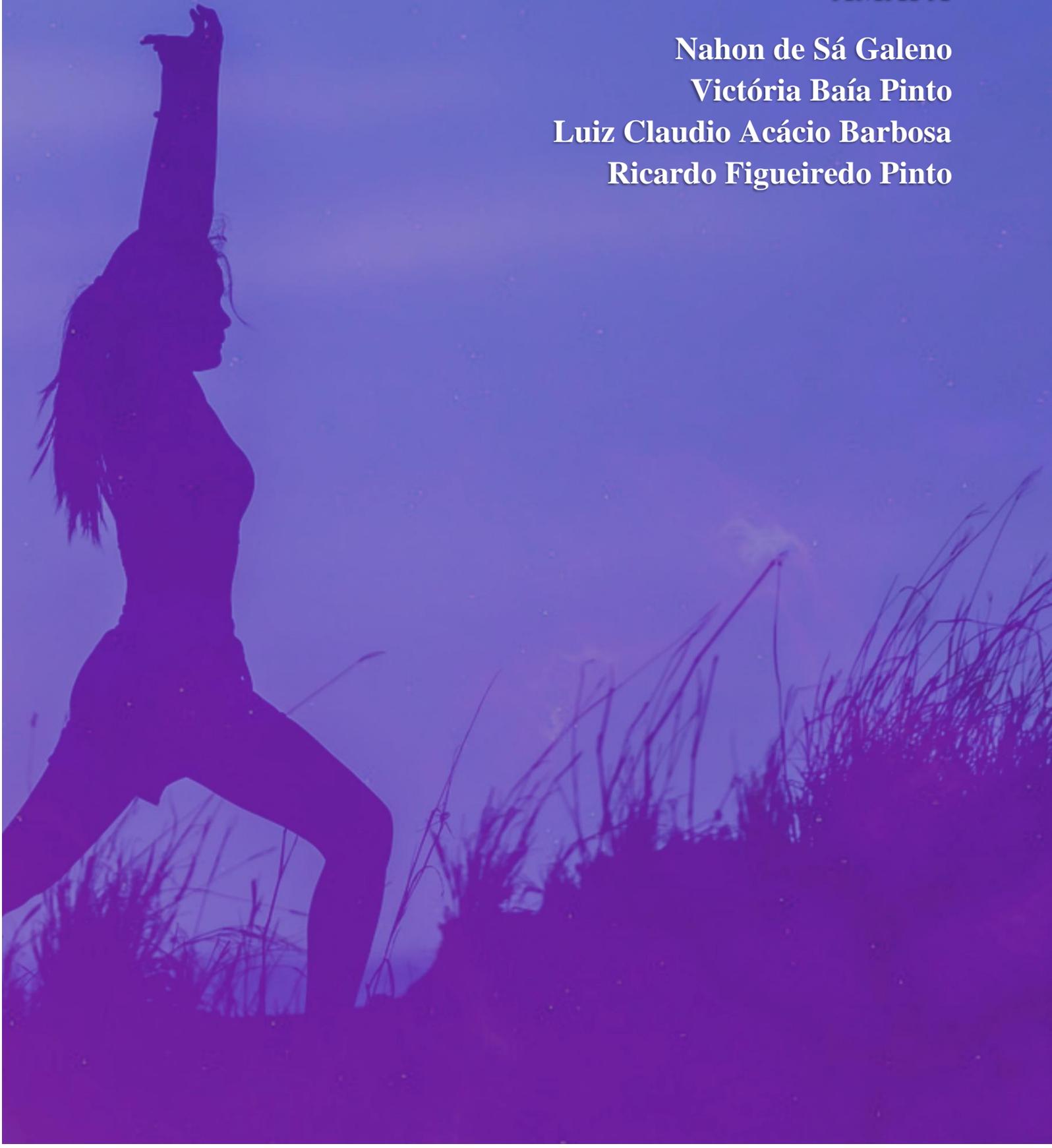
QUADRO ATUAL DA EPIDEMIOLOGIA DA DOENÇA DE CHAGAS NO MUNDO, BRASIL, E NO ESTADO DO AMAPÁ

Nahon de Sá Galeno

Victória Baía Pinto

Luiz Claudio Acácio Barbosa

Ricardo Figueiredo Pinto



QUADRO ATUAL DA EPIDEMIOLOGIA DA DOENÇA DE CHAGAS NO MUNDO, BRASIL, E NO ESTADO DO AMAPÁ

Nahon de Sá Galeno
Victória Baía Pinto
Luiz Claudio Acácio Barbosa
Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

A doença de Chagas é uma das patologias de mais larga distribuição no continente americano. É conhecida a existência de vetores da doença desde o sul dos Estados Unidos à Argentina. São mais de cem espécies responsáveis pela transmissão natural da infecção pelo *Trypanosoma cruzi*, intervindo diretamente na sua veiculação no ambiente domiciliar ou participando na manutenção da enzootia chagásica. A Amazônia brasileira é hoje considerada endêmica para doença de Chagas no Brasil. A região nunca foi livre da presença do *Trypanosoma cruzi*, o qual participa de um ciclo Enzoótico muito bem estabelecido entre animais silvestres da região. Nesse sentido, é importante observar e descrever os casos chagásicos nessa região a fim de proporcionar não só tratamento imediato, mas discutir de que forma a vulnerabilidade econômica e social pode ser contornada e propiciar a busca de metodologia ideal de controle de cura e de drogas com maior potencial de eliminação parasitária.

Palavras-chave: Doença de Chagas, Amazônia, epidemiologia.

ABSTRACT

Chagas disease is one of the most widely distributed pathologies in the American continent. The existence of disease vectors from the southern United States to Argentina is known. There are more than one hundred species responsible for the natural transmission of infection by *Trypanosoma cruzi*, intervening directly in its transmission in the home environment or participating in the maintenance of Chagas disease. The Brazilian Amazon is now considered endemic for Chagas disease in Brazil. The region was never free from the presence of *Trypanosoma cruzi*, which participates in a very well-established enzootic cycle among wild animals in the region. In this sense, it is important to observe and describe the cases of Chagas disease in this region in order not only to provide immediate treatment, but also to discuss how the economic and social vulnerability can be circumvented and promote the search for an ideal methodology for controlling cures and drugs with greater potential for parasitic elimination.

Keywords: Chagas disease, Amazon, epidemiology.

RESUMEN

La enfermedad de Chagas es una de las patologías de mayor distribución en el continente americano. Se conoce la existencia de vectores de enfermedades desde el sur de Estados Unidos hasta Argentina. Existen más de cien especies responsables de la transmisión natural de la infección por *Trypanosoma cruzi*, interviniendo directamente en su transmisión en el medio doméstico o participando en el mantenimiento de la enfermedad de Chagas. La Amazonía brasileña ahora se considera endémica de la enfermedad de Chagas en Brasil. La región nunca estuvo libre de la presencia de *Trypanosoma cruzi*, que participa en un ciclo enzoótico muy bien establecido entre los animales salvajes de la región. En este sentido, es importante observar y describir los casos de enfermedad de Chagas en esta región para no solo brindar tratamiento inmediato, sino también discutir cómo se puede sortear la vulnerabilidad económica y social y promover la búsqueda de una metodología ideal para controlando curas y fármacos con mayor potencial de eliminación parasitaria.

Palabras clave: Enfermedad de Chagas, Amazonia, epidemiología.

INTRODUÇÃO

A doença de Chagas (DC) é classificada como uma doença zoonótica causada pelo protozoário flagelo *Trypanosoma cruzi*. Possui curso clínico bifásico, podendo evoluir, às vezes, a fase aguda desconhecida para a fase crônica, que pode se manifestar de quatro formas: incerta, cardíaca, digestiva e digestiva cardíaca. A gravidade dos casos está relacionada à cepa infectante, à via de transmissão e à existência de outras patologias concomitantes (CHAGAS, 1935; NEVES, 2010).

A doença de Chagas é uma antropozoonose endêmica das Américas. Essa denominação foi dada à tripanossomíase americana, em homenagem ao seu descobridor, Carlos Ribeiro Justiniano das Chagas. Este pesquisador, em 1909, divulgou ao mundo científico não só a descoberta dessa doença humana no Brasil como também, a descrição do seu agente causal e a identificação do inseto transmissor (CHAGAS, 1935).

Sendo assim, a doença de Chagas é um dos maiores problemas de saúde pública da América Latina. Após 103 anos de sua descoberta, continua negligenciada e ainda representa a maior causa de óbitos entre as doenças parasitárias. A sustentabilidade dos programas para o controle da transmissão da infecção chagásica, instituídos em países como os do Cone Sul, deve-se a iniciativas intergovernamentais e políticas que resultaram na melhoria dos serviços de atenção à saúde, condições sanitárias e no desenvolvimento socioeconômico (WESTPHALEN, BISUGO, ARAÚJO, 2012).

No entanto, mesmo que haja tecnologia para controlar a transmissão domiciliar, alguns países ainda possuem áreas contaminadas com triatomíneos e taxas variáveis de infecção da doença de Chagas, indicando que subdesenvolvimento, pobreza e falta de prioridade política são fatores determinantes de sua existência e emergência. Nas últimas décadas, a transmissão de *Trypanosoma cruzi* transfusional, vetorial passiva ou oral e congênita assumiram maior importância na manutenção da endemia e, devido à imigração, a doença de Chagas passou a ser um problema de saúde pública também em outros continentes (WESTPHALEN, BISUGO, ARAÚJO, 2012).

DESENVOLVIMENTO

A OMS estima em aproximadamente 6 a 7 milhões o número de pessoas infectadas em todo o mundo, a maioria na América Latina (OMS, 2015). Estimativas recentes para 21 países latino-americanos, com base em dados de 2010, indicavam 5.742.167 pessoas infectadas por *Trypanosoma cruzi*, das quais 3.581.423 (62,4%) eram residentes em nações da Iniciativa dos

Países do Cone Sul, destacando-se a Argentina (1.505.235), o Brasil (1.156.821) e o México (876.458), seguidos da Bolívia (607.186) (OMS, 2015). Todavia, estes dados divergem de outras estimativas realizadas por diferentes grupos de pesquisa e métodos para definição de infecção por *T. cruzi* em vários países, o que dificulta o estabelecimento exato da prevalência da doença de Chagas nas Américas.

Portanto, embora alguns desses países tenham feito progressos no controle de vetores e na garantia da qualidade da transfusão de sangue, especialmente na iniciativa intergovernamental lançada na década de 1980, a relevância da doença de Chagas como um problema de saúde pública na América Latina ainda é incerta, sob diferentes padrões regionais de expressão epidemiológica (DIAS, et. al., 2016). Nesta perspectiva, torna-se essencial o maior conhecimento relativo a cenários epidemiológicos da doença de Chagas e sua dinâmica de transmissão, envolvendo pessoas infectadas e sob risco de infecção, diferentes populações do parasito, espécies do vetor e reservatórios de *T. cruzi*.

Estima-se que aproximadamente 72 mil pessoas infectadas por *T. cruzi* estejam vivendo na Europa. A partir da análise de dados agregados de estudos de revisão sistemática e metanálise investigando a prevalência de doença de Chagas em pessoas latino-americanas vivendo na Europa (Espanha, França, Suíça, Itália e Alemanha), estimou-se a prevalência desta infecção em brasileiros em 0,6% (0,16-1,12%) ou 4/954 (DIAS, et. al., 2016).

Os migrantes oriundos da Bolívia apresentaram a maior prevalência da doença de Chagas (18,1%), seguidos pelos migrantes do Paraguai (5,5%). A prevalência entre migrantes da Argentina foi de 2,2%; não houve casos de doença de Chagas detectados entre migrantes do Uruguai, Venezuela, Panamá, Guatemala e México (Requena-Méndez, et. al., 2015).

Reconhece-se a ocorrência de outras ondas de migração internacional importantes dentro da América Latina, como, por exemplo, da Bolívia e do Paraguai para Argentina e Brasil, ou da Colômbia para a Venezuela. Por outro lado, notadamente a partir da segunda metade do século XX, ressalta-se a intensificação do movimento de milhares de cidadãos da América Latina para países na América do Norte (principalmente os Estados Unidos, mas também o Canadá), Europa (em especial Espanha, além de outras nações), Ásia (Japão) e Oceania (Austrália), ampliando o número de pessoas com doença de Chagas vivendo em países não endêmicos (DIAS, 2013; OMS, 2013). Em geral este processo migratório associa-se à busca de melhores condições de vida por pessoas em grave situação de vulnerabilidade social, oriundas de países endêmicos.

O Brasil possui tamanhos continentais e sofreu transformações enormes e rápido aumento da população, sociedade e meio ambiente, mas com persistência das graves

desigualdades socioeconômicas e regionais. Portanto, doenças relacionadas à vulnerabilidade sociedade e a negligência ainda atormentam uma parte considerável população.

No Brasil, o número reduzido de estudos sistemáticos, de base populacional, dificulta a avaliação por estimativas da magnitude da doença de Chagas ao longo da história. Entre 1975 e 1980, um inquérito sorológico nacional na população rural do Brasil (exceto em São Paulo), estimou a prevalência global no país em 4,2%, correspondendo a 6,5 milhões de pessoas infectadas por *T. cruzi* (BRASIL, 2005; SILVEIRA, SILVA, PRATA, 2011)

A espécie *Triatoma vitticeps*, no Brasil, já é encontrada em alguns domicílios no Rio de Janeiro e a *T. pseudomaculata* é associada a ninhos de aves silvestres e distribuída pelo nordeste brasileiro, vem ocorrendo em domicílios adjacentes às regiões de caatinga, habitat natural desses insetos (GONÇALVES, et. al., 1998). A região amazônica, área anteriormente considerada indene, possui um crescente número de casos da doença de Chagas, com mais de 300 45 diagnosticados nos últimos 10 anos (BORGES, et. al., 1999; COURA, et. al., 2002).

No entanto, tem se observado uma melhora gradual em linha com a saúde em geral e expectativa da vida da população brasileira, fato atribuível a mudanças nos determinantes sociais, saúde, controle de doenças infecciosas e a implantação do sistema nacional de saúde mais abrangente, com relevante participação social.

A despeito dos avanços ocorridos no campo social brasileiro, reconhece-se a persistência de grandes desigualdades sociais que resultam em situações de vulnerabilidade individual, programática e social potencial que envolvem a doença de Chagas. Novos problemas de saúde emergem, todavia, como resultado do intenso processo de urbanização e das mudanças no campo social e ambiental, enquanto outros tendem a persistir e coexistir demandando novas respostas da rede de atenção à saúde (MENDES, 2012).

Recomenda-se, portanto, para todo caso com infecção por HIV ou aids a solicitação de teste anti-*T. cruzi*, tendo em vista potenciais contextos epidemiológicos de risco. Ressalta-se ainda que, para fins de vigilância epidemiológica, desde 2004, a reativação da doença de Chagas foi inserida na lista de doenças indicativas de aids, na vigência de infecção por HIV, e tem sido um marcador importante, a partir do diagnóstico definitivo de meningoencefalite e miocardite chagásica.

No período de 2000 a 2013 (dados atualizados em maio/2014) foram notificados 1.570 casos de doença de Chagas aguda (média de 112 casos por ano), oriundos de registros da maioria dos estados brasileiros, com a exceção do Mato Grosso do Sul e Distrito Federal na região Centro-Oeste e do Paraná, na região Sul (DIAS, et. al., 2016). A maioria destes casos (1.430, 91,1%) concentrava-se na região Norte, seguida pelas regiões Nordeste (73, 4,7%), Sul

(28, 0,2%), Centro-Oeste (27, 1,8%) e Sudeste (12, 0,8%). Ressalta-se que o Estado do Pará foi responsável por 75% de todos os casos no país e por 82% dos casos da região Norte (BRASIL, 2015).

Ano	Estimativa da população brasileira	Faixa etária de referência			Estimativa do número de pessoas infectadas		Estimativa de casos com a forma digestiva		Estimativa de casos com a forma cardíaca	
		Faixa etária	População	%	Infecção 1,02% ^a	Infecção 2,4% ^b	Infecção 1,02% ^a	Infecção 2,4% ^b	Infecção 1,02% ^a	Infecção 2,4% ^b
2000	173.448.346	≥5	156.133.836	90,0	1.592.565	3.747.212	159.257	374.721	477.770	1.124.164
2005	185.150.806	≥10	150.944.641	81,5	1.539.635	3.622.671	153.964	362.267	461.891	1.086.801
2010	195.497.797	≥15	145.563.676	74,5	1.484.749	3.493.528	148.475	349.353	445.425	1.048.058
2015	204.450.649	≥20	139.901.357	68,4	1.426.994	3.357.633	142.699	335.763	428.098	1.007.290
2020	212.077.375	≥25	133.880.929	63,1	1.365.585	3.213.142	136.559	321.314	409.676	963.943
2025	218.330.014	≥30	127.334.466	58,3	1.298.812	3.056.027	129.881	305.603	389.644	916.808
2030	223.126.917	≥35	120.096.221	53,8	1.224.981	2.882.309	122.498	288.231	367.494	864.693
2035	226.438.916	≥40	112.013.898	49,5	1.142.542	2.688.334	114.254	268.833	342.763	806.500
2040	228.153.204	≥45	102.983.115	45,1	1.050.428	2.471.595	105.043	247.160	315.128	741.479
2045	228.116.279	≥50	92.984.144	40,8	948.438	2.231.619	94.844	223.162	284.531	669.486
2050	226.347.688	≥55	82.097.220	36,3	837.392	1.970.333	83.739	197.033	251.218	591.100
2055	222.975.532	≥60	70.485.475	31,6	718.952	1.691.651	71.895	169.165	215.686	507.495

Dados do Ministério da Saúde relativos a óbitos por doença de Chagas aguda indicam que, no período de 2005 a 2013, o coeficiente de letalidade médio anual do país ao longo dos 14 anos foi de 2,7% (37,9/14). A elevada letalidade (20,0%) no ano de 2005 coincidiu com o surto de Chagas aguda por transmissão oral em Santa Catarina, momento em que pouco se conhecia sobre a etiologia e manejo da doença por essa forma de transmissão. Em 2006, a letalidade continuou elevada (5,9%), com posterior redução, que se manteve relativamente constante nos anos subsequentes (média de 1,7% de 2007 a 2013), variando de 0,5% em 2009 a 4,7% em 2011 (DIAS, et. al., 2016).

Ressalta-se que a falta de oportunidade de suspeição da doença e a demora no diagnóstico podem agravar o quadro clínico e a evolução da doença, podendo interferir no prognóstico dos casos, a exemplo de óbitos que ocorreram por falta de uma intervenção mais oportuna, em especial para as formas cardiovasculares (BRASIL, 2015).
Tabela 1 – Projeções das estimativas de prevalência de infecção por T. cruzi e da doença de Chagas na fase crônica com a forma cardíaca e com a forma digestiva no Brasil, no período de 2000 a 2055.

Fonte: IBGE – Estimativas populacionais globais e por faixa etária. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

Esta mudança nos padrões epidemiológicos de transmissão da doença de Chagas no país também tem sido gerada como resultado das ações de controle empreendidas há quatro décadas,

acompanhadas por importantes mudanças ambientais, demográficas, econômicas e sociais, além da maior concentração da população em áreas urbanas (DIAS, et. al., 2016).

A Tabela 1 apresenta a projeção relativa às estimativas do número de pessoas infectadas por *T. cruzi* e do número de casos com doença de Chagas na fase crônica com a forma cardíaca e com a forma digestiva no Brasil, no período de 2015 a 2055, segundo quinquênios. Em 2015, por exemplo, tomando-se como base a estimativa de população de 204.450.649, estimava-se que entre 1.426.994 e 3.357.633 brasileiros estivessem infectados por *T. cruzi*, de 142.699 a 335.763 potencialmente com a forma digestiva, e de 428.098 a 1.007.290 com a forma cardíaca. A população estimada com infecção por *T. cruzi* na forma indeterminada variava de 856.197 a 2.014.580 pessoas

No Brasil, em relação ao contexto epidemiológico dos eventos de doença de Chagas aguda por transmissão oral, a maior parte dos casos foi relatada na Amazônia em surtos de contextos familiares ou multifamiliares (COURA, VIÑAS, JUNQUEIRA, 2014; COURA, 2015). Na região Extra-amazônica poucos eventos foram bem investigados, em geral relacionados à cana-de-açúcar, o provável alimento veiculador na transmissão destes casos (DIAS, AMATO NETO, 2011).

Revisão recente sobre o tema identificou registros de surtos ou microepidemias no Brasil, nos estados do Rio Grande do Sul, Pará, Paraíba, Santa Catarina, Bahia e Ceará. Outros países com registros incluíam Venezuela e Colômbia (SHIKANAI-YASUDA MA, CARVALHO, 2012). O Ministério da Saúde do Brasil contabilizou 112 surtos no território nacional entre 2005 e 2013, envolvendo em sua totalidade 35 municípios da Região Amazônica.

A fonte provável de infecção foi a ingestão de alimentos contaminados com *T. cruzi*, entre eles: açaí, bacaba, jaci (coquinho), caldo de cana e palmito de babaçu. A maioria dos surtos ocorreu nos estados do Pará, 75,9% (85 surtos) e Amapá, 12,5% (14 surtos) e, em menor proporção, nos estados do Amazonas, 4,5% (5 surtos), Tocantins, 1,8% (2 surtos) e Bahia, 1,8% (2 surtos) (BRASIL, 2015).

Segundo Dias, et. al., (2016) as ações de vigilância epidemiológica da doença de Chagas no Brasil têm os seguintes objetivos principais:

Detectar precocemente casos de doença de Chagas aguda, com vistas ao tratamento oportuno dos casos diagnosticados bem como à aplicação de medidas de prevenção de ocorrência de novos casos; proceder à investigação epidemiológica de todos os casos agudos, visando identificar a forma de transmissão e, conseqüentemente, adotar medidas adequadas de controle; monitorar a infecção por *T. cruzi* na população humana, por meio de inquéritos sorológicos periódicos em populações estratégicas, bem como por meio da análise nacional do processo de triagem de candidatos à doação de sangue em hemocentros; monitorar o perfil de morbimortalidade da doença de Chagas no país, delineando cenários para fortalecimento da rede de atenção à saúde

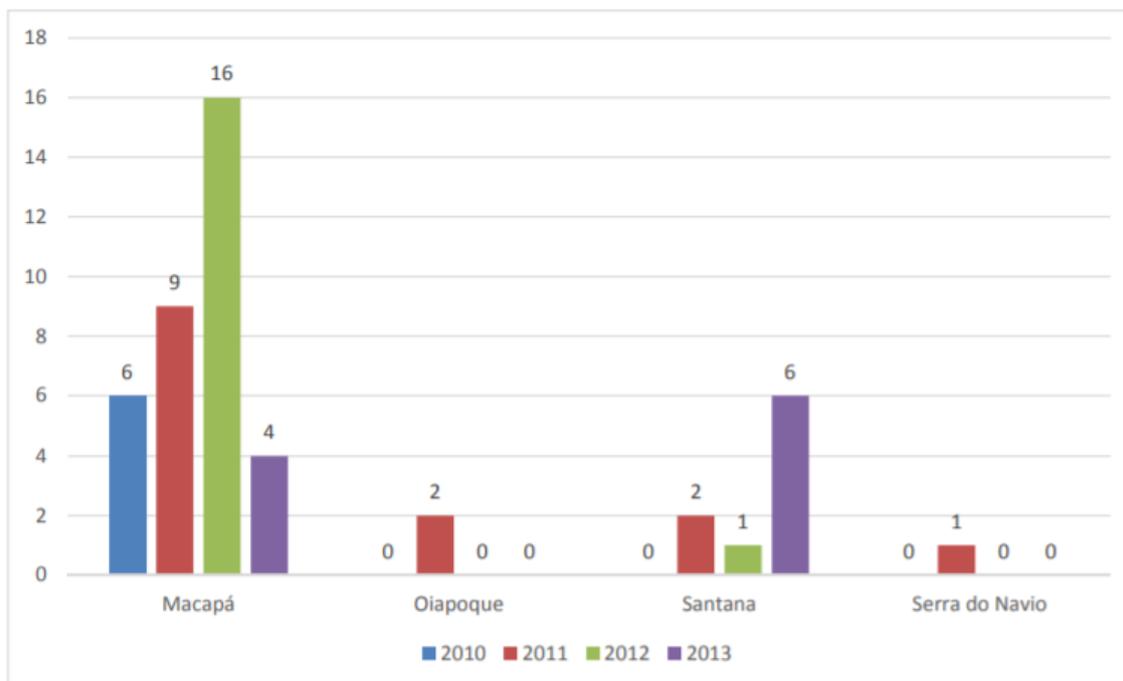
às pessoas infectadas; manter eliminada a transmissão vetorial por *T. infestans* e sob monitoramento/controlar as outras espécies importantes na transmissão humana da doença; e incorporar ações de vigilância sanitária, ambiental, de vetores e reservatórios de forma integrada com as ações de vigilância epidemiológica (DIAS, et. al., 2016).

No Brasil, o SUS se baseia em valores centrais e princípios básicos da sociedade, como universalidade, equidade, integridade, participação e controle social, que devem estar na base das políticas e planos de interesse público. O país é uma das principais áreas endêmicas da doença de Chagas no mundo, sob diversas condições de prevenção e controle extremamente complexos. Devido à alta morbimortalidade associada à doença de Chagas e sua relativa "discrição" social, o governo tem a responsabilidade de garantir sua prioridade de saúde pública e de mobilizar os recursos e capacidades necessários em conjunto com outros governos ou organizações não governamentais. Deve enfrentar e fortalecer o papel da atenção primária no sistema nacional de saúde.

Com base na atenção básica, as ações de vigilância à saúde da doença de Chagas devem seguir os seguintes princípios: regionalização, intersetorialidade, foco na população em vez da doença, composição de equipe multiprofissional e foco nas necessidades e expectativas da população. Finalmente, em busca de qualidade. Além dos casos agudos da doença de Chagas, a ampliação das medidas de vigilância epidemiológica e a integração das doenças crônicas devem ser contempladas nesta perspectiva, considerar estrategicamente esse ponto e ampliar o acesso à rede de atenção à saúde para o diagnóstico e tratamento oportuno da doença. Infecção e complicações potenciais da doença. O tratamento antiparasitário deve ser garantido em todas as indicações de uso, e novas opções de tratamento seguras e eficazes devem ser buscadas constantemente.

Especificando ainda mais a região brasileira, aborda-se também o estado do Amapá, no estudo de Santos e Pereira (2017), observou-se que a epidemiologia da doença de Chagas tem sido um fator preocupante no âmbito da saúde pública no Estado do Amapá, sendo que os dados apontam para a seguinte situação epidemiológica em relação aos casos confirmados de Doença de Chagas aguda por ano da notificação segundo município de residência: no município de Macapá os casos confirmados totalizaram no período estudado um número total de 47 casos diagnosticados da doença, no período de 2010 a 2013.

Gráfico 1 - Distribuição de casos de Chagas Agudo no Estado do Amapá no período de 2010 a 2013, por Município de Ocorrência.



Fonte: SINAN/CVS/SESA 03.06.2016 apud Santos e Pereira (2017).

O município de Serra do Navio registrou 01 caso neste período, com o menor número de ocorrências. Por outro lado, Macapá, com 35 e Santana com 09 casos apresentaram o maior número de registros representando 93,6% das ocorrências.

Pela análise das faixas etárias, no período analisado, o número de casos diagnosticados da doença de Chagas foi maior na faixa de 15 a 59 anos, correspondendo a 76,6% do total de registros, e o maior foi a faixa etária correspondente de 30 a 39 anos. Com anos, são 12 casos confirmados. Na faixa etária de menores de 01 e maiores de 80 anos, ocorre apenas 01 caso por caso, sendo a incidência a mais baixa.

No que se refere ao Amapá em particular, cabe destacar que a epidemiologia da doença de Chagas é uma realidade e requer ação imediata das secretarias estaduais e municipais de saúde, pois pela situação do município de residência, Chagas será diagnosticado após a notificação. Obviamente, Macapá e Santana são municípios do estado, e o estado apresenta a maior prevalência de doença de Chagas diagnosticada em 2010 e 2013 (SANTOS, PEREIRA, 2017).

Por outro lado, os casos anuais de “aparecimento” da doença de Chagas diagnosticados por faixa etária mostram que as pessoas mais acometidas pela doença de Chagas estão entre 15 e 59 anos, sendo a maior faixa etária entre 30 e 39 anos, então, leva a um declínio na qualidade de vida do grupo (SANTOS, PEREIRA, 2017).

O estudo de Santos e Pereira (2017) nos faz constatar que a epidemiologia da Doença de Chagas no Amapá é uma questão que a cada dia tem se tornado uma forma preocupação das autoridades públicas e da sociedade em geral, pois a transmissão da patologia pela via alimentar tem uma importância significativa na região amazônica, em especial no Estado do Amapá. Os resultados do estudo mostraram que a epidemiologia da doença de Chagas no Amapá foi causada por casos isolados nas duas maiores cidades do estado: Macapá e Santana (SANTOS, PEREIRA, 2017).

No estudo de Barroso-Monteiro et. al. (2011) no entanto, mostra que o Estado do Amapá entre os anos de 2005 e 2010 foram confirmados 116 casos de Doença de Chagas Aguda (DCA).

Considerando que são escassas as pesquisas relacionadas ao levantamento entomológico dos triatomíneos e à epidemiologia da doença de Chagas no estado de Amapá, inclusive com o surto da doença em 2008, com 34 casos confirmados, é necessário realizar pesquisas que visem identificar o vetor desta doença e avaliação da infestação do *Trypanosoma cruzi* para monitoramento entomológico permanente para controle da doença (MONTEIRO, 2012).

Além deste surto, a Divisão de Vigilância Epidemiológica Estadual confirmou dezesseis casos em 2009, doze em 2007, nove em 2006 e vinte e sete casos em 2005 no Estado do Amapá, totalizando 111 casos de 2005 a 2009. Em 2010, foram confirmados seis casos, que foram confirmados por exame sorológico e definido como diagnóstico final no que diz respeito ao modo de transmissão a transmissão oral, através da ingestão do suco de açaí in natura. Vale ressaltar que a ingestão de caça é uma realidade no Estado em grande parte da população.

Ainda segundo Monteiro (2012) uma análise em relação ao controle da doença de Chagas envolve vários aspectos e abordagens, a notificação obrigatória da ocorrência de casos da DCA em seres humanos justifica-se plenamente nos objetivos da consolidação da vigilância epidemiológica desta importante endemia latino-americana (BRASIL, 2004a). Até 1998, tinham sido descritos 17 episódios envolvendo 85 casos, sendo que a maioria ocorreu no Estado do Pará e os outros, no Amapá, Acre e Amazonas mais recentemente (OPAS, 2009) (ROJAS et al., 2005). No ano de 2007 o Brasil registrou a ocorrência de 155 casos confirmados, 131 casos em 2008 e 254 em 2009 (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de casos de Doença de Chagas por região do Brasil entre os anos de 2006 e 2010

Ano	Região										Total	
	Norte		Nordeste		Centro Oeste		Sudeste		Sul		N.A	%
	N.A*	%	N.A	%	N.A	%	N.A	%	N.A	%	N.A	%
2006	124	34,55	156	43,21	23	6,37	30	8,31	28	7,75	361	34,95
2007	151	97,42	3	1,59	1	0,64	-	-	-	-	155	15
2008	124	94,66	7	3,72	-	-	-	-	-	-	131	12,68
2009	248	97,64	1	0,53	5	1,96	-	-	-	-	254	24,59
2010	91	68,94	21	15,91	18	13,64	-	-	2	1,52	132	12,78
Total	738	71,45	188	18,2	47	4,55	30	2,9	30	2,9	1.033	100

*NA: Número absoluto Fonte: SINAN/NET, 2012.

Monteiro (2012) conclui que ao longo do ano de 2011 foram confirmados 14 (quatorze) casos de Doença de Chagas Aguda com registro de um óbito em decorrência desta enfermidade. Os municípios de Santana, Oiapoque e Serra do Navio (caso registrado de óbito) também apresentaram casos com classificação final de DCA através de exames sorológicos.

Embora muito conhecimento tenha sido adquirido em pesquisas ao redor do mundo desde sua descoberta, a doença de Chagas continua contando com o surgimento de casos agudos devido aos diversos modos de transmissão e ao comportamento adaptativo de seus portadores aos diversos ambientes ecológicos.

No Brasil, o aparecimento de casos novos reduz a cada ano, principalmente aqueles de transmissão vetorial, estando a região Norte com a concentração de mais casos nos últimos anos em decorrência da estabilização da transmissão oral através do suco de açaí in natura à população consumidora e do hábito de se alimentar de carne de caça.

Nesse contexto, o Estado do Amapá, apesar de possuir uma pequena população, possui papel importante no que diz respeito aos casos chagásicos ainda registrados no Brasil, pois a ocorrência de novos casos ocorre de maneira discreta, com poucos casos por ano, mas com notificações todos os anos.

CONCLUSÃO

A partir do exposto, se percebe que a Doença de Chagas ainda é um problema de saúde pública no Brasil, entre várias justificativas, podemos salientar sobre as dimensões continentais

do país, e isso acarreta intensificação de doenças que envolvem a vulnerabilidade social da população, nesse sentido, se nota que a região amazônica ainda é afetada no que se diz respeito aos casos chagásicos. Pois apesar de ocorrer de maneira discreta, ainda são notificados caso todos os anos. Portanto, é importante, o diagnóstico e tratamento imediato dos casos e seguimento prolongado de pacientes de forma referenciada deve ser reforçada nos focos de maior risco, proporcionando visibilidade de evoluções e metodologias de seguimentos clínicos bem delineados

REFERÊNCIAS

- BORGES E. C., PIRES H. H. R., BARBOSA S. E., NUNES C. M. S, PEREIRA M. H., ROMANHA A. J., et al. Genetic variability in Brazilian triatomines and the risk of domiciliation. *Mem Inst Oswaldo Cruz*. N. 1, v. 94, p. 371-373. 1999.
- BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Doença de Chagas aguda no Brasil: série histórica de 2000 a 2013. *Bol Epidemiol*. N, 21, v. 46, p. 1-9. 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Consenso Brasileiro em Doença de Chagas. *Rev Soc Bras Med Trop*. 2005;38 Supl 3:1-29.
- CHAGAS E. Summula dos conhecimentos actuaes sobre a Tripanosomiasis americana. *Mem Inst Oswaldo Cruz*. n. 3, v. 30, p. 387-416. 1935.
- COURA J. R., JUNQUEIRA A. C. V., BÓIA M. N., FERNANDES O., BONFANTE C., CAMPOS J. E., et al. Chagas disease in the brazilian amazon. IV. A new crosssectional study. *Rev Inst Med Trop São Paulo*. v. 44, p. 159-165, 2002.
- COURA J. R., VIÑAS P. A., JUNQUEIRA A. C. Ecoepidemiology, short history and control of Chagas disease in the endemic countries and the new challenge for nonendemic countries. *Mem Inst Oswaldo Cruz*. v. 109, n.7, p. 856-62. 2014.
- COURA J. R. The main sceneries of Chagas disease transmission. The vectors, blood and oral transmissions: a comprehensive review. *Mem Inst Oswaldo Cruz*. v. 110, n. 3, p. 277-282. 2015.
- DIAS J. C. P. AMATO NETO V. Prevenção referente às modalidades alternativas de transmissão do Trypanosoma cruzi no Brasil. *Rev Soc Bras Med Trop*. v. 44, p. 68-72. 2011.
- DIAS J. C. P. Human chagas disease and migration in the context of globalization: some particular aspects. *J Trop Med*. 2013.
- DIAS, J. C. P. II Consenso Brasileiro em Doença de Chagas, 2015. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília. 2016
- GONÇALVES T. C. M., OLIVEIRA E., DIAS L. S., ALMEIDA M. D., NOGUEIRA W. O., PIRES F. D. A. An investigation on the ecology of Triatoma vitticeps (Satal, 1859) and its possible role in the transmission Trypanosoma cruzi, in the locality of Triunfo, Santa Maria Madalena Municipal District, State of Rio de Janeiro, Brazil. *Mem Inst Oswaldo Cruz*. v. 93, p. 711-717. 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000/2060 e projeção da população das Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000/2030. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2013.

MENDES E. V. O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2012.

NEVES D. P. Parasitologia Humana. São Paulo:Atheneu; 2010.

REQUENA-MÉNDEZ A, ALDASORO E, LAZZARI E, SICURI E, BROWN M, MOORE DA, et al. Prevalence of Chagas disease in Latin-American migrants living in Europe: a systematic review and meta-analysis. PLoS Negl Trop Dis. 2015 Feb;9.

SANTOS, J. A. C. PEREIRA, F. C. S. EPIDEMIOLOGIA DA DOENÇA DE CHAGAS NO ESTADO DO AMAPÁ NO PERÍODO DE 2010 A 2013. Revista Ciência e Sociedade, n. 2, jan./jul., 2017.

SHIKANAI-YASUDA M. A, CARVALHO N. B. Oral transmission of Chagas disease. Clin Infect Dis. n. 6, v. 54. p. 845-852. 2012.

SILVEIRA A. C, SILVA G. R, PRATA A. O Inquérito de soroprevalência da infecção chagásica humana (1975- 1980). Rev Soc Bras Med Trop. v. 2, p. 33-39. 2011.

WESTPHALEN, E. V. N. BISUGO, M. C. ARAÚJO, M. F. L. Aspectos epidemiológicos e históricos do controle da doença de Chagas no Continente Americano. BEPA. n. 9, v. 105, p. 18-35. 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Chagas disease (American trypanosomiasis) [Internet]. Geneva: World Health Organization; 2015 [citado 2015 Nov 13]

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Sustaining the drive to overcome the global impact of neglected tropical diseases: second WHO report in neglected tropical diseases. Geneva: World Health Organization; 2013

CAPÍTULO 13

A IMPORTÂNCIA DOS ASPECTOS BÁSICOS DA PSICOMOTRICIDADE NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL – 02 A 12 ANOS

**Raimundo Hermann Tavares Ampuero
Ricardo Figueiredo Pinto**



A IMPORTÂNCIA DOS ASPECTOS BÁSICOS DA PSICOMOTRICIDADE NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL – 02 A 12 ANOS

Raimundo Hermann Tavares Ampuero
Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

O objetivo geral do artigo foi analisar a importância dos aspectos básicos da psicomotricidade no desenvolvimento infantil, entre 02 a 12 anos. Especificamente buscou-se conhecer a psicomotricidade em seus aspectos básicos e conhecer diferentes teorias sobre psicomotricidade e desenvolvimento infantil. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, utilizando o método descritivo, de enfoque qualitativo. Como resultado verificou-se a importância das teorias de Piaget, Wallon e Ajuriaguerra sobre a psicomotricidade, destacando no primeiro a formação de estruturas cognitivas desenvolvidas no período sensorio motor, valorizando o ato de brincar, sentir prazer ao agir e pensar. No segundo se destacou a relação entre afeto e emoção como fatores importantes para o desenvolvimento psicomotor; e no terceiro teórico demonstrou-se que o corpo e sua relação com o meio ambiente se desdobram em uma série de fatores importantes para a psicomotricidade, a partir do momento em que a criança toma consciência de seu próprio corpo. Conclui-se que para ocorrer uma educação interligada ao desenvolvimento da psicomotricidade nas crianças é importante conhecer seus aspectos básicos como coordenação motora ampla, coordenação motora fina, esquema corporal, lateralidade, orientação temporal, orientação espacial, aspectos estes que devem ser bem trabalhados na escola a fim de se obter um desenvolvimento pleno.

Palavras-chave: Psicomotricidade. Educação. Criança.

ABSTRACT

The general objective of the article was to analyze the importance of the basic aspects of psychomotricity in child development, between 02 and 12 years old. Specifically, we sought to know psychomotricity in its basic aspects and to know different theories about psychomotricity and child development. It was bibliographical research, using the descriptive method, with a qualitative approach. As a result, the importance of the theories of Piaget, Wallon and Ajuriaguerra on psychomotricity was verified, highlighting in the first one the formation of cognitive structures developed in the sensorimotor period, valuing the act of playing, feeling pleasure in acting and thinking. In the second, the relationship between affection and emotion was highlighted as important factors for psychomotor development; and in the third theoretician it was demonstrated that the body and its relationship with the environment unfold in a series of important factors for psychomotricity, from the moment the child becomes aware of his own body. It is concluded that for an education linked to the development of psychomotricity in children to occur, it is important to know its basic aspects such as broad motor skills, fine motor skills, body schema, laterality, temporal orientation, spatial orientation, aspects that should be well worked on at school in order to obtain full development.

Keywords: Psychomotricity. Education. Kid.

ABSTRACTO

El objetivo general del artículo fue analizar la importancia de los aspectos básicos de la psicomotricidad en el desarrollo infantil, entre los 02 y los 12 años. En concreto, se buscó conocer la psicomotricidad en sus aspectos básicos y conocer diferentes teorías sobre la psicomotricidad y el desarrollo infantil. Se trató de una investigación bibliográfica, utilizando el método descriptivo, con un enfoque cualitativo. Como resultado, se verificó la importancia

de las teorías de Piaget, Wallon y Ajuriaguerra sobre la psicomotricidad, destacando en la primera la formación de estructuras cognitivas desarrolladas en el período sensoriomotor, valorando el acto de jugar, sentir placer al actuar y pensar. En el segundo, se destacó la relación entre el afecto y la emoción como factores importantes para el desarrollo psicomotor; y en el tercer teórico se demostró que el cuerpo y su relación con el entorno se despliegan en una serie de factores importantes para la psicomotricidad, desde el momento en que el niño toma conciencia de su propio cuerpo. Se concluye que para que se produzca una educación vinculada al desarrollo de la psicomotricidad en los niños es importante conocer sus aspectos básicos como la motricidad amplia, la motricidad fina, el esquema corporal, la lateralidad, la orientación temporal, la orientación espacial, aspectos que deben estar bien trabajados en la escuela para obtener un desarrollo completo.

Palabras clave: Psicomotricidad. Educación. Niño.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda aspectos básicos da psicomotricidade no desenvolvimento infantil, destacando as diversas dimensões envolvidas na descoberta da criança nessa fase, buscando demonstrar a importância de cada dimensão envolvida no processo de descoberta do eu, do próprio corpo, e do corpo afetivo, cognitivo, perceptivo e sensorial da criança.

Por ser um tema de ampla magnitude, delimitou-se aprofundar-se nas fases da infância dos 2 aos 12 anos, com ênfase em três estudiosos do tema psicomotricidade e desenvolvimento infantil: Jean Piaget, Henry Wallon e Julian de Ajuriaguerra, destacando suas contribuições nessa temática.

Desse modo, parte-se da seguinte pergunta da pesquisa: como ocorrem os aspectos básicos da psicomotricidade no desenvolvimento infantil em crianças dos 02 a 12 anos?

Parte-se da ideia de que a criança em seus primeiros anos inicia diversos e diferentes processos de descobertas, começando por si mesma (tomando consciência do próprio corpo) e do mundo ao seu redor, sendo importante estabelecer uma relação associativa e de experiência ímpar envolvendo seu corpo e as percepções, sensações e noções de tempo e espaço.

Desse modo o objetivo geral do artigo foi analisar a importância dos aspectos básicos da psicomotricidade no desenvolvimento infantil, entre 02 a 12 anos. Especificamente buscou-se conhecer a psicomotricidade em seus aspectos básicos e conhecer diferentes teorias sobre psicomotricidade e desenvolvimento infantil.

Esse trabalho se mostra pertinente diante da necessidade cada vez mais aprofundarmos temas sobre educação infantil, considerando a importância de uma educação integral do indivíduo, de modo que ele seja capaz de ter uma vida plena e saudável. Mostra-se importante o tema para o pesquisador devido o desenvolvimento de suas atividades profissionais, para a comunidade, que pode usufruir de uma pesquisa importante para a educação infantil, e também se mostra valiosa para o campo acadêmico, por suas contribuições e adições ao tema.

Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, utilizando o método descritivo a partir da contribuição de diferentes autores, dando um enfoque qualitativo na análise dos dados levantados.

DESENVOLVIMENTO

PSICOMOTRICIDADE

O termo "psicomotricidade" apareceu a partir do discurso médico (mais precisamente neurológico), quando houve a necessidade de no início do século XIX, nomear as zonas do córtex cerebral situadas mais além das regiões motoras. A partir do desenvolvimento e das descobertas da neurofisiologia, constata-se que há diferentes disfunções graves sem que o cérebro esteja lesionado ou sem que a lesão esteja claramente localizada. Assim, foram descobertos distúrbios da atividade gestual. Foi justamente a partir da necessidade médica de encontrar uma área que explique certos fenômenos clínicos que se passou a chamar, pela primeira vez, o termo Psicomotricidade, em 1870. Logo se vê que as primeiras pesquisas que dão origem ao campo de estudo psicomotor têm um enfoque eminentemente neurológico (SBP, 2021).

A psicomotricidade tem papel importante na formação e estruturação do corpo humano e serve como incentivo da prática do movimento durante todas as etapas da vida de uma criança. Se seu desenvolvimento estiver aliado à prática do atletismo, com certeza terá boas oportunidades de se desenvolver de forma rápida e segura, a partir de exercícios que podem ser desenvolvidos desde as primeiras séries na escola. As atividades auxiliam as crianças a se divertirem, criar, interpretar e se relacionar com o mundo ao seu redor. Por essas vantagens obtidas a partir da prática da psicomotricidade, cada vez mais os educadores recomendam que jogos e brincadeiras possam estar fazendo parte no programa escolar, a começar pela Educação Infantil. Pela psicomotricidade a criança aprende a se relacionar através da ação, com seu meio ambiente e passa a ter consciência da relação entre corpo, mente, espírito, a natureza e a sociedade. Assim sendo a psicomotricidade está diretamente ligada à personalidade e à afetividade, uma vez que o ser humano utiliza seu corpo demonstrando o que sente (LIMA; BARBOSA, 2007).

O movimento do corpo humano se dá em função de um objetivo. Com uma intencionalidade e expressividade íntima, o movimento passa a ter um comportamento significativo. Daí é fundamental que as crianças passem por todas as etapas de seu desenvolvimento psicomotor. Atividades esportivas podem auxiliar no desenvolvimento

psicomotor da criança que está em fase de aprendizado e desenvolvimento de suas habilidades com o corpo.

Psicomotricidade é uma neurociência que transforma o pensamento em ato motor harmônico. É a sintonia fina que coordena e organiza as ações gerenciadas pelo cérebro e as manifesta em conhecimento e aprendizado. Psicomotricidade é a manifestação corporal do invisível de maneira visível. É uma ciência terapêutica adotada na Europa há mais de 60 anos, principalmente na França, que instituiu o primeiro curso universitário de Psicomotricidade em 1963 (ISPE-GAE, 2021, p.3).

Psicomotricidade, dessa forma, é caracterizada como uma concepção de movimento integrado e organizado a partir das experiências feitas pelo sujeito que vai revelar em sua ação o resultado de sua individualidade, linguagem e socialização (SBP, 2021).

A psicomotricidade está sendo entendida atualmente como a integração superior da motricidade, que resulta de uma relação inteligível entre a criança e o seu meio (FONSECA, *apud* LIMA; BARBOSA, 2007).

Por isso as atividades realizadas pela educação psicomotora com crianças devem incluir a base indispensável para seu desenvolvimento afetivo, psicológico e motor. Essa base é proporcionada a partir da inserção de jogos e atividades lúdicas que vão despertar a conscientização dos movimentos do corpo. Assim sendo, as práticas de atividades esportivas nas primeiras séries do ensino fundamental são importantes para que a criança desenvolva suas aptidões perceptivas, capazes de lhe auxiliar no ajustamento do seu comportamento psicomotor.

O controle mental da expressão motora da criança será conquistado mediante atividades que levem em conta seus níveis de maturação biológica. Assim sendo, a recreação direcionada pode proporcionar a aprendizagem das crianças em suas várias atividades esportivas, havendo um resultado positivo na conservação da saúde física e mental, bem como também influenciará no equilíbrio sócio afetivo.

A educação psicomotora deve ser trabalhada utilizando as funções motoras, perceptivas, afetivas e sócio motoras, que vão auxiliar a criança a explorar seu ambiente, passando por experiências reais, fundamentais ao seu desenvolvimento intelectual. Assim procedendo, ela fica mais apta a tomar consciência de si mesma e do mundo ao seu redor. As atividades do atletismo que devem ser realizadas podem ser capazes de favorecer a consolidação de hábitos, o desenvolvimento mental e corporal, proporcionar uma melhor aptidão física, gerar socialização, criatividade, habilidades capazes de contribuir efetivamente para a formação da personalidade da criança (LIMA; BARBOSA, 2007).

Elementos Básicos da Psicomotricidade

Coordenação Motora Global

Segundo Almeida (2010) a Coordenação Motora global é indicada a ser desenvolvida primeiramente no espaço infantil, quando são feitas atividades referentes à organização geral do ritmo, e percepções gerais da criança. Conforme Alves (2011) são trabalhados os grandes músculos, buscando o equilíbrio postural do sujeito, o qual depende de sensações proprioceptivas sinestésicas e labirínticas. O sujeito realiza movimentos e experimentação, a fim de se obter o seu eixo corporal, e se adapta a um equilíbrio cada vez melhor, passando a coordenar melhor seus movimentos, ter mais consciência de seu corpo e suas posturas.

Coordenação Motora Fina:

Nesse tipo de coordenação ocorrem trabalhos mais delicados, que serão feitos com a ajuda das mãos e dedos, especialmente os que tem grande importância entre mãos e olhos, e isso vai impactar em uma boa tonicidade muscular nos braços e pernas, podendo segurar um copo com água sem derrubar, pintar usando pouca força, pegar sem amassar folhas de papel, controlando de forma mais segura sua força (ALMEIDA 2010).

Segundo Rosa Neto (2002) a coordenação motora fina engloba a fase de movimento da mão, que logo pode passar para a do agarro e manipulação, estabelecendo um conjunto entre três elementos: objeto/olho/mão”.

Equilíbrio

O equilíbrio prevê diversas ações paradas (estáticas) e em movimento (dinâmicas), exigindo um esforço para se obter controle postural e melhoria da locomoção, quando no modo estático o sujeito precisa manter determinada postura em uma certa posição e de forma dinâmica conseguir manter o corpo em movimento, podendo executar consecutivas alterações em sua base de sustentação (MACHADO; NUNES, 2011).

Esquema corporal:

Por meio do corpo a criança começa a descobrir o mundo, sentir sensações e situações e a se expressar, percebe a si mesma e o que tem ao seu redor, sendo que quanto mais ela se desenvolve, e se o meio permitir, suas percepções se ampliam, ocorrendo um controle maior de seu corpo a partir da interiorização do que ela sente, passando a conhecer melhor seu corpo e a ampliar suas possibilidades de ação. O corpo se torna seu principal ponto de referência para conhecer e interagir com o que está ao seu redor (ALVES, 2007).

De acordo com Rosa Neto (2002) o esquema corporal é um momento que contribui para que haja uma organização das sensações referentes ao seu próprio corpo associando essas sensações com informações que vem do mundo exterior, o que contribui de forma essencial para o desenvolvimento da criança

Lateralidade:

Conforme Rosa Neto (2002, p. 23), a lateralidade ocorre quando se prefere usar uma das partes simétricas do corpo: ouvido, perna, mão, olho, portanto há a dominância um elemento de um lado do corpo em atitude a um ato motor, a fim de que a criança obtenha o desenvolvimento de sua lateralidade definitiva, sendo importante haver uma ação educativa a partir da organização de atividades motoras.

Porém, conforme Almeida (2010) toda criança tem o seu tempo e cabe ao professor trabalhar tranquilamente esse tempo, conhecendo-a melhor, até para perceber se ela é destra, havendo assim a predominância de seu lado dominante no decorrer de seu desenvolvimento, haja vista que está experimentando suas próprias condições internas, e precisa de auxílio nestas experiências.

Estruturação Espacial:

Tanto para a criança quanto para o adulto o espaço tem seus desafios e para se obter uma integração perfeita como ambiente, ele precisa ser dominado pelo sujeito, haja vista que são muitos os elementos: calçadas, escadas, paredes, janelas, casas, grades, entradas e saídas e na psicomotricidade ensinada na escola é preciso fazer com que o indivíduo saiba reconhecer, interferir e agir nesses espaços e obstáculos, sendo o primeiro passo a exploração da escola em seu espaço físico (ALMEIDA, 2010).

Segundo Meur e Staes (1991), a estruturação espacial orienta e estrutura o mundo exterior primeiro de maneira macro, depois micro, com objetos ou pessoas de forma estática ou em movimento. O corpo da criança vai tomando conhecimento da noção espacial e ganhando a percepção do mundo.

Estruturação Temporal

O desenvolvimento da noção de tempo pela criança é uma das tarefas mais difíceis e complicadas para ela assimilar, requer paciência, cuidado e esforço de pais e professores (ALMEIDA, 2010).

A noção e domínio de tempo ajudará a criança a construir o fio narrativo a partir do momento em que ela passa a ouvir histórias. Essa mesma noção a leva a desenvolver hábitos: tomar banho, almoçar, jantar dormir, acordar, ir à escola, além de outras atividades, essa adaptação não seja tão fácil para muitas crianças (ALMEIDA, 2010).

Para Machado e Nunes (2011), a noção temporal é mais difícil que a noção de espaço para a criança assimilar, pois é desenvolvida pela audição, e ainda tem o tempo rítmico, que é a cadência do individual, como a respiração, batimentos cardíacos... e o tempo cronológico do minuto, hora, dia, ontem, hoje, amanhã... e ainda o tempo subjetivo, referente ao seu lado afetivo.

Meur e Staes (1991) entendem que a estruturação temporal deve capacitar o sujeito a conhecer a sequência dos acontecimentos: antes, durante e após; do tempo dos intervalos, horas, minutos; ritmo (aceleração, freada); cadência rápida ou lenta; renovação cíclica de períodos: dias, semanas, meses, estações; noção de envelhecimento.

O DESENVOLVIMENTO HUMANO INFANTIL E PSICOMOTRICIDADE

O desenvolvimento humano está relacionado aos aspectos psicossociais, sendo um processo contínuo e gradual ocorrendo em todo o ciclo vital do sujeito, englobando os campos afetivo, social, cognitivo e motor. Desde quando nasce até a vida adulta, isto é, a idade em que todos estes aspectos atingem seu mais complexo grau de maturidade e estabilidade (BOCK *et. al.*, 2011, p. 97).

Dentre as diversas teorias existentes acerca do desenvolvimento humano na psicologia, destacam-se Jean Piaget, teórico interacionista que enfatizou em sua teoria o papel da interação entre o sujeito e o objeto físico no processo de aquisição do conhecimento. Já Henry Wallon concebeu a infância de forma integral a partir de uma psicogênese da pessoa completa (afetividade, cognição e motricidade). E Ajuriaguerra, espanhol que se formou em medicina na França, foi responsável pela redefinição do conceito de debilidade motora, considerando-a uma síndrome com próprias particularidades.

Os pressupostos desses três estudiosos são essenciais para que conheçamos como se realiza o processo de desenvolvimento humano infantil e sua psicomotricidade. Levando em consideração o desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor, elementos fundamentais para compreender não só a construção do conhecimento, assim como as relações interpessoais que criam os vínculos afetivos entre os seres humanos.

Jean Piaget

Jean Piaget foi biólogo, lógico e educador e exerceu suas atividades na clínica psiquiátrica de Breuler e na Sorbonne, onde adaptou os procedimentos de exame psiquiátrico, chegando ao seu método clínico de investigação (FIGUEIREDO; SILVA, 2003, p. 138).

Piaget criou um campo de estudos através da Psicologia Evolutiva denominada Epistemologia Genética, teoria que centraliza o conhecimento no desenvolvimento natural da criança. É uma ciência relativamente nova que formaliza processos lógicos e matemáticos. Ele verificou em seu estudo epistemológico como a estrutura cognitiva é construída, juntamente com o conhecimento neste processo. Ao longo de suas pesquisas, embora a ênfase não fosse nos aspectos psicológicos elaborou uma das teorias da Psicologia do Desenvolvimento mais importante para a educação.

Neste sentido, o processo de desenvolvimento biológico e social, permeia a infância e adolescência, portanto, torna-se um processo contínuo em estágios graduais de desenvolvimento cognitivo, sob a gênese da lógica e da inteligência. De acordo com a psicologia da educação, alguns pontos são fundamentais, sendo necessário compreender o real significado da infância, como se estrutura o pensamento, lógica e vida social da criança (PIAGET, 1985).

Desse modo, ele dividiu seus estudos em quatro estágios ou fases do desenvolvimento cognitivo. Segundo Piaget (1987), os estágios acontecem por meio de um equilíbrio progressivo, ou seja, passa-se de um estado de equilíbrio menor para outro de equilíbrio superior, dentro da escala contínua de desenvolvimento de estruturas mentais nas interações do indivíduo com o meio. Todo período é caracterizado pelo que a criança consegue realizar no estágio e na faixa etária, considerando-se que, apesar de sequenciais o ponto de início de uma e término de outro é determinado pela criança, devido ocorrência de fatores biológicos, sociais e educacionais. Em virtude disso, “todos os indivíduos passam por todas essas fases ou períodos (...). Portanto, a divisão nessas faixas etárias é uma referência, e não uma norma rígida (BOCK, 2011, p. 101).

Assim, Piaget define em quatro estágios, os quais as crianças evoluem mentalmente construindo seus conhecimentos, sendo eles:

- 1º Estágio Sensório – Motor (0 a 02 anos);
- 2º Estágio Pré – Operacional (02 a 07 anos);
- 3º Estágio das Operações Concretas (07 a 11/12 anos);
- 4º Estágio das Operações Formais (11/12 anos em diante).

Portanto, situaremos nossa abordagem com ênfase no segundo e no terceiro estágios de desenvolvimento infantil.

No 2º estágio pré-operatório (02 a 07 anos), uma das características mais importantes é o desenvolvimento da linguagem, no qual a esta passa a ser um caminho para construção do pensamento. Por meio dos esquemas a criança amplia seu conhecimento, sendo estruturada a função simbólica ou semiótica, ocorre quando ela consegue representar a imagem mentalmente mesmo na ausência desta.

A criança recorda lembranças e antecipa suas ações futuras, do sensório-motor torna-se esquemas de ação e representação ou simbólicos. Os processos de imitação, faz-de-conta e brincadeiras se evidenciam nesse estágio e são fundamentais para que a criança forme sua capacidade simbólica, através de signos que possibilita a elaboração de significados do mundo que a cerca. Nas atividades infantis as crianças agem conforme sua visão de mundo utilizando um sistema simbólico representando o seu ambiente. É o período no qual objetos assumem funções, como bonecas que se tornam filhas.

Tais brincadeiras permitem que elas manifestem o “pensamento egocêntrico”. Para Piaget, isso indica que a criança está centrada no “eu”, e limita-se a satisfação de seus próprios desejos. Esse fato remete que neste estágio não possuem a capacidade de empatia, ou seja, de se colocar no lugar do outro, portanto há uma ausência de consideração de pontos de vista das demais pessoas.

Segundo Piaget as noções do Eu e do Outro são construídas conjuntamente (LA TAILLE, 1992, p.16), sobretudo em um processo de socialização e diferenciação. O egocentrismo permanece de maneira desenvolvida, observa e percebe o mundo a partir de si, e apresenta dificuldade de formular pensamento conceitual voltado para seriação, sequência e classificação.

Ao passo que, nesse processo a linguagem se desenvolve com a maturação biológica das funções da fala, expressando com maior capacidade os pensamentos, dispondo de esquemas de ação internalizados, abstraídos e simbolizados, pois o sistema neurofisiológico está em fase de maturação ocorrendo a aquisição do objeto permanente, assegurando assim as aprendizagens básicas para operar no meio ambiente. Porém a noção de reversibilidade ainda não está estruturada, a capacidade de desfazer o raciocínio.

Existem várias características peculiares no estágio pré-operatório, depreende-se assim:

- a) **Raciocínio Transdutor:** Transfere o raciocínio e conclusões do particular para o geral, demonstra dificuldade na formação de conceitos (mamão verde faz mal, logo todo mamão verde faz mal).

- b) **Antropomorfismo:** Atribuições de características humanas a objetos, isto é, animais que falam, vão passear ou para escola.
- c) **Raciocínio Artificialista:** Atribuições de ações humanas a fenômenos naturais de origem artesanal ou divina, como a mãe que é quem manda chover, ou manda o trovão.
- d) **Animismo:** Característica que atribui vida a seres inanimados, a boneca que fala, sente dor, anda.
- e) **Realismo:** Valorização do intelecto que está internalizado, o que aprendeu ao invés do que vê, por exemplo, desenha uma figura humana com roupa e coloca umbigo.

Para Piaget, este é considerado um dos estágios mais importantes, pois nele se estruturam as funções e habilidades intelectuais, possibilitando que em seguida a criança trabalhe com operações lógicas.

No 3º Estágio das Operações Concretas (07 a 11/12 anos), o desenvolvimento cognitivo atribuído as construções lógicas, permeiam este momento do desenvolvimento, sendo que algumas características do período são: manipulação e/ou visualização de objetos de maneira concreta; capacidade de trabalhar com operações; conceito de número e estabelecimento de causa/efeito. Desenvolvendo também, a cooperação, autonomia e convicções de verdades estabelecidas.

Nesse estágio pode se perceber melhor os aspectos mencionados anteriormente, deixando-se o pensamento egocêntrico para se chegar à estruturação da razão. Por volta dos 7 anos, segundo Piaget, as operações concertas começam a ocorrer com as crianças, quando passam a utilizar operações mentais para resolver problemas reais de seu dia a dia, sendo capazes de usar de lógica (PAPALIA, 2006, p.365).

A criança passa a considerar os fatores envolvidos, podendo questionar, é quando ocorre a formação de uma estrutura coordenada do pensamento, onde ela passa a vivenciar o estágio das operações concretas (PIAGET, 1999),

Ocorre ainda uma tendência lúdica do pensamento, que marcou o estágio anterior, onde não se distinguia o real e o fantástico nas explicações da criança, será substituída, mas que a partir do terceiro estágio passará a ter atitude crítica. “Esse estágio é acompanhado por um estágio intermediário em que a descoberta intuitiva da resposta correta surge através de ensaio e erro” (PULASKI, 1980, p.72), e ela passa a aprender com o próprio erro.

Henry Wallon

Henry Wallon tornou-se médico, filósofo e posteriormente chegou à psicologia, viveu em um período turbulento nos âmbitos político e social. Participou das duas guerras mundiais, das revoluções socialistas, sendo influenciado pela dialética marxista devido ao período em que viveu, e após ter atuado como médico do exército francês interessou-se pela psicologia da criança, sobretudo pelos trabalhos que já havia desenvolvido com crianças portadoras de necessidades especiais.

Wallon preocupou-se com a educação e sociedade, estudou a inteligência e o desenvolvimento infantil, centrando suas análises na afetividade que foi a temática central de suas pesquisas, assim como na motricidade e foi o primeiro teórico a priorizar as emoções da criança levando sentimentos para sala de aula em um tripé de interação: social; biológico e psíquico. Pois, considerava recíproca a relação entre educação e psicologia à medida que a pedagogia se torna um campo de estudo da psicologia constrói conhecimentos sobre o desenvolvimento da infância fornecendo instrumentos para melhor e aprimorar a prática pedagógica. (LA TAILLE, 1992).

Wallon fala da emoção pelo prisma darwiniano, como um instrumento de sobrevivência da espécie, a começar pela pressão do choro junto à mãe. Ela fala disso como uma função biológica que expressa um dos traços da emoção mais contagiante e epidêmico. Essa função é que vai, segundo Wallon, fortalecer o primeiro vínculo entre os indivíduos e suprir a insuficiência da articulação cognitiva dos primeiros anos do novo ser. Essa capacidade orgânica das emoções é bem aprofundada por ele, que mais adiante prevê a influência da mediação cultural, ou seja, a social, que vai intermediar a transição entre o estado orgânico para a etapa cognitiva e racional. (LA TAILLE, 1992).

A consciência afetiva é a forma pela qual o psiquismo emerge da vida orgânica: corresponde à sua primeira manifestação. Pelo vínculo imediato que instaura com o ambiente social, ela garante o acesso no universo simbólico da cultura, elaborado e acumulado pelos homens ao longo da sua história. Dessa forma é ela que permitirá a tomada de posse dos instrumentos com os quais trabalha a atividade cognitiva. Neste sentido, ela lhe dá origem. (LA TAILLE, 1992, p. 85-86).

Assim sendo Wallon leciona que a afetividade vem primeiro, com função orgânica necessária, sendo depois incorporada a vida inteligente, sendo que ambas se se influenciam mutuamente por um logo período, alternando-se em preponderância, até que a afetividade deixa a atividade cognitiva se intensificar, assim que chega a maturação do indivíduo. O que não deixa de haver uma sucessão pendular entre períodos de afetividade e de domínio cognitivo.

Cada momento soma o que a fase anterior acumulou, sendo que a afetividade pode evoluir a partir de conquistas cognitivas e vice-versa (LA TAILLE, 1992).

Julian de Ajuriaguerra

Este autor delimitou transtornos psicomotores nas esferas neurológica e psiquiátrica, contribuindo de forma significativa para que a Psicomotricidade obtivesse mais especificidade e autonomia em seu campo de estudos, o que ajudou bastante nos estudos da evolução psicomotora.

A atenção de Ajuriaguerra centrou-se no desenvolvimento da criança, especialmente na relação do corpo com o meio, já que acreditava ocorrer sua evolução pela conscientização das partes de seu corpo como uma unidade basilar para o desenvolvimento mental, afetivo e motor. Ele considerava que a organização e construção da personalidade vão sendo construídas a partir das experiências corporais vividas pela criança (COSTALLAT, 2002).

Nos estudos de Ajuriaguerra o corpo não seria um simples instrumento usado uma ação, mas o canal de comunicação com o meio social, sendo que a criança se desenvolve tendo a consciência sobre seu corpo, expressando sentimentos, necessidades e emoções.

Conforme Ajuriaguerra (1981 apud FONSECA, 2008, p.104):

[...] a evolução da criança é sinônimo de consciencialização e de conhecimento cada vez mais profundos do seu corpo, ou seja, do seu eu total. É com o corpo, diz-nos este autor, que a criança elabora todas as suas experiências vitais e organiza a sua personalidade única, total e evolutiva [...].

Foi Ajuriaguerra quem introduziu o conceito de “Somatognosia” (reconhecimento do corpo), sendo dessa forma que a ocorre a tomada de consciência do corpo pela criança, nas suas diferentes partes, ligadas e inter-relacionadas, contribuindo com a evolução dos movimentos intencionais do corpo como realidade vivida e convivida (FONSECA, 2008).

Outra contribuição importante de Ajuriaguerra na concepção da conscientização do corpo que teve algum membro amputado, e mesmo assim a ainda pode ocorrer a consciência da totalidade do corpo, o que ele define como membro fantasma, tipo um resíduo sinestésico anatomicamente ausente (FONSECA, 2008).

Outra contribuição teórica de conscientização do corpo é a apraxia, entendida como coordenação normal dos movimentos, mas a criança apresenta desordem neurológica, o que causa a perda da habilidade em executar movimentos, constituindo-se em uma incapacidade de elaborar, controlar e executar ações propriamente ditas, já que o ato precisa de um plano e

uma programação por ser intencional, havendo a necessidade de uma planificação motora prévia (o que se aproxima da ideia de psicomotricidade), ocorrendo uma execução programada (FONSECA, 2008).

Sobre a organização psicomotora Ajuriaguerra apresenta três fases. A primeira e a organização psicomotora de base, onde se destaca a função postural, sendo que o recém-nascido desenvolve elementos fisiológicos e sensoriais manifestados por meio de reflexos, como uma “memória da espécie”. A segunda fase é a da organização da planificação motora (somatognosia), em que incorpora vivências, experiências e de motricidade já ajustada à dimensão de tempo e espaço: não de forma intuição somente, mas com movimentos autorregulados, havendo a coordenação de informações interiores e exteriores, criando movimentos intencionais e de ordem social. Na terceira fase ocorre a automatização, quando ocorrem as automatizações das práticas motoras, gerando as competências necessárias para o desenvolvimento psicomotor da criança, tornando-se uma motricidade praxica, dotada de inteligência, possibilitando uma expressão corporal e motora mais segura e ajustada ao meio (FONSECA, 2008).

Psicomotricidade em Piaget, Wallon e Ajuriaguerra

A psicomotricidade para Piaget passa pela formação de estruturas cognitivas e se desenvolve no período sensorio motor, logo o ato de brincar, sentir prazer ao agir e pensar, e vai evoluindo conforme o desenvolvimento humano no binômio corpo e mente. Já Wallon se aprofundou na relação entre afeto e emoção como fatores importantes para o desenvolvimento psicomotor. E Ajuriaguerra coloca o corpo e sua relação com o meio ambiente como fatores importantes para a psicomotricidade, quando a criança toma consciência de seu próprio corpo.

Conforme Sousa (2004) Piaget contribuiu bastante para formular um corpo teórico sobre a psicomotricidade, aprofundando-se nas inter-relações entre motricidade e percepção, a partir da ampla experimentação, haja vista que para Piaget a motricidade influencia a inteligência, antes mesmo da aquisição da linguagem, considerando o resultado de uma experimentação motora integrada e interiorizada como processo de adaptação.

Wallon compreende que a consciência e o desenvolvimento integral da personalidade não estão separados das emoções, ocorrendo de forma paralela, sem o dualismo cartesiano, mas o corpo se expressado pelo no movimento e a mente se expressando pelo desenvolvimento intelectual e emocional do indivíduo (SOUSA (2004).

Julian de Ajuriaguerra, que liderou a escola de psicomotricidade, delimitou que transtornos psicomotores oscilam entre neurológico e o psiquiátrico utilizando técnicas

reeducativas, e define o movimento do corpo em suas concepções teóricas relacionado ao meio ambiente da criança. Considerando o diálogo corporal Ajuriaguerra concorda com Wallon sobre a experiência do corpo que se torna um resultado, já que compartilhava da ideia de que havia uma importância “neurológica do movimento humano e da gênese do corpo”. A criança ao evoluir ela toma consciência e conhece cada vez mais seu corpo, organizando sua personalidade.

Para Wallon (2010) sempre é a ação motriz que regula o surgimento e o desenvolvimento das formações mentais, por isso é importante o aspecto afetivo a base de qualquer tipo de comportamento, já que este autor acredita haver um diálogo corporal que serve de “prelúdio da comunicação verbal”, sendo importante haver essa correlação entre a motricidade, a afetividade e a inteligência, para que ocorra integralmente a evolução da criança.

Ajuriaguerra (1980) considera incompleto estudar a psicomotricidade somente a partir do aspecto motor, fazendo um estudo de um “homem motor”, isolando completamente a função motora, já que em seu entendimento a evolução sensório-motor da criança, ela descobre o mundo físico, assim também precisa da noção de distância entre ela e o objeto.

CONCLUSÃO

Neste estudo foi possível compreender diferentes noções de percepção e afetividade de crianças de 2 a 12 anos, compreendendo que a Psicomotricidade se mostra interligada à educação infantil.

Observou-se que para ocorrer uma educação que esteja interligada ao desenvolvimento da psicomotricidade nestas crianças, é importante conhecer seus aspectos básicos como coordenação motora ampla, coordenação motora fina, esquema corporal, lateralidade, orientação temporal, orientação espacial, aspectos estes que devem ser bem trabalhados na escola a fim de se obter um desenvolvimento pleno da criança.

Sabe-se que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil objetivam o respeito pela indissociabilidade entre as dimensões motora, afetiva, cognitiva, ética, estética, linguística, e sociocultural das crianças, de modo que se deve primar por uma educação que valorize o constante aprimoramento e renovação de conhecimentos, considerando que a educação infantil é a porta de entrada para um desenvolvimento global da criança, tendo portanto, fundamental importância até de maneira preventiva.

Também foi importante aproximar as teorias de Piaget, Wallon e Ajuriaguerra sobre a psicomotricidade, destacando no primeiro a formação de estruturas cognitivas desenvolvidas no período sensório motor, valorizando o ato de brincar, sentir prazer ao agir e pensar. No

segundo se destacou a relação entre afeto e emoção como fatores importantes para o desenvolvimento psicomotor; e no terceiro teórico demonstrou-se que o corpo e sua relação com o meio ambiente se desdobram em uma série de fatores importantes para a psicomotricidade, a partir do momento em que a criança toma consciência de seu próprio corpo.

REFERÊNCIAS

AJURIAGUERRA, J. de. Manual de psiquiatria infantil. Trad. De Paulo César Geraldos e Sonia R. Pacheco Alves. Rio de Janeiro. Editora Masson do Brasil Ltda, 1980 p. 22

ALMEIDA, Geraldo Peçanha. Teoria e prática em Psicomotricidade: jogos, atividades lúdicas, expressão corporal e brincadeiras infantis. Rio de Janeiro, RJ: Wak, 6ª Ed. 2010.

ALVES, Fátima. Psicomotricidade: corpo, ação e emoção. Rio de Janeiro, RJ: Wak, 2007.

ALVES, Fátima. Como aplicar a Psicomotricidade: uma atividade multidisciplinar com Amor e União. Rio de Janeiro, RJ: Wak, 4ª Ed. 2011.

BOCK, Ana mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. Editora saraiva, são Paulo, 2011.

MEUR, A. de; STAES, L. Psicomotricidade, Educação e Reeducação. São Paulo: Manole, 1991.

COSTALLAT, Dalila M.M. de. Exercícios psicomotores básicos de Educação Tônica para a otimização da aprendizagem formal da escrita. In: A psicomotricidade otimizando as relações humanas. São Paulo: Arte & Ciência, 2002. 2.ed. O.N.P. Ordem Nacional dos Psicomotricistas.

FIGUEIREDO, F., SILVA, M. (Orgs.). O caráter interdisciplinar da pesquisa: múltiplos olhares. Belém: UEPA, 2003.

FONSECA, Vitor da. Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ISPE-GAE. Instituto Superior de Psicomotricidade e Educação e Grupo de Atividades Especializadas. Disponível em: <http://www.ispegae-oipr.com.br>. Acessado em agosto de 2021.

LA TAILLE, Yves et al. Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão. SP, Summus, 1992.

LIMA, Aline de Souza & BARBOSA, Silvia Bastos. Psicomotricidade na educação infantil. Colégio Santa Rosa, 2007.

MACHADO, José Ricardo Martins; NUNES, Marcus Vinícius da Silva. 100 Jogos Psicomotores: Uma prática relacional na escola. Rio de Janeiro, RJ: Wak, 2ª Ed. 2011.

MEUR, A. de; STAES, L. Psicomotricidade, Educação e Reeducação. São Paulo: Manole, 1991.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento Humano. 8ªed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. Tradução: Maria Alice Magalhães D' Amorim e Paulo Sergio Lima Silva - 24ª Ed. Rio de Janeiro: FORENSE UNIVERSITARIA, 1999

PIAGET, Jean. Psicologia e Pedagogia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

PULASKI, Mary Ann Spencer. Compreendendo Piaget. Rio de Janeiro: LTC, 1980.

ROSA NETO, Francisco. Manual de Avaliação Motora; Porto Alegre – RS: Artmed S.A., 2002.

SOUSA, Deyse Campos de. Um pouco da história da psicomotricidade. 2004. Disponível em: <http://www.iprede.org.br/um%20pouco%20da%20historia%20da%20psicomotricidade.doc>. Acesso em: 28 ago. 2021

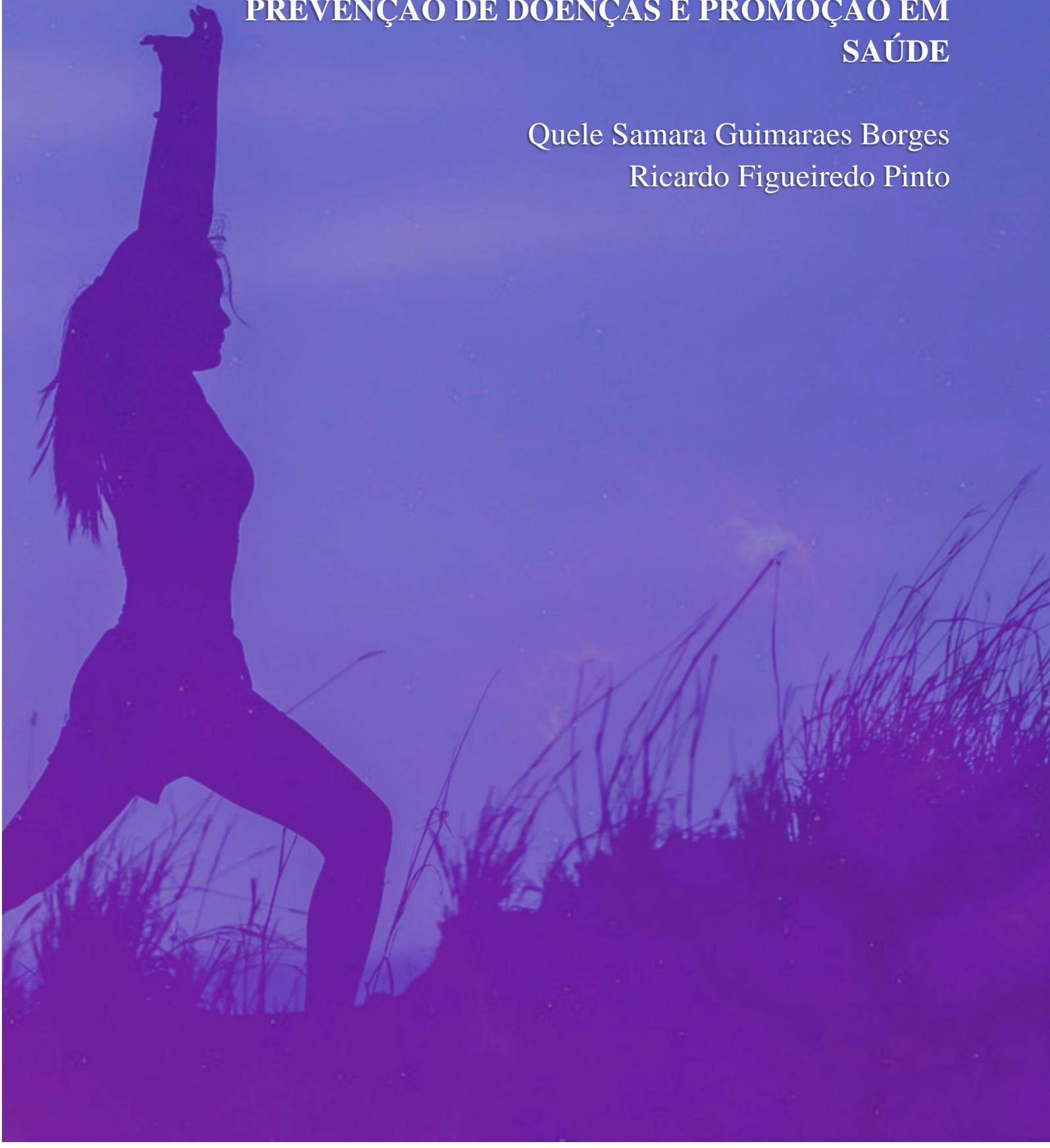
SBP. SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOMOTRICIDADE. Disponível em: www.psicomotricidade.com.br. Acesso em ago. 2021.

WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

CAPÍTULO 14

CARACTERIZAÇÃO DO SIGNIFICADO DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO EM SAÚDE

Quele Samara Guimaraes Borges
Ricardo Figueiredo Pinto



CARACTERIZAÇÃO DO SIGNIFICADO DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS E PROMOÇÃO EM SAÚDE

Quele Samara Guimaraes Borges
Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Este estudo bibliográfico teve como objetivo caracterizar o significado de prevenção de doença e promoção de saúde que possam interferir no nível de depressão e de qualidade de vida de praticantes de musculação na faixa etária de 16 a 60 anos de idade. Diante dos argumentos expostos podemos observar que o período de pandemia trouxe um ambiente favorável para o desenvolvimento de quadros depressivos e patologias afins, a pandemia chegou e tirou a todos da zona de conforto, incluído os praticantes de musculação que tiveram que se adaptar sua atividade física longe das academias no período restritivo e com isso provavelmente dando um novo significado a prevenção de doenças e promoção da saúde.

Palavras Chave: Promoção em Saúde, Prevenção em Saúde e Saúde Pública.

ABSTRACT

This bibliographical study aimed to characterize the meaning of disease prevention and health promotion that can interfere with the level of depression and quality of life of bodybuilders aged 16 to 60 years old. Given the above arguments, we can observe that the pandemic period brought a favorable environment for the development of depressive conditions and related pathologies, the pandemic arrived and took everyone out of their comfort zone, including bodybuilders who had to adapt to their physical activity away from gyms in the restrictive period and with it probably giving new meaning to disease prevention and health promotion.

Key Words: Health Promotion, Health Prevention and Public Health

RESUMEN

Este estudio bibliográfico tuvo como objetivo caracterizar el significado de la prevención de enfermedades y la promoción de la salud que pueden interferir con el nivel de depresión y la calidad de vida de los culturistas de 16 a 60 años. Dados los argumentos anteriores, podemos observar que el período pandémico trajo un ambiente propicio para el desarrollo de condiciones depresivas y patologías relacionadas, la pandemia llegó y sacó a todos de su zona de confort, incluidos los culturistas que debieron adaptarse a su actividad física alejados de gimnasios en el período restrictivo y con ello probablemente dando un nuevo significado a la prevención de enfermedades y la promoción de la salud.

Palabras clave: Promoción de la salud, Prevención de la salud y Salud pública.

INTRODUÇÃO

A pandemia por COVID-19 trouxe grandes repercussões no cotidiano da população mundial. Dentre as grandes mudanças na rotina das pessoas foram colocadas a necessidade de quarentena, isolamento social e distanciamento social. Tais medidas de controle foram usadas para reduzir os índices de contaminação impactando diretamente às opções de lazer e a saúde mental da população. Nesse contexto, observa-se a mudança em busca de adaptações para esse

momento atípico, às quais também dependem de condições sociais, culturais e psicológicas de cada pessoa.

A partir deste cenário e considerando os impactos da atividade física sobre aspectos sociais, econômicos e da saúde, seja sob a ótica fisiológica ou clínico-psicológica, com destaque, neste momento da pandemia, para seus efeitos sobre o sistema imunológico e sobre a saúde mental dos praticantes de musculação, tem-se como motivação de pesquisa, por meio de estudo bibliográfico caracterizar o significado de prevenção de doença e promoção de saúde que possam interferir no nível de depressão e de qualidade vida de praticantes de musculação na faixa etária de 16 a 60 anos de idade.

DESENVOLVIMENTO

PROMOÇÃO E PREVENÇÃO EM SAÚDE

Para iniciarmos nosso contexto precisamos abordar os conceitos de Promoção e Prevenção em Saúde e os benefícios pretendidos a serem alcançadas com a utilização dessas políticas.

A Promoção em Saúde (PS) é definida como a capacitação das pessoas e comunidades para modificarem os determinantes da saúde em benefício a própria qualidade de Vida, passou a ser discutida com mais intensidade a partir da Conferência Internacional sobre o tema em debate, que ocorreu em Ottawa, no Canadá, em 1986. Documento que se tornou referência para as demais Conferências Internacionais de Promoção da Saúde, promovidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), realizadas sucessivamente em Adelaide, 1988; Sundswall, 1991; Bogotá, 1992; Jacarta, 1997; México, 2000, Bangkok, 2005) assim como para as Conferências Mundiais realizadas pela UIPES (1991, 1995, 1998, 2001, 2004), sua III Conferência Regional Latino-Americana de Promoção da Saúde (São Paulo, 2002). A definição acima chama atenção para o almejado protagonismo das pessoas e a necessidade de que sejam “empoderadas”, isto é, desenvolvam a habilidade e o poder de atuar em benefício da própria qualidade de vida, enquanto sujeitos e/ou comunidades ativas.

Tal enfoque da Promoção em Saúde é complementado por uma proposta organizacional abrangente A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) já propusera uma definição em 1990, segundo a qual a Promoção da Saúde: é a soma das ações da população, dos serviços de saúde, das autoridades sanitárias e de outros setores sociais e produtivos, dirigidas ao desenvolvimento das melhores condições de saúde individual e coletiva.

Promoção em Saúde é uma combinação de ações planejadas do tipo educativo, político, legislativo ou organizacional em apoio aos hábitos de vida e condições favoráveis à saúde dos

indivíduos, grupos ou coletividades. Pressupõe que o setor saúde não dá conta da saúde em seu conceito ampliado de qualidade de vida, relacionada aos determinantes sociais, e deve necessariamente articular-se aos demais setores, como: educação, trabalho, economia, justiça, meio ambiente, transporte, lazer, produção e consumo de alimentos, além do acesso aos serviços de saúde, conforme consta, é importante lembrar, do Relatório da VIII Conferência Nacional de Saúde (1986), que subsidiou o Capítulo Saúde da Constituição Brasileira (1988) e a legislação pertinente ao Sistema Único de Saúde (Lei Nº 8080 de 19/9/1990).

A Promoção da Saúde, segundo a Carta de Ottawa, contempla 5 amplos campos de ação: implementação de políticas públicas saudáveis, criação de ambientes saudáveis, capacitação da comunidade, desenvolvimento de habilidades individuais e coletivas e reorientação de serviços de saúde. A especificidade da Promoção da Saúde repousa, pois, neste somatório de diversas atividades práticas para a realização dos objetivos de melhor saúde e qualidade de vida para todos. É importante ressaltar o eixo político da promoção da saúde, entendendo-a como uma política de saúde e um campo da saúde pública.

A Prevenção de Saúde surge no mesmo contexto da Promoção da Saúde, sendo um conjunto de atitudes que todos precisam tomar para evitar determinados acontecimentos. Ou seja, ela é uma precaução de alguns riscos.

Os Programas de Promoção e Prevenção de Saúde tem o mesmo objetivo: manter as pessoas saudáveis.

Assim, os programas de Prevenção de Saúde possuem o objetivo de capacitar e envolver as pessoas e as comunidades a terem um comportamento saudável, incentivando na mudança de hábitos para diminuir o risco de desenvolver doenças.

Enquanto os de Promoção em Saúde: permite que as pessoas aumentem o controle sobre sua própria saúde. Ela cobre uma ampla gama de intervenções sociais e ambientais que são projetadas para beneficiar e proteger a saúde e a qualidade de vida de cada pessoa, abordando e prevenindo as causas profundas da doença, não apenas focando no tratamento e na cura.

A promoção e a prevenção da saúde são parte da Política Nacional do SUS (2002), e são feitas por meio das ações do Ministério da Saúde. Assim, a promoção da saúde faz parte do Pacto em Defesa da Vida, que é uma política pública mais ampla, que informa e educa sobre as questões da saúde, destacando a promoção de atividades físicas, alimentação saudável bem como os cuidados voltados ao processo de envelhecimento.

Podemos afirmar que essas políticas da forma que foram desenvolvidas prevenção e promoção da saúde são muito importantes, suas ações em conjunto geram alguns benefícios como:

- Melhoria no estado de saúde das pessoas, famílias, comunidades, Estados e do país;
- Melhoria da qualidade de vida de todos;
- Redução as mortes prematuras.

Além disso, esses programas reduzem os custos, tanto financeiros quanto humanos, que seriam gastos para o tratamento médico. Ou seja, a prevenção é sempre a melhor forma de cuidar de sua saúde.

Mesmo com essa antecipação Mundial em relação a promoção e a prevenção a Saúde, todos fomos pegos de surpresa na Pandemia do COVID-19, as políticas desenvolvidas não estavam preparadas o suficiente para a criação de linhas de frente efetivas ao combate. Em tempos de Pandemia, vivemos uma verdadeira corrida para conseguirmos identificar como o vírus se propagava e se reproduzia. Na mesma velocidade que muitas pessoas adoeciam e perdiam suas vidas, sem o devido amparo na Saúde.

Nos adaptamos com ausência de tratamento específico e efetivo, bem como sem uma vacina para imunizar a população, medidas não farmacológicas como as relacionadas à higiene pessoal, uso de máscara e, principalmente, o distanciamento social, foi no ano de 2020 as melhores alternativas que surgiram para diminuir a propagação da doença, evitando que os sistemas de saúde entrassem em colapso. Destaca-se que algumas das medidas necessárias durante o *lockdown* instituído em muitos países foi o fechamento de clubes, ginásios e estúdios de prática esportiva. Consequentemente, é fato que o isolamento social levou a alteração de comportamentos e em mudanças psicológicas e fisiológicas, incluindo o aumento da prevalência de ansiedade, depressão, alcoolismo, tabagismo, sedentarismo e distúrbios alimentares como hiperfagia e alimentação compulsiva (WU, 2020)

Para os autores Inácio (2020) “tais alterações resultaram em consequências negativas para a população em geral, com possíveis problemas para a Saúde Pública a longo prazo, como o ganho ponderal, aumento do tecido adiposo, hiperglicemia, resistência insulínica e perda de tecido muscular”. Neste contexto, atreladas às indicações de distanciamento social pelas autoridades de saúde competentes, diversas práticas sociais e de saúde foram discutidas e recomendadas no contexto da pandemia (HOSSAIN; SULTANA; PUROHIT, 2020). Um dos discursos acionados de forma enfática foi a prática de atividade física, principalmente abordando seus potenciais benefícios relacionados à imunidade, doenças crônicas e saúde mental.

Em consonância com o fato de que a maioria das pessoas estavam em seus domicílios, em situação de distanciamento social, um dos formatos recorrentes de atividade física estavam

relacionadas a práticas mediadas por tecnologias, onde profissionais da área utilizaram redes e mídias sociais para comunicar sobre a importância desta, pois diversos locais de prática, como parques, praças e academias foram fechados no contexto da COVID-19 (INÁCIO, 2020)

A atividade física é essencial para o bem-estar físico e mental em tempos de novo Coronavírus. O estilo de vida sedentário é prejudicial para o sistema imunológico, ao passo que este reduz a possibilidade de infecção viral. Além disto, o sedentarismo aliado a uma alimentação inadequada favorece o ganho de peso, o aumento da pressão arterial, da glicose e lipídeos no sangue, o que aumenta o risco de doenças cardiovasculares e metabólicas, como a hipertensão e o diabetes (SMITH; FREEDMAN, 2020).

Tais enfermidades correspondem ao grupo de risco para a infecção por covid-19. Para isso Castillo (2020) diz que “dessa forma, embora as idas às academias e passeios aos parques públicos estejam proibidas em virtude do distanciamento social, é válido manter a prática de atividades em casa”. Para isso, há diversos canais de acesso nas redes sociais como o (Instagram, Facebook e Youtube) que contêm vídeos com profissionais de educação física com dicas, onde se tornou febre em tempos de isolamento, foi útil quando as medidas estavam restritivas e os profissionais educadores físicos puderam inovar para manter o desempenho de seus serviços e cuidar de seus alunos.

No atual contexto da pandemia, esse cenário pode ser ampliado se observarmos, de forma bastante pragmática, a já relativamente baixa participação em atividade física antes da pandemia, os limitados espaços disponíveis nas residências, bem como o desigual acesso à internet para aulas on-line e/ou ainda o restrito contato com professores e profissionais de Educação Física (INÁCIO, 2020). A atividade física pode ser definida como movimento corporal gerado em consequência da contração muscular resultando em gasto calórico, incluindo atividades realizadas durante o trabalho, brincar, realizar tarefas domésticas, viajar e se engajar em atividades recreativas (BALBINOTTI; CAPOZZOLI, 2008).

As atividades físicas moderadas e vigorosas podem melhorar a saúde. O exercício físico vem como uma subcategoria da atividade física, ele é planejado, estruturado e repetitivo. O exercício traz como resultado um aumento ou manutenção de um ou mais componentes da aptidão física (potência aeróbica ou aptidão cardiorrespiratória, endurece ou resistência muscular, força muscular, composição corporal e flexibilidade (MATSUDO; MATSUDO; BARROS NETO, 2001; OMS, 2020).

A atividade física está diretamente relacionada a alterações do comportamento psicológico, fisiológico e do sistema neuroendócrino. Tendo relação com o sistema imunológico, que é responsável pela defesa do nosso organismo contra microrganismos, através

do reconhecimento e eliminação dos mesmos (MARTINEZ; ALVAREZ-MON, 1999). A realização da atividade física vai articular a quantidade de substâncias que o sistema imunológico vai liberar para o corpo, tanto para mais quanto para menos e a relevância vai resultar de acordo com a intensidade e duração do exercício. Quando ocorre um treino de longa duração e de alta intensidade que podem provocar imunodepressão, relacionado a teoria da “janela aberta”, ou seja, quando é identificado uma depressão no sistema imunológico, o que deixa o organismo mais suscetível aos vírus e bactérias por um período de 3-72h (LIMA, 2020).

Porém, destaca-se que em exercícios de intensidade leve a moderada e com uma duração não tão extensa esse período de imunodepressão é bem mais curto, sendo muito benéfico para o corpo e mente principalmente para a população identificada como de maior risco, ou seja, que apresentam maior chance de desenvolvimento da condição grave da COVID-19 que são os idosos, diabéticos, hipertensos, asmáticos, entre outros. Por outro lado, a realização de um treino de forma controlada e com constância tem demonstrado uma melhora na função imune, oportunizando uma maior reatividade do organismo contra a doença, ou seja, que o organismo esteja mais preparado contra o COVID-19 (LIMA, 2020).

Segundo Turner e Campbell (2018) vale destacar ainda a ação dos exercícios físicos no sistema imunológico. É sugerido que a prática de exercício físico é capaz de fortalecer o sistema imunológico, inclusive diminuindo a incidência de doenças transmissíveis como as infecções virais (WU et al., 2020), tais como o novo Coronavírus (SARS-CoV-2), causador da COVID19. Os profissionais de educação física despertaram o interesse em aprofundar seus conhecimentos, nessas novas plataformas para poderem trabalhar com clientes que requer um pouco mais de cuidados por algum motivo.

A pandemia da COVID-19 tem gerado vários impactos com relação a mudança no estilo de vida dos seres humanos, ocasionando um aumento da inatividade e consequentemente gerando um número maior de indivíduos sedentários. Além do mais, é importante ressaltar que, devido as medidas de distanciamento social, como forma de frear o contágio do vírus, vários setores foram afetados, gerando mudanças na prestação dos serviços, e o mesmo aconteceu com o profissional de Educação Física.

Os profissionais passaram a lecionar aulas de forma remota, para os alunos que não podiam ir pessoalmente, nomeando-as de aulas virtuais, passaram a realizar o atendimento e acompanhamento das atividades físicas dos alunos de forma remota, adaptando os treinos a nova rotina e ambiente no qual aquele indivíduo iria estar inserido, com videoconferências e “lives” em redes sociais (SMITH; FREEDMAN, 2020). Dessa forma, a importância do hábito da prática de atividades físicas para a saúde continuou sendo preservada e evidenciada. Para os

professores, o grande desafio é a adaptação ao novo meio que requer mudanças na forma de produzir e repassar conteúdo. Para isso, necessita-se evoluir, utilizando essas novas ferramentas que facilitam a comunicação, para que possam manter suas aulas dinâmicas.

Quando o Colégio Americano de Medicina do Esporte, é recomendado a prática de exercício físicos para todos, sendo do grupo de risco ou não, com o objetivo de melhorar a função imunológica, diminuir ansiedade e o estresse percebido. Essa recomendação se estende a pessoas em distanciamento social que não estejam infectadas pelo SARS-CoV-2 e para pessoas que estejam infectadas, mas permanecem assintomáticas (JOY, 2020). Um dos desafios para as práticas de exercício físicos nesse tempo de pandemia é justamente estimular os praticantes a compreender que esse espaço tecnológico também é um espaço de construção de conhecimento coletivo.

Produzir conhecimento juntamente com os alunos dentro desse formato de aula à distância fazendo com que se envolvam com a atividade física e ao mesmo tempo estimular a prática de exercício. Como exemplo investirem em aulas online, podendo ser gravadas uma sequência de exercícios, explicando com exatidão a execução de cada movimento. Outra possibilidade é o atendimento em tempo real, no qual a orientação ocorre quando é feita a atividade (OLIVEIRA et al., 2020).

Durante a pandemia do COVID19 o treinamento online surgiu como uma alternativa para a prática de exercícios em qualquer local, o ambiente virtual está cada vez mais presente no dia a dia das pessoas, e durante o período de isolamento social os profissionais de Educação física podem levar o exercício a seus alunos a fim de manter os níveis de atividade física (JOY, 2020). O resultado da pesquisa demonstrou que houve pouca adesão do treinamento online com praticantes de academia, e o fato de não gostarem de usar celular durante o treino, bem como a necessidade de materiais e equipamentos específicos fez com que os alunos não tivessem motivação em continuar se exercitando.

A pandemia do COVID-19 parece ter grande impacto nos comportamentos de atividade física em todo o mundo obrigando as pessoas a permanecerem auto isoladas em suas casas por um período de tempo. Essas ações afetarão negativamente os comportamentos de atividade física das pessoas. Atualmente, o mundo vive com duas pandemias concomitantes (OLIVEIRA et al., 2020). Embora de natureza diferente, a pandemia da inatividade física / sedentarismo está presente na sociedade há alguns anos e torna-se mais ainda preocupante, tendo em vista que o COVID-19 está fazendo com que as pessoas se movimentem menos do que antes, estabelecendo o risco de uma piora da situação com a retomada da normalidade.

A interseção entre os riscos atuais de complicações de saúde e as taxas de mortalidade associadas ao COVID-19 e o estado atual de inatividade física e sedentarismo não pode ser ignorada. Assim sendo, a sociedade global precisa estabelecer esforços severos para que as pessoas pratiquem atividade física após o COVID-19, no mínimo absoluto, manter a linha de movimento que praticavam antes da pandemia (WU et al., 2020). Dessa forma, evitarão um possível ciclo vicioso em que padrões atuais e elevados de inatividade física e comportamentos sedentários piorem o impacto de futuras pandemias.

Sobre o impacto do COVID-19 em relação à inatividade física, saúde física e mental, os resultados apresentam um impacto negativo da inatividade física e sedentarismo durante e após a pandemia, com efeito maior nas populações de risco, principalmente os idosos. Wu (2020) também diz que “assim, é fundamental o empenho da sociedade mundial com reforços na divulgação, orientação e conscientização sobre a redução do comportamento sedentário durante o período de isolamento social” e a necessidade e importância da realização de exercícios físicos em casa. Visto que, mudanças nos comportamentos sedentários das pessoas durante a pandemia estão associados às mudanças na saúde física e mental, preparando a população para futuras pandemias (OLIVEIRA et al., 2020).

Esse capítulo se justifica pois permitiu a abordagem desse tema, onde leva em conta o fato de que existem muitas pessoas que estão acostumadas a praticar atividades físicas esporadicamente e que, em condições de isolamento, deixaram de ser possíveis por conta da aglomeração durante o exercício. Com isso, abriu-se o campo da necessidade de realização de atividades físicas a partir do domicílio, de maneira a permitir a continuidade da manutenção do corpo e da saúde, o que foi feito no período de medidas extremas de isolamento. Trouxe oportunidade e novas ferramentas de trabalho para o educador físico, onde ele pode conseguir orientar seus alunos no que diz respeito a sua qualidade de vida e evitar transtornos físicos, mental e social para os praticantes de exercício físico incluindo os que praticam musculação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desse trabalho foi identificar a saúde mental, o nível de depressão e a qualidade de vida dos praticantes de musculação na faixa etária de 16 a 60 anos de idade residentes no município de Macapá no período de Pandemia Covid-19.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), Saúde mental é um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade. Ainda segundo a (OMS), o Brasil é o país que apresenta maior prevalência de depressão na América Latina. É também o

país mais ansioso do mundo. E, para profissionais da psiquiatria, a solidão é reconhecida como um gatilho - um impulsor - de transtornos de humor.

Para cumprir a quarentena de maneira correta, o distanciamento social foi indicado por governos e instituições de saúde no mundo todo na cidade de Macapá não foi diferente, como uma das medidas para controle do contágio durante a Pandemia do COVID-19, bem como fechamento dos estabelecimentos não essenciais como academias, igrejas, bares, restaurantes dentre outros. No entanto, a solidão causada por essas restrições levantou outra preocupação: a saúde mental durante a pandemia.

O distanciamento social por longos períodos pode proporcionar sentimentos negativos, como: o aumento da ansiedade, em pessoas que possuem uma rotina diária fora de casa, como no caso o público estudado nessa revisão que seria os praticantes de atividades física (Musculação), apresentar também sentimentos depressivos, devido à distância forçada de parentes e amigos, a solidão, propagação exacerbada de notícias pelas mídias e estresse por conta do receio das pessoas em se infectarem ou transmitirem o vírus para os familiares e pela qualidade de sono reduzida (SMITH; FREEDMAN, 2020).

Ainda relativo a saúde mental pode concluir que diversos fatores são necessários para que ela seja considerada plena em um indivíduo e no ambiente estudado todos tiveram algum abalo em relação à segurança que sentiam em suas rotinas. Em meio a Pandemia do COVID - 19 tornou-se impossível manter a rotina do dito normal, notemos mudanças drásticas em relação as tarefas cotidianas, no ir e vir, visto que não tínhamos como saber quem estava doente ou quem seria assintomático. Todas essas incertezas e mudanças repentinas criaram um cenário mais que ideal para o aumento dos casos de depressão e ansiedade em todos.

Como já falado anteriormente, nossos alunos e nós professores tivemos que nos reinventar através das aulas online, pois como profissionais de Saúde sabemos dos benefícios que as práticas de atividades físicas oferecem aos praticantes. Como por exemplo podemos citar: ajuda a diminuir o estresse, combate ansiedade e depressão, aumento da sensação de bem-estar, aumento da resistência física e consequente aumento da imunidade.

Mesmo distantes fisicamente e sem saber quando retornaríamos, pudemos reforçar esse apoio usando a Tecnologia. Enfrentamos uma grande barreira pois o isolamento em casa contribuiu em muito para o desenvolvimento de hábitos que trazem mais risco a saúde como: o tabagismo, o alcoolismo, consumo de alimentos processados e horas a fio ligados a telas. Mediante a tantos medos gerados pela Pandemia do COVID-19, inevitavelmente nossos alunos também desenvolveram quadros de depressão e ansiedade.

Após a retomada das atividades de forma presencial, conseguimos notar uma nova formação em nossas turmas. Alunos anteriores retornaram de forma gradual conseguiram retomar de onde pararam, novos alunos surgiram com indicação de algum profissional qualificado como: psicólogos e psiquiatras para que as práticas esportivas os auxiliem a sair dos quadros depressivos em que se encontram. E ainda os que não voltaram, não conseguiram se adaptar novamente a rotina anterior pois desenvolveram quadros severos de depressão.

Acredito que deveriam ter sido desenvolvidas políticas educativas em relação as práticas esportivas dentro de casa no período da Pandemia do Covid-19. Orientação a todas as idades pois os benefícios são físicos e mentais são inegáveis. A premissa de Corpo são, mente são representa justamente esse equilíbrio, que pode ser alcançado utilizando como um de seus pilares as práticas esportivas.

REFERENCIAS

BALBINOTTI, Macedo Anderson; CAPOZZOLI, Cunha Julieta. Motivação à prática regular de atividade física: um estudo exploratório com praticantes em academias de ginástica. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 22(1), 63-80, ano 2008.

BRUNA, Maria Helena Varella. Depressão. Site Dráuzio Varella, 2019. Disponível em <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/depressao>. Acesso em 16 de nov. de 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde, Protocolo de Manejo Clínico para o Novo Coronavírus (2019-Cov2). Brasília (DF); 2020. Disponível em: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br>>. Acesso em 15 de nov de 2021.

CAMPBELL, Jocastro Lídia; TURNER, Juliano. Debunking the Myth of Exercise-Induced Immune Suppression: Redefining the Impact of Exercise on Immunological Health Across the Lifespan. *Frontiers in Immunology*, 9, 648, abr. 2018. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29713319/>>. Acesso em 11 de nov de 2021.

CASTILLO, Ana Regina GL et al. Transtornos de ansiedade. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, São Paulo, v. 22, supl. 2, p. 20-23, Dec. 2020.

GAGLIATO, Metias. (2020). Guia Preliminar como lidar com os aspectos Psicossociais e de Saúde mental referente ao surto de COVID – 19. Versão 1.5. Disponível em: <[https://interagencystandingcommittee.org/system/files/2020-](https://interagencystandingcommittee.org/system/files/2020-03/IASC%20Interim%20Briefing%20Note%20on%20COVID-19%20Outbreak%20Readiness%20and%20Response%20Operations%20-%20MHPSS%20Portuguese%29.pdf)

03/IASC Interim Briefing Note on COVID-19 Outbreak Readiness and Response Operations - MHPSS %28Portuguese%29.pdf]>. Acesso em 15 de nov de 2021

GALVAO, Teles Fernando; PANSANI Torres Sandro; HARRAD Diego. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiol Serv*

Saude [Internet]. 2015 [citado em 21 abr 2020]; 24(2). Disponível em: <<https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>>. Acesso em 15 de nov de 2021.

HOSSAIN, M. M.; SULTANA, A.; PUROHIT, N. Mental health outcomes of quarantine and isolation for infection prevention: A systematic umbrella review of the global evidence. *Epidemiology and Health*, v. 42, p. 1-11, 2020.

INÁCIO, Silveira, et al. *Ciênc. Saúde Coletiva*. V 25. Nov 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320202511.29072020>>. Acesso em 15 de nov de 2021.

LIMA, Cassiano Carlos, et al. The emotional impact of coronavirus 2019-Ncov (New Coronavirus Disease). *Psychiatry Research*, v. 287, p. 1-2, 2020a.

LIMA, Luiz Cezar Junior. Alimentação saudável e exercícios físicos em meio a pandemia da COVID-19. *Boletim de Conjuntura (boca)* ano II, vol. 3, n. 9, Boa Vista, 2020.

MATSUDO, Sandra Mahecha; MATSUDO, Victor Keihan Rodrigues; BARROS NETO, Turíbio Leite. Atividade física e envelhecimento: aspectos epidemiológicos. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 2-13, 2001. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-86922001000100002>>. Acesso em 28 de out de 2021.

MARTINEZ, Alfredo Córdova; ALVAREZ Melchor. O sistema imunológico (I): Conceitos gerais, adaptação ao exercício físico e implicações clínicas. *Rev Bras Med Esporte* vol.5 no.3 Niterói May/June 1999.

MENDES, Teles Cassandra, et al. Impacto psicológico e fatores associados à pandemia da COVID-19 e ao distanciamento social em Minas Gerais, Brasil: Estudo transversal. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 8, p. 1-12, 2021.

OLIVEIRA, Condes Ernesto, (2011). Currículo do curso de Educação Física. UFV.

Joy, Liz et al. (2020). Staying active during COVID-19. *American College of Sports Medicine*.

ORNELL, Feliepe, et al. “Pandemic fear” and COVID-19: mental health burden and strategies. *Brazilian Psychiatric Association*, v. 42, pag. 232-235, 2020.

PRESSMAN, Savio Vitela. et al. Loneliness, social network size, and immune response to influenza vaccination in college freshmen. *Health Psychology*, v. 24, n. 3, 2005.

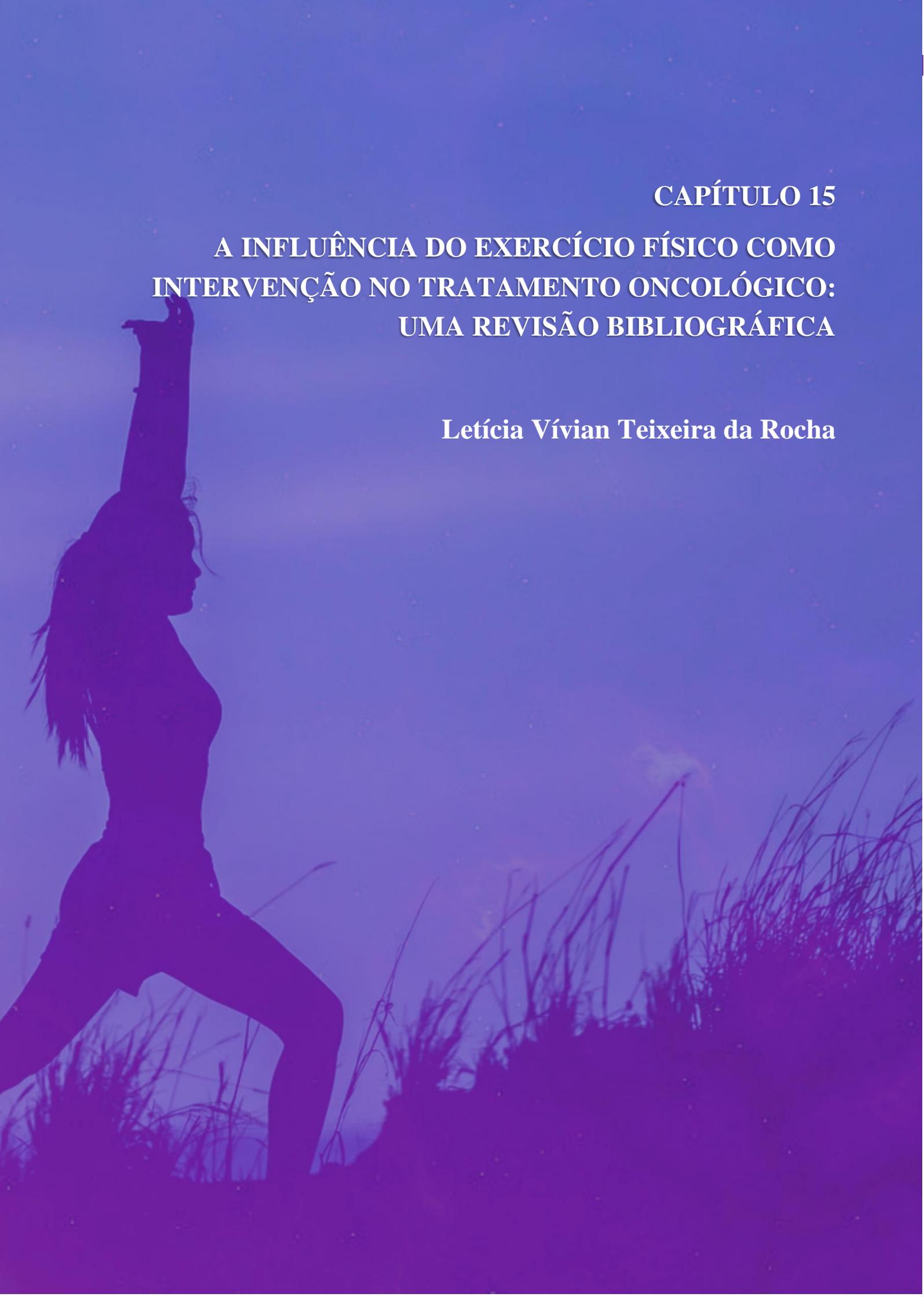
Promoção e prevenção de saúde: o que é, estratégias e exemplos. *Conexa Blog*, 2021. Disponível em : <https://www.conexasaude.com.br/blog/promocao-e-prevencao-de-saude/> . Acesso em 16 de nov de 2021.

SMITH, Andrade Walice; FREEDMAN, Damasceno. Olivia. Isolation, quarantine, social distancing and community containment: pivotal role for old style public health measures in the novel coronavirus (2019-nCoV) outbreak. *Jornal of Travel Medicine*, p. 1-4, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. (2020a). Coronavirus disease 2019 (COVID-19): situation report - 78. Geneva: Author. Disponível em: <http://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200407-sitrep-78-covid-19.pdf?sfvrsn=bc43e1b_2>.

Acesso em 15 de nov de 2021.

WU, yudi. et al. SARS-CoV-2 is an appropriate name for the new coronavirus. *The Lancet*, 395(10228), 949-50. Ano 2020. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30557-2/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30557-2/fulltext)>. Acesso em 10 nov de 2021.

The background of the entire page is a photograph. It shows a woman in profile, facing right, in a yoga pose (Warrior II). She is silhouetted against a bright, hazy sky at sunset or sunrise. Her right arm is raised vertically, and her left leg is extended forward. In the foreground, there are tall, thin blades of grass, also silhouetted against the light sky. The overall color palette is warm, with shades of orange, yellow, and light blue.

CAPÍTULO 15

**A INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO COMO
INTERVENÇÃO NO TRATAMENTO ONCOLÓGICO:
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Letícia Vívian Teixeira da Rocha

A INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO COMO INTERVENÇÃO NO TRATAMENTO ONCOLÓGICO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Letícia Vívian Teixeira da Rocha

RESUMO

A patologia do câncer surge por diversos motivos, pois a sua ligação é decorrente a questões de risco, como por exemplo: fatores genéticos, envelhecimento e estilos de vida. No que se diz respeito à obesidade, ingestão de álcool, tabagismo, alimentação desregulada, e bem como a falta de exercício físico. Nesta pesquisa bibliográfica, utilizou-se o Exercício Físico como estratégia de intervenção no tratamento oncológico. O objetivo deste estudo é mostrar como o Exercício Físico auxilia no tratamento de pacientes diagnosticados com o câncer. O método de pesquisa deste trabalho foi feito, através dos artigos de livre acesso e indexados nos bancos de dados do Google Acadêmico, Scielo e PubMed.

Palavras-chaves: Câncer. Exercício físico.

ABSTRACT

Cancer pathology arises for several reasons, as its connection is due to risk issues, such as: genetic factors, aging and lifestyles. With regard to obesity, alcohol intake, smoking, unregulated diet, and lack of physical exercise. In this bibliographical research, Physical Exercise was used as an intervention strategy in cancer treatment. The aim of this study is to show how physical exercise helps in the treatment of patients diagnosed with cancer. The research method of this work was done through free access articles and indexed in the databases of Academic Google, Scielo and PubMed.

Keywords: Cancer. Physical exercise.

RESUMEN

La patología del cáncer surge por varios motivos, ya que su conexión se debe a cuestiones de riesgo, como: factores genéticos, envejecimiento y estilos de vida. Respecto a la obesidad, el consumo de alcohol, el tabaquismo, la dieta no regulada y la falta de ejercicio físico. En esta investigación bibliográfica se utilizó el Ejercicio Físico como estrategia de intervención en el tratamiento del cáncer. El objetivo de este estudio es mostrar cómo el ejercicio físico ayuda en el tratamiento de pacientes diagnosticados de cáncer. El método de investigación de este trabajo se realizó a través de artículos de libre acceso e indexados en las bases de datos de Academic Google, Scielo y PubMed.

Palabras clave: Cáncer. Ejercicio físico.

INTRODUÇÃO

O processo de formação do câncer é quando o DNA de uma célula anormal é convertido por mutação. Dessa maneira, essa célula anormal cria uma cópia e começa a se multiplicar de forma anormal. Sendo assim, elas possuem peculiaridades de serem invasivas, fazendo com que essas mudanças se proliferem para outros tecidos adjacentes. Desse modo, as células se instalam em tecidos próximos, com o objetivo de serem levadas para outras partes do corpo humano (BRUNNER, 2008).

As células do câncer são apresentadas como neoplasias (termo usado para indicar o câncer) malignas. Elas se desenvolvem desorganizadas e não mantêm o propósito fisiológico.

Assim, o tecido de origem classifica tal crescimento da célula cancerígena como maligno ou benigno; essas divisões de tumores se diferenciam em vários traços de evolução celular, como: o método e a velocidade de desenvolvimento, os efeitos gerais, a capacidade de multiplicar ou disseminar e a competência de provocar óbito (BRUNNER, 2008).

O surgimento da patologia do câncer é ocasionado por diversos motivos, como fatores genéticos, envelhecimento, estilos de vida; também, no tocante à obesidade, ingestão de álcool, tabagismo, alimentação desregulada. Além disso, a falta de exercício físico. Neste último item, esta prática promove reduções importantes nas taxas de óbito nas pessoas (BRAY, 2018; BACURAU; ROSA e COSTA, 1997).

Seguindo essa linha de pensamento, um dos agentes de intervenção para o tratamento do câncer é o exercício físico, agindo na conservação do peso corporal total, na funcionalidade neuromuscular, podendo atenuar a fadiga e agir de maneira direta no bem-estar da pessoa, além de oferecer qualidade de vida aos pacientes praticantes (DE FARIA MOTA; DE MATTOS PIMENTA, 2002).

Dessa maneira, a finalidade dessa pesquisa é apresentar a Influência do Exercício Físico como uma estratégia de intervenção no tratamento de pessoas com o diagnóstico do câncer, tendo como embasamento teórico os estudos da literatura científica.

REFERENCIAL TEÓRICO

PREVALÊNCIA DO CÂNCER NO BRASIL E NO MUNDO

A patologia do câncer é considerada a segunda causa de morte no Brasil (ANDRADE; et al, 2019). Sem dúvida, esses dados geram no país um grande prejuízo, pois afeta assim a economia do território nacional e as várias exigências sociais, onde a pessoa falecida estava inserida (BANZATTO, 2016).

A doença do câncer é conhecida como um dos principais impasses de saúde pública no globo, de modo por causar grandes impactos de óbitos nos indivíduos no mundo, devido a questões como: transição demográfica, nutricional e epidemiológica na atualidade (ANDRADE; et al, 2019).

De acordo com uma pesquisa feita pelo INCA (Instituto Nacional do Câncer), o instituto que aponta a incidência do câncer no Brasil, que para cada ano do triênio 2020 a 2022, 625 mil casos novos da doença com grande ocorrência para o câncer de pele não melanoma com prevalência de 177 mil. Logo em seguida, pelos cânceres de próstata e mama com estimativa de 66 mil casos de ambos os sexos (DA SILVA-INCA, 2015).

Além disso, os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do ano de 2008 apresentaram que as prevalências das faixas etárias é entre 60 e 69 anos, 70 a 79 e 80 anos ou mais, foram de 1,93%, 3,11% e 3,57%, respectivamente da patologia vigente (BARROS, 2011).

Mundialmente, o câncer vem sinalizando seu desenvolvimento para próximas décadas, pois a projeção é feita de acordo com as transições demográficas e epidemiológicas. Contudo, esta patologia é causa de morte na maioria dos países do globo. Com isso, avalia-se que no ano de 2025, a doença do câncer evoluirá em 50%, por conta do envelhecimento populacional e ao desenvolvimento das condições de risco oriundo pelos maus hábitos e estilos de vida dos indivíduos (BRAY, 2018; MURPHY, 2017; DE REZENDE, 2019).

EXERCÍCIO FÍSICO E O CÂNCER

Na maioria dos tratamentos do câncer, tais metodologias geram efeitos colaterais, como por exemplo: a náusea, vômito, insônia, perda de cabelo e outros. O Exercício Físico sendo um dos tratamentos da doença de caráter não farmacológico, pois é visto como remédio para a melhoria da capacidade funcional do sistema imune em pacientes oncológicos. Com isso, o exercício influencia na intervenção do hospedeiro, contrapondo assim, a infecção tanto viral e cancerígena. Um dos resultados é o estímulo para uma ativação do sistema imunológico de maneira igual como ocorre em uma infecção leve (NAKANO; et al, 2018; ORTEGA, 1998).

Além disso, o exercício físico no período do tratamento pode ajudar na ação de mecanismos biológicos, elevar a quantidade de células Natural Killer (Células de defesa), as quais podem bloquear a formação de tumor. Tendo como resultado, a ação ativa do sistema imune no organismo deixará, possivelmente, o quadro clínico menos indefeso a outros patógenos. Entretanto, a falta da prática regular de exercícios compromete as atividades cotidianas, em função da perda da força, flexibilidade, resistência muscular e o declínio no tratamento do paciente oncológico (PEDROSO, 2005).

Para as pessoas que são sobreviventes do câncer ou aquelas submetidas a quimioterapia, radioterapia e pós-tratamento, o exercício físico é um forte aliado. Essa prática beneficia de modo positivo na qualidade de vida, melhora a composição corporal, aptidão física e reduz a fadiga, além de atuar no bom desempenho do estado de humor dos indivíduos, aumentando os hormônios corticosteroides (combatem na inflamação) e diminui as taxas de glicose e insulina (COURNEYA; et al, 2002; MCARDLE; KATCH e KATCH, 1998).

Dentro dessa linha de pensamento, as melhorias supracitadas podem ser esclarecidas por conta dos benefícios que o exercício físico proporciona aos distintos sistemas corporais,

entre eles, o sistema musculoesquelético, o qual terá evolução ao formar novas células saudáveis, decorrentes a uma troca de células saudáveis que morreram devido ao tratamento oncológico (BOTTARO; BATTAGLINI; BATTAGLINI, 2003).

Em relação ao sistema pulmonar, a melhoria no tocante ao volume pulmonar existe um menor trabalho respiratório, fazendo com que haja uma maior capacidade de trocas gasosas, por consequências das adaptações adquiridas pelo crescimento na capacidade da resistência aeróbia nos músculos respiratórios (BOTTARO; BATTAGLINI; BATTAGLINI, 2003).

O exercício físico oferece grandes mudanças positivas no metabolismo, transporte de oxigênio, balanço hídrico, na função do sistema nervoso central e periférico e cria um equilíbrio abrangente que conseqüentemente dará ao paciente oncológico um bem-estar completo (BOTTARO; BATTAGLINI; BATTAGLINI, 2003).

É válido ressaltar, que, o paciente que é praticante de exercício de resistência produz o aumento da imunidade, incluindo alterações no número de leucócitos circulantes, concentração de citocinas e algumas medidas da função celular, visto que essas alterações fisiológicas são prejudiciais à defesa do hospedeiro cancerígeno (HOLLOSZY; COYLE, 1984; KOCH, 2010).

Pode-se afirmar, também, que o programa de exercícios aeróbios feitos de maneira regular resultará no aumento da energia, tendo como consequência a atenuação da sensação fatigante, depressão e de tensão. Bem como melhora a socialização dos indivíduos, visto que a convivência com os pacientes tem os mesmos impasses encoraja no enfrentamento e tratamento da patologia do câncer (O'CONNOR; PUETZ, 2005; BURNHAM; WILCOX, 2002).

MÉTODOS

Foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico e qualitativa, visto que a sua finalidade é explicar em vários artigos os fenômenos que estarão sendo mostrados nesta revisão bibliográfica (GODOY, 1995). Os estudos pesquisados neste trabalho foram nos bancos de dados indexados no Google Acadêmico, Scielo e Pubmed. A justificativa da escolha destes bancos de dados foi serem referências abertas de literatura científicas mais relevantes sobre a temática proposta.

A pesquisa foi feita no período do mês de Outubro do dia 04 ao mês de Novembro do dia 02 de 2021, usando os descritivos em português e inglês e de livre acesso, com os seguintes descritores: Câncer, e Exercício Físico; bem como as palavras chaves em inglês e de livre acesso, foram: Cancer e Physical exercise. Foram selecionados artigos originais, bem como de referências que estavam adicionadas nos achados nas referências desses artigos.

Foram selecionados os artigos que fossem de caráter original, além disso, que

mencionassem, no título, os termos “Câncer” e “Exercício Físico”, e a termos que estivessem relacionados a estes. A menção desses termos no título foi critério delimitado na temática desta revisão bibliográfica.

Os artigos excluídos foram os que abordavam ser de revisão bibliográfica, resumos, bem como os que mencionavam o tratamento do câncer em outras áreas do conhecimento, e também do descritor Exercício Físico que estivesse relacionado à outra temática. Esta exclusão foi feita nas três bases de dados (VOLPATO, 2007).

Dessa forma, a partir destas etapas, foi realizada a análise dos artigos e a conversa entre autores para promover a relação entre os temas de ligação. Com isso, pôde ser observada, mediante o estudo, a ligação entre eles, a fim de que houvesse o respaldo a respeito da temática proposta nesta revisão bibliográfica.

ANÁLISE DOS BANCOS DE DADOS

Abaixo será descrito, por meio dos anexos as tabelas, na qual está detalhado como foi o procedimento da pesquisa nos seguintes bancos de dados: Saúde Mental (Tabela 1), Câncer (Tabela 2) Exercício Físico, respectivamente.

Tabela 1: Câncer/ Cancer

Banco de dados	Total dos Resultados	Resultados Excluídos	Resultados Selecionados
Google Acadêmico	356.000	355. 990	12
Scielo	18. 807	18. 805	2
Pubmed	4.475.424	4.475.423	1

Tabela 2: Exercício Físico/ Physical exercise

Banco de dados	Total dos Resultados	Resultados Excluídos	Resultados Selecionados
Google Acadêmico	1.290.000	1. 289. 996	7
Scielo	1. 464	1. 463	1
Pubmed	478.322	478.321	1

A partir da análise dos artigos citados na tabela acima, foi observado que:

- Foi analisada nos artigos uma relação entre eles nas duas tabelas (Câncer e Exercício Físico), visto que entre os artigos foram realizado, os efeitos

benéficos do Exercício Físico correlacionados ao tratamento oncológico desses indivíduos. No qual se pode citar os autores, por exemplo: De Faria Mota e De Mattos Pimenta (2002), Courneya et al (2002), Mcardle, Katch e Katch (1998) e Nakano et al (2018), onde afirmam que o Exercício Físico ajuda na recuperação dos pacientes acometidos pelo câncer, por este ser um agente que otimiza o sistema imunológico, diminui a sensação de fadiga, aumenta os hormônios que combatem na inflamação, dentre outros benefícios.

- A partir da análise dos trabalhos dos autores O'connor e Puetz (2005) e Burnham e Wilcox (2002) complementam-se nesses estudos, onde há um melhor desempenho do tratamento em pacientes com a doença do câncer, visto que falam que a prática do Exercício Físico promove no aumento da autoestima, na aptidão física, eleva do estado de humor dos pacientes, diminui a tensão e a depressão. Além disso, a socialização dessas pessoas melhorou, visto que a convivência dos pacientes com a dificuldade semelhante foi motivo de encorajamento, no que se diz respeito ao tratamento do câncer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo, o objetivo dessa pesquisa foi analisar as evidências na literatura científica no tocante ao tratamento do câncer, por intermédio do exercício físico. Desse modo, verificou-se que a influência do exercício físico é um método eficiente para tratar pacientes oncológicos, visto que a prática de exercícios físicos proporciona nos indivíduos benefícios, como: na autoestima, no sistema imunológico, no estado de humor, na aptidão física, bem como abrange uma melhora de todo o fisiológico dessas pessoas.

Um dos agentes que auxilia na promoção da saúde física do ser humano é o profissional de Educação Física, visto que essa pessoa é o responsável pela saúde do corpo. Assim, com a autorização médica para a procura desses especialistas em saúde física, procura-se ajuda no tratamento do câncer, promovendo, nessa configuração, uma melhor qualidade de vida.

Portanto, é possível observar nos achados da literatura científica pessoas que praticam exercícios físicos melhorando o tratamento do câncer, intensificando a progressão de recuperação do indivíduo. Isso nos mostra o quão benéfico são os exercícios físicos para pessoas que estão submetidas à patologia do câncer. Desse modo, é necessária a contínua

produção científica sobre esta temática, a fim de enriquecer o campo científico relacionado sobre a influência do Exercício Físico no tratamento oncológico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, João Vitor et al. Anos Potenciais de Vida Perdidos no Brasil na última década em decorrência do Câncer. ANAIS SIMPAC, v. 10, n. 1, 2019.

BACURAU, Reury Frank P.; ROSA, Luís Fernando B. Pereira COSTA. Efeitos do exercício sobre a incidência e desenvolvimento do câncer. Revista Paulista de Educação Física, v. 11, n. 2, p. 142-147, 1997.

BANZATTO, Sofia. Perfil de mortalidade no estado de São Paulo no período de 2003 a 2013: o indicador Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP) e causas básicas de óbito. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BARROS, Marilisa Berti de Azevedo. et al. Tendências das desigualdades sociais e demográficas na prevalência de doenças crônicas no Brasil, PNAD: 2003- 2008. Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, p. 3755-3768, 2011.

BOTTARO, Martim; BATTAGLINI, Claudio L.; BATTAGLINI, Becca. Os efeitos do exercício físico no câncer: uma revisão. Lecturas: Educación física y deportes, n. 57, pág. 21, 2003.

BRAY, Freddie et al. Estatísticas globais de câncer 2018: estimativas GLOBOCAN de incidência e mortalidade em todo o mundo para 36 cânceres em 185 países. CA: um jornal sobre câncer para médicos , v. 68, n. 6, pág. 394-424, 2018.

BRUNNER, Lillian Sholtisn; SUDDARTH, Doris Smith. Tratado de Enfermagem Médica-Cirúrgica. 11ª. Edição. 2008.

BURNHAM, Timothy R.; WILCOX, Anthony. Efeitos do exercício em variáveis fisiológicas e psicológicas em sobreviventes ao câncer. Medicine & Science in Sports & Exercise , 2002.

COURNEYA, Kerry S. et al. Correlatos de aderência e contaminação em um ensaio clínico randomizado e controlado de exercícios em sobreviventes de câncer: uma aplicação da teoria do comportamento planejado e o modelo de cinco fatores da personalidade. Annals of Behavioral Medicine , v. 24, n. 4, pág. 257-268, 2002.

DA SILVA-INCA, JOSÉ ALENCAR GOMES. Ministério da saúde instituto nacional de câncer josé alencar gomes da silva-inca. v. 25, 2015.

DE FARIA MOTA, Dálete Delalibera Corrêa; DE MATTOS PIMENTA, Cibele Andrucio. Fadiga em pacientes com câncer avançado: conceito, avaliação e intervenção. Revista brasileira de cancerologia, v. 48, n. 4, p. 577-583, 2002.

DE REZENDE, Leandro Fórniás Machado et al. Proporção de casos de câncer e mortes atribuíveis a fatores de risco de estilo de vida no Brasil. Epidemiológico câncer , v. 59, p. 148-157, 2019.

GODOY, A. S. A abordagem qualitativa oferece três diferentes possibilidades de se realizar pesquisa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

HOLLOSZY, John O.; COYLE, Edward F. Adaptações do músculo esquelético aos exercícios de resistência e suas consequências metabólicas. *Jornal de fisiologia aplicada*, v. 56, n. 4, pág. 831-838, 1984.

KOCH, Alexander J. Resposta imune ao exercício de resistência. *American Journal of Lifestyle Medicine*, v. 4, n. 3, pág. 244-252, 2010.

MCARDLE, WILLIAN D.; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. *Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano*. 4ª edição. Rio de Janeiro. Guanabara, Koogan, 1998.

MURPHY, Sherry L. et al. Óbitos: dados finais de 2015. 2017.

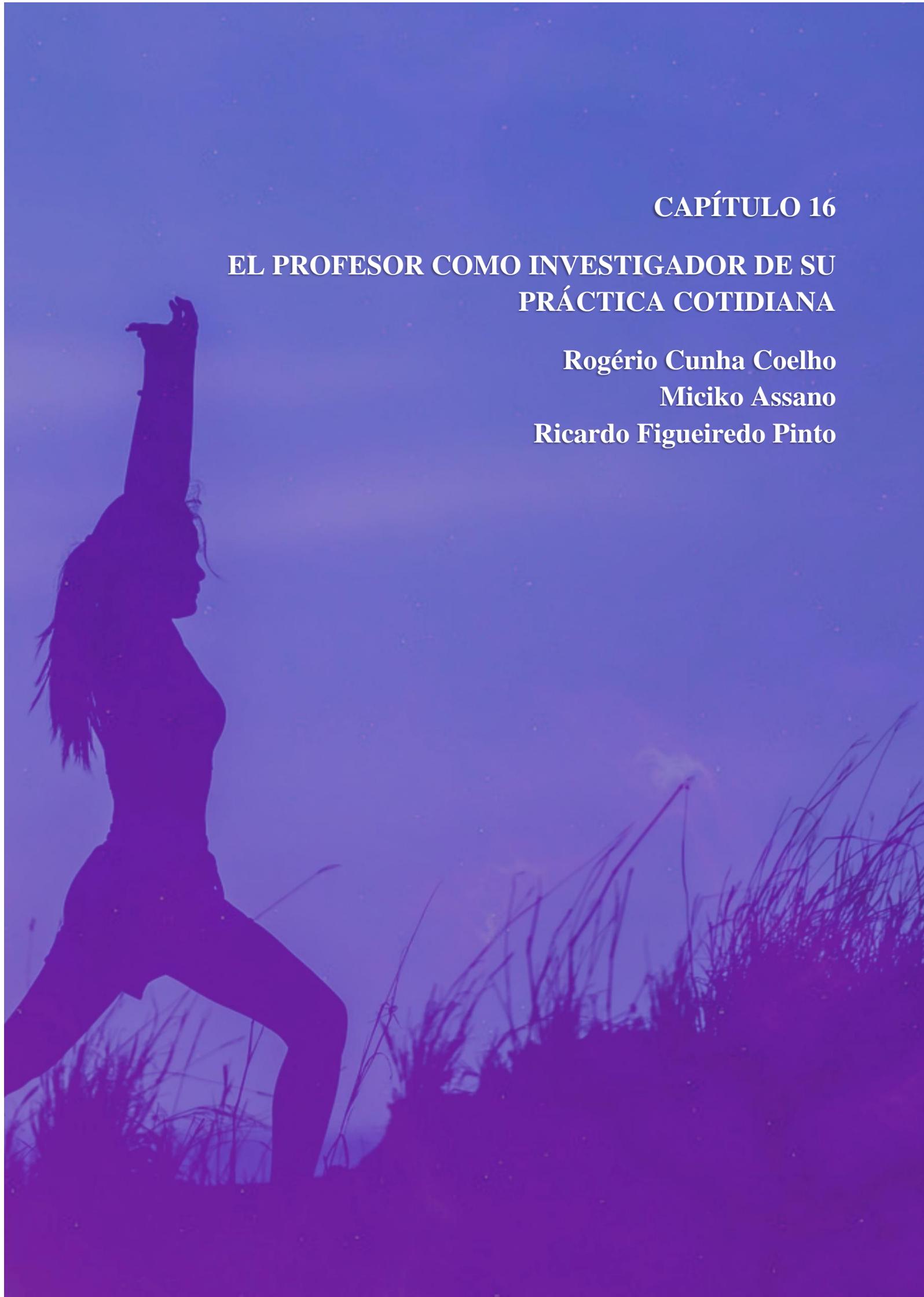
NAKANO, Jiro. et al. Effects of Aerobic and Resistance Exercises on Physical Symptoms in Cancer Patients: A Meta-analysis. *Integrative Cancer Therapies*, 2018.

O'CONNOR, PATRICK J.; PUETZ, Timothy W. Atividade física crônica e sensações de energia e fadiga. *Medicina e Ciência no Esporte e Exercício*, v. 37, n. 2, pág. 299-305, 2005.

ORTEGA, E. et al. A atividade física reduz o risco de câncer?. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, v. 4, p. 81-86, 1998.

PEDROSO, Wellington; ARAÚJO, Michel Barbosa; STEVANATO, Eliane. Atividade física na prevenção e reabilitação do câncer. *Motriz. Revista de Educação Física*. UNESP, p. 155-160, 2005.

VOLPATO, Gilson Luiz. Como escrever um artigo científico. *Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônoma*, v. 4, p. 97-115, 2007.

A silhouette of a woman in a dynamic pose against a blue sky with tall grass in the foreground. The woman is on the left side of the frame, with her right arm raised high and her left leg extended forward. The background is a clear blue sky with some light clouds. The foreground shows the tops of tall grasses.

CAPÍTULO 16

**EL PROFESOR COMO INVESTIGADOR DE SU
PRÁCTICA COTIDIANA**

**Rogério Cunha Coelho
Miciko Assano
Ricardo Figueiredo Pinto**

EL PROFESOR COMO INVESTIGADOR DE SU PRÁCTICA COTIDIANA

Rogério Cunha Coelho
Miciko Assano
Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

A cultura de investigação é baseada no conceito de ciências da educação, em que cada sala de aula é um laboratório e cada professor é um membro da comunidade científica. Formar professores universitários significa compreender a importância da docência e do aprofundamento das suas competências científicas e pedagógicas para que possam enfrentar os problemas básicos das universidades tidas como instituições sociais, porque o ensino como prática social significa formação ideológica, reflexão e crítica. É consenso que a qualidade do ensino é o objetivo da formação de professores e a razão de ser um bom professor. Portanto, cabe também a cada um de nós, o professor, propor a meta como projeto de carreira. A pesquisa constatou que o conceito de professor pesquisador está intimamente relacionado ao papel do professor. A qualidade do ensino depende da habilidade que o professor tem de adotar uma atitude de investigação perante a sua prática e de uma predisposição para examiná-la de forma crítica e sistemática.

Palavras-chave: Professor, investigação, atuação.

ABSTRACT

The research culture is based on the concept of the science of education, in which each classroom is a laboratory and each teacher is a member of the scientific community. Training university professors means understanding the importance of teaching and deepening their scientific and pedagogical skills so that they can face the basic problems of universities regarded as social institutions, because teaching as a social practice means ideological training, reflection and criticism. There is a consensus that the quality of teaching is the objective of teacher education and the reason for being a good teacher. Therefore, it is also up to each one of us, the teacher, to propose the goal as a career project. The research found that the concept of research teacher is closely related to the role of the teacher. The quality of teaching depends on the teacher's ability to adopt an investigative attitude towards their practice and on a willingness to examine it critically and systematically.

Keywords: Professor, investigation, performance.

RESUMEN

La cultura de la investigación se basa en el concepto de ciencia de la educación, en el que cada aula es un laboratorio y cada docente es un miembro de la comunidad científica. Formar profesores universitarios significa comprender la importancia de la docencia y profundizar sus competencias científicas y pedagógicas para que puedan afrontar los problemas básicos de las universidades consideradas como instituciones sociales, porque enseñar como práctica social significa formación ideológica, reflexión y crítica. Existe consenso en que la calidad de la enseñanza es el objetivo de la formación del profesorado y la razón de ser un buen profesor. Por tanto, también nos corresponde a cada uno de nosotros, el docente, proponer el objetivo como proyecto de carrera. La investigación encontró que el concepto de profesor investigador está estrechamente relacionado con el rol del profesor. La calidad de la enseñanza depende de la capacidad del profesor para adoptar una actitud investigadora hacia su práctica y de su voluntad de examinarla de forma crítica y sistemática.

Palabras clave: Profesor, investigación, actuación.

INTRODUCCIÓN

El profesor es un sujeto social, es parte de un tejido social, cultural e histórico que influye su forma de actuar y de pensar, como se puede observar en la aportación de Trindade (2000; p.9) “la formación docente es muchas veces marcada por un inculcar de prejuicios que seguramente colaboran para la producción de mayorías invisibles y silenciadas”.

El alumno ideal y la familia ideal son productos de la sociedad. Planear el cotidiano de ese alumno ideal – que supuestamente existe – es papel de la escuela. Sin llevar en cuenta su capital cultural, ya que se ignora y se niega la realidad en que el alumno está inserto.

Según Paulo Freire, (1992, p.35) “la sensación de lo inacabado debe hacer parte de la rutina del profesor”.

De acuerdo con Moreno et al (1999), lo más arduo es lograr desprenderse de los viejos conocimientos que adquirir los nuevos.

“Abandonar una idea supone renunciar a una parte de nuestro pensamiento de aquél que consideramos verdad durante mucho tiempo y dejarse fascinar por lo insólito. Es en esta capacidad de fascinación que reside el germen del progreso”. (MORENO et al 1999).

En el proceso de investigación para la realización de este trabajo, nos deparamos con el texto de Alessandra Arce (2001), “*Compre o Kit Neoliberal para a Educação Infantil e Ganhe Grátis os Dez Passos para se tornar um Professor Reflexivo*”. Identificamos en dicho texto muchos puntos que nos angustian en nuestra práctica docente cotidiana.

El profesor como investigador en la escuela

El origen de la denominación profesor-investigador, según Serrazina & Oliveira (sf), se halla en los años 60 y se asocia normalmente a Stenhouse, aunque la idea de profesor como investigador de su acción remonte a los años 30.

Stenhouse, en 1975, usa la expresión profesores como investigadores para describir los profesores que desarrollan su labor docente como prácticos a través de un abordaje reflexivo y de investigación sobre las actividades de su aula de clase.

Sin embargo, *profesor investigador*, puede que sea utilizado con diferentes sentidos. Val (2004), citando Chochrane-Smith y Lytle (1999), afirma que el término “se refiere a los enfoques de búsqueda práctica que involucren una forma de proceder sistemática, intencional y crítica, acerca de escuelas y programas.”

Para que la idea de profesor investigador sea mejor definida, es importante que se tenga la investigación-acción como un hecho.

Hay una diferencia sustancial entre investigación práctica e investigación formal. Clift, Veal y Jonson (1990), citados por Val (2004) define la investigación práctica como “un intento deliberado de reunir datos que puedan ofrecer intuiciones para la práctica profesional”. La investigación, llevada a cabo por los profesores, les ayuda a entender sus prácticas en sus respectivos contextos, allende ayudarlos a conocer su entorno laboral, incluyendo sus alumnos. La metodología estará de acuerdo con la necesidad que se presenta por azar. Por ejemplo, podrán usarse relatos, diálogos sobre la práctica educativa, observación, etc.

Sin embargo, la investigación formal contribuye a un conocimiento general de la educación, a un entendimiento de los procesos educativos, de los resultados, de los contextos y de las relaciones que se establecen entre ellos.

La búsqueda empírica (práctica) se lleva a cabo en el trabajo en aula del día a día, objetivando mejorar el proceso enseñanza-aprendizaje, mientras que la investigación formal contribuye al conocimiento base educación en cuanto práctica capaz de contribuir para la comunidad.

La idea inherente a la corriente que cree en la búsqueda práctica revaloriza las exigencias y complejidades en la enseñanza, lo que desagua en el reconocimiento del rol del profesor en el aula, valorando, pues, el papel del profesor en aula.

El profesor, por lo tanto, no puede ser mero observador, asistiendo todo, pacíficamente, solamente procesando datos, sin contribuir al proceso de investigación. Por ello, lo que se espera es la activa participación del profesor en lo que concierne al diseño, proceso, interpretación, elaboración del informe y aplicación de los resultados.

Aunque muchos docentes conocemos la realidad problemática de los centros educativos en los cuales actuamos es mister que ese conocimiento sea seleccionado, sistematizado, clasificado, discutido y divulgado. Ya que, en ese modelo, la enseñanza no está dissociada de la investigación, razón por la cual, las situaciones específicas, así como las necesidades de los alumnos, deben ser consideradas para la creación de un proyecto de investigación

A pesar de todos los aspectos positivos que cercan la idea de un profesor investigador, por medio de las múltiples lecturas echas para concretar el presente trabajo, nos dimos cuenta de que él no está libre críticas, siendo que las más fuertes al enfoque “el profesor como investigador” son de carácter epistemológico, una vez que el conocimiento absoluto de lo conocido o cierto es imposible.

El educador, en diálogo con sus alumnos, necesita transmitirles además de conocimientos, convicciones. El profesor-educador debe promover, en nuestra opinión, la convicción y la duda.

Para que eso suceda, es necesario que esté siempre actualizado en relación a las teorías, así como es imprescindible que esté atento a la realidad de los alumnos. Ésa es la condición para un escenario propicio para el profesor-investigador, aquél que produce y desarrolla una práctica reflexiva.

Sin salir del aula, el profesor puede ser un investigador: evalúa, investiga y si necesario, lo hace de nuevo.

La producción de prácticas educativas eficaces sólo surge de una reflexión de la experiencia. La reflexión es el punto de partida para que la práctica pedagógica sea revista, reformulada y, consecuentemente, la escuela pase a ser un lugar placentero para la enseñanza y el aprendizaje.

Para ello es necesario que el profesor se halle en constante aprendizaje, en constante formación. Sólo una reflexión sistemática y continuada es capaz de promover la dimensión formadora de la práctica educativa. Este pensamiento encuentra respaldo en Aoki (2005), según la cual “Stenhouse (1975) afirma que la enseñanza más eficaz está basada en investigación y descubrimientos”

El profesor-investigador necesita dejar de lado la postura autoritaria de dueño del saber. Él es la autoridad – lo que no se configura en autoritarismo – dentro del aula, pero debe llevar en cuenta la autonomía que debe ser conferida a sus alumnos.

Sabemos, por lo que observamos en nuestras rutinas como docentes que, a veces, dependiendo de la formación del profesor, resulta más difícil entender y aceptar esa nueva postura.

La nueva postura implica cambio de conceptos, el profesor deja de ser mero transmisor de conocimientos y contenidos previamente definidos; este nuevo docente es un sujeto que piensa y analiza críticamente su práctica.

Aoki (2005) afirma que “Stenhouse coloca que el profesor-investigador es capaz de elaborar el curriculum de la escuela y para ello es necesario un trabajo conjunto con los colegas, la comunidad, con los alumnos (cuando sea el caso)”.

Concordamos con Alessandra Arce (2001), a quien nos referimos en la introducción de este trabajo, cuando ella dice:

[...] que a formação de professores não pode se eximir de uma bagagem filosófica, histórica, social e política, além de uma sólida formação didático metodológica, visando formar um profissional capaz de teorizar sobre as relações entre educação e sociedade e aí sim como parte dessa análise teórica, refletir sobre sua prática, propor mudanças significativas na educação e contribuir para que os alunos tenham acesso à cultura resultante do processo de acumulação sócio-histórica pelo qual a humanidade tem passado. (p.267).

Creemos, sí, que el profesor debe estar siempre atento a su práctica e reflexionar sobre ella, pero necesita mucho más que eso. **Tiene que conocer, tiene que saber para poder enseñar a aprender.** La formación del profesor debe estar ligada a la cultura, a las artes plásticas, a la música, al teatro, a los museos, en fin, a muchas otras formas de expresión cultural.

Para la Didáctica de las Ciencias Experimentales, el profesor-investigador es uno de los ejes. Sin embargo, ésta es una realidad remota.

Según Juan Miguel Campanario, en su obra **La Enseñanza de las Ciencias en Preguntas y Respuestas**, un profesor para ser considerado investigador debe:

a) Aprender a **SER**: Entendemos que esto refleja el compromiso con una docencia de calidad.

b) Aprender a **APRENDER**: Interés por la formación continua y la adquisición de nuevos conocimientos y estrategias docentes.

c) Aprender a **EMPRENDER**:

- Afán por la experimentación didáctica como uno de los medios posibles de innovación docente.

- Actitud favorable a la investigación como medio para mejorar la docencia frente a la intuición propia como único recurso.

d) Aprender a **CONVIVIR**: Disposición para el trabajo en equipo. Tolerancia a la diversidad. Habilidad de relacionarse con las personas.

Para ilustrar la realidad más cercana, el referido autor se vale de la siguiente ilustración:



Ella refleja todo aquello que debe ser evitado por el profesor-investigador: el aislamiento, la falta de iniciativa, de perfeccionamiento, de actualización, una actitud acomodaticia encerrada en una falsa idea de “ya lo sé todo, no hay más lo que aprender, soy profesor, yo enseño, soy el dueño del saber, etc.

La investigación en el aula

Las situaciones de la vida grupal en la escuela son ideales para comenzar la tarea de reflexión y cambio actitudinal, para lograr en los alumnos un espíritu de apertura y de tolerancia.

La actividad de investigación en el aula como modelo metodológico sería un itinerario en el que desde los primeros niveles se favorezca un aprendizaje basado en actividades exploratorias, a partir de problemas prácticos que afecten a los niños y que conduzcan a acciones sobre los objetos.

Es bueno que, desde temprana edad, el niño vaya acercándose a la realidad enfrentándose desde los primeros cursos a la explicación de fenómenos sencillos a través de los que adquirirá una base para poder aproximarse más tarde a concepciones científicas cada vez más precisas.

En fases siguientes, conforme el maestro lo crea adecuado se iría introduciendo la metodología científica como forma de actividad, a la vez creativa y rigurosa que lleva a la duda de las certezas, que provoca hipótesis imaginativas, que contrasta, rechaza, elabora pequeñas teorías, establece leyes y en definitiva, forma, desarrolla el conocimiento y educa en el rigor científico.

No someterse a patrones o diseños formales es uno de los rasgos propios de la corriente de investigación del profesor en el aula.

En tanto proyecto institucional, el compromiso de enseñar los valores pertinentes compete a los docentes de todas las asignaturas y en todos los niveles.

CONSIDERACIONES FINALES

Cualquier metodología de investigación adoptada debe presentarse con doble sentido, dos puntos que en principio son distinguidos, pero hace falta que se apoyen un en el otro. Primeramente, el alumno como alguien que hace parte de una realidad y la construye con su propio conocimiento y, por lo tanto, está apto a ser un investigador en potencial de esta misma realidad. Otro punto, no menos importante, es la idea del profesor como investigador de todo lo que ocurre en el proceso de enseñanza y aprendizaje, llevando en cuenta las características, intereses y necesidades que se hacen presente.

El resultado obtenido de las dos vertientes investigadas deben ser el eje de un proceso metodológico que caracteriza el tramo investigativo. El profesor no puede perder de vista las variables que ocurren durante todo el proceso, pues tales datos van a determinar posibles cambios de ruta. Por lo tanto, será equivocado apoyarse en un *standar* metodológico, lo que provocaría la infidelidad de los resultados de su búsqueda.

El profesor hace parte del proceso social, debe, pues, estar consciente de lo que está fuera de las cuatro paredes del aula, relacionando sus tareas con lo que ocurre fuera del aula. Todo profesor es un docente y debería ser, a la vez, un investigador. Solo así se cualifica su quehacer, hallando instrumentos que pueden ayudar en resolver los problemas que ocurren.

La idealización del alumno es importante como un norte a seguir, pero no se puede esperar un ser perfecto, lo que existe es lo que hay, lo real, aunque la sociedad exija un modelo

ideal de alumno. Lo que la escuela debe saber es que toda subjetividad impide el estereotipo. El contexto cultural es implacable, no puede, jamás, ser ignorado.

REFERENCIA

AOKI, Selma de Oliveira G. Os desafios enfrentados na trajetória de uma professora. Campinas: Unicamp, 2005.

ARCE, Alexandra. Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo (Encontrado em www.scielo.br em 10/01/07)

CAMPANARIO, José Miguel. La enseñanza de las ciencias en pregunta y respuestas. (Encontrado en www2.uah.es/jnc, acceso en 10/01/07)

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança. São Paulo. Paz e Terra, 1992

MORENO, M. e outros. Falemos de sentimentos: a afetividade como um tema transversal. São Paulo: Moderna, 1999.

PEREZ MAYA et al. Cuestiones controvertidas de la investigación en el aula. Vol. 9 No. 4 2004 Revista Pedagogía Universitaria.

RODRIGUEZ, José Gregorio; Castañeda Bernal, Elsa. Los profesores en contextos de investigación e innovación. Revista Iberoamericana de Educación

SERRAZINA, Lourdes; OLIVEIRA, Isolina. O Professor como Investigador: Leitura crítica de investigações em Educação Matemática (Encontrado en www.educ.fc.ul.pt, acceso en 10/01/07)

TRINDADE, A. L.; SANTOS, R. (org). Multiculturalismo: mil e uma faces da escola. RJ: DPSA, 2000.

VAL, José Cajide. La investigación en el aula: el profesor investigador. (Encontrado en http://www.ciberdocencia.gob.pe/index.php?id=943&a=articulo_completo, accesado en 09/01/07)

CAPÍTULO 17

A INFLUÊNCIA DA PRÁTICA DA YOGA NA DIMINUIÇÃO DOS NÍVEIS DE ANSIEDADE EM MULHERES SEDENTÁRIAS

Rômulo Melo de Castro

Maria Francisca de Souza Bordalo



A INFLUÊNCIA DA PRÁTICA DA YOGA NA DIMINUIÇÃO DOS NÍVEIS DE ANSIEDADE EM MULHERES SEDENTÁRIAS

Rômulo Melo de Castro
Maria Francisca de Souza Bordalo

RESUMO

Nos últimos anos, é crescente o número de indivíduos que apresentam transtorno de ansiedade, em decorrência disso, práticas como a yoga são amplamente recomendadas como terapias e exercício físico no tratamento e profilaxia deste transtorno e afins. O objetivo geral deste estudo é investigar a influência da yoga na diminuição dos níveis de ansiedade em pessoas sedentárias. Portanto, foram submetidas a prática 3 mulheres com idades entre 20 e 27 anos. Após serem submetidas a avaliações com os questionários: Mini Exame de Estado Mental (MEEM), para avaliar a função cognitiva; e o Questionário de Triagem de Sintomas de Depressão, Ansiedade e Estresse (QTDAE), para mensurar os níveis desses transtornos, essas mulheres foram submetidas a prática de yoga, em um período de 16 semanas, com 2 sessões semanais de treinamento, e ao término deste período foram reavaliados com os mesmos questionários. Onde, pode-se concluir que houve melhoras significativas ao comparar os questionários e com as práticas, onde foi possível, por parte das participantes, absorver conhecimento dos fundamentos de Yoga, alcançar um bem-estar, e diminuição dos sintomas de ansiedade.

Palavras-Chave: Ansiedade. Yoga, Exercício Físico. Sedentarismo.

ABSTRACT

In recent years, the number of individuals with anxiety disorder has increased, as a result, practices such as yoga are widely recommended as therapies and physical exercise in the treatment and prophylaxis of this disorder and the like. Thus, the aim of this study is to investigate the influence of yoga in decreasing anxiety levels in sedentary people. Therefore, 3 women aged between 20 and 27 years were subjected to practice. After being submitted to assessments with the questionnaires: Mini Mental State Examination (MMSE), to assess cognitive function; and the Depression, Anxiety and Stress Symptom Screening Questionnaire (DASSQ), to measure the levels of these disorders, these women underwent yoga practice, over a period of 16 weeks, with 2 weekly training sessions, and at the end of this period were re-evaluated with the same questionnaires. Where, it can be concluded that there were significant improvements when comparing the questionnaires and practices, where it was possible, on the part of the participants, to absorb knowledge of the fundamentals of Yoga, achieve well-being, and decrease anxiety symptoms.

Keywords: Anxiety; Yoga; Physical Exercise; Sedentary lifestyle.

ABSTRACTO

En los últimos años ha aumentado el número de personas con trastorno de ansiedad, como resultado, prácticas como el yoga son ampliamente recomendadas como terapias y ejercicio físico en el tratamiento y profilaxis de este trastorno y similares. El objetivo general de este estudio es investigar la influencia del yoga en la disminución de los niveles de ansiedad en personas sedentarias. Por tanto, se sometió a la práctica a 3 mujeres de entre 20 y 27 años. Después de ser sometido a evaluaciones con los cuestionarios: Mini Examen del Estado Mental (MEEM), para evaluar la función cognitiva; y el Cuestionario de Detección de Síntomas de Depresión, Ansiedad y Estrés (CDDAE), para medir los niveles de estos trastornos, estas mujeres se sometieron a práctica de yoga, durante un período de 16 semanas, con 2 sesiones de

entrenamiento semanales, y al final de este período fueron re -evaluado con los mismos cuestionarios. Donde, se puede concluir que hubo mejoras significativas al comparar los cuestionarios y prácticas, donde fue posible, por parte de los participantes, absorber conocimientos de los fundamentos del Yoga, lograr el bienestar y disminuir los síntomas de ansiedad.

Palabras Clave: Ansiedad; Yoga; Ejercicio Físico; Estilo de Vida Sedentario.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a “Organização Mundial da Saúde (OMS), alerta que uma em cada 10 pessoas no mundo, ou seja, 10% da população global, sofre de algum distúrbio de saúde mental” (UNA-SUS, 2015). Observa-se que Transtornos de ansiedade, depressão, fobias e pânico, são os males mais frequentes na vida das pessoas, e essa psicodinâmica mental mal compreendida é uma ameaça permanente, a qual causa inquietações, tristeza onipotente, desordem no sistema nervoso, taquicardia e apreensão.

Percebe-se que os métodos oferecidos para tratar esses problemas são os tratamentos psíquicos e o uso de ansiolíticos, que controlam a variabilidade dos sintomas.

Apesar dos sofreadores crônicos apresentarem melhoras efêmeras com o uso contínuo de fármacos, tal hábito pode ocasionar sérios riscos à saúde. Pesquisas mostram que altos índices de terapia a base de ansiolíticos têm eficácia limitada, como aborda Vorkapik & Rangé (2011, p. 51 *apud* BUFFET-JERROTT & STEWART, 2002), ao afirmarem que essas terapias apresentam efeitos adversos, como sonolência e dependência.

E Vorkapik & Rangé (2011, p. 51 *apud* STRUZIK, L. *et al*, 2004) completa, ao frisar que esse uso habitual prejudica a cognição e memória, e, paulatinamente, desencadeiam o vício.

Diante desse contexto, vislumbra-se hoje, a possibilidade de a Yoga fazer parte do apêndice da medicina moderna, uma vez que estudos apontam para a relação patente entre sua prática e influência no sistema nervoso, como aponta Rossi (2000) em seu estudo o qual demonstra que a prática do yoga fortalece e estabiliza a reação do sistema nervoso em situações estressantes, minimizando a resposta do organismo, pelo qual mantém o sistema nervoso central em estado de alerta.

Afim de ampliar esse conhecimento sobre a Yoga, faz-se necessário expor que ela passeia pela área física, mental e emocional daqueles que a praticam. Reúne-se nela a sabedoria milenar dos povos Hindus, acerca da filosofia de vida, abrangendo meditação, atitudes físicas e psíquicas para equilíbrio mental, como também, equilíbrio fisiológico do ser humano. Por isso, seu valioso recurso contribui para o tratamento de enfermidades e problemas clínicos.

A filosofia da yoga consiste em técnicas que são executadas pausadamente, movimentos ritmados e harmônicos, respiração lenta e saudável, permitindo o equilíbrio da mente e corpo como unidade.

Hodiernamente, considera-se que os índices de doenças psíquicas são crescentes, como que afirma Alves (2018), que “o número de pessoas que vivem com depressão aumentou 18% entre 2005 e 2015, e até 2020 a doença será a enfermidade mais incapacitante em todo o mundo, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS)”.

E Rufino *et al* (2018, p. 840 *apud* GRUBITS; GUIMARÃES, 2007) afirma que são as “mulheres as mais vulneráveis aos estados depressivos em virtude da oscilação hormonal a que estão expostas principalmente no período fértil”.

Percebe-se que a utilização de fármacos é altamente recomendada para o tratamento de transtornos de ansiedade e de depressão. A intervenção farmacológica em conjunto com fatores como sedentarismo são um perigo a saúde, e afim de auxiliar no combate ao aumento dessa demanda alarmante, observa-se que as atividades corporais são boas aliadas na prevenção de doenças.

E como consequência, surge o seguinte questionamento: de que forma a prática do yoga pode contribuir com a melhoria dos níveis de ansiedade em mulheres com ansiedade, além disso, sedentárias?

É nesse sentido, que este trabalho propõe a partir de um estudo de caso com jovens do sexo feminino, de idades entre 20 e 27 anos, sedentárias. E a partir dessa pesquisa investigar a influência da prática da yoga na diminuição dos níveis de ansiedade, bem como contribuir para promover o melhor conhecimento e incentivo da prática. Além de, ampliar os estudos nessa área e gerar contribuições sociais e científicas.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho foi desenvolvido com abordagem quanti-qualitativa, baseada “no princípio da valorização da maneira própria de entendimento da realidade pelo indivíduo” (MIZUNO *et al*, 2018, p. 949 *apud* ANDRÉ, 1995). Buscou-se compreender os pontos de vista dos participantes, tratando de uma proposta de intervenção, há uma imersão na rotina dessas pessoas.

Contudo, com o cenário de Covid19 e os protocolos de segurança a serem seguidos, não foi possível aplicar as atividades de maneira mais direta; assim, a prática foi aplicada remotamente, utilizando o *Google Meet* como ferramenta para a transmissão das aulas.

O público alvo foi constituído por três mulheres jovens com idades entre 20 e 27 anos sedentárias, com transtornos de ansiedade frequente, com acompanhamento clínico e uso de ansiolíticos para amenizar os picos de ansiedade.

Para a realização das atividades envolvendo a Yoga, foi imprescindível obter conhecimento teórico e prático, por isso, este pesquisador procurou participar do Curso de Formação de Instrutores de Yoga, aplicado pelo Instrutor Radha Mohan, no espaço *Amazon Yoga School*, localizado na cidade de Belém, Pará. Paralelamente ao curso, teve contato ainda com obras destinadas à prática, as quais serviram de base para as atividades aplicadas no estudo.

E de acordo com o conhecimento adquirido no curso de formação, foi definido a prática de uma linha clássica da yoga, chamada *Hatha Yoga*, a qual Hermógenes (2021) define que “etimologicamente quer dizer Yoga do *sol* e da *lua*, tendo por objetivo o aperfeiçoamento do corpo e da mente e a utilização das imensas potencialidades que dormem no homem e que ele desconhece”.

Além de utilizar como filosofia teórica o *yoga-sutra*, a qual

Por volta de 200 d.C., um sábio indiano de nome Patanjali compilou o [...] texto considerado fundamental, no qual os oito passos do caminho da ioga, sendo eles: *yama*, *nyama*, *ásana*, *pranayama*, *pratyahara*, *dharana*, *dhyana*, *samadhi*. Existem oito passos de Patãnjali: *ásana*, atualmente, remete às posturas de ioga. Envolve movimentos isométricos, alongamentos, equilíbrio, alinhamento corporal, respiração controlada, foco na consciência corporal, associação com elementos da natureza e personagens da mitologia hindu. O *pranayama* visa a expansão da energia vital (*prana*) através de movimentos para o controle da frequência respiratória e a expansão torácica. *Pratyahara*, *dharana* e *dhyana* consistem em técnicas de meditação, que induzem a concentração, ao silêncio e relaxamento mental, e consequentemente ao autoconhecimento e conexão espiritual. E o *Shamadhi* é o ápex da ioga, considerado um estado psicoemocional de supraconsciência, libertadora de frustrações e quaisquer sofrimentos. (MIZUNO *et al*, 2018, p. 948 *apud* FEUERSTEIN, 1998)

Assim, foi elaborado um programa distribuído num período de 16 semanas, com 2 aulas semanais, com duração de 75 minutos por aula, a qual foi dividido da seguinte forma:

- 10 minutos, iniciais, para o conhecimento histórico da yoga e seus benefícios;
- 45 minutos para a prática dos *asanas* e *pranayamas*;
- 10 minutos para meditação;
- 10 minutos para relatos de experiência, do cotidiano e sobre as mudanças percebidas de acordo com a prática do Yoga.

Para o início dessa atividade, as participantes da pesquisa tiveram que assinar o termo de consentimento livre, para serem submetidas as análises do programa, coleta de dados e autorização da divulgação de dados garantindo o anonimato e atribuindo nomes fictícios as participantes.

Em seguida, foram submetidas aos questionários avaliativos: Mini Exame de Estado de saúde Mental (MEEM) utilizado para avaliar a função cognitiva; e Questionário de Triagem de Sintomas de Depressão, Ansiedade e Estresse (QTDAE), utilizado para mensurar os níveis desses transtornos, disponibilizado no *site* do Núcleo de Atenção ao Desenvolvimento Humano.

Já as atividades foram direcionadas a partir de um plano de aula, e desse modo, foram delineados os seguintes temas: a dimensão da prática da yoga, o conteúdo das aulas, os exercícios e seus benefícios, o autoconhecimento e a autorrealização.

Para iniciar as práticas, alguns critérios foram estabelecidos, como o uso do tapete próprio para a prática da Yoga, o qual foi distribuído a cada participante, além do uso de roupas adequadas e locais limpos e espaçosos, protegido de condições climáticas desfavoráveis e barulhos externos, para não influenciar na boa realização da aula.

Por fim, após os períodos de realização das atividades, as participantes foram submetidas novamente aos questionários MEEM e QTDAE, para então analisar e comparar os resultados obtidos antes e depois da prática e assim verificar quais as influências que a yoga teve nas condições física e mental das participantes.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

Ansiedade e Depressão

Simultaneamente aos aspectos depressivos, caminham perenemente os casos de ansiedade, que “é um sentimento vago e desagradável de medo, apreensão, caracterizado por tensão ou desconforto derivado de antecipação de perigo, de algo desconhecido ou estranho” (CASTILLO *et al*, 2000 *apud* Allen *et al*, 1995). Esse transtorno envolve o sistema nervoso simpático e do eixo neuroendócrino Hipotalâmico-Hipofásico-Adrenal (HPA).

Em meio a este cenário de desassossego, o estímulo pode ser realmente ameaçador ou virtual, ou seja, não está necessariamente presente, mas sinaliza um risco iminente. Como mostra Rodrigues (2019):

Quando isso acontece durante muito tempo, surge o que denominamos ansiedade, essa disposição pode alcançar estados patológicos diversos, como a síndrome do pânico. Na ansiedade e no estresse, as manifestações fisiológicas de medo ultrapassam o âmbito do sistema

nervoso autônomo (SNA), atingindo o sistema endócrino e imunitário e, por isso, tornam-se mais duradouras e nocivas (RODRIGUES, 2019, p. 26 *apud* LENT, 2001).

Observada que a ansiedade sempre esteve presente na vida do homem por se tratar de um fator biológico e que, a sociedade tem passado por mudanças, no cenário global, rotineiramente, ocorrem mudanças socioculturais, econômicas, políticas, ambientais, urbanísticas, novas condições de trabalho e modo de vida, logo, questões acerca da saúde da população devem estar em permanente compreensão.

Ao considerar tais perquisições, nos últimos dois anos, o cenário pandêmico afetou sobremaneira os níveis de ansiedade na população. Desta forma, se faz importante a relação da ansiedade com a pandemia, que se corrobora a partir dos estudos de Barros *et al* (2020), que “constatou-se que os adultos jovens apresentaram maior prevalência de sintomas negativos de saúde mental no decorrer da pandemia, frente aos participantes nas idades mais avançadas.”

Noutro ponto, os avanços tecnológicos e o fluxo do trabalho moderno sedimentaram cotidianamente a simbiose homem-máquina, onde, muitos negócios e acesso as redes sociais são resolvidos com um clique, além das inúmeras informações que chegam a cada segundo, cabendo ao homem adequar-se à esse ritmo. Contudo, o excesso de informações é negativo, pois, vivemos uma vida excessiva que, desequilibrando nossos centros reguladores nos faz sucumbir a fadiga nervosa (CHAUCHARD, 1977, p. 57).

Sendo assim, nossa real identidade está ficando para trás, pois quando não se vive o ritmo biológico natural, isso gera ansiedade.

A depressão segundo a American Psychiatric Association – APA (2014), descrita no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), é caracterizada por:

presença de humor triste, vazio ou irritável, acompanhado de alterações somáticas e cognitivas que afetam significativamente a capacidade de funcionamento do indivíduo. O que difere entre eles são os aspectos de duração, momento ou etiologia presumida. (American Psychiatric Association – APA, 2014, p. 155).

Logo, Cordás & Emílio (2017) relaciona a diferença entre tristeza e depressão, onde afirma que se encontra na mudança de comportamento do indivíduo. O sentimento de tristeza só se configura depressão quando afeta o funcionamento das atividades de sobrevivência como comer, trabalhar e dormir. Dessa forma, os perigos dessa doença podem até levar ao suicídio.

Em trechos bíblicos, há relatos de casos de depressão, como em 1 Samuel 31:4, que diz “angustiado e sem esperanças vendo cumprir-se a profecia. Derrotado no campo de batalha contra os filisteus, Saul suicida-se com a própria espada pondo um fim ao reinado do primeiro soberano de Israel e Judá”.

Na mitologia grega, pode-se ver também episódios referentes a esses transtornos, como descreve Cordás & Emílio (2017), onde destaca que:

A mitologia grega é profusa na descrição de estados de insanidade, porém, a divina era da *Ilíada* e *Odisseia* é substituída por uma visão mais humana. A mania, a paranoia e a melancolia podem continuar sendo punições vindas do Olimpo, mas a culpa, a vergonha, as paixões e os ciúmes deixam as causas divinas na segunda fileira desse anfiteatro grego. (CORDÁS, T. A.; EMILIO, M., 2017)

Assim, Cordás & Emílio (2017) completa que as definições trazidas pelo DSM-5 são modernas, mas, historicamente, a percepção e significação da palavra desse mal são as mais variadas. Doença, loucura, melancolia e depressão são palavras cujos significados e percepções são, historicamente, construídos, imutáveis. Esse entendimento evidencia uma vasta gama de "forma de pensar" ao longo do tempo, permitindo que nos aprofundemos naquilo de mais curioso no ser humano, a mente. (CORDÁS, T. A.; EMILIO, M., 2017)

Desde tempos antigos, eram usados tratamentos para doenças cotidianas que afetavam a sociedade. Até mesmo o *homo sapiens*, utilizava de forma empírica os vegetais para manter a vida e evitar a morte.

Como enfatiza Cordás & Emílio (2017), que

A prática de consumir certos tipos de plantas e ervas com propriedades terapêuticas ou medicinal é observada durante a história em diversas civilizações, mesmo sendo uma das formas mais primitivas de combate as doenças, sua eficácia é ainda testada em algumas situações (CORDÁS, T. A.; EMILIO, M., 2017, p. 16).

Em tempos modernos, o tratamento é a base de ansiolíticos, método contraproducente no tratamento eficaz das doenças psíquicas, onde:

[...] o famoso neurocientista, Dr. Paul Chauchard, numa discussão entre eminentes cientistas e humanistas, promovida pela *Nouvel Observateur*, de Paris e publicada pela revista brasileira *manchete*, assim se exprime: "Estou de acordo com Jean Rostand, quando diz que, querendo melhorar o comportamento humano com substâncias químicas, corre-se o risco de desencadear catástrofes." E adiante "sou partidário da educação do cérebro...as drogas úteis em estados de crise, só deveriam ser empregadas para tornar o indivíduo acessível a terapêuticas verdadeiramente humana. (HERMÓGENES, 2020, p. 34-35).

As práticas de exercício, como a prática do yoga é um valiosíssimo subsídio para a cura e melhora de doenças de caráter nervoso, poupando-se aos pacientes o uso imoderado de psicotrópicos.

Sedentarismo

No mundo contemporâneo, de acordo com a OMS, a tendência ao sedentarismo aumenta no mundo e já é responsável pelo quarto maior fator de risco de mortalidade global (GZH, 2010). Nesse âmbito, patologias como: diabetes, doenças cardiovasculares e hipertensão arterial podem surgir, assim como, em doenças psíquicas os níveis de depressão e ansiedade podem ser aumentados.

Nos primórdios da história o homem usou sua capacidade de movimento para conseguir feitos extraordinários ao longo de sua evolução, porém, hoje esses feitos são ignorados e as gerações atuais passam a adotar um estilo de vida sedentário.

Assim, pode-se considerar o sedentarismo como um hábito induzido pela vida moderna. Segundo a teoria da “Tábula Rasa” de John Locke (1999), descrita no livro *Ensaio acerca do Entendimento Humano* (1690), o ser humano é como uma tela em branco que é preenchida por experiências ou influências.

Dessa maneira, à medida que a automatização é oferecida pelo mundo moderno, os esforços são minimizados e a sociedade tende a simplificar seus afazeres, o que condiciona ao sedentarismo, e de acordo com Santos (2009), acarreta em sérias consequências, particularmente, na área da saúde.

Então, para mudar esse quadro e promover saúde, os exercícios físicos são práticas imprescindíveis. De uma maneira geral, em contraponto ao sedentarismo, o estilo de vida ativo vem sendo cada vez mais valorizado pela sociedade, e a mídia tem salientado a prática de atividades físicas na promoção da saúde.

Exercícios Físicos

São múltiplas as práticas de atividades físicas que visam a promoção de saúde, força e bem-estar. Com base nisso, o que melhor proporcionaria qualidade de vida ao homem moderno, uma vez que na sociedade hodierna o aumento na incidência dos casos de ansiedade, depressão e sedentarismo desvela o iminente risco a saúde pública?

Os exercícios físicos são ótimos coadjuvantes da promoção da saúde, tanto física quanto mentalmente, de acordo com estudos de Marin-Neto *et al* (1995), o qual aponta que: o exercício nos indivíduos treinados libera endorfinas, o que propicia um efeito tranquilizante. Quem realiza exercícios regularmente costuma se beneficiar de um efeito relaxante pós-esforço: dorme bem e consegue manter um estado de equilíbrio psicossocial mais estável frente às ameaças do meio externo. (MARIN-NETO *et al*, 1995, p. 40).

DA ANSIEDADE

Nesse âmbito, práticas como o Yoga vão além de somente mais uma atividade física, a yoga trabalha os aspectos físico, mental, emocional, energético e espiritual, conduzindo uma pessoa a sua unificação. E Seus benefícios são diversos, como:

- ganho de força;
- flexibilidade;
- sensação de bem estar;
- redução do estresse;
- regulação do sistema nervoso e respiratório;
- equilíbrio hormonal e sistema imunológico;
- aumento dos níveis de concentração e criatividade do indivíduo.

A prática é amplamente disseminada em academias e parques, como aponta Gomes & Silva (2021), onde afirma que essas práticas:

também está elencadas no Plano Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPICS), Brasil (2006) e reconhecida pela portaria que cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), Brasil (2008). Ambos os processos decorrem da determinação da OMS, que estabeleceu o compromisso e formulações, a partir da Primeira Conferência Internacional de Assistência Primária em Saúde, para integração entre medicinas tradicionais e medicinas complementares e alternativas, e, faz parte das Políticas Integrativas e Complementares (PNPIC), para o atendimento na atenção básica de saúde. (GOMES & SILVA, 2021, p. 2)

Assim, a Yoga está entre as práticas que promove o autocuidado e autoconhecimento, como também, contribui com o uso de opções terapêuticas não farmacológica.

Yoga

A palavra "ioga" deriva do termo sânscrito "yuj" que pode significar "união" ou "disciplina" (MIZUNO *et al*, 2018, p. *apud* KALYAMA, 2013), união no sentido de integrar corpo, mente, espírito e emoções, e disciplina como meio para se alcançar essa integridade.

A yoga ganhou mais espaço no ocidente a partir do século XX, quando praticantes, ocidentais e orientais, trouxeram o aprendizado para o outro lado do mundo. Essa transumância permitiu ao resto do globo conhecer o histórico-cultural filosófico dessa prática indiana.

A partir de então, a comunidade científica desenvolveu estudos e pesquisas acerca dos benefícios da prática do yoga. Logo, a sabedoria oriental contribuiu para resolver os paradigmas da ciência moderna e tornou sua prática cada vez mais comum, onde podemos contatar sua importância:

(Paris - os exercícios de yoga podem dar bons resultados no tratamento psiquiátrico. O Dr. Bernard Auriol, psiquiatra de Montauban, que é adepto dessa modalidade de exercícios físicos com reflexos psíquicos, teve a ideia de aplicar o yoga a seus doentes. depois de um ano de experiências, o médico francês declarou ter obtido resultados bastante satisfatórios com um novo método de tratamento a que chamou de "yogaterapia". De fato, o yoga revelou-se extremamente eficaz no tratamento de distúrbios do caráter e da personalidade, de epilepsia, ansiedade, obsessões e dúvidas obsessivas com enfraquecimento da personalidade (psicastenias). Já se anuncia um método de yoga "adaptado", para tratamento de esquizofrenias, que são distúrbios psíquicos em que o doente se alheia completamente do mundo real, para viver num mundo que é só dele. Nesses casos, o yoga ajudaria a reestabelecer a comunicação entre o doente e as pessoas que o rodeiam. (HERMÓGENES, 2020, p. 24-25, Jornal O Globo 24/ 06/1971).

Além do mais, cabe ressaltar que a prática conduz não somente a exercícios ou terapias, mas como um novo modo de vida a partir da busca da plenitude, equilíbrio e qualidade de vida do organismo. Assim,

Acredita-se que a execução de exercícios de yoga proporcione mudanças e benefícios no funcionamento de todo o organismo e permita a melhora das funções psíquicas. Tanto cognitiva como afetiva. melhorando a memória e reduzindo a tensão emocional, a depressão, a ansiedade e a irritabilidade. (ROCHA, 2011, p. 14 *apud* GONZALEZ & WATERLAND, 1998)

Em outros campos da prática da yoga, figura a *yogaterapia*, prática direta aos tratamentos terapêuticos a partir dos exercícios de yoga. Sendo importante ferramenta a serviço da psiquiatria nos últimos tempos, onde:

A *yogaterapia* aplicada aos distúrbios nervosos tem resultados positivos e já comprovados [...] destacando-se a sua valiosa introdução de séries de exercícios com efeitos comprovados e úteis nos casos típicos de enfermos deprimidos, excitados e tensos (O GLOBO, 3/7/1971). (HERMÓGENES, 2020, p. 25)

A saúde mental, é um dos campos mais planos num equilíbrio social, no convívio, nas relações e na dignidade humana, bem como na qualidade de vida dos seres humanos.

As causalidades dos picos de ansiedade são fatores muitas das vezes, biológicos, e vão além de nossas compreensões. Por isso, estudos são direcionados e esta e outras searas, afim das resoluções.

Depressão é de certa forma histórica, com múltiplos entendimentos ao longo da civilização. Nos dias atuais, muitos comportamentos levam as pessoas a ter depressão. Assim como, muitas atitudes levam a amenizar essa doença, e “geralmente os pacientes deprimidos são sedentários e apresentam uma redução considerável de seus sentimentos depressivos quando começam a praticar exercícios regularmente” (DOS SANTOS ALVES & BAPTISTA, 2006, p. 8 *apud* NIEMAN, 1999).

ANÁLISES E DISCUSSÃO

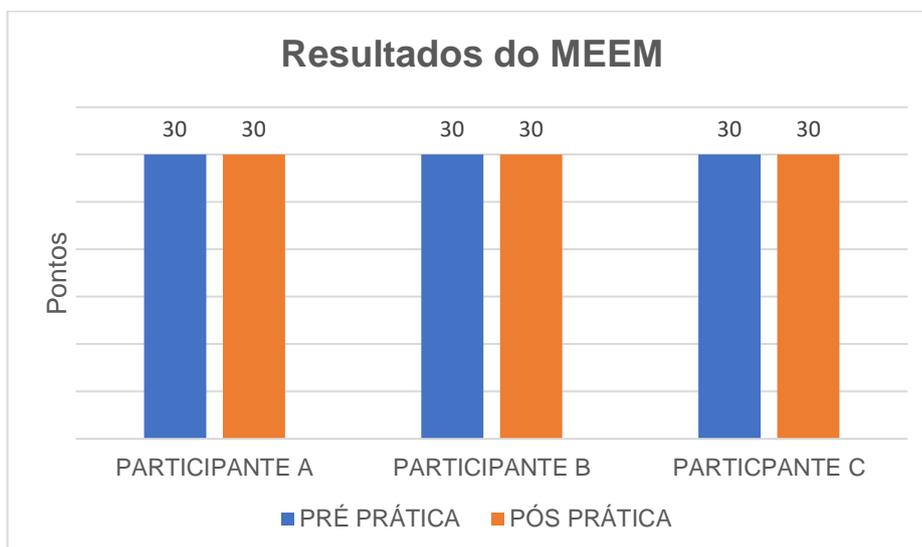
Saúde Mental

Tendo em vista o objetivo do trabalho, foram estabelecidas como analise a melhoria da saúde mental das participantes. Após a realização das aulas. Foi preciso ter a visão daquilo que estava sendo aplicado dada as condições das participantes. As dificuldades encontradas norteiam suas condições físicas (sedentarismo); as posições desafiadoras da yoga e a transmissão das aulas online, uma vez que certas posições foram pouco compreendidas.

As aulas foram importantes para que as alunas pudessem conhecer uma nova possibilidade de tratar suas condições psíquicas, além de reeducar seu modo de vida. Essa nova ferramenta possibilita bem estar individual e coletivo.

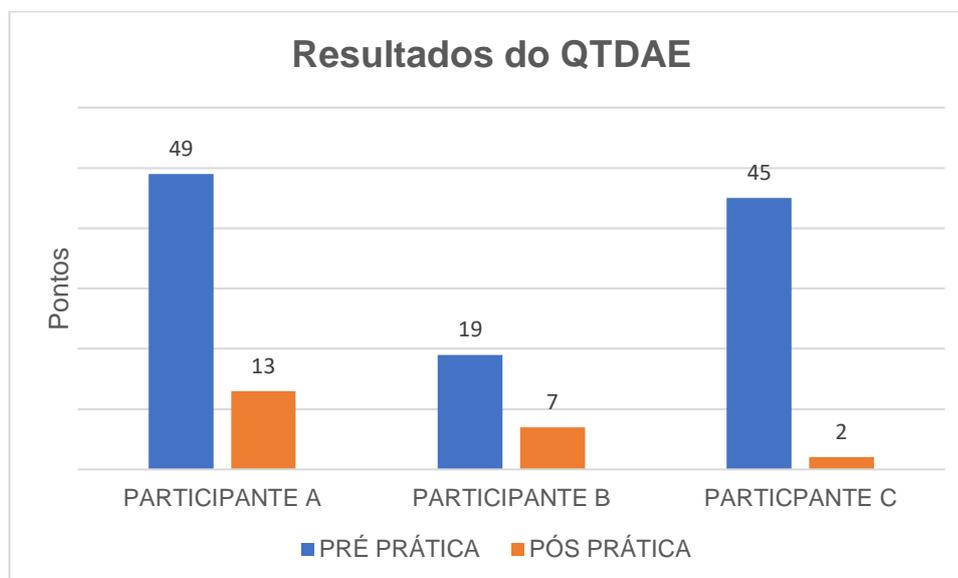
Onde pode-se observar nos gráficos a comparação dos resultados aplicados antes e depois das aulas.

Gráfico 1: Resultados do questionário MEEM



Fonte: O Autor.

Gráfico 2: Resultados do questionário QTDAE



Fonte: O Autor.

Os resultados obtidos a partir do Gráfico 1 detalha que não houve alterações cognitivas nas participantes comparando o antes e depois de 16 semanas da prática da yoga.

Ao passo que, o Gráfico 2 apresentou melhoras significativas comparando o antes e depois do programa, levando em consideração, a escala descrita em Núcleo de Atenção ao Desenvolvimento Humano, a qual define-se como:

- Emergência: acima de 60 pontos
- Prioridade: entre 36 e 59 pontos
- Atenção: entre 16 e 35 pontos
- Não Urgente: 15 ou menos pontos

Analisando os dados expostos nos gráficos acima, pode-se concluir que as práticas foram benéficas com resultados aparentes para todas as participantes, à medida que a diminuição dos níveis de sintomas de depressão, melhor cognição e percepção foram alcançados, conforme estudos que “apresentaram que a prática por sete semanas de Hatha Yoga melhorou significativamente a percepção de idosos sobre o bem-estar mental/emocional, níveis de exaustão e os níveis de estresse percebido” (MIZUNO *et al*, 2018, p. 958 *apud* LINDAHL *et al*, 2016).

E esses indicadores podem auxiliar no processo de qualidade de vida, onde, para “a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde mental é um estado de bem-estar no qual o

indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade” (MINISTÉRIO DA SAÚDE).

Melhoras clínicas dos níveis de ansiedade

Nesta categoria, será discutida as percepções de melhoras sobre os efeitos da prática da yoga em relação a ansiedade, baseando-se nos relatos das participantes ao término das aulas.

Compreende-se, assim, que os fundamentos da yoga foram absorvidos, haja vista, que os conhecimentos históricos da yoga preconizam esta seara. E segundo Mizuno *et al* (2018, p. 954), os *yamas* e *nyamas* têm como objetivo eliminar todas as perturbações mentais e emocionais (*apud* TAIMNI, 2004). Tal afirmativa é verificada no relato da Participante A, onde diz que:

A prática de yoga trouxe experiências importantes para a evolução e melhora do quadro de ansiedade. Visto que o período o qual realizei a tal prática estava em uso medicamentoso de ansiolítico e antidepressivo, desta forma pude vivenciar o avanço do meu estado de saúde física e psíquica, no qual a yoga me ajudou bastante a manter a calma, relaxamento, concentração e alongamento do corpo estando em um estado de profundo bem estar pessoal. além de ter me ajudado, e nos dias atuais não faço mais uso destes remédios.

No início da prática parecia quase impossível realizar tais movimentos, porém com a dedicação e esforço de cada membro dessa atividade, pude ir aprendendo e aperfeiçoando essa execução. Não foi uma tarefa fácil deixar a mente vazia para entrar em estado de relaxamento total. Mas aos poucos fui me entregando à esta modalidade. Quando o medo de sair de casa, a tristeza, o aumento dos batimentos cardíacos e respiratórios por vezes tentavam me acompanhar, foi ali, através da yoga que pude ter meu refúgio e descarregar toda sobrecarga de um dia cansativo e pesado ao qual vinha vivenciando.

Após esses 4 meses de prática posso dizer que já consigo manter o controle tanto na minha vida pessoal como profissional, pois a yoga traz sim uma melhora do indivíduo, e quando a ansiedade por algum motivo aparece pode ter certeza que relembro tudo que foi realizado e colocando em prática cada aprendizado, o corpo relaxa e se adapta para um controle da situação.

(Participante A)

A Partir disso, é percebido melhoras comportamentais ao comparar com os estudos de Rocha (2011). E assim, observa-se que esses ganhos são fundamentais para atitudes cotidianas.

A participante B desfruta hodiernamente os benefícios das aulas que participou, como relata abaixo:

A prática da Yoga me fez perceber que eu precisava dar uma atenção especial a minha mente e corpo. Antes das práticas eu apresentava sinais de pura ansiedade e inquietação, tinha pensamentos acelerados e sintomas físicos, como, tremores, tonturas e aceleração cardíaca. Ao praticar os exercícios propostos nas aulas pude perceber que o meu corpo e mente necessitavam de cuidados dos quais a Yoga me proporcionava. Durante as práticas, sentia um completo relaxamento e bem estar, que até então eu não havia experimentado. Quanto mais as aulas passavam, mais eu sentia que estava evoluindo, minha melhora era gradativa. Ao final dessa experiência, aprendi diferentes posições e técnicas de respirações e me senti bem melhor do que antes das práticas. Foi muito prazeroso sentir o bem estar conquistado e com certeza

levarei adiante, como uma das ferramentas que me proporcionará uma melhor qualidade de vida.
(Participante B)

Nas entrelinhas do relato da participante B, são percebidos efeitos conjunto da prática da yoga, onde ela diz que “Ao final dessa experiência, aprendi diferentes posições e técnicas de respirações e me senti bem melhor do que antes das práticas”, o que vai em princípio com o que afirma Teotônio (2014, p. 9), que esse “controle mental é o resultado de uma prática regular e prolongada de todas as suas diferentes disciplinas técnicas, entre elas *Ásana* (posições psicobiofísicas) [...] e *Pránáyáma* (exercícios respiratórios de influência energética e neurovegetativa). (apud VEIGA e CASTRO, 2014)

Para a Participante C, a prática da Yoga proporcionou um novo olhar sobre si, como ela aborda no relato abaixo:

A prática de yoga foi muito importante e extremamente enriquecedora, sempre apresentei transtorno de ansiedade desde a adolescência, com sintomas frequentes de agitação, tristeza, angústia, insônia, baixa autoestima e estes sintomas aumentaram nos últimos anos. [...] o transtorno de ansiedade tornou-se tão incapacitante que passou a influenciar em minha motivação, confiança, autoestima, qualidade do sono e conseqüentemente qualidade de vida, [...]por conhecer meu organismo, sentia a necessidade de realizar esta intervenção. A partir do momento que realizei a prática de yoga, senti melhora dos sintomas do transtorno a partir da terceira semana de prática e ao final da intervenção consigo perceber uma evolução integral, obtive uma melhora em minha saúde mental e física, com conseqüente melhora em minha qualidade de vida, pois sinto mais motivação para enfrentar as dificuldades e realizar minhas atividades diárias.

Que a prática da yoga com objetivo de melhorar principalmente o equilíbrio, influenciou diretamente na estrutura e funcionalidade do corpo, proporcionando uma melhor autoestima, mas confiança, motivação [...]

(Participante C)

A homeostase do organismo humano, necessita de ferramentas que possam equilibrar suas partes, e dessa forma, não se fragmentar.

Vários são os benefícios que têm sido descritos ao longo dos anos para os praticantes de Yoga, pois este antes de mais é um modo de estar e encarar a vida que vai para além da prática diária, que permite à pessoa trabalhar o seu corpo de um modo holístico considerando o físico, o psíquico, o emocional e o espiritual, independentemente da religião. Um estudo realizado por Bath (2011), revelou a melhoria significativa em emoções negativas tais como a tensão e ansiedade, a raiva e hostilidade, a fadiga e inércia depois de algumas aulas de Yoga, que pode ser explicado pela técnica de respiração utilizada, que cria um estado de ativação do sistema nervoso simpático, responsável por despoletar este tipo de emoções. Outros resultados encontrados foram relacionados com o estado de alerta que envolve o foco e atenção na respiração ou em músculos específicos ou determinadas partes do corpo, que indica que o Yoga melhora as capacidades de atenção, que por sua vez leva a um maior relaxamento. Este relaxamento consciente promove o autocontrole, a atenção e a concentração, a autoeficácia e redução do *stress* (Gothe, Pontifex, Hillman & McAuley, 2013; Collins, 1998). (TEOTÓNIO, 2014, p. 10)

A partir do entendimento de que as práticas realizadas neste trabalho, e correlacionadas aos achados científicos de antanho, possam gerar contribuições. Espera-se que outras propostas possam surgir ao longo dos próximos anos.

CONCLUSÃO

Este trabalho enseja avanços para futuras pesquisas, Ciente de que outros estudos precisam ser incorporados a esta temática para que possam ser preenchidos alguns Hiatos que por ventura não foram pesquisados ou obtiveram respostas conclusivas a cerca desse tema.

Nesse âmbito, um programa acerca disso é de suma importância, ainda mais na determinação de um público alvo, pois [...] mulheres apresentam um risco significativo maior, quando comparadas com homens, para o desenvolvimento dos transtornos de ansiedade ao longo da vida. Além disso, diversos estudos sugerem maior gravidade de sintomas, mais cronicidade e maior prejuízo funcional dos transtornos de ansiedade entre as mulheres. (OBELAR, 2016, p. 6 *apud* APA, 2014).

Portanto, terapias complementares como o Yoga é uma alternativa de autoajuda emergente e não farmacológica, pois, o indivíduo que sofre uma síndrome do pânico tende a hiperventilar durante as crises, e uma das técnicas usadas para diminuir a frequência respiratória é a respiração diafragmática ou abdominal, que são técnicas amplamente utilizadas na yoga.

REFERÊNCIAS

ALVES, Isabela. Até 2020, depressão será doença mais incapacitante do mundo. Observatório do Terceiro Setor. 2018. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/ate-2020-depressao-sera-doenca-mais-incapacitante-do-mundo/>>. Acesso em: 20 jan. 2021;

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARROS, Marilisa Berti de Azevedo *et al.* Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 29, n. 4, e2020427, set. 2020. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742020000400021&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 set. 2021;

CASTILLO, Ana Regina GL et al. Transtornos de ansiedade. *Brazilian Journal of Psychiatry* [online]. 2000, v. 22, suppl 2, pp. 20-23. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-44462000000600006>>. Acesso em: 10 set. 2021;

CHAUCHARD, Paul. *O Domínio de Si*. São Paulo: Edições Loyola, 1977;

CORDÁS, T. A.; EMILIO, M. S. *História da melancolia*. Porto Alegre: Artmed, 2017;

DOS SANTOS ALVES, Audrey; BAPTISTA, Marcio Rodrigues. A atividade física no controle do stress. *Corpus et scientia*, v. 2, n. 2, 2006; Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/229103033.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2021;

GOMES, C. P., & SILVA, S. C.. Potencialidades da iniciação ao yoga a partir das tecnologias atuais. *Ensino Em Perspectivas*, 2(3), 1–11, 2021. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6690/5604>>. Acesso em: 20 ago. 2021;

GZH. OMS: sedentarismo já é o quarto fator que mais mata no mundo. 2010. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2010/11/oms-sedentarismo-ja-e-o-quarto-fator-que-mais-mata-no-mundo-3110558.html>>. Acesso em: 22 ago. 2021;

HERMÓGENES, José. *Yoga Para Nervosos*. 59ª ed. Rio de Janeiro: *BestSeller*, 2020;

_____. *Autoperfeição com Hatha Yoga*. 62ª ed. Rio de Janeiro: *BestSeller*, 2021;

LOCKE, John. *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1999;

MARIN-NETO, J.A. *et al.* Atividades físicas: “remédio” cientificamente comprovado? A Terceira Idade. 1995; 10 (6): 34-43. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/8085_ATIVIDADE+FISICA+REMEDIO+CIENTIFICAMENTE+COMPROVADO>. Acesso em: 16 ago. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. “Saúde mental no trabalho” é tema do Dia Mundial da Saúde Mental 2017, comemorado em 10 de outubro. Biblioteca Virtual em Saúde. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/sau-mental-no-trabalho-e-tema-do-dia-mundial-da-sau-mental-2017-comemorado-em-10-de-outubro/#main_container>. Acesso em: 20 jun. 2021;

MIZUNO, Julio et al. CONTRIBUIÇÕES DA PRÁTICA DO IOGA NA CONDIÇÃO DE SAÚDE, ATITUDES E COMPORTAMENTOS DE MULHERES ADULTAS E IDOSAS. *Movimento* (Porto Alegre), Porto Alegre, p. 947-960, set. 2018. ISSN 1982-8918. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/75680>>. Acesso em: 10 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.75680>;

NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Questionário de Triagem de Depressão, Ansiedade e Estresse (QTDAE). Disponível em: <https://nucleodeatencao.com.br/qsm_quiz/questionario-de-triagem-de-depressao-ansiedade-e-estresse-qtdae/>. Acesso em: 13 jan. 2021;

OBELAR, R. M. *Avaliação Psicológica Nos Transtornos De Ansiedade: Estudos Brasileiros*. 2016, 19f. Monografia (Especialização em Avaliação Psicológica) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016;

ROCHA, Klinger Kissinger Fernandes. *Efeitos da prática de Yoga na memória e em parâmetros psicológicos e fisiológicos de indivíduos saudáveis*. 2011. 158 f. Tese (Doutorado em Estudos de Comportamento; Psicologia Fisiológica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011;

RODRIGUES, M. dos S. Os Efeitos do Yoga Sobre Parâmetros Cognitivos e Afetivos no Envelhecimento Saudável. 2019, 55f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019;

ROSSI, A. M. Yoga: Qualidade de Vida. Porto Alegre: AGE Editora, 2000;

RUFINO, Sueli *et al.* Aspectos Gerais, Sintomas e Diagnóstico da Depressão. Revista Saúde em Foco - Edição nº 10, 2018. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/11/095_ASPECTOS-GERAIS-SINTOMAS-E-DIAGN%C3%93STICO-DA-DEPRESS%C3%83O.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021;

SANTOS, A. L. P. A relação entre a atividade física e a qualidade de vida. Universidade De São Paulo, Escola de Educação Física e Esporte, 2009;

TEOTÓNIO, J. I. F. A Influência da Prática de Yoga no Bem-estar Afetivo e na Satisfação Com A Vida, 2011. 42 f. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014;

UNA-SUS. OMS alerta que 10% da população global tem distúrbio de saúde mental. 2015. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/oms-alerta-que-10-da-populacao-global-tem-disturbio-de-saude-mental>>. Acesso em: 16 jul. 2021;

VORKAPIC, Camila Ferreira; RANGE, Bernard. Os benefícios do yoga nos transtornos de ansiedade. Rev. bras. ter. cogn., Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 50-54, jun. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872011000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 set. 2021.

CAPÍTULO 18

**CORRIDA DE RUA: EXPERIÊNCIA ATRAVÉS DO
SENTIR-AGIR DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
VISUAL**

Fernando Costa Barroso

Wollace Bruno dos Santos Oliveira

Roseane Monteiro-Santos



CORRIDA DE RUA: EXPERIÊNCIA ATRAVÉS DO SENTIR-AGIR DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

**Fernando Costa Barroso
Wollace Bruno dos Santos Oliveira
Roseane Monteiro-Santos**

RESUMO

O presente trabalho, experiência do sentir-agir da pessoa com deficiência visual, tem como objetivo relatar a experiência e os apontes da corrida de rua em simulação de situação de deficiência visual, vivenciada em uma competição realizada em Tucuruí – PA. Podemos dividir a metodologia deste trabalho em três momentos: momento de aprendizagem, conhecimento e prática. Foi decidido então pelos alunos competir, no entanto, a experiência seria em simulação de situação de deficiência visual, no qual um dos alunos usaria vendas e o outro como guia. A partir desta experiência, nós acadêmicos de iniciação à docência, tivemos algumas dificuldades, sendo alguns pessoais, como, por exemplo, insegurança por não saber o que está à frente, medo de tropeçar, e sofrer alguma lesão e até mesmo cair, outras dificuldades foram relacionadas a dificuldades de percurso devido à má infraestrutura das vias públicas, além da falta de empatia dos condutores de veículos motores.

Palavra-chave: Deficiência visual. Corrida de rua. Experiência.

ABSTRACT

The present work, experience of the visually impaired person's feeling-acting, aims to report the experience and points of street racing in a simulation of a visually impaired situation, experienced in a competition held in Tucuruí - PA. We can divide the methodology of this work into three moments: Moment of learning, knowledge and practice. It was then decided by the students to compete, however the experiment would be in a simulation of a visually impaired situation, in which one of the students would wear blindfolds, and the other would be a guide. From this experience, we undergraduate teaching students had some difficulties, some of which were personal, such as insecurity for not knowing what is ahead, fear of tripping, and suffering an injury and even falling, other difficulties were related to travel difficulties due to poor infrastructure on public roads, in addition to the lack of empathy of motor vehicle drivers.

Keywords: Visual impairment. Street running. Experience

RESUMEN

El presente trabajo, vivencia del sentimiento-actuación de la persona con discapacidad visual, tiene como objetivo relatar la experiencia y los puntos de las carreras callejeras en una simulación de una situación de discapacidad visual, vivida en una competición celebrada en Tucuruí - PA. Podemos dividir la metodología de este trabajo en tres momentos: Momento de aprendizaje, conocimiento y práctica. Luego, los estudiantes decidieron competir, sin embargo, el experimento sería en una simulación de una situación de discapacidad visual, en la que uno de los estudiantes usaría una venda en los ojos y el otro sería un guía. A partir de esta experiencia, los estudiantes de pregrado de docencia tuvimos algunas dificultades, algunas de carácter personal, como inseguridad por no saber lo que se avecina, miedo a tropezar, sufrir una lesión e incluso caerse, otras dificultades se relacionaron con dificultades de viaje por pobreza. infraestructura en la vía pública, además de la falta de empatía de los conductores de vehículos de motor.

Palabras clave: discapacidad visual, correr en la calle, experiencia

INTRODUÇÃO

Durante a pandemia, a busca pela saúde e pela qualidade de vida tem estimulado muitas pessoas a buscarem uma atividade física na qual pudessem estar em um ambiente aberto e com pouco contato com outras pessoas. Durante os dois últimos anos com o fechamento das academias e devido ao isolamento social, para manter a qualidade de vida foi nítido o aumento no número de pessoas a praticar a corrida de rua no município de Tucuruí-PA.

Dentre estas, estão também algumas pessoas com deficiência visual, que necessitam para além do espaço público a adaptação do mesmo, para que tenham direito de usufruir do lazer e da prática do esporte como qualquer outra pessoa, no entanto, mesmo com o crescimento deste esporte e a construção de ciclovias e vias para pedestre, estes espaços não foram pensados de forma inclusiva.

A falta de uma infraestrutura acessiva acaba afastando e desmotivando as pessoas com deficiência seja ela visual ou qualquer outra da prática esportiva, ou de lazer. Estes fatores nos trouxeram algumas questões:

- Nossos espaços públicos são inclusivos?
- Nossas vias públicas são inclusivas?
- O nosso espaço de lazer é inclusivo?
- Qual o sentimento das pessoas com deficiência visual sobre este contexto?
- Como os videntes se sentiriam, agindo como uma pessoa com deficiência visual?

Com o apoio da Secretaria de Esporte de Tucuruí e das equipes de corrida de rua do município, que têm trabalho em conjunto para a realização de diversas competições e eventos beneficentes, encontramos uma oportunidade para observar e vivenciar algumas destas problemáticas.

Vale ressaltar que foi na disciplina EFad - Educação Física Adaptada, ministrada por uma de nossas professoras na universidade, que aflorou em nós do desejo de vivenciar, simulando vários tipos de deficiências físicas; como jogar vôlei sentado, ou instabilizar um dos braços e arremessar uma bola para o alto apenas com um dos braços, também tivemos a oportunidade de brincar com brinquedos adaptados para deficientes visuais, essa experiência nos levou a ir além e experimentar também o esporte, como foi o caso do presente relato, o atletismo, em específico na modalidade corrida de rua.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência e os apontes da corrida de rua em simulação de situação de deficiência visual, vivenciada em uma corrida beneficente realizada em Tucuruí – PA.

DESENVOLVIMENTO

O atletismo nada mais é que um conjunto de esporte que detém três modalidades: corrida, lançamentos, saltos/arremesso (CBP, 2021).

A corrida de rua é uma das modalidades do atletismo, um tipo de competição de velocidade ou resistência, praticada em vias públicas, as quais se dividem em provas de: 5Km, 10Km, 15Km, ou em caso de maratonas até 42Km (FUZIKI, 2012).

Atualmente a corrida de rua é uma das modalidades mais praticadas no Brasil e no mundo, a mesma é praticada em vias urbanas, é uma modalidade que qualquer pessoa, em qualquer faixa etária pode praticar, inclusive pessoas com deficiência, seja ela visual, e em alguns casos, motores ou psíquica (DALLARI, 2009).

Uma das razões para o grande crescimento de corredores de rua segundo Fonseca (2012) que já vem crescendo desde a década de 70 é a liberação popular para os chamados corredores amadores, pois, antes era possível perceber apenas os atletas de “elite”.

Dallari (2009) no seu estudo “corrida de rua é um fenômeno sociocultural”, destaca que a corrida de rua tem seus diversos significados sociais, marcada por diversos valores e hábitos, além das transformações rápidas, sofrendo influência da tecnologia, disseminando a informação como fenômeno sociocultural.

Em questão a população praticante da corrida de rua que por sua vez é uma modalidade acessível pelo baixo custo, onde são necessários apenas um tênis e algumas roupas apropriadas, além da adequação para diferentes locais e terrenos (FAGUNDES, 2015; GOSTON e MENDES, 2011), muitas pessoas praticam a corrida de rua por uma vida mais saudável, assim começam a tomar prazer pela atividade tornando-se aos poucos praticantes da corrida de rua (BARROS, 2010; WEINECK, 2003).

Dentre os praticantes da corrida de rua vale uma atenção especial aos praticantes com deficiência visual, que por exemplo em campeonatos e maratonas têm as provas divididas em grau de deficiência visual (B1, B2, B3), as regras da corrida são adaptadas para os graus B1 e B2, que podem fazer uso de sinais sonoros e serem acompanhados por guias, esta classificação oftalmológica é a forma que a confederação internacional do esporte faz uso para legitimação dos deficientes visuais em competições oficiais. A letra "B" refere-se ao termo blind - cego estabelecido pela International Blind Sport Association.

A prática da corrida de rua pelo corredor deficiente visual precisa de atenção também quanto a sua participação, os mesmos enfrentam diversas dificuldades no percurso, dentre estas dificuldades estão; a má pavimentação das vias públicas que por sua vez, são acidentadas, cheias de buracos, sem sinalização, todas estas dificuldades trazem à tona a preocupação que devemos ter com o corredor de rua deficiente visual, “olhar para o sujeito como único é

fundamental para conseguirmos compreender seu sofrimento e suas necessidades, sendo a partir desta concepção que o cuidado acontece” (SANTOS, 2009, p. 14).

METODOLOGIA

A simulação de situação de deficiência visual foi vivenciada por dois alunos do curso de Educação Física 2019 da Universidade do Estado do Pará – UEPA – Campus XIII no município de Tucuruí. Os alunos Wollace Bruno dos Santos Oliveira (vendado) e Fernando Costa Barroso (Guia), participaram da corrida beneficente Dilce no Monstar.

Podemos dividir a metodologia deste trabalho em dois momentos: momento de aprendizagem, aliado à prática efetiva.

Aprendizagem que adquirimos com as disciplinas: educação física adaptada, estudos do lazer e uma das disciplinas optativas, atletismo, foram essenciais para vivenciar a situação de deficiência visual, fazendo-nos perceber nosso comportamento e possíveis mudanças através da desestruturação do existente e busca por sua estruturação, como aponta Piaget (1973).

A disciplina de estudo do lazer associamos a importância do espaço para o ócio, descanso, para aproveitar o tempo livre, muitas pessoas utilizam o tempo livre para caminhar ou correr, já na disciplina de adaptadas vimos a importância do esporte adaptado, e a importância da inclusão na educação física e em atletismo aprendemos um pouco mais sobre algumas modalidades, dentre elas a corrida de rua. Todos estes conhecimentos foram importantes para a realização deste trabalho.

Já a parte prática deste trabalho, se dá na junção da aprendizagem a qual mergulhamos e a vivência para uma reflexão na proposta do sentir-agir. Somamos a montagem de um cronograma de treino, traçando um roteiro de metas até o dia da corrida, que se deu da seguinte forma:

Cronograma de treino			
ATIVIDADE	AÇÃO		
Treino 1	Mapeamento	Aquecimento	-
Treino 2	Performance	Aquecimento	-
Treino 3	Experimentação	Aquecimento	-

Antes da competição marcou-se 3 treinos todos com aquecimento, o primeiro foi para conhecimento do percurso com o objetivo de fazer um mapeamento dos locais onde seria necessária mais cautela, como identificação de buracos, cruzamentos, desníveis, quebra-molas, etc. no segundo treino, corremos com a corda, para medir velocidade, passe de corrida, tomar

confiança e parceria no percurso, e no terceiro fizemos o percurso já com a venda, afim de fazer a experimentação já em treino.

A corrida ocorreu no dia 24 de outubro de 2021, o percurso da competição foi em média 4,3Km, devido a um trecho bloqueado, a saída ocorreu as 07:00 da manhã, o tempo de prova obtido foi de 23 minutos e 06 segundos na prova.

Resultados alcançados

Fotografia: Início e final de prova (guia e vidente vendado)



Fonte: Acervo dos autores (2021)

A partir da simulação de situação de deficiência visual em corrida de rua, percebemos através da experiência, algumas dificuldades pessoais que denotam preocupação, como, por exemplo, insegurança por não saber o que está à frente, medo de tropeçar, e sofrer alguma lesão e até mesmo cair.

As sensações foram diversas, citamos: medo pessoal, o contato com o desconhecido, a sensação inclusive de dependência de outra pessoa, no caso o guia, a percepção do condicionamento físico, além de outras dificuldades puderam ser notadas, como poluição sonora, a falta de infraestrutura adequada das vias públicas sem espaço para inclusão de deficiente visual, relacionado tanto a caminhada a corrida de rua, além do risco de atropelamento devido ao trânsito caótico pela falta de empatia de alguns condutores de veículos. Porém, citamos também a sensação de tarefa cumprida e o respeito ainda maior pelas pessoas com deficiência visual, pois a partir de uma vivência mais próxima do contexto é que seremos capazes de elencar algumas sensações.

Próximo à linha de chegada era necessário realizar o sprint, que é o tiro final da corrida, devida a péssima condição da via e devido à chuva que caía no momento, além da falta de calçadas em alguns pontos que tínhamos que nos deslocar no meio da via. O tempo ficou em média 05min por Km, em um percurso de mais ou menos 4,3Km.

CONCLUSÃO

Por meio da experiência, de simulação de deficiência visual foi possível perceber a importância da inclusão dos deficientes visuais na corrida de rua, no que diz respeito a melhoria na pavimentação pública, para acessibilidade dos corredores e caminhantes com deficiência visual, além de políticas educativas de trânsito para condutores, afim de sensibilizar sobre empatia e respeito com pedestres caminhantes e corredores, afim de respeitar as ciclovias e vias para pedestres. Só assim será possível motivar e incentivar pessoas deficientes visuais à prática da corrida de rua, diminuindo o medo e a insegurança, relacionados ao trânsito.

Outra questão que podemos perceber que precisa de política de ação urgente é a falta de inclusão nas vias públicas, como calçadas táteis, tendo em vista que as obras acontecem a todo vapor, a cidade fica mais acessível para aqueles que tem visão e menos acessível para aqueles que não veem, não basta apenas construir, é necessário construir para que todos possam utilizar. Finalizamos sugerindo outros trabalhos com n amostral maior e outros objetivos específicos para construção de novas contribuições científicas para uma temática tão necessária.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS PARA CEGOS - ABDC. Legislação. São Paulo, 2021. Disponível em: <http://www.abdcnet.com.br> Acesso em: 30 out 2021.

COMITÊ BRASILEIRO PARAOLIMPICO. São Paulo. 2021. Disponível em <http://www.cpb.org.br> Acesso em: 30 out. 2021.

DALLARI, M. M. Corrida de rua: Um fenômeno sociocultural contemporâneo. 2009. 130 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

FAGUNDES, F. W. Fatores motivacionais em corredores de rua. 2015. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso – (Graduação em Bacharelado em Educação Física) – Curso de Bacharelado em Educação Física, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

FONSECA, T.Z. Corrida de rua: o aumento do número de praticantes migrando para maratonas. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 16, n° 164, Enero de 2012. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd164/corrida-de-rua-o-aumento-do-numero-de-praticantes.htm> Acesso em: 30 out. 2021.

FUZIKI, Mauro Katsumi. Corrida de Rua: Fisiologia, Treinamento e Lesões. 1ª Edição. Phorte, 2012.400 p.

INTERNATIONAL BLIND SPORT ASSOCIATION. Disponível em: <https://ibsasport.org/> Acesso em: 30 out. 2021.

PIAGET, J. A psicologia. 2.Ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1973.

SANTOS, D. M. A arteterapia aplicada junto a crianças em internação breve e seus acompanhantes pode contribuir para a integralidade do cuidado. Porto Alegre: Artmed, 2009.

WEINECK, Jurgen. Treinamento Ideal. 9. ed. Rio de Janeiro: Manole, 2003.

CAPÍTULO 19

A IMPARCIALIDADE NO ENSINO DA DISCIPLINA ENSINO RELIGIOSO

Tatiana Ribeiro Coutinho Chagas

Dayse Pinheiro de Oliveira

Lauro José Pereira da Silva

Luzimar da Conceição Silva



A IMPARCIALIDADE NO ENSINO DA DISCIPLINA ENSINO RELIGIOSO

Tatiana Ribeiro Coutinho Chagas
Dayse Pinheiro de Oliveira
Lauro José Pereira da Silva
Luzimar da Conceição Silva

RESUMO: O presente artigo “A imparcialidade no ensino da disciplina ensino religioso”, surgiu das inquietações pessoais e profissional, como professora tendo contato direto com a disciplina de ensino religioso, pois apesar dessa disciplina ser importante, muitos e inclusive professores de outras áreas da educação a tem como menos relevante do que qualquer outra disciplina, sem falar que os próprios pais e ou responsáveis pelos discentes compartilham da mesma ideia, tudo isso graças ao preconceito em relação a mesma, haja vista que todos temos concepções, crenças, etc. destacam-se alguns objetivos, que são: Destacar a importância da imparcialidade ao lecionar a disciplina ensino religioso, frisar os princípios e valores lecionados através da disciplina de ensino religioso, abarcar os conceitos de princípios e valores. Para desenvolvimento da temática apresentada, será utilizado pesquisa bibliográfica, com fundamentação na leitura de livros, artigos, monografias, resenhas, onde serão citados alguns autores como: DEMO (1993), FREIRE (1998), CORRÊA (2006), dentre outros, que corroborem o tema em questão.

Palavras-chave: Imparcialidade. Ensino Religioso. Princípios. Valores.

ABSTRACT

This article "The impartiality in the teaching of the religious teaching subject", emerged from personal and professional concerns, as a teacher having direct contact with the subject of religious teaching, because despite this subject being important, many and even teachers from other areas of education has it as less relevant than any other discipline, not to mention that the parents and/or guardians of the students share the same idea, all thanks to prejudice in relation to it, given that we all have conceptions, beliefs, etc. some goals stand out, which are: Highlight the importance of impartiality when teaching the discipline of religious education, emphasize the principles and values taught through the discipline of religious education, embrace the concepts of principles and values. To develop the theme presented, bibliographical research will be used, based on the reading of books, articles, monographs, reviews, where some authors will be cited, such as: DEMO (1993), FREIRE (1998), CORRÊA (2006), among others, who corroborate the issue in question.

Keywords: Impartiality. Religious education. Principles. Values.

RESUMEN

Este artículo “La imparcialidad en la enseñanza de la asignatura de enseñanza religiosa”, surgió de inquietudes personales y profesionales, como un docente en contacto directo con la asignatura de enseñanza religiosa, pues a pesar de que esta asignatura es importante, muchos e incluso profesores de otras áreas de la educación la tiene como menos relevante que cualquier otra disciplina, sin mencionar que los padres y / o tutores de los alumnos comparten la misma idea, todo gracias al prejuicio en relación a ella, dado que todos tenemos concepciones, creencias, etc. . se destacan algunas metas, las cuales son: Resaltar la importancia de la imparcialidad al enseñar la disciplina de la educación religiosa, enfatizar los principios y valores enseñados a través de la disciplina de la educación religiosa, abrazar los conceptos de principios y valores. Para desarrollar el tema presentado se utilizará la investigación bibliográfica, basada en la lectura de libros, artículos, monografías, reseñas, donde se citarán algunos autores, tales

como: DEMO (1993), FREIRE (1998), CORRÊA (2006), entre otros, quienes corroboran el tema en cuestión.

Palabras clave: Imparcialidad. Educación religiosa. Principios. Valores.

INTRODUÇÃO

O presente artigo “A imparcialidade no ensino da disciplina ensino religioso”, surgiu das inquietações pessoais e profissionais, como professora tendo contato direto com a disciplina de ensino religioso, pois apesar dessa disciplina ser importante, muitos e inclusive professores de outras áreas da educação a tem como menos relevante do que qualquer outra disciplina, sem falar que os próprios pais e ou responsáveis pelos discentes compartilham da mesma ideia, tudo isso graças ao preconceito em relação a mesma, haja vista que todos temos concepções, crenças, etc.

Muitas pessoas tem a ideia de que, lecionar a disciplina de ensino religioso é impor religião e/ou crença, que o próprio professor acredita e vive, porém, sabemos que isso não procede, até mesmo porque uma das Leis que rege esta disciplina não compactua com esta ideia. É o que podemos constatar com a Lei nº. 9.475, de 22 de julho de 1997, que dá nova redação ao artigo 33 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que constitui:

“[...] Art.33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão. [...] assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.” (BRASIL,1996).

Percebe-se que atualmente apesar de todo respaldo, trazidos pela lei, a disciplina de ensino religioso enfrenta muitos empecilhos, tendo em consideração que essa disciplina, ainda não é vista por todos como uma forma de subsídios, principalmente para o cidadão em formação, pois o preconceito e até mesmo o medo de uma possível doutrinação dentro da sala de aula, traz uma grande barreira para que de fato essa disciplina seja vista com tal ótica. Diante disto, levantou-se o respectivo questionamento: é possível lecionar a disciplina de ensino religioso de forma imparcial?

Logo, destacam-se alguns objetivos, que são: Destacar a importância da imparcialidade ao lecionar a disciplina ensino religioso, frisar os princípios e valores lecionados através da disciplina de ensino religioso, abarcar os conceitos de princípios e valores.

Para desenvolvimento da temática apresentada, será utilizado pesquisa bibliográfica, com fundamentação na leitura de livros, artigos, monografias, resenhas, onde serão citados alguns autores como: DEMO (1993), FREIRE (1998), CORRÊA (2006), dentre outros, que corroborem o tema em questão. Como método analítico e categoria de análise bibliográfica,

junta-se a isso, tudo que venha somar com esta pesquisa, para assim, formar um repertório de leitura para o embasamento desse artigo, que será dividido em dois capítulos, que serão nomeados como: o primeiro capítulo “A imparcialidade necessária para lecionar o ensino religioso”, o segundo capítulo “princípios e valores lecionados, através da disciplina ensino religioso, abordando os conceitos de princípios e valores”.

FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

Para lecionar a disciplina de ensino religioso o FONAPER (Fórum Nacional Permanente do ensino religioso), estabeleceu objetivos para formação em ensino religioso; estes são:

Possibilitar ao profissional de ensino religioso o referencial teórico-metodológico que oportunize a leitura e a interação crítica e consciente do fenômeno religioso pluralista atual -Habilitar o profissional de Ensino Religioso para o pleno exercício pedagógico, através da busca da construção do conhecimento, a partir de categorias, conceitos, práticas e informações sobre o fenômeno religioso e suas consequências socioculturais no universo pluralista da educação .-Qualificar o profissional de ensino religioso pelo acesso ao conhecimento, e a compreensão do fenômeno religioso presente em todas as culturas, para o exercício pedagógico no âmbito social, cultural, antropológico, filosófico, ético, pedagógico, científico e religioso nas escolas - Possibilitar aos profissionais de ensino religioso o acesso aos direitos previstos nas legislações específicas do magistério.

O professor de ensino religioso precisa ter uma base consolidada em sua formação, dando oportunidade de leitura e interagindo através de uma relação crítica e responsável do fenômeno religioso, atribuindo a devida relevância que há na diversidade cultural e religiosa no Brasil.

Para se obter conhecimentos é preciso partir-se dos princípios, categóricos, conceituais, práticas e toda informação necessária sobre o fenômeno religioso, tendo em consideração o âmbito pluralista da educação.

No artigo 33 da LDB 9394/96, no Art. 1º descreve: “O ensino religioso, disciplina da área de conhecimento da educação religiosa e parte integrante da formação básica do cidadão e da educação de jovens e adultos, é componente curricular de todas as séries ou todos os anos do ciclo do ensino fundamental”

A formação dos educados de ensino religioso se consolidaria, a partir dessas descrições regidas no artigo descrito acima, o que se concretiza, o que nos mostra o Art. 5º da LDB 9394/96, que ressalta: “O exercício da docência do ensino religioso na rede pública estadual de ensino, fica reservado a profissional que atenda a um dos seguintes requisitos:

I-Conclusão de superior de licenciatura plena em ensino religioso, ciência da religião ou educação religiosa; II-conclusão de curso superior de licenciatura plena ou de licenciatura curta autorizado e reconhecido pelo órgão competente , em qualquer área do conhecimento, cuja a grade curricular inclua conteúdo relativo a ciência da religião, metodologia e filosofia do ensino religioso ou educação religiosa, com carga horaria

mínima de quinhentas horas; III- Conclusão de curso superior de licenciatura plena ou de licenciatura curta. Em qualquer área de conhecimento acrescido de curso de pós-graduação lato sensu em ensino religioso ou ciências da religião, com carga horária mínima de trezentas e sessenta horas, oferecido até a data de publicação desta lei.; IV-Conclusão de curso superior de licenciatura plena ou curta, em qualquer área de conhecimento, acrescido de curso de metodologia e filosofia do ensino religioso oferecido até a data de publicação desta lei por entidade credenciada pela secretaria de educação

O professor em formação precisa ter acesso ao conhecimento e a concepção do fenômeno religioso, que faz parte de todas as culturas, assim, será possível exercer a profissão de educador de ensino religioso de maneira ampla, tendo acesso aos diversificados aspectos, como por exemplo, social, cultural, antropológico, filosófico, ético, pedagógico, científico e religioso.

O aperfeiçoamento docente, precisa também disponibilizar aos profissionais da área de ensino religioso, estarem acessíveis aos direitos previstos na legislação específicas do ofício do professor.

JUNQUEIRA (2009.p.21-23), ressalta que:

“A identidade do ensino religioso construída inicialmente substancialmente pelas legislações, também pode ser compreendida pelos esforços em estabelecer uma política de formação. A década de noventa do século passado é, com certeza, um período que marca esse percurso”

Importante os sistemas de ensino serem conscientes sobre a relevância que há em É um profissional apto e qualificado para exercer a função de professor da disciplina ensino religioso, logo este profissional formado e qualificado, estará lecionando de maneira qualitativa no auxílio aos educandos, que por sua vez, estarão enfrentando suas respectivas questões que fazem parte da vida, o que os ajudará desenvolverem a religiosidade concernente a cada um e lhes dando orientação em suas descobertas de valores éticos que fazem parte de cada religião.

O professor de ensino religioso, precisa ter a concepção de que ele estar na sala de aula, única e exclusivamente a serviço do aluno, o tendo como sujeito de seu processo, sem falar que, é extremamente necessário que haja respeito em relação a cada aluno no que diz respeito a suas crenças e/ou não crença, haja vista, que o professor motiva os trabalhos, agindo única e exclusivamente como mediador.

O primeiro ponto a ser levado em consideração, é que, é relevante o profissional está ciente a tudo que diz respeito, a como lecionar esta disciplina de ensino religioso, dentro dos sistemas escolares. A LDB de acordo com o Artigo 4º, “o ensino religioso será ministrado dentro do horário normal das escolas da rede pública e sua carga horaria integrará as oitocentas horas mínimas previstas para o ano letivo”.

Geralmente os cursos direcionados para formação dos profissionais da disciplina ensino religioso tem características mais voltada para interdisciplinaridade, isso, ajuda o professor a entender melhor os fenômenos religiosos presentes no contexto escolar.

CORRÊA (2006), explana que:

“A ideia da formação religiosa está voltada a fazer seguidores (reeligere) e de religar (religare) o homem a Deus, visando torná-los mais religiosos, voltados a práticas de formação de valores e atitudes éticas consideradas ideais “

A característica do professor de ensino religioso, precisa ser o de grande respeito pelos os diversos pensamentos dos que procuram entender o fenômeno religioso. Inclusive o professor como mediador, necessita de fato se preparar para lecionar de maneira ética e responsável. O processo pedagógico, precisa ter como embasamento o ensinar e não apenas transmitir conhecimentos. FREIRE (1998), porque de acordo com DEMO (1993), “[...] ensinar não significa transferir pacotes sucateados, nem repassar o saber. Seu conteúdo correto é motivar o processo emancipatório com base em saber crítico, criativo, atualizado, competente.”

Logo, o processo pedagógico constitui-se através da relação com os diversos elementos do processo educativo, ou seja, é muito importante o professor estabelecer uma relação segura com o aluno, lhes dando a devida importância no processo educacional. NOVOA (1995, p.29), frisa que: “Os professores precisam reencontrar novos valores, novos idealismos escolares que permitam atribuir um novo sentido a ação docente”

A formação dos professores de ensino religioso, é muito importante, ainda mais, atualmente que ação docente precisa se reencontrar, terem estímulos em seus ambientes de trabalhos, investir em seu potencial profissional, criando assim, condições que os permitirá embasar suas carreiras no ambiente escolar, com qualidade e prestígio, sem falar na valorização de sua própria carreira.

A LDB Art.33 “O ensino religioso constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, mas de matrícula facultativa para os alunos”. É dever da escola disponibilizar a disciplina ensino religioso, porém, apesar da relevância dessa disciplina, que abrange principalmente na formação dos discentes, enquanto cidadãos, infelizmente a disciplina de ensino religioso ainda ocupa poucos horários na grade curricular.

Haja vista, que a LDB objetiva o ensino religioso, para auxiliar a formação da cidadania. Nesse sentido, é imprescindível que haja aptidão e conhecimento para o docente lecionar o ensino religioso. O artigo 62 da LDB explana que: “A formação de professores para atuar na

educação básica far-se-á em nível superior, em curso de Licenciatura, de graduação plena, em universidades e instituições superiores de educação[...]"

O grande problema, talvez seja a falta de disponibilidade dos cursos de licenciatura em ensino religioso aqui no Brasil, como podemos sanar tal problema? já que sabemos que em alguns estados brasileiros, não há o curso de licenciatura em ensino religioso. De acordo com JUNQUEIRA, HOLANDA e CORRÊA, são mínimas as formações em licenciatura plena em ensino religioso, os autores frisam que:

A formação docente, curso de licenciatura, graduação plena tem sido uma luta constante em todas as áreas do conhecimento pelos sistemas de ensino de todos os estados da federação. A carência de professores para atuarem conforme sua formação acadêmica nos sistemas de ensino tem sido uma das maiores dificuldades enfrentadas na educação brasileira[...]. E, em relação ao ensino religioso essa situação é mais agravante porque não se oferta licenciatura nesta área. Hoje há os cursos de ciência das religiões exercendo este papel formados e acadêmico para os atuam nesta área[...] as licenciaturas destinam-se a formação de professores para atuar na educação básica (educação infantil- ensino fundamental- ensino médio), [...]. A questão dos cursos de especialização ou pós-graduação *lato sensu* oferecidos por instituições de ensino superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional independente de autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento devem atender ao disposto nesta resolução. Estes cursos são oferecidos para matrícula de portadores de diploma de curso superior e ficam sujeitos a supervisão dos órgãos competentes a ser efetuada por ocasião do reconhecimento da instituição [...]. o corpo docente será constituído por, pelo menos, 50% de professores portadores de títulos de mestre ou de doutores obtido em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido. A especialização ou pós-graduação *lato sensu* tem duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, nestas não computado o tempo de estudo individual ou em grupos, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente, para a elaboração da monografia ou trabalho de conclusão de curso.

O artigo 33 da LDB/96, frisa que os sistemas de ensino “regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para habilitação e admissão dos professores” (CLAUDINO,2009). O que nos direciona para um desafio, ainda segundo o autor, o que caracteriza esse desafio são os seguintes rudimentos:

-Dificuldade do conselho nacional de educação (CNE) em rever a diversidade das orientações dos sistemas de ensino estaduais e municipais, condição imprescindível à implantação de uma diretriz curricular uniforme para uma licenciatura em ensino religioso pertinente a diferentes instâncias .-A LDB não faz referências à formação de professores e sim a incumbência de os sistemas de ensino estabelecerem normas para habilitação e admissão; - o princípio da não intromissão do governo federal na autonomia dos sistemas de ensino, o que qualquer determinação sobre o tipo de formação dos candidatos dos candidatos à docência em ensino religioso ou até o estabelecimento de diretrizes a um curso de licenciatura significaria.

Há uma diferença entre o que a LDB exige e o que de fato é feito, haja vista, que cada canto ou melhor, cada estado brasileiro tem suas próprias características. O início da não interferência do governo federal na independência dos sistemas de ensino público, sejam eles,

municipal ou estadual, ao que se refere a formação daqueles que se dispõem a docência em ensino religioso, traz empecilhos para formação de professores de ensino religioso, pois, as instituições de cursos de licenciaturas em ensino religioso cada estado tem a sua própria adequação.

A educação brasileira ainda não surgiu com mecanismos, que inovem, possibilitando que, a formação docente se amplie, sem falar na própria disciplina de ensino religioso, que infelizmente caminha, porém, em passos lentíssimos, haja vista que há muitas lacunas a serem resolvidas, a começar pela falta de professores qualificados e/ou aptos e aplicação efetiva nos estados brasileiros. ANTUNES (2015 p.13), ressalta que: “A escola brasileira, e por extensão, o professor que a ocupa não forma preparados para lidar com a clientela que hoje busca a escola.”

De acordo com o FONAPER (Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso), com objetivo de ampliar a formação de professores para lecionarem a disciplina de ensino religioso no Brasil, com ajuda de alguns professores, pesquisadores e filiados. Elaboraram doze cadernos para um curso de extensão a distância. Cada caderno tem o respectivo assunto:

Caderno 01: E.R.: disciplina integrante da formação básica do cidadão. Caderno 02: E.R.: na diversidade cultural-religiosa do Brasil. Caderno 03: E.R.: e o conhecimento religioso. Caderno 04: E.R.: o fenômeno religioso no ensino religioso. Caderno 05: E.R.: e o fenômeno religioso nas tradições religiosas de matriz indígena. Caderno 06: E.R.: e o fenômeno religioso nas tradições religiosas de matriz ocidental. Caderno 07: E.R.: e o fenômeno religioso nas tradições religiosas de matriz africana. Caderno 08: E.R.: e o fenômeno religioso nas tradições religiosas de matriz oriental. Caderno 09: E.R. e o Ethos na vida cidadã. Caderno 10: E.R.: e os parâmetros curriculares nacionais. Caderno 11: E.R.: na proposta pedagógica da escola. Caderno 12: E.R.: no cotidiano da sala de aula.

Ao criar esses doze cadernos o FONAPER, expandiu a ótica com temas importantíssimos, norteados o ensino religioso e sua prática pedagógica na escola. Mesmo sendo notório e recorrente, que a sociedade brasileira é religiosa, a formação docente para lecionar o ensino religioso, não teve a devida orientação didática. OLIVEIRA et.al. (2008, p.65), afirma que: “Não há registros de como se processava a formação de professores para ensino religioso.”, com a criação da LDB 9394/06, a prática do ensino religioso ficou sob direção das religiões, ou educadores de qualquer disciplina.

HOLANDA, A. apud. JUNQUEIRA, 2011. Ressalta que:

A formação inicial e continuada dos professores de ensino religioso baseia-se no contexto das legislações vigentes: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96; o parecer CE/CNE N. 09/2001 que trata das diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores de ensino religioso (FONAPER), tais leis

remetem ao conjunto de princípios e procedimentos para organização curricular de curso de formação de professores para atuarem na educação básica.

Em geral, falar de formação de professores no Brasil, em qualquer área educacional, nos remete que, a educação pública é deficiente e isso a algo preocupante na sociedade, haja vista, que sabemos que a maioria das pessoas dependem da escola pública para obter seu desenvolvimento escolar, logo, é de extrema importância que a formação de professores, especialmente falando do professor de ensino religioso tendo em consideração, que essa disciplina é carente de professores que estejam aptos para atuarem nessa área, pois, tais faltas refletem diretamente no desenvolvimento e na relevância da disciplina, sabe-se que a disciplina de ensino religioso faz parte da área de saberes humanos, logo, em caráter de urgência é necessário que lacunas sejam resolvidas, principalmente no que se trata a formação desses educadores, para que assim, não tenhamos detrimientos significativos na educação.

A imparcialidade para lecionar a disciplina ensino religioso

O ensino religioso constitui-se uma disciplina curricular embasada na legislação brasileira e ministrada na educação básica, lecionar o ensino religioso requer responsabilidade, aptidão e muito profissionalismo, tudo isso, mesclado a imparcialidade no ensinar e aprender, isso tudo é crucial para que essa disciplina seja válida, aceita e plausível na aquisição de conhecimentos, principalmente conhecimentos que envolve muitas coisas, principalmente o homem em geral.

Para atuar na área de ensino religioso, o professor e/ou educador precisar estar ciente de que sua imparcialidade, necessita estar devidamente ativada, isso indubitavelmente o impedirá de estabelecer uma certa “doutrinação” dentro da sala de aula e isso o livrará de certos problemas, que ainda hoje enfrentamos principalmente por partes de pais e/ou responsáveis pelos discente, que tem a concepção errônea que, a disciplina de ensino religioso impõe religião aos alunos, esse pensamento infelizmente não faz parte apenas de familiares de alunos, mas também de colegas de trabalho que atuam em outras áreas.

Sabe-se que, o embasamento da proposta do ensino religioso na escola, é justamente o respeito as diversas crenças, tradições religiosas ou até mesmo a falta de crença, pois, sabemos que há pessoas que não acreditam em absolutamente nada, incluindo o próprio Deus (que muitos creem em sua existência), e não somente isso, o respeito ao ser humano em geral, o que muitos desconhecem, muitas vezes por experiencias ruins com professores não capacitados para atuar. FREIRE (1976, p.130), apud. BEISIEGEL, C. (2010, p.99), afirma que: “[...] a

impossibilidade da existência de uma pedagogia neutra, também negava a possibilidade de uma teologia neutra”.

Lecionar com imparcialidade, talvez não seja uma das maneiras mais fáceis de ensinar, pois, isso requer profissionalismo, já que exige que esse educador “neutralize tudo que sabe e crê”, para assim, estabelecer de fato o ensino de forma responsável e acolhedora.

CÂNDIDO (2002, p.40), corrobora que:

O ensino religioso, no contexto da educação cidadã tem como pressuposto a dignidade humana, que independe da opção religiosa. Sua especificidade consiste em trabalhar o fenômeno religioso, o reconhecimento das diferentes tradições religiosas, bem como o estudo das diferentes tradições, precisa acontecer já nas séries iniciais. Importante lembrar também o papel do professor como referência para as crianças, adolescentes e jovens em diferentes graus de intensidade, todo professor, em todas as séries, influencia, através de suas atitudes, de sua postura.

Falar em práticas pedagógicas do professor de ensino religioso, pautada na imparcialidade, implica em ressaltar que esse educador atuará na pluralidade corriqueira de sala de aula. BECKER (2010), ao fazer uma comparação da formação de professores de ensino religiosos na Alemanha, com a formação de professores da área de ensino religioso no Brasil, verificou que no Brasil alguns estados tem deixado algumas lacunas, referente a conteúdos não pautados na formação desses profissionais. Como por exemplo, a interdisciplinaridade e Inter religiosidade.

Ainda de acordo com o autor BECKER (2010), que propõe a união de três características que avalia como importante para profissionalizar professores, para que os mesmos sejam aptos ao lecionarem o ensino religioso no Brasil, essas são: Inter teologia, Inter religiosidade e interdisciplinaridade.

Essas características interdisciplinares surgiram com proposito de acabar com possíveis problemas que viessem ocorrer através da disciplina ensino religioso, embasado em ciência da religião, o que de acordo com BECKER (2010), tem sido notório e acolhido por muitos estudiosos, o ensino religioso na ótica do ensino das religiões posiciona o professor como um cientista “neutro” como o objetivo único e exclusivo de formar cidadãos.

Ainda de acordo com o autor, cada característica citada a cima, está diretamente ligada a formação de professores da disciplina ensino religioso, a primeira “Inter teologia” justifica-se por subsidiar muitos profissionais aptos e como objetivos de transmitir saberes plausíveis de cada religião existente. A segunda “interreligioso” aborda conteúdos, como por exemplos,

transcendências, justiça, cotidiano, vida, etc. a terceira e última característica “interdisciplinaridade” que traz conteúdos principalmente sobre cidadania.

Em conformidade com o autor, o professor de ensino religioso para lecionar um ensino de qualidade, ou seja, para ser bom no que escolheu fazer, precisa primeiramente ter conhecimento, ser dotado de entendimento (principalmente de como ensinar), ou seja, ele precisa sim acreditar “ter tato religioso”, logicamente sem envolver suas crenças, concepções, ou qualquer coisa do tipo, ele precisa estabelecer a confiança dentro do seu espaço, a sala de aula, isso é algo primordial para que esse professor consiga atingir seu objetivo maior, que é levar o discente ao mais intenso encontro com ele próprio.

BECKER, (2010, p.264), frisa que:

[...] o docente deve oferecer ao educando o espaço de refletir sobre transcendência da sua existência e sobre como isso representa uma nova dimensão a sua existência deixando nele uma marca própria para construção de sociedade justa, solidaria e sustentável.

A imparcialidade é necessária, justamente para que o ambiente educacional seja leve e não autoritário, desrespeitoso e tendencioso, é importante levar em consideração o outro, afinal todos temos concepções, crenças, assim como, experiências relacionadas a respectivas rotinas, cada um acreditar no que quer acreditar, isso não compete a ninguém o que o outro pensa, sendo diferente ou não. Logo, é de extrema relevância que o professor de ensino religioso leve em consideração o sujeito e suas relações, seus anseios, suas crenças, sua maneira de pensar, enfim, saber que o diferente faz parte do universo e que é impossível quer impor, ou mudar algo que não condiz com o que “eu” acredito. Portanto, não somente o professor de ensino religioso, mas tenho convicção de que as demais áreas educacionais, precisam embasar suas propostas pedagógicas, na relação de empatia dentro de sala de aula.

O professor de ensino religioso precisa trazer para sala de aula, o estudo das religiões, literalmente como um fenômeno a ser conhecido, sempre respeitando a cultura que cada religião traz consigo, ressaltando o sentido que cada religião tem para aqueles que acreditam na mesma.

STIGAR (2009, p.134-135), afirma que:

Educar para conhecer as diversas religiões e compreender as culturas que lhes dão forma, analisar a relação entre presente e o passado para produzir um saber histórico implica exercitar o diálogo com o diferente. Baseado no respeito profundo e no desejo de preservar a dignidade e o direito de existência de cada manifestação cultural-religiosa.

Em consonância, confia-se que se o ensino religioso for lecionado e/ou ensinado em sala de aula sem doutrinação, levando em consideração aspectos das diversas culturas dos povos, sem dúvidas, subsidiará no desempenho do ser humano, enquanto sujeito, isso o fará apto, amenizando problemas como: A intolerância, preconceito e a falta de empatia que atualmente, ainda vivemos na sociedade.

FERREIRA (2001, p.52), explica que:

[...] o educador dessa área necessita compreender o espaço da sala de aula como lugar de diferenças e conflitos, de alquimia das palavras. Deve tornar-se um profissional sem certezas, despertando no outro o respeito mútuo a solidariedade, a procura incessante pela justiça mediante um diálogo respeitoso face a presença do mistério.

Portanto, tudo isso leva em consideração a lei nº 9.475/97, que altera o artigo 33 da lei 9.394/96 (BRASIL,1996) “são vedadas, nas aulas de ensino religioso quaisquer formas de proselitismo”, isso precisa ser colocado em pratica em todas as escolas, porém, sabemos que parte do preconceito que enfrentamos, por parte dos pais e/ou responsáveis e até mesmo colegas de trabalho de outras áreas educacionais, vem da falta de conhecimento daqueles que não buscam esclarecer, duvidas recorrentes ao que tange o ensino religioso no Brasil.

Princípios e valores lecionados através da disciplina ensino religioso

Conceito de valores e princípios

De acordo com o dicionário Brasileiro Globo (1997):

“Valor: s.m. o que uma pessoa ou coisa vale; valia; mérito; préstimo; estimação; [...] resignação; paciência: ter valor na adversidade [...]”. Princípios: s.m. ato de principiar; momento em que alguma coisa tem origem; início; começo; causa; primário; razão fundamental, base teórica; preceito; opinião; modo de ver: estreia: (quim) elemento predominante na constituição de um corpo orgânico; pl o início da vida: antecedentes; instrução; opiniões; convicções: homem sem princípios; rudimentos regras fundamentais e gerais (Do Lat.principiu).

Maslow (1983, p.271), frisa que: “a existência sem um sistema de valores é patogênica. O ser humano necessita de uma trama de valores de uma filosofia de vida, de uma religião ou de um substitutivo da religião de acordo com o qual vive e pense”

Sem dúvidas, o homem precisa de fato, de uma espécie de regras que venham tanger, embasar, solidificar e dá sentido à vida, uns buscam algo que possa se espelhar, viver, acreditar,

considerando que, o homem em si, vive questionamentos e vive em busca de respostas que possam sanar seus respectivos questionamentos.

Princípios e valores, são passados e/ou transmitidos em casa, na escola, na igreja, etc. (BASÃNES & MORENO, 1994), frisam que: a religião origina-se com fenômeno cultural, social e histórico, que é expandida através de experiências vividas em sociedade. Credos e costumes religiosos aguçam significativamente a construção de sistemas de valores morais, sociais, incluindo político e econômico.

Pode-se dizer que os valores morais estejam ligados diretamente ao nosso comportamento, o que acreditamos, o que escolhemos. Os valores podem ser oriundos do meio em que vivemos, religião ou de nós mesmos. Creio que ao que tange o social, sem dúvida, podemos sim adquirir valores e princípios através da disciplina ensino religioso.

HACKEWACHS, 2009, P.186, apud. LOUVEM, J. 2017. Ressalta que:

A religiosidade está intrinsecamente ligada ao ser humano, quando a pessoa da conta de sua finitude, ela passa olhar para além de si mesmo e começa então a buscar por respostas de suas inquietações pessoais nas experiências e nos fenômenos religiosos que estão a sua volta, para assim, compreender o sentido de sua própria existência.

É necessário respeitar a tradição religiosa que o aluno já traz e promover o diálogo inter-religioso, pois, é na troca com o outro que se aprende a trabalhar com a diversidade, aproximando os educandos das diversas realidades. Assim esse aluno se desenvolverá no despertar pessoal e no desempenho do entendimento mútuo. Um dos valores que pode ser ensinado, através da disciplina ensino religioso, é o respeito. De acordo com o dicionário brasileiro Globo (1997). A palavra respeito significa:

“S. m. ato ou efeito de respeitar; acatamento; deferência; veneração; submissão; ponto de vista; aspecto; causa; motivo; relação; referência; importância; consideração; temor; justiça.”

Dentro de sala de aula, sabe-se que o respeito começa ou precisa começar pelo professor. De fato, a religiosidade faz parte do ser humano, porém, sabe-se que temos diversos tipos de culturas, religiões, etc. toda essa diversidade precisa ser aproveitada para que valores sejam estabelecidos, logo, cabe ao professor ensinar o respeito, respeitando primeiro, afinal a melhor maneira de ensinar é praticando. Ensinar os alunos através da conscientização do respeito que devemos ter ao que é diferente e/ou alheio a tudo que acreditamos. FREIRE (1976), apud. BEISIEGEL, C. (2010, p.89), defende “a importância fundamental da “conscientização” e insistia em firmar que o diálogo era o caminho para alcançá-la”

Promover o respeito e o diálogo inter-religioso é quando crescemos pessoalmente falando, haja vista, que quando abrimos margens para o outro, estamos permitindo que haja

respeito, interação e conhecimento do diferente. Sem dúvida, a disciplina de ensino religioso pode ser um valioso intermediário, que facilitará nesse processo. Seguindo esse raciocínio esta disciplina, o contrário do que muitos pensam, possibilita sim, meios que venham somar com o desenvolvimento humano.

SCUSSEL. (2003, p. 39), frisa que:

“Formar para cidadania é mais do que transmitir conhecimento, é desenvolver competências necessárias para inclusão da pessoa na sociedade enquanto sujeito, enquanto protagonista”

Falar de valores, é impossível não lembrar da palavra honestidade, que é um valor essencial para o ser humano e pode influenciar diversos aspectos de sua vida. De acordo com o dicionário Brasileiro, a palavra honestidade significa: “S. f. qualidade de honesto; probidade; honradez; decência; decoro; dignidade; pudor; compostura; (Do Lat. Honestate)”

É difícil falar de valores e não lembrarmos da bíblia que é um dos livros mais vendidos no mundo, por anos ocupa o 1º lugar como mais vendido, de acordo com a revista guia da semana, (2015):

“Há cerca de 50 anos, a bíblia se tornou o livro mais vendido no mundo e, desde então, permanece no primeiro lugar do ranking. São aproximadamente 3,9 bilhões de cópias espalhadas pelo planeta traduzidas em mais de dois mil idiomas e dialetos. Em cada país, existe uma sociedade bíblica responsável pela garantia da verossimilhança das traduções com texto original.

É importante frisar que a bíblia é uma grande fonte de sabedoria, que traz grande ajuda para os que nela aprendem valores e princípios, como por exemplo, maneira de viver, pensar e agir, independente da pessoa acreditar ou não na bíblia, há princípios que fazem parte tanto da bíblia, como das leis que rege a vida humana, é o que podemos assimilar quando falamos sobre o não matar, não roubar, pois na bíblia diz: êxodo 20:13-15, “Não matarás”, “Não furtarás ”. perante a lei do homem, para você viver em sociedade você precisa ter princípios, que moldem seu comportamento, pois se você mata ou rouba, você não está apto a viver em sociedade, é o que o artigo 157 paragrafo 3º, e o 2º§ artigo 121 do código penal trata.

Na sociedade se você é honesto, você tem valores, diante da bíblia se você é honesto você tem valores e virtude e como recompensa uma vida de paz, a honestidade é um valor que todo ser que se diz humano, precisa ter. A Bíblia frisa em I Timoteo 2:2-3 parte b, que: “[..] para que tenhamos uma vida quieta e sossegada, em toda a piedade e honestidade; Porque isto é bom e agradável diante de Deus nosso salvador”. Fico me perguntando: Que mal há em

fundamentar-se nos escritos Bíblicos? sendo que, ao invés de automaticamente sermos doutrinados, primeiramente somos ensinados a fazer o bem.

Em 2014, uma pesquisa foi feita pela revista Bula, que revelou 98% da população mundial, que acreditam que Deus existe, considerando isso, percebe-se que muitos confiam e acreditam nos ensinamentos trazidos pela Bíblia, considerando que é um livro inspirado pelo próprio Deus.

Os valores podem ser passados, sem detrimentos, embasados na Bíblia, logico que sem estabelecer nenhum tipo de doutrinação por parte do educador de E.R. as crianças, jovens, adultos, sem dúvida, há muito o que aprender com Bíblia, são muitos os valores passados pela mesma, como por exemplo, a humildade, de acordo com o dicionário brasileiro significa: “s. f. virtude que consiste no sentimento da própria inferioridade ou fraqueza, modéstia, submissão”. De acordo com Bíblia humildade significa modéstia, uma pessoa que é modéstia nunca vai se achar melhor que ninguém, muito pelo o contrário, sempre estará disponível a conhecer e entender o seu próximo.

Ensinar a humildade dentro de sala de aula, sem dúvida abrirá um leque de ensinamentos, pois assim, esses alunos serão dispostos e respeitosos com aquilo que não lhe condiz, pois infelizmente as pessoas hoje, se interessam apenas pelo que lhe é conveniente, não se importando com os demais, isso torna-se um grande problema, tanto em sala de aula, quanto na própria vida social. Em I Pedro 5:5 diz: “Semelhantemente vós jovens, sede sujeitos aos anciões e sede todos sujeitos uns aos outros, e revesti-vos de humildade, por que Deus resiste aos soberbos, mas dá graça aos humildes”.

Qual mal teria se um professor de E.R. ensinasse seus alunos, que eles precisam serem humildes e respeitosos com os mais velhos? E como recompensa disso, eles alcançariam a graça do próprio Deus. Sinceramente não vejo problemas nenhum, mas sim, soluções que implicará futuramente que esse/a jovem, será uma pessoa do bem, com valores, que serão passados em frente, pois, tudo que temos de princípios e valores é através da nossa ação que colocamos em prática. De acordo com os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), (BRASIL, 1997, p.09), o texto frisa que:

Um dos objetivos de o ensino fundamental dever ser capacitar os alunos para: compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças: respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.

No ensino fundamental temos crianças de 11 a 14 anos, que estão na fase de descobertas da compreensão de si mesmo como cidadão, que precisa cumprir a seus deveres e lutar pelos seus direitos, porém antes de qualquer coisa este mesmo adolescente e/ou jovem precisa viver em sociedade de maneira responsável, exercendo a solidariedade, empatia, justiça, amor ao próximo, etc. esse último, é tão importante que basta ele, para que os demais valores sejam desenvolvidos na vida qualquer pessoa. A Bíblia sagrada, em I Coríntios 13:13 “Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e o amor, estes três, mas o maior destes é o amor”.

MARTINELLI (2003, p.15), define que os valores humanos são embasamentos morais e espirituais da concepção humana, a autora afirma ainda, que todas as pessoas precisam ter conhecimentos desses valores, haja vista, que muitos problemas que afligem a humanidade, são causados justamente por pessoas que se negam estes valores, que são primordiais para termos base no desenvolvimento potencial, sejam eles, pessoal e social.

Como já foi citado neste trabalho, a Bíblia Sagrada é uma grande fonte de princípios e valores que obviamente envolve o homem e seu valor natural, algo que fazer parte essencialmente do seu ser. Ou seja, Quando o próprio Deus cria o homem, já lhes são imputados valores, ou melhor o homem em si, já foi criado com valores próprios de sua essência, como por exemplo, dignidade, juízo, comprometimento, dentre outros.

Criou Deus, pois, o homem a sua imagem, a imagem de Deus os criou, homem e mulher os criaram. E os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a. dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra. E disse Deus: eis que vos tenho dado toda a erva que dá semente e que está sobre a face de toda a terra e toda arvore que há fruto de arvore que dá semente: ser-vos-ão para mantimento. (GÊNESES 1:27-29)

Indubitavelmente, através da disciplina E.R. podemos consolidar e ajudar no desenvolvimento do caráter desses dos discente, o que nos trará de recompensa, pessoas cientes, empáticas, humanas, fortes, humildes, educadas, solidarias, altruístas, claro que não podemos nos levar por utopias, pois se não tiver uma parceria entre escola e familiar, isso será quase que impossível, agora se a família está desposta a fazer o seu papel, com certeza será possível.

Poderia ressaltar muitos valores, que são transmitidos pela Bíblia sagrada e que podem subsidiar, sem causar dando algum, ao que esse discente crê e/ou segue, juntamente com sua família, não somente isso, os textos bíblicos podem atingir positivamente diversos âmbitos da vida de qualquer pessoa, que preze pelos princípios e valores e que busquem, o saber ser, fazer e pensar, sempre prezando pelo bem e pelo certo.

Em relação a princípios, MELO (2009, p.82-83), define como:

Mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas lhe compondo o espírito e sentido servido de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico.

O próprio nome nos remete origem, embasamento através de normas, viver com princípios é viver pautado em regras, leis, condutas. O homem vive em sociedade e precisa ter princípios para tal. Ser ensinado a viver na verdade é algo primordial na vida do ser humano, de acordo com autora, MARTINELLI (2003), o princípio da vida é baseado na verdade, quem vive a verdade tem a essência necessária para desenvolver um caráter irrepreensível, pensando nisso a autora destacou alguns valores que são relacionados a verdade:

Discernimento é a utilização da inteligência e do poder discriminatório do que é certo ou errado para tomada de decisão; **interesse pelo conhecimento** – interesse profundo em saber sobre mundo. É tirar o melhor proveito, assim como contribuir para o melhoramento dos nossos talentos; **Reflexão** -conversar consigo mesmo, formando pensamentos vivos e ensaiando ações para concretização de ideias [...]. **Sinceridades**- É o crisol onde se purifica o caráter, uma mente impulsionada pela verdade[...], **Honestidade**- ser honesto é aderir totalmente a verdade [...] **Lealdade**- é um exercício de doação e crença [...] **justiça**- Estabelece a diferença entre o legal e o justo pela ampla análise dos diversos aspectos de uma questão sem preconceitos ou raciocínio viciado é o meio correto de ser justo[...] **Liderança**- verdadeiro líder incorpora os anseios do grupo com espírito de doação e conduz com humildade e lucidez agindo acima dos interesses pessoais; **Humildade**- A humildade só se manifesta quando vencemos o orgulho pessoal .É uma conquista interior e não uma atitude externa que causa efeito impactante sobre as pessoas.

Viver e falar a verdade é de fato o diferencial na vida daqueles que vivem verdadeiramente os valores necessários para uma vida plausível, diante disto, percebe-se o quão importante é a verdade. Como uma palavra pode trazer tantos significados para uma vida? Qual seria o problema de um professor embasar-se na Bíblia, por exemplo e ensinasse a seu filho viver e falar sempre a verdade? Lecionar uma disciplina baseada em valores, é sem dúvidas algo promissor. Principalmente embasado em um livro que é inspirado por um ser que a grande maioria acredita, que é Deus, independente de qual religião o discente e sua família fazem parte. Creio que a importância está em resultados positivos.

A Bíblia sagrada descreve a característica do verdadeiro cidadão dos céus, Salmos 15:1-3, diz:

“Senhor quem habitará no teu tabernáculo? Quem morará no teu Santo monte? Aquele que anda em sinceridade e pratica justiça e fala verazmente segundo seu coração; aquele que não difama com sua língua, nem faz mal ao seu próximo nem aceita nenhuma afronta contra seu próximo[...]

Leis, normas, regras, princípios, valores, independente de nomenclaturas, a questão é: Para tudo precisamos seguir algo, que venha ordenar e/ou reger nossa vida, em qualquer lugar que estejamos sempre haverá normas, logo é primordial que desde cedo sejamos ensinados a ter e demonstrar princípios e valores, além do âmbito familiar, a escola é um meio relevante para também adquirirmos valores e princípios. Temos o livre arbítrio de ir e vir, porém, precisamos aprender desde cedo como ir e vir, em meio a tudo isso, mais do que qualquer coisa precisamos saber como ficar da maneira certa, agindo em conformidade com a sociedade, caso contrário podemos ter por consequências, o não direito de permanecermos livres, e isso inclui o psicológico, físico e o social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, conclui-se que é possível lecionar o Ensino Religioso, sendo imparcial, mas precisamos de muitas melhorias, no que tange a formação de professores de E.R. no Brasil, haja vista, que ainda temos grandes dificuldades para formar de fato esses profissionais, para que assim, ele esteja preparado para exercer esse ofício, sempre com responsabilidade e muito profissionalismo.

É relevante observar que foi mencionada a relevância dessa disciplina, principalmente quando falamos de princípios e valores que podem ser desenvolvidos através dela. Logo, foram também frisados os conceitos de princípios e valores e como eles podem ser ensinados dentro da sala de aula, destacou-se também alguns problemas que essa disciplina enfrenta, esses tais como, preconceitos por parte de familiares dos discentes e até mesmo colegas de trabalho dos docentes, que atuam em outras áreas.

Enfim, a disciplina de ensino religioso, pode ser uma poderosa ferramenta, se for bem usada, através de professores bem formados, ou seja, preparados para estarem em sala de aula, proporcionando conhecimentos, que venham somar para o crescimento intelectual, profissional e pessoal desse discente, que nessa fase de sua vida, muitas vezes, precisam ser ensinados a compreenderem a sua própria existência.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. Resiliência: A construção de uma Nova pedagogia para uma escola pública de qualidade. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 31,32.

BASANES, M. & MORENO, A. (1994). Mexico em la encuesta Mundial de Valores 1981-1990. In J.D. Nicolas & R. Inglehart (Eds), tendencias mundiales de cambio em los valores sociales politicos (pp.499-528). Madri: Fundesco

BECKER, M. O Ensino Religioso entre catequese e ciências da religião: uma avaliação comparativa da formação de professores do E.R. do Brasil e da aprendizagem interreligiosa na Alemanha em busca de ensino religioso interteológico e interdisciplinar (doutorado em educação), universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

BRASIL. LEI N.9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez.1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de educação Básica. Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010. Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a Educação Básica. Diário oficial da união, Brasília, DF, 14 jul. 2010. Seção 1.

BRASIL, Lei N° 9.475, de 22 de julho de 1997. Dá nova redação ao art.33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/L9475.htm> acesso em: 29 de outubro de 2021.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1997. Disponível em: mec.gov.br Acesso em: 17/11/2021

CÂNDIDO, V.C. Aprendendo a ensinar. In: Dialogo. Agosto. Ano VII-n.27. São Paulo: Pia sociedade filhas de São Paulo, 2002.

CORRÊA, B. 2006. Concepções dos Professores sobre o sagrado: implicações para formação docente. Dissertação de mestrado em Educação. Pontifícia Universidade católica do Paraná, Curitiba.

CLAUDINO, Gilz. O Livro didático na formação do professor de ensino religioso. Petrópolis: Vozes, 2009,p. 52, apud. LOUVEM, J. 2017.

DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. Petrópolis: Vozes, 1993, p.153, apud. LOUVEM, J. Ensino Religioso: um estudo sobre a formação e pratica docente em duas escolas públicas de ensino Fundamental 2017.

FERNANDES, F. LUFT, C. GUIMARÃES, F. Dicionário Brasileiro Globo. Editora: globo, 47ª edição, São Paulo, 1997.

FERREIRA, A.C. Ensino Religioso nas fronteiras da ética: subsídios pedagógicos. Petrópolis: vozes, 2001.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO- FONAPER. Parâmetros curriculares Nacionais Ensino Religioso. 2 ed. São Paulo: Ave Maria, 1997, apud. LOUVEM, J. (2017).

FREIRE (1976, p.130), apud. BEISIEGEL, C. (2010, p.99). Paulo Freire. Editora massangana, Recife,2010.

FREIRE (1976, p.130), apud. BEISIEGEL, C. (2010, p.89). Paulo Freire. Editora massangana, Recife,2010.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa* 9. Ed. São Paulo: paz e terra, 1998, p.52.

JUNQUEIRA, S. (org). 2009. *O sagrado: fundamentos e conteúdo do ensino religioso*. Curitiba: IBPEX.

JUNQUEIRA, S; HOLANDA, A; CORRÊA, R; *Ensino Religioso: aspectos legais*. In: JUNQUEIRA, S. (org.) *Ensino Religioso no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2015 p. 41-44.

MARTINELLI, Marilu. *Aulas de transformação: o programa de educação em valores humanos*. São Paulo: Peirópolis, 2003

MASLOW, A. (1983). *El hombre autorrealizado*. Barcelona: Kairós. apud. COELHO, J. GOUVEIA, V. GUERRA, V. SANTOS, W. SOUZA, L. *A influência dos valores humanos no compromisso religioso*.2012.

MELO, Celso Antônio Bandeira. *Curso de direito administrativo*.26 ed. São Paulo: Malheiros.2009.

PORT.WACHS, 2009, p.186, apud. LOUVEM, J. *Ensino Religioso: um estudo sobre a formação e prática docente em duas escolas públicas de ensino fundamental*. 2017

SCUSSEL, Marcos André. *O desenvolvimento de competências no ensino religioso e a formação para cidadania*. In: BRANDENBURG, L. KLEM,Remi; REBLIN, Iuri Andréas; STRECK,G.I.W. (orgs) *Ensino Religioso e Docência e (m) Formação*. São Leopoldo: sinodal/EST,2003. p.39.

STIGAR, Robson. *O tempo e o Espaço na construção do ensino Religioso: um estudo sobre a concepção de Ensino Religioso na lei de diretrizes e Bases da educação nacional*. (mestrado em ciência da religião) pontifícia Universidade Católica (PUC) São Paulo,2009.

CAPÍTULO 20
INTERFERÊNCIAS ATUAIS NO
DESENVOLVIMENTO DO ADOLESCENTE NO
MUNDO ATUAL

Kátia Silene Silva Souza
Célio Roberto Santos de Souza
Ricardo Figueiredo Pinto



INTERFERÊNCIAS ATUAIS NO DESENVOLVIMENTO DO ADOLESCENTE NO MUNDO ATUAL

Kátia Silene Silva Souza
Célio Roberto Santos de Souza
Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

O desenvolvimento na adolescência é um momento peculiar que sofre influência de âmbito social sobre a construção da identidade psicossocial. O presente artigo desenvolve uma reflexão sobre as interferências atuais no desenvolvimento da adolescência. Para tal foi feita uma pesquisa qualitativa a partir de uma revisão bibliográfica. Conclui-se que o adolescente sofre interferências midiática a partir da internalização de conceitos que os influenciam na percepção da autoimagem e do padrão de consumo, e também a mudança nas famílias no que concerne ao divórcio que a Síndrome da Alienação Parental tem influenciado de forma negativa na formação da identidade psicossocial do adolescente.

Palavras-chave: Adolescência - Desenvolvimento - Influência - Mídia.

ABSTRACT

Adolescence development is a peculiar moment that is influenced by the social sphere on the construction of psychosocial identity. This article reflects on current interferences in the development of adolescence. To this end, qualitative research was carried out based on a literature review. It is concluded that the adolescent suffers media interference from the internalization of concepts that influence the perception of self-image and consumption pattern, and also the change in families regarding divorce that the Parental Alienation Syndrome has negatively influenced in the formation of the adolescent's psychosocial identity.

Keywords: Adolescence - Development - Influence - Media.

RESUMEN

El desarrollo de la adolescencia es un momento peculiar en el que influye el ámbito social en la construcción de la identidad psicossocial. Este artículo reflexiona sobre las interferencias actuales en el desarrollo de la adolescencia. Para ello, se realizó una investigación cualitativa basada en una revisión de la literatura. Se concluye que el adolescente sufre interferencia mediática por la internalización de conceptos que influyen en la percepción de autoimagen y patrón de consumo, y también el cambio en las familias respecto al divorcio que el Síndrome de Alienación Parental ha influido negativamente en la formación de la identidad psicossocial del adolescente.

Palabras clave: Adolescencia - Desarrollo - Influencia - Medios de comunicación.

INTRODUÇÃO

O advento das novas tecnologias de informação produziu um aceleramento de divulgação, acesso as notícias e de opiniões em proporção mundial, produzindo intervenções na percepção acelerada do tempo com impacto na qualidade e produção de novos saberes. Assim a percepção de diferentes características geracionais, que durante o século XX era demarcada em média a cada vinte e cinco anos, passaram a surgir a cada dez anos a partir do século XXI. Neste contexto, nos últimos anos surge a geração Z (MUSSIO, 2017).

A geração Z é também conhecida como “Nativos Digitais”, “iGeneration”, “Geração da Internet”, “Plurais” ou “Centennials” e abrange os nascidos a partir de 1990 até 2010. Esta geração tem suas características relacionadas ao grandioso avanço da Internet e dos equipamentos tecnológicos como os celulares, smartfone e tablet. Sendo a geração que se desenvolveu em meio ao incremento da World Wide Web (www), conhecida como Web 2.0.

Os adolescentes dessa geração, não conhecem o mundo sem computador, aparelhos tecnológicos e internet. Portanto, estão familiarizados em conseguir informação com facilidade e rapidez, geralmente são imediatistas, com comportamento individualista e antissocial, fazem muitas tarefas ao mesmo tempo, relacionam-se com os amigos através dos aparelhos móveis conectados as redes sociais (MUSSIO, 2017; GUERIN, PRIOTTO, MOURA, 2018).

Redes Sociais, Mídia E Adolescente

A sociedade, em meio a internet, evolui buscando possibilidades de crescimento e aprimoramento de acesso à educação, a saúde, a segurança, as políticas públicas, ao comércio, ao entretenimento, aos relacionamentos, ou seja, que torne a vida mais fácil e prática. Desta forma, evidenciando um mundo virtual que tem a capacidade de se interligar em forma de rede, onde os adolescentes da geração Z estão imersos e lidam com tranquilidade.

Essa geração quer estar conectada em todo tempo, utilizam as redes sociais com grande frequência para manter contato com seus amigos e saber das notícias em tempo real. Também geram notícias do que está acontecendo em sua volta e inevitavelmente são as notícias, expondo nas redes sociais sua vida íntima, através de publicações, em áudios, fotos e vídeos.

Esse comportamento característico foi observado por Chiusoli et al., (2020), onde 79% da amostra de 100 adolescentes, de uma instituição pública no interior do Paraná, com idade de até 19 anos não desligam o celular, nem enquanto dormiam e ainda que 77% dos participantes já se sentiram em algum momento prejudicados com o excesso do uso da tecnologia.

Além disso, Rosa (2017), que buscava a influência nos conflitos quanto aos fatores “uso e tensão” e “preocupação cognitiva” relacionado ao uso de aplicativos e a relação com a vida pessoal, social e escolar de adolescentes, destacou que eles ignoram ou se mantêm neutros quanto aos danos causados pelo excesso do uso tecnológico. A autora ainda evidenciou a necessidade de se conscientizar os jovens sobre os impactos do uso excessivo dos aplicativos.

Os aplicativos de redes sociais facilitam a interação entre as pessoas e encurtam as distâncias no que se refere a comunicação, além de repercutir notícias de nível global em tempo real. A isso soma-se a possibilidade de compartilhamento de informações, fotos, vídeos,

músicas, sentimentos, compra e venda de produtos, busca por empregos e funcionários, ou seja, um leque de opções que atraem as pessoas, principalmente aquelas com maior facilidade de inserção e utilização desses recursos tecnológicos, como os adolescentes da geração Z.

O Instagram, por exemplo, muito usado por adolescentes, atingiu 700 milhões de usuários ativos no mundo no ano de 2017, com grande capacidade de influência. Usuários com grande repercussão e mobilização de pessoa, tomaram-se *influencer*, ou seja, podem influenciar as outras pessoas com suas publicações de opiniões, desejos, padrões estéticos, produzindo comportamentos de consumo por suas propagandas (ROSA, 2017).

Desta forma, a internalização desses conceitos pode produzir informações erradas, pois geralmente os usuários confiam nas opiniões do *influencer* e não buscam comprovação científica de especialistas nos produtos oferecidos. Como no caso de produtos “milagrosos” para emagrecimento, que geralmente é apresentado por uma pessoa com um corpo em padrão de beleza.

Mídia, Corpo, Beleza E Adolescente

Com o intuito de observar a influência das redes sociais na avaliação que se faz do corpo, Lira et al., (2017) obtiveram em pesquisa com 212 meninas entre 10 e 19 anos, que aproximadamente um quarto de sua amostra relatou se sentir influenciada na percepção e relação de julgamento com seus corpos, e ainda que esta associação foi de insatisfação das suas imagens corporais.

Assim, observa-se que a mídia pode incentivar conceitos de padrão de beleza ao mostrar com frequência em propagandas imagens de corpos magros para criar nas pessoas uma imagem corporal idealizada e ainda levando a ideia de que basta a pessoa querer para que ela adquira um corpo “belo” e assim se sentir melhor e aceita pela sociedade. Desta forma criando uma relação entre o corpo e o bem estar social e emocional (COPETTI, QUIROGA, 2018).

“[...] a mídia se converteu em uma instância educativa que define, regula e disciplina corpos, ditando padrões estéticos conforme interesses mercadológicos. A adolescência é um período da vida de grandes mudanças, de fragilidades e instabilidade emocional, durante o qual o indivíduo está construindo uma identidade corporal e buscando referências corporais. Considerando essa importante transição, constatamos que a mídia produz sentimento de insatisfação corporal nos adolescentes a partir do momento em que divulga e propaga um determinado modelo de “corpo ideal”. Isso porque as suas escolhas alimentares, fortemente influenciadas pelo padrão estético que a mídia estabelece, não lhes possibilita alcançar esse modelo.” (BITTAR, SOARES, 2020. Pág. 301).

Desta forma, para os adolescentes, que ainda estão em fase de formação da identidade, a mídia pode exercer um papel determinante nas escolhas e na concepção de conceitos sobre si

e sobre o outro. Portanto, acarretando numa construção psicossocial confusa que pode levar a baixa autoestima e transtornos alimentares, por exemplo, bem como pode gerar angústia, frustração e sofrimento ao desejar um padrão estabelecido pela indústria da beleza.

Murari e Dorneles (2018), em sua revisão de literatura destacam que os adolescentes, em especial do sexo feminino, sofrem para atingir um modelo de corpo ideal e que a mídia exerce funções influenciadoras quando incentiva o consumismo vendendo fórmulas milagrosas de beleza e dietas mágicas gerando um descontentamento, principalmente nos adolescentes que se preocupam com a opinião do grupo social que convive.

Neste sentido, o comportamento consumista estimulado no adolescente promove a solução de problemas através da compra, fazendo com que haja prazer em comprar, pois comprar por impulso pode propiciar sentimentos positivos como euforia, desejo e satisfação, embora também possa despertar vergonha, tristeza, culpa e desespero (MEDEIROS, 2015). Mas adotar hábitos de compulsividade pode desenvolver atitudes materialistas exacerbadas.

Cultura do Consumo, Materialismo e Adolescente

Um fator que pode influenciar no consumo excessivo é o estresse, que neste momento da vida, o adolescente, está sujeito devido as mudanças biológicas, psicológicas e sociais que estão ocorrendo (Medeiros et al. 2015). Logo, a associação do estresse com valorização da cultura de consumo excessivo pode levar a formação de um adulto com atitudes excessivamente materialista.

Desta forma, a relação do adolescente com a cultura de consumo nos diferentes grupos sociais é importante para o seu desenvolvimento psicossocial, pois interferirá quando ele fizer seus julgamentos para definir sua relação com os bens materiais quando adulto. No entanto, a relação de consumo adolescente é moderada pela forma como esta é evidenciada na sociedade.

Conforme a pesquisa qualitativa de Carvalho, Queiroz e Bergamo (2017) com adolescentes constataram que “[...] a família atua como fator mais influente nos padrões de consumo, os pares influenciam o padrão de comportamento de compra, a mídia fomenta a identidade coletiva enquanto a classe social é variável moderadora influente em todos os demais fatores”. Assim, a forma como a sociedade enfatiza a cultura de consumo influenciará no comportamento de consumo do adolescente.

Além disso, na pesquisa de Palhares e Freitas (2017) com adolescentes observou-se uma relação positiva e significativa entre o número de horas de uso da internet e os níveis de materialismo, os autores destacam a relevância de discussões a respeito dessa relação, pois em

seus estudos levantaram que o materialismo traz prejuízos sociais, intelectuais e até adoecimento.

Família, Alienação Parental e Adolescente

É papel da família em orientar o adolescente nas questões financeiras e de consumo, visto que a influência através da tecnologia é significativa nesse comportamento e a forma como ocorre essa relação vai se refletir na formação da identidade psicossocial, ou seja, o padrão que o adulto adotará para adquirir bens, buscar emprego, organizar suas finanças, por exemplo.

“A atuação parental tem papel fundamental nas escolhas do adolescente, uma vez que este requer de seus pais que a sua opinião seja levada em consideração, solicitando o diálogo. A família deve proporcionar o apoio necessário para a elaboração dos projetos de vida do adolescente, esclarecendo sobre as metas necessárias para a sua concretização, ensinando como encarar os desafios e os riscos do mundo, estimulando a confiança, agregando motivos para que este valorize a própria vida, alertando sobre o que é imediato e o que é passageiro e sobre o que faz ou não faz sentido para o seu projeto de vida.” (ROCHA, RIBEIRO, 2017. Pág. 46).

Assim a família como um grupo social interfere na formação do adolescente, haja vista que pode orientar através de seu exemplo e reflexões acerca dos acontecimentos, das dúvidas, dos projetos de vida mostrando possibilidades e previsões, uma vez que tem maturidade adquirida com as experiências vividas que fortalecem seus discursos afim de ampliar os horizontes do jovem em formação. Desta forma a aproximação dos pais com os filhos protegem o desenvolvimento saudável do adolescente.

“A convivência da prole junto aos pais é regra comum nas sociedades e um impositivo de ordem natural. Sua importância para o desenvolvimento da célula familiar se justifica em razão do vínculo do indivíduo com sua ascendência, de forma que venha a ser fundamental para seu desenvolvimento humano.” (BARBOSA, ZANDONADI, 2018. Pág. 60).

Por outro lado, a família tem passado por mudanças em sua estrutura quanto formação dos casais, número de filhos e parente responsável pelo menor, este último pode ocorrer por falecimento dos pais, necessidade do casal, pelo término do relacionamento. No que diz respeito a dissolução do casamento no Brasil, os números do ano de 2019 contabilizaram 383 286 divórcios concedidos em 1ª instância ou por escrituras extrajudiciais (IBGE, 2019).

A separação dos pais tem interferido na formação do adolescente com o que hoje se define como Síndrome de Alienação Parental que é compreendida como a incitação que um dos pais exerce sobre o menor, para que este venha a ter sentimentos e atitudes que não foram

gerados por ele, no entanto intencionalmente provocados a desempenhar com o intuito de denegrir a imagem do parente que não possui a guarda.

“[...] A Alienação Parental e sua Síndrome estão presentes na sociedade moderna atingindo crianças e adolescentes do ponto de vista biopsicossocial de forma muito grave, acarretando problemas como: medo, insegurança, baixa autoestima, memórias distorcidas com sentimento de culpa, comportamentos antissociais, bulimia, anorexia, dependências químicas, depressão e tendências altas para o suicídio” (GONZAGA et al., 2021. Página 01).

E ainda, para Pinto e Mendes (2018, pág. 07), as consequências da Síndrome de Alienação Parental provoca “[...] transtornos como: dupla personalidade, sentimento de culpa, depressão, ansiedade, transtornos de identidade, isolamento, insegurança, dificuldades de aprendizado, entre outros.” Neste sentido a influência que um familiar pode ter sobre o ser em formação prejudica o seu desenvolvimento saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo refletir sobre algumas interferências atuais no desenvolvimento psicossocial de adolescentes. Para tanto caracterizou-se a geração Z, o atual grupo em adolescência, quanto ao uso da tecnologia. Observou-se a relação do adolescente com a mídia, as redes sociais, o consumo, o materialismo e a família.

Neste sentido, considera-se que os adolescentes por atravessarem um momento peculiar de desenvolvimento em que suas capacidades psicossociais ainda não atingiram sua maturidade completa estão mais vulneráveis as influências do contexto social, o que desperta a necessidade em orientá-los sobre a sua relação com a mídia, com o consumo para a formação de seus conceitos.

REFERENCIAS

BARBOSA, Charles Wesley; ZANDONADI, Antonio Carlos. Alienação parental e seus impactos no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. Revista FaroL, v. 7, n. 7, p. 58-72, 2018.

BITTAR, Carime; SOARES, Amanda. Mídia e comportamento alimentar na adolescência. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 28, p. 291-308, 2020.

CARVALHO, Andrya Verena Silva Rosa de; QUEIROZ, Larissa Soares de; BERGAMO, Fábio Vinicius de Macedo. Consumo adolescente: construindo a identidade de jovens brasileiras. Revista Brasileira de Marketing, v. 16, n. 1, p. 68-82, 2017.

CHIUSOLI, C. L.; BARROS, V. de; LUZ, D. T. da; CAMPANHARO, A. S. Atividade acadêmica, tecnologia e rede social: o comportamento da geração Z. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 3, p. e169932725, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i3.2725. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2725>. Acesso em: 19 out. 2021.

COPETTI, Aline Vieira Sá; QUIROGA, Carolina Villanova. A influência da mídia nos transtornos alimentares e na autoimagem em adolescentes. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 10, n. 2, p. 161-177, 2018.

GONZAGA, Kappydra Lacerda de P. et al. Síndrome da alienação parental e suas consequências biopsicossociais em crianças e adolescentes. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 2, p. e6196-e6196, 2021.

GUERIN, Cintia Soares; PRIOTTO, Elis Maria Teixeira Palma; MOURA, Fernanda Carminati de. Geração z: a influência da tecnologia nos hábitos e características de adolescentes. *Revista Valore*, v. 3, p. 726-734, 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Estatística do Registro Civil 2019* IBGE.

Lira, Ariana Galhardi et al. Uso de redes sociais, influência da mídia e insatisfação com a imagem corporal de adolescentes brasileiras. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* [online]. 2017, v. 66, n. 3 [Acessado 19 outubro 2021], pp. 164-171. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0047-2085000000166>>. ISSN 1982-0208. <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000166>.

Medeiros, Fabiana Gama de et al. Influência de Estresse, Materialismo e Autoestima na Compra Compulsiva de Adolescentes. *Revista de Administração Contemporânea* [online]. 2015, v. 19, n. spe2 [acessado 5 novembro 2021], pp. 137-156. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20151553>>. ISSN 1982-7849. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20151553>.

MEDEIROS, Fabiana Gama de et al. Influência de Estresse, Materialismo e Autoestima na Compra Compulsiva de Adolescentes. *Revista de Administração Contemporânea* [online]. 2015, v. 19, n. spe2 [acessado 5 novembro 2021], pp. 137-156. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20151553>>. ISSN 1982-7849. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20151553>.

MURARI, Karina Stangherlin; DORNELES, Patrícia Paludette. Uma revisão acerca do padrão de autoimagem em adolescentes. *Revista Perspectiva: Ciência e Saúde*, v. 3, n. 1, 2018.

MUSSIO, Rogeria Albertinase Pincelli. **A geração Z e suas respostas comportamental e emotiva nas redes sociais virtuais**. 30/06/2017 205 f. Mestrado em desenvolvimento humano e tecnologias. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (RIO CLARO), Rio Claro Biblioteca Depositária: IB/RC.

PALHARES, Fernanda; FREITAS, Lia Beatriz de Luca. Materialismo de adolescentes de uma cidade do sul do Brasil. *Psico* (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 61-69, 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

53712017000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 out. 2021. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2017.1.23652>.

PINTO, N. A. S.; MENDES, D. F. A INFLUÊNCIA DA SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL NO DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE: os conflitos e frustrações. *Psicologia e Saúde em debate*, [S. l.], v. 4, n. Suppl1, p. 7–7, 2018. Disponível em: <http://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/351>. Acesso em: 19 out. 2021.

ROCHA, Fátima Niemeyer da; RIBEIRO, Carlos Alberto. Escolhas na adolescência: implicações contemporâneas dos grupos sociais e da família. *Revista Mosaico*, v. 8, n. 2, p. 39-47, 2017.

ROSA, Ana Claudia Da. **Aplicativos de redes sociais: uso excessivo, preocupação cognitiva e consequências negativas**. 18/12/2017 131 f. Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria Biblioteca Depositária: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA.

CAPÍTULO 21

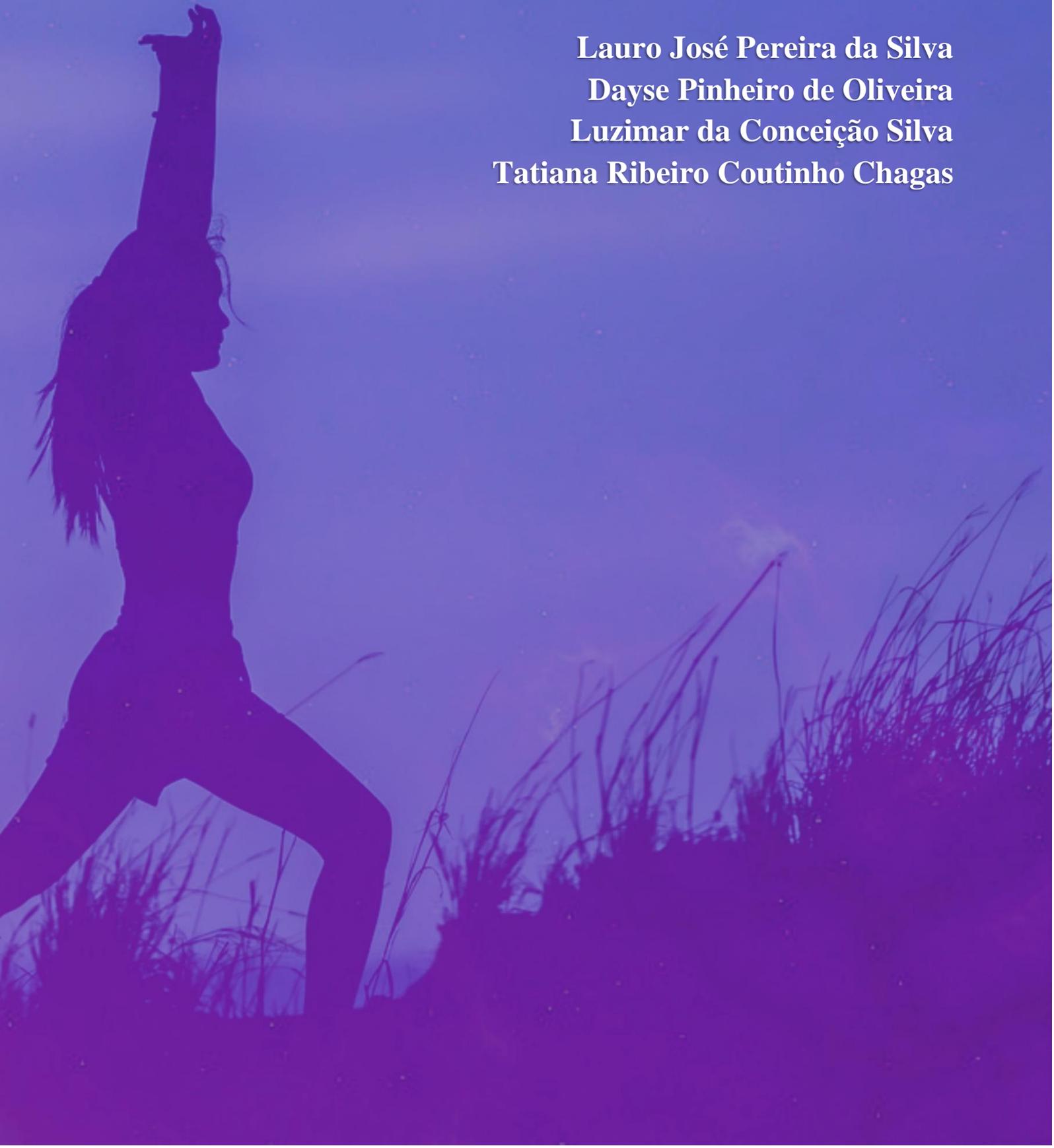
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO

Lauro José Pereira da Silva

Dayse Pinheiro de Oliveira

Luzimar da Conceição Silva

Tatiana Ribeiro Coutinho Chagas



A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO

Lauro José Pereira da Silva
Dayse Pinheiro de Oliveira
Luzimar da Conceição Silva
Tatiana Ribeiro Coutinho Chagas

RESUMO

O objetivo deste artigo é demonstrar a importância da realização do trabalho educacional como modo de ressocialização nos presidiários na sociedade brasileira, destacando a relação professor e aluno e as metodologias utilizadas no espaço. Nos últimos tempos precisou-se de mais políticas públicas relacionadas a educação carcerária. Há uma luta constante em acreditar que a educação é a chave para um mundo e melhor de abertura de conhecimentos assim, o sistema de educação ao sistema prisional brasileiro deve estar relacionado a ressocialização é uma necessidade constante para jovens e adultos, homens e mulheres privados de liberdade. Desta maneira, a busca de transformações na vida dos prisioneiros através da educação como mostra o autor Paulo Freire em *Pedagogia da autonomia* (FREIRE, 1996), o autor afirma que a participação é condição para a construção da escola democrática. Destaca a importância de os educadores terem voz para participar, efetivamente, do processo de decisão sobre as políticas curriculares no âmbito da escola. Entende, assim, que a escola democrática somente se faz em um espaço/tempo no qual são gestadas e praticadas as políticas curriculares. A metodologia é a pesquisa bibliográfica e descritiva. O resultado da proposta desta pesquisa, desenvolveu a construção e reconstrução junto com as teorias da educação relacionada a vida dos cidadãos privados de liberdade. A conclusão direcionou que através de uma escola democrática a fim de conseguir um tempo, espaço e local para que o indivíduo privado de liberdade obtenha uma visão e “lugar ao sol” com o exercício da cidadania aprendendo com o ensino aprendizagem dentro do cárcere, e assim, se preparando para sua nova vida.

Palavras-Chave: Educação Prisional; Direitos Humanos. Ressocialização

ABSTRACT

The aim of this article is to demonstrate the importance of carrying out educational work as a way of resocializing inmates in Brazilian society, highlighting the teacher-student relationship and the methodologies used in the space. In recent times, more public policies related to prison education were needed. There is a constant struggle to believe that education is the key to a better world of knowledge opening. Thus, the education system to the Brazilian prison system must be related to re-socialization is a constant need for young people and adults, men and women deprived of freedom. In this way, the search for transformations in the lives of prisoners through education, as shown by the author Paulo Freire in *Pedagogy of autonomy* (FREIRE, 1996), the author states that participation is a condition for the construction of a democratic school. It highlights the importance of educators having a voice to effectively participate in the decision-making process on curriculum policies within the school. It understands, therefore, that the democratic school is only made in a space/time in which curricular policies are created and practiced. The methodology is bibliographic and descriptive research. The result of the proposal of this research, developed the construction and reconstruction along with theories of education related to the lives of citizens deprived of freedom. The conclusion indicated that through a democratic school, in order to obtain a time, space and place for the individual deprived of liberty to obtain a vision and "place in the sun" with the exercise of citizenship learning with teaching, learning within prison, and thus getting ready for your new life.

Keywords: Prison Education; Human rights. Resocialization

RESUMEN

El objetivo de este artículo es demostrar la importancia del trabajo educativo como una forma de resocializar a los internos en la sociedad brasileña, destacando la relación maestro-alumno y las metodologías utilizadas en el espacio. En los últimos tiempos se necesitaban más políticas públicas relacionadas con la educación carcelaria. Hay una lucha constante por creer que la educación es la clave para un mundo mejor de apertura del conocimiento. Por lo tanto, el sistema educativo al sistema penitenciario brasileño debe estar relacionado con la resocialización es una necesidad constante para jóvenes y adultos, hombres y mujeres. privado de libertad. De esta manera, la búsqueda de transformaciones en la vida de los presos a través de la educación, como lo muestra el autor Paulo Freire en Pedagogía de la autonomía (FREIRE, 1996), el autor afirma que la participación es una condición para la construcción de una escuela democrática. Destaca la importancia de que los educadores tengan voz para participar de manera efectiva en el proceso de toma de decisiones sobre las políticas curriculares dentro de la escuela. Entiende, por tanto, que la escuela democrática solo se hace en un espacio / tiempo en el que se crean y practican políticas curriculares. La metodología es de investigación bibliográfica y descriptiva. Fruto de la propuesta de esta investigación, se desarrolló la construcción y reconstrucción junto con las teorías de la educación relacionadas con la vida de los ciudadanos privados de libertad. La conclusión indicó que a través de una escuela democrática, con el fin de obtener un tiempo, espacio y lugar para que el individuo privado de libertad obtenga una visión y un "lugar al sol" con el ejercicio de la ciudadanía aprender con la enseñanza, el aprendizaje dentro de la prisión, y preparándose así para su nueva vida.

Palabras clave: Educación Penitenciaria; Derechos humanos. Resocialización

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da proposta de projeto de análise teórica sobre a sociedade Brasileira precisa de uma reformulação nas políticas públicas relacionadas a educação carcerária, ou seja, a busca incessante pela ressocialização dos mesmos, dessa maneira, a implantação do sistema de educação ao sistema prisional brasileiro é uma necessidade constante.

A educação prisional é um assunto desconhecido por muitos de nossa sociedade e a ressocialização desses jovens e adultos e quase impossível aos olhos de quem não procurar entender melhor o que pode proporcionar esse ensino, mas requer um envolvimento da comunidade e de familiares como uma medida de inclusão, ressocialização e acessibilidade dos jovens e adultos privados de sua liberdade, com isso entende-se a necessidade de conhecer melhor o sistema de ensino tendo em vista a educação como via de acesso e transformação de uma sociedade. (SANTOS; EQUER; MONTMOR; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015)

Sendo assim, o Brasil lança a ressocialização na área da educação para jovens e adultos de um modo geral, e especificamente nesta pesquisa, a busca de transformações na vida dos prisioneiros através da educação.

É interessante destacar sobre a obra intitulada Pedagogia da autonomia (FREIRE, 1996), o autor afirma que a participação é condição para a construção da escola democrática. Destaca

a importância de os educadores terem voz para participar, efetivamente, do processo de decisão sobre as políticas curriculares no âmbito da escola. Entende, assim, que a escola democrática somente se faz em um espaço/tempo no qual são gestadas e praticadas as políticas curriculares. Ele critica severamente os ‘pacotes’ curriculares que, em nome da sabedoria pedagógica ostentada pelas elites intelectuais, silenciam os docentes, privando-os de liberdade e autoridade docente. Freire faz questão de assinalar, porém, que a “liberdade e a autoridade docentes, democráticas, precisam estar apoiadas na competência profissional dos professores” (IBID, p. 103). Todavia, ressalta a importância do exercício da decisão pois, só decidindo é que se aprende a decidir e só pela decisão se alcança autonomia (IBID., p.119-120).

Construir e reconstruir a vida através de uma escola democrática a fim de conseguir um tempo, espaço e local para que o indivíduo privado de liberdade obtenha uma visão e “lugar ao sol” com o exercício da cidadania aprendendo com o ensino aprendizagem dentro do cárcere, e assim, se preparando para sua nova vida.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO NA PRISÃO

Na compreensão do processo de ressocialização do cidadão privado de liberdade, a educação é um aspecto importante na evolução desta pesquisa.

A educação nas prisões é um tema ainda esquecido pela historiografia da educação brasileira, excetuando-se pelas poucas pesquisas em níveis de mestrado e doutorado existentes ou em andamento e disponíveis nas estantes das bibliotecas de algumas instituições de ensino superior. Contudo a educação na prisão é um direito do apenado e interno, regulamentada atualmente pela Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/1984), tendo como finalidade reger em âmbito nacional o funcionamento e a efetivação das disposições de sentença ou decisão criminal, e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e interno (VASQUEZ, 2007, p. 1).

É importante destacar que nessa visão a LEP consolidou todos os direitos à educação ao preso e interno no Brasil, com a determinação do Capítulo II - Da Assistência/Seção V – Da Assistência Educacional (GOMES, 2006), ou seja, a obrigatoriedade das Unidades Federadas garantirem a assistência educacional dentro das prisões, com objetivo de assistir à população carcerária, mas apenas para curso de ensino fundamental e formação profissional, e um lugar no mercado.

Para Leal et al (2020, p.38) demonstra que existe um paradoxo social para efetivação com qualidade da assistência educacional à população carcerária. É o fato que o espaço em que estão as escolas dentro das prisões, prevalece o controle dos corpos, a vigília dos

comportamentos e punição a alma das pessoas que cometeram crimes, como nos leva a refletir Foucault (1977, 2005).

Na visão Foucaultiana a prisão funciona como instrumento de vigilância pelo qual o detento é observado em cada uma de suas condutas, e é possível avaliar os pontos positivos e negativos que irá influenciar na sua ressocialização. Por esse motivo, “O tema panóptico - ao mesmo tempo vigilância e observação, segurança e saber, individualização, isolamento e transparência- encontrou na prisão seu local privilegiado de realização” (Foucault, 2012 pág. 235)

Em contrapartida é de bom alvitre estabelecer, como já citado anteriormente, a diferença entre os dois autores.

Em Beccaria (2013) apud Sales (2015) a criminologista e economista italiano inconformado com a crueldade das penas segue uma corrente humanitária, pelo qual sugere reformas no sistema penal. Decorrente da sua indignação com as injustiças. Beccaria traz uma perspectiva diferente, propondo aderência a um sistema no qual os castigos e penas sejam proporcionais aos delitos, ou seja, penas justas. Ele propôs e defendeu um sistema jurídico mais humanitário, e de fácil compreensão para que todos tivessem acesso, conhecimento, tornando-se esclarecidos, e assim sendo, distanciando-se dos atos danosos e delituosos que trariam prejuízos tantos sociais, quanto de ordem individual para os agentes detentores.

De acordo com Sales (2015) demonstra que Beccaria, percebe-se que sobretudo ele busca protegera **dignidade humana**, porquanto para ele é preferível prevenir os delitos a ter de puni-los, e é o que de fato acontece nas sociedades modernas, não há investimento em métodos preventivos, utilizando-se abundantemente de métodos coercitivos que são sobretudo ineficazes. (grifo nosso)

Portanto, há um ponto de convergência entre Foucault e Beccaria, no qual pensam em comum, quando ambos concordam com a falha do sistema penal e do sistema penitenciário e o fracasso de seu objetivo. Pode-se comprovar esse elemento como no seguinte trecho da obra Vigiar e punir de Michel Foucault que diz:

O sentimento de injustiça que um prisioneiro experimenta é uma das causas que mais podem tornar indomável seu caráter. Quando se vê assim exposto a sofrimentos que a lei não ordenou nem mesmo previu, ele entra em um estado habitual de cólera contra tudo que o cerca; só vê carrascos em todos os agentes da autoridade: não pensa mais ter sido culpado; acusa a própria justiça. (FOUCAULT, 2012 pág.252)

Na realidade, a visão de ressocialização com a educação é a melhor saída e a decadência do sistema penitenciário, é a omissão e violação aos precarizar diária e constantemente o que deveria reconstruir, restaurar e devolver a sociedade um indivíduo ressocializado.

Sendo assim, o indivíduo privado de liberdade infrator já ingressa no sistema penal desacreditado, tanto pelas questões de ordem cultural quanto pelo tratamento abusivo por parte poder público, de tal forma que a justiça pregada pela sociedade e pelo Estado é contraditória com o que chamamos de ressocialização e esses são fatores que não passa despercebido pelos presos nem pela sociedade, desencadeando gritantes aumentos nos índices de violência e marginalidade.

A EDUCAÇÃO NA PRISÃO É UMA UTOPIA?

De acordo com Chies (2009), desconfiando das políticas promovidas na prisão, alerta que é necessário um redimensionamento das políticas penitenciárias afastando a noção de tratamento e direcionado ao compromisso crítico do enfrentamento das vulnerabilidades, levando em conta as especificidades da prisão no que diz respeito à situação de vulnerabilidade por ela gerada ou agravada.

Neste sentido, o autor destaca a necessidade de que a educação esteja totalmente desvinculada de noções de reabilitação, sendo preciso analisar criticamente as práticas educativas para além das “boas intenções”.



Figura 1 - A educação como solução para ressocialização de detentos – utopia ou realidade?

Fonte: Gobb, 2017.

Como se observa a Figura 1 acima, a autora Gobb (2017) demonstra que o conhecimento/educação serve de solução para uma infinidade de aspectos, neste caso, a figura apresenta que o indivíduo privado de liberdade toma consciência, que até estudando obtém redução de pena. Assim, Gobb (2017) apresenta alguns inícios de redações sobre o tema, “Os presos, a aprendizagem e o direito”:

“Os presos, a aprendizagem e o direito”

Desde os mais remotos tempos, a privação de liberdade é uma real punição para crimes cometidos contra a sociedade e seus patrimônios. Dessa maneira, a ressocialização dos detentos apresenta-se como uma inquietante problemática que vem tentando ser resolvida por meio de medidas educativas. No entanto, essas medidas não têm sido, até o momento, reais e efetivas. O sistema carcerário brasileiro, ainda hoje, é considerado “medieval”, uma vez que, não acompanha a evolução da tecnologia e a passagem dos anos. Somente em 2010, foi criada a Lei 12.245, que determina a oferta de educação básica e profissional em todas as unidades prisionais. O descumprimento dessa lei, haja vista que 40% dos presídios ainda não tem sala de aula, vai ao encontro de outro problema: a falta de estrutura. A ideia de que a educação é um privilégio e os presos não a merecem é assumida por grande parcela da sociedade. Em contrapartida, especialistas afirmam que o investimento em educação prisional é essencial para a ressocialização dos detentos. Além disso, se caracteriza como uma possível maneira de evitar a sua volta à criminalidade e um modo de garantir o seu direito à educação previstos na Constituição Federal. (GOBB, 2017, p.1)

Percebe-se que na citação acima sobre a pesquisa de Gobb (2017) demonstram dados em que a população carcerária gostaria de estudar, ou seja, a orientação educacional com um trabalho interdisciplinar é muito importante.

Deste modo, Chies (2009) o autor alerta para a resistência das administrações penitenciárias em relação às experiências educacionais e a concepções que desvalorizam a própria experiência do ensino, com foco em resultados.

De acordo Ramalho (2008) demonstra a educação como realidade, quando os presos do sistema penitenciário em São Paulo, no período do de 1975 e 1976, revela um certo sentido da prisão enquanto espaço de aprendizagem. Quando a prisão é vista, nas falas dos presos ouvidos na pesquisa, como local de aprendizagem do “proceder”, aparecendo no discurso de alguns deles como sinônimo de educação, de saber se portar. A partir da retomada da velha metáfora, a prisão é vista por alguns presos como “faculdade do crime” ou “escola do crime”, ao invés de “recuperar”.

No roteiro percorrido por Ramalho (2008), apresenta sobre a descrição de uma sala de aula improvisada em um dos pavilhões é feita de maneira breve, destacando que um preso exercia a função de professor, além da existência de uma pequena estante com livros fazendo as vezes de biblioteca.

Paralelamente, se observa que à precariedade da estrutura descrita, quando nos estudos de Ramalho (2008) um dos presos entrevistados sustentava que “a maior parte do estudo” foi feita por ele na cadeia, pois havia largado a escola no segundo ano. Este pode ser um indicativo de que, mesmo em caráter excepcional e em condições absolutamente precárias, havia alguma busca pela educação escolar e algum proveito por parte dos indivíduos presos.

Mediante a compreensão de Baratta (2002) avalia que o encarceramento se contrapõe a um modelo de educação que estimule a autonomia. Assim, a prisão enquanto espaço de aprendizagem para se tornar bom preso, assim se observa a ocorrência deste processo entre as forças da hierarquia institucional e de grupos informalmente organizados na prisão.

Para Baratta (2002, p. 194) afirmava, ainda nos 1980, ter havido o abandono da ideologia da função educativa da prisão, com a legitimação perante a sociedade do caráter retributivo da prisão. Para o autor, a prisão representa a real função de “constituir e manter uma determinada forma de marginalização”, necessitando cada vez menos de discursos que lhe atribuam uma função positiva.

Quando se questiona se é real ou utópico a busca e exercício da educação nas prisões, fica essa incógnita, dessa maneira, se traçou algumas características que são necessárias e que acontecem de fato.

Destes feixes de observações, é possível concluir, por ora, que o desenvolvimento de uma execução penal redutora de danos e estritamente garantidora envolve: (a) a limitação dos prejuízos que a privação de liberdade traz ao indivíduo, buscando frear o processo continuado de marginalização e exclusão; (b) a abertura do cárcere para instituições que possam contribuir para a preservação e criação de laços solidários das pessoas presas, bem como reduzir os espaços de vulnerabilidade; (c) abertura do cárcere à fiscalização de instituições voltadas à garantia dos direitos fundamentais das pessoas encarceradas; (d) garantia de direitos subjetivos e serviços essenciais às pessoas presas, como oportunidades dignas de trabalho e educação, jamais como imposição da administração; (e) desenvolvimento da jurisdição penal na execução, afastando o arbítrio das punições administrativas; (f) aplicação das garantias processuais e penais, como anterioridade e taxatividade, no âmbito da execução; (g) adoção de procedimento acusatório da execução, com participação efetiva da pessoa presa. Portanto, é dialogando com esta tradição de pensamento da criminologia, que enxerga a prisão como parte essencial de um sistema de controle excludente e violento, que esta pesquisa se constrói (FERNANDES; MATOS, 2016, p. 180)

É notável que existem limitações quando se discute sobre a educação nas prisões, o sistema penitenciário brasileiro sempre enfrentou dificuldades, por faltas de políticas públicas aos encarcerados quando se discute sobre a implantação de projetos relacionados ao desenvolvimento intelectual dos indivíduos privados de liberdade.

Mediante essa compreensão, se constatou que a educação em prisões é um dos temas em que é possível identificar alguns avanços importantes, na transição do século XXI. Até o começo dos anos 2000, era recorrente o registro de que havia pouca produção sobre o tema,

mostrando-se como um campo novo tanto para pesquisas quanto para políticas públicas. Este panorama foi consideravelmente alterado, mesmo diante de um quadro complexo de política criminal prioritariamente voltada à ampliação e endurecimento das punições e cerceamento de direitos.

É importante refletir que a discussão das possibilidades e limites da educação no interior do sistema prisional brasileiro, têm sublinhado as dificuldades de desenvolvimento de programas educacionais de caráter emancipatório em virtude da estrutura funcional da prisão, cuja cultura organizacional é essencialmente disciplinar. Em linhas gerais, os estudos enfatizam que, no Brasil, na oferta de educação nas prisões, além de não se ter saído das experiências de educação básica, muitas delas realizadas precariamente, ainda persiste o número elevado de encarcerados analfabetos e/ou que não concluíram o ensino fundamental. Tal situação contraria as experiências de oferta de educação prisional de alguns países, por exemplo, as do sistema penal argentino, que além de ofertar educação básica ao sujeito preso registra experiências consolidadas de ensino superior em algumas unidades prisionais. (ONOFRE, 2011; JULIÃO, 2012; FALCADE-PEREIRA E ASINELLI-LUZ, 2014)

Dessa forma, é necessário observar que não se entende, o que não é diferente das políticas sociais em geral no nosso país, pois se vive também na política de educação para os jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade as contradições e agruras do descompasso entre o legal e o instituído na prática, tão comum na cultura política do nosso Estado. (JULIÃO, 2015)

Fazer cumprir os direitos à Educação, na visão de Julião (2015) se encontravam em contradições na busca constante da prática das políticas sociais e educacionais junto aos jovens e adultos do sistema penitenciário, pois na realidade, o estado obtém projetos, porém, a realidade nas prisões é de muita violência e dificuldades.

Um mesmo episódio narrado por Almeida (2011) e Torres (2010), demonstra sobre a existência de uma cartilha escrita que regulava as normas do convívio de um determinado módulo da penitenciária. Mesmo a educação que se impõe ao convívio, organizada pela liderança da cadeia, torna-se cada vez mais didática, com normas escritas, procedimentos e punições. As normas do convívio se didatizam, apresentando as lições a serem aprendidas.

É importante entender, sobre a importância da cartilha regula comportamentos, com vedação a roubo de outros presos e agressões, relacionamentos, conduta perante visitas. É interessante observar que a cartilha define a obrigatoriedade de frequentar a escola para os presos analfabetos e semianalfabetos.

Dessa maneira, sabe-se que a educação, em seu potencial transformador, permite, inclusive, certa inversão da relação entre a prisão e as pessoas presas, permitindo que estas possam buscar transformar em primeiro momento, dentro da própria instituição carcerária.

Ao compreender a educação em prisões como uma expressão da educação de jovens e adultos voltada para uma população e um contexto específicos.

É preciso tomar nota desses adquiridos e trabalhar a partir deles, pois, a educação nunca parte do nada. É falso e ilusório pensar que a prisão será um novo ponto de partida, um novo nascimento a partir do qual uma nova educação será dada a um novo ser. Na prisão, como alhures, aprende-se por necessidade, pois há urgência. Necessidade e urgência de sobreviver no universo carcerário; de conhecer as redes de influência; de integrar as atitudes que serão positivamente consideradas para uma saída mais rápida; de saber como melhorar seu cotidiano; de guardar um mínimo de intimidade; de contrição, necessidade e urgência de simplesmente existir. Nessas condições aprende-se rápido e se vai ao essencial. A educação nunca parte do nada e negar isso é um dos grandes perigos quando se é educador em espaço de privação de liberdade. A educação que será organizada e proposta ali será apenas uma etapa no processo da vida de cada um em que aprendizados positivos e negativos se encadeiam entre si. (MAEYER, 2013, p. 7)

Para Maeyer (2013) demonstra que a educação para os prisioneiros não pode ser ilusória, a educação auxilia, mas não ajuda totalmente, cada indivíduo deve buscar no aprendizado, não apenas uma formação, mas também uma nova maneira de se enxergar a sociedade.

É importante perceber que nos estudos de Maeyer (2013) intitulado “A Educação na Prisão não é uma Mera Atividade”, a partir dessa afirmação onde o educador de começar por emitir um julgamento sobre os adquiridos do detento – o juiz colocado à frente do educador emitiu seu veredito. Está na ordem das coisas.

O educador não tem que repetir, amplificar, relativizar ou mesmo comentar o julgamento da justiça. O detento não chega do nada na prisão e nos cursos. Ele possui uma experiência compartilhada com outros detentos com os quais tem um universo de exclusão comum. O educador parte da situação em que se encontra o educando, não de onde ele imagina que ele esteja. A educação em espaços de privação de liberdade, dirige-se a pessoas, não a detentos. (MAEYER, 2013, p. 7)

A visão da educação no presídio, além de se obter um bom espaço, os educadores devem se relacionar não com detentos, e sim com pessoas, é necessário que se dedique da mesma forma em que se dedica junto aos cidadãos livres.

De acordo com a reflexão de acordo com Maeyer (2013) destacou que na prisão, o educador deve poder se identificar claramente, marcar seu território, sua especificidade e suas responsabilidades. Pois, não deve esquecer que há, diante dele, um educando que não está feliz por estar ali, que sabe o que quer aprender, mas que a prisão certamente não lhe dará, que se encontra no jogo de sedução e de imitação. Assim, deve-se haver um acordo entre Educando e Educador.

O contrato deve ser claro:

O educador

- não está ali para fazer mais rápido, mais barato e com mais eficácia o que os atores da educação (família, escolas, organizações de jovens, esportivas...) não fizeram pelo detento durante 20, 30 anos;
- não está ali para representar ou justificar o poder judiciário – uma vez pronunciado o julgamento penal, o educador vai trabalhar com uma pessoa (detida, certamente, mas que será considerada como uma pessoa). O educador não tem que conhecer o motivo do aprisionamento;
- deve reivindicar sua especificidade em termos de estatuto, de abordagem e de conteúdo. Deverá se assegurar de que seu local só é acessível aos educandos. Os guardas não estão presentes (no máximo do lado de fora, se as medidas de segurança o exigirem);
- deve trabalhar em sinergia: trabalhando no nível da educação permanente, cooperará com programas de educação em saúde, na resolução de conflitos, com a educação parental, etc.;
- deve poder garantir que as falas dos detentos, assim como suas “performances educativas” fiquem no interior do grupo e não constituam, de uma maneira ou de outra, o dossiê penal. (MAEYER, 2013, p.8)

Mediante essa citação, se pretende mostrar que o educando ensinará a debater sem violência; a ouvir o outro sem interferir a todo, ou seja, deve encaminhar o educando para o conhecimento e sucesso, com um novo olhar, tentar não haver agressividade nem violência.

Educar é dar dignidade – ou mais exatamente – permitir a cada um reencontrar em si sua dignidade fundamental. Isso exige um trabalho de autoavaliação: é preciso assumir que se está condenado e encarcerado, mas também se lembrar de como era antes e de como vai ser dentro em breve considerando que se trata ainda da mesma pessoa. Saber que haverá outros papéis a desempenhar que ainda não estão escritos. Trabalhar com todos esses adquiridos é essencial na prisão. Não se parte nunca do nada e, sobretudo, não se quer partir de um ponto zero. Há experiências que podem ser compartilhadas e incluídas em um quadro bem organizado e essa é a razão pela qual a educação informal é tão importante na prisão. (MAEYER, 2013, p.9)

Ainda nesta perspectiva de análise, Maeyer (2013) demonstra que o educador leva ao ambiente da prisão uma dignidade, pois além de ser um direito, à educação, pois se verificou que as prisões são lugares multiculturais e nesse espaço, aprender, compreender e aceitar as diferenças será certamente muito útil. Não é necessário muito material pedagógico para isso, mas certamente um pessoal penitenciário bem formado nesta dimensão e igualmente convencido de que a multiculturalidade pode ser enriquecedora.

Dessa forma, a educação é um processo. Não educamos um detento para prepará-lo para sair. Para isso, o informamos ou guiamos. Damos-lhe as balizas. A educação na prisão ou alhures, é outra coisa. É por isso que conceber e animar mais e de outra forma as bibliotecas constitui uma questão forte do universo penitenciário. Se há, paradoxalmente, pouco interesse para o próprio livro, o interesse existe pela leitura quando ela coincide com a procura por informações úteis e diretas.

De acordo com Maeyer (2013) demonstrou em sua pesquisa que os detentos não são amigos dos professores, porém não é necessário ser meu amigo para que eu reconheça a cada um seus direitos. O direito não é dado por compaixão, mas porque é um direito visto na Constituição Brasileira de 1988. O detento não necessita de explicação alguma. Na verdade se decidi viver em sociedade, reconhecendo a cada um os mesmos direitos, que esta exigência moral se torna uma exigência social, jurídica. Não se trata de bem ou mal no reconhecimento dos direitos de cada um.

ENCARCERAMENTO E EDUCAÇÃO

De acordo com Rodrigues (2019), a população carcerária no Brasil, passa por vários processos, inclusive fatos registrados que ocorrem no dia-a-dia dos cidadãos privados de liberdade, assim pode-se observar a seguir:

Atualmente vivemos um contexto social em que a criminalidade, o encarceramento e a pobreza se inter-relacionam e produzem números assustadores de uma massa carcerária marcada pela exclusão dos direitos humanos básicos. Nos debatemos com a ideia de que se não construirmos mais escolas seremos obrigados a erguer presídios, numa relação direta entre a falta da educação escolar com a produção da criminalidade, porém essa associação não pode e não deve ser direta, mas perpassada e problematizada pela reprodução e perpetuação da desigualdade social e da negação dos diferentes direitos humanos a um percentual significativo da população. Nesse sentido, reconhece que a desigualdade econômica é geradora da exclusão social e do aumento dos grupos mais vulneráveis, o que acentua a violência e a criminalidade, porém apontou-se que o grande aumento do índice de encarceramento não foi acompanhado pelo aumento nos índices de criminalidade. No Brasil, em 2016, existiam mais de 726 mil pessoas privadas de liberdade, se compararmos com os dados de dez anos atrás verificamos um aumento de 55% no número de pessoas presas. (RODRIGUES, 2019, p.158)

Mediante essa citação, há um direcionamento para uma discussão, onde dentro desse cenário de encarceramento em massa e de negação dos direitos humanos que pretendemos pensar a educação e sua efetivação em espaço de privação de liberdade. Ancorou-se no debate sobre as finalidades da educação nas prisões e apresentaremos o relato de uma experiência de prática pedagógica numa unidade escolar inserida numa penitenciária feminina no estado do Rio de Janeiro que se fundamentou nos pressupostos aqui debatidos no seu planejamento.

Na realidade são reflexões e pesquisas sobre a Educação em espaços de privação de liberdade têm produzido nos últimos anos muitos apontamentos e encaminhamentos sobre o tema.

Para Rodrigues (2019) apresenta que a questão da educação nesses espaços como direito é reconhecida em diferente marco legal, como a Constituição de 1988, a Lei de Execução Penal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394 de 1996, entre outros, e

também entre diversos autores que pesquisam a temática. Tanto os marcos legais quanto os pesquisadores apontam que independente de objetivos, representações ou finalidades a educação deve ser entendida e tratada.

Existem contradições que podem começar a serem compreendidas a partir da análise da finalidade de cada uma das instituições. A prisão tem como um de seus pressupostos a reeducação dos sujeitos privados de liberdade para a sua “nova” vida em sociedade, ancorados na reclusão, no castigo, na punição e no afastamento das relações extramuros.

Quando Rodrigues (2019) apresenta a reflexão sobre o papel do prisioneiro afirma, segundo Conforme destaca Perrot (1988 apud Breitman, 1989, p. 194) que “a prisão assume uma tripla função: punir, defender, a sociedade isolando o malfeitor para evitar o contágio do mal e inspirando o temor ao seu destino, corrigir o culpado para reintegrá-lo à sociedade no nível social que lhe é proposto”.

Entretanto, Rodrigues (2019) aponta que não se deve por pena de privação de liberdade como um rompimento e uma descontinuidade do espaço-tempo extramuros, um tempo a parte que congela o presente e o futuro e que impossibilita aprendizagens positivas, é a partir dessa leitura do espaço-tempo intramuros que a escola deve possibilitar que as aprendizagens se processem como um contínuo e na perspectiva de uma educação ao longo da vida.

Sabe-se que é necessário refletir sobre o espaço e tempo, pois cada indivíduo privado de liberdade mediante a proposta de educação na prisão não deve negar o passado e o crime, mas deve ajudar aos educandos visualizar novas perspectivas, outras atitudes e projetos (DE MAEYER, 2018).

Na realidade a educação é livre, o contrário dos indivíduos que a recebem, porém para isso, cabe também a educação educar os demais sujeitos que atuam nesse espaço e transformar as prisões em espaços educativos. Como cita De Mayer (2018, p.32) “El auténtico desafío consiste em transformar la prisión em um lugar de educación necessária [...]. Um lugar de educación donde cualquier evento, cualquier actividad represente uma oportunidad de aprender”.

Mediante essa questão pode-se entender que sempre haverá uma luta pelos direitos humanos juntamente seus princípios da dignidade humana, pois com a busca constante pela humanização, cidadania e direito, os indivíduos privados de liberdade necessitam.

Dessa maneira, para se promover e resgatar pode-se demonstrar sobre a cultura organizacional do sistema prisional brasileiro, pois em Neves (2017)

Beccaria repensou a lei e as punições com base na análise filosófica, moral e econômica da natureza do ser humano e da ordem social. Com seus ideais almejava a construção de um sistema penal consistente e logicamente construído, em que as

práticas confusas, incertas, abusivas e desumanas que então eram inerentes ao direito penal e ao sistema punitivo de sua época fossem repensadas. (NEVES, 2017, p.52)

Mediante essa contextualização, Neves (2017) apresenta a reflexão de Beccaria o qual o pensamento desses três expoentes sobre o sistema prisional e o clamor por reformas significaram um avanço nas relações prisionais, um processo de humanização da prisão. Essa humanização se explicaria por reduzir o rigor da pena privativa de liberdade. No entanto, é salutar a lembrança de que o programa de reforma das prisões idealizado pelos pensadores acima mencionados é concomitante com o seu processo de institucionalização.

A reforma institucional inter-relacionada a educação nas prisões, pode ser um sonho, mas não é impossível, verificou-se nos estudos de Vasquez (2008) a afirmação de que, com o processo de reforma das prisões fomentado no decorrer do século XVIII, foi possível estruturar, no século XIX, um novo sistema punitivo que substituiu gradativamente as práticas de castigos corporais com base no castigo da alma no interior das prisões.

O novo sistema punitivo se instituiu pela implantação do panoptismo, em que a disciplina e a normatização foram usadas como tratamento disciplinar sobre os sujeitos delinquentes. Ao estudar e analisar criticamente o cotidiano de instituições fechadas como manicômios, prisões e conventos traz à tona o modo como esse tipo de segregação atua sobre o indivíduo, permitindo formular o conceito de “instituição total”, de “carreira moral”, de “vida íntima da instituição”. Nesse sentido, intitula uma instituição total como “[...] um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla, por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada.” (GOLFFMAN, 2001, p. 11).

Dessa maneira, verificou-se que para o autor Goffman (2001) demonstra sobre os mecanismos de estruturação de uma instituição que vão determinar sua condição de instituição total e ocasionar consequências na formação do Eu do indivíduo que dela participa sob determinada condição.

O Eu indivíduo privado de liberdade, está sendo punido e sendo vigiado para se reordenar, além da correção na prisão, é preciso que se invistam em políticas públicas para que haja mais projetos educacionais, assim, Goffman (2015, p.11) “As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que os aspectos característicos de prisões podem ser encontrados em instituições cujos participantes não se comportaram de forma ilegal.”

Para Goffman (2001), os atores sociais interagem nas esferas da vida cotidiana em diferentes espaços sociais e se relacionam com diferentes participantes e sob distintas hierarquias sem um plano racional geral. Entretanto, ao ser inserido em uma instituição social um ator passa a agir num mesmo lugar, com um determinado grupo de pessoas e sob tratamento, obrigações e regras iguais de realização das atividades impostas. Quando uma determinada instituição social é estruturada para atender pessoas em situações semelhantes, em condição de

confinamento por um determinado período de tempo e impondo-lhe a restrição da liberdade mediante uma rigorosa administração que faz uso do discurso de atendimentos às regras institucionais, ela apresenta a tendência de ser “fechada”, caracterizando-me caráter “total”.

[...] seu fechamento ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico —, por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos [...]. As instituições sociais de nossa sociedade podem ser, *grosso modo*, enumeradas em cinco agrupamentos. Em primeiro lugar, há instituições criadas para cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas; nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes. Em segundo lugar, há locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional; sanatório para tuberculosos; hospitais para doentes mentais e leprosários. Um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigosos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. Em quarto lugar, há instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista dos que vivem nas moradias de empregados). Finalmente, há os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instruções para os religiosos, entre exemplo de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros claustros [...] (GOFFMAN, 2001, 16-17)

Com base na citação acima, a prisão é enquadrada no terceiro tipo de instituição total, a qual é destinada à proteção da sociedade dos atores sociais considerados perigosos intencionais. Goffman (2001) explicita que nas instituições totais como as prisões o preso chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo, constituída por intermédio de algumas disposições legais do seu mundo doméstico. Ao entrar é imediatamente desvinculado do apoio recebido por tais disposições.

O processo de mortificação do Eu, mediante a psicologia no caso específico dos sujeitos internados nas prisões, inicia-se com a privação de bens materiais e de contato com a sociedade a fora, seja amigos, comunidade e/ou família.

“Sistema de ajustamentos secundários” funcionando na dinâmica institucional dos estabelecimentos totais. Esse sistema, que também está correlacionado ao de privilégios, é constituído de práticas que não desafiam diretamente a equipe dirigente, mas permite que os internados obtenham satisfações proibidas ou consigam, por meios proibidos, as satisfações permitidas. Essas práticas podem receber vários nomes na gíria local: “saber que apito tocar”, “mexer os pauzinhos”, “convivências”, “tratos” etc. O lugar onde melhor se desenvolve esse sistema costuma ser na prisão, mas ele também surge em outras instituições totais. Essa forma de ajustamento é uma reação do indivíduo que não se submete às mortificações infligidas à sua pessoa, e dá uma prova clara de que ele ainda é um homem autônomo, cuja vontade não foi quebrada e que mantém um certo controle no seu ambiente. Os ajustamentos secundários se tornam verdadeiros nichos onde o indivíduo pode alojar e abrigar seu “eu”. (BENELLI, 2014, p 40).

Para Benelli (2014) destaca que o indivíduo na prisão ainda continua com sua forma corrupta de se viver, de assim por exemplo, “mexer os pauzinhos”, “conivências”, “tratos” etc, na verdade os internados também criam algum tipo de código e meios de controle social informal para impedir que um deles informe a equipe dirigente quanto aos ajustamentos secundários de outros.

Dessa maneira, o controle da instituição pelo indivíduo pode ser feito mediante cooptação e coerção com ameaça pela força e violência. Ainda é possível manter o outro calado, de modo mais ou menos sutil, quando esse outro “tem o rabo preso”: os demais internados têm informações confidenciais sobre ele, que muito o prejudicariam caso chegassem aos ouvidos da equipe dirigente ou de seus auxiliares. Desse dispositivo de segurança, surge uma tipologia social que classifica indivíduos como “dedo duro”, “ratos”, “informantes”, “espiões”, “polícia secreta”, de um lado, e os “boas-praças” de outro. Os internados que possuem fácil acesso a bens ilícitos disponíveis são outro tipo social, designando os indivíduos poderosos no sistema de mercado informal.

Os internados, na convivência, descobrem que todos têm qualidades de seres humanos comuns, ocasionalmente decentes, e são merecedores de simpatia e apoio. Os delitos prévios deixam de servir como parâmetro para o julgamento das qualidades pessoais. Acusados de crimes contra a sociedade, os internados em prisões, embora algumas vezes sejam inocentes, podem chegar a compartilhar os sentimentos de culpa dos companheiros, bem como as complexas defesas erguidas contra tais sentimentos. A prisão parece produzir criminosos, pois os presos tendem a desenvolver um sentimento de injustiça comum e um ressentimento contra o mundo externo, decidindo se tornar criminosos, para se vingarem da culpa e da privação excessiva ou injusta a que foram submetidos no cárcere. (BENELLI, 2014, p. 41).

O autor que apresenta em sua reflexão acima que a prisão produz criminosos, dessa maneira, pode-se dizer que a educação na prisão pode modificar a vida desse Os educadores têm demonstrado verdadeiro empenho na potencialização do poder transformador da educação e do conhecimento, quando apresentam as propostas pedagógicas mais progressistas, mas mesmo assim, não têm tido o sucesso esperado na promoção de uma sociedade mais justa para todos. Para que todo o esforço do conhecimento pedagógico produza a transformação desejada, temos que presidiários? Sim, acredita-se que sim.

Os educadores têm demonstrado verdadeiro empenho na potencialização do poder transformador da educação e do conhecimento, quando apresentam as propostas pedagógicas mais progressistas, mas mesmo assim, não têm tido o sucesso esperado na promoção de uma sociedade mais justa para todos. Para que todo o esforço do conhecimento pedagógico produza a transformação desejada, temos que reconhecer também o poder das teorias de planejamento econômico sobre a sociedade. Reconhecer o poder do planejamento da economia nas decisões que afetam as oportunidades de emprego e salário oferecidas pelo mundo do trabalho. (COIMBRA, 2013, p.3)

Quando se compara a perspicácia de Goffman (2001) o levou a prestar atenção e a destacar outros aspectos do mundo cultural específico do internado numa instituição total: autopiedade, noção do tempo, valor das distrações, em contrapartida os indivíduos de instituições penitenciárias no Brasil mediante a busca pela transformação interna para a externa, ou seja, a educação preparar o mesmo com o conhecimento e para o mercado de trabalho. Assim a esperança de que a educação irá transformá-lo para uma vida melhor.

As instituições totais produzem em seus internados um tipo e um nível de preocupações pessoais características. O internado é colocado numa posição social inferiorizada comparativamente à que ocupava no mundo exterior, sob a ação dos processos de mortificação e de despojamento ao quais é submetido. Isso cria nele uma sensação constante de fracasso pessoal e de desgraça. Como reação a esse sentimento, o internado costuma criar uma “história pessoal” que funciona como um conto triste, num estilo de lamentação e defesa, elaborando sua versão para explicar sua situação de inferioridade atual. Ele conta sua história aos companheiros em tom de autopiedade. Os colegas tendem a ouvi-lo com condescendência e a equipe dirigente costuma desmenti-lo. (BENELLI, 2014, p. 44)

Verificou-se na visão de Benelli (2014) indica a partir da reflexão anterior, além, do sistema colocá-lo numa posição inferior e que não há solução, ou seja, a educação, para o autor é utópica, assim, cita outra característica, relacionada os internados de muitas instituições totais, existe uma forte sensação de que o tempo de internação é inútil, perdido, roubado de sua vida, tempo que precisa ser apagado, cumprido, preenchido ou arrastado de algum modo.

Durante sua estada obrigatória, o internado costuma sentir que esteve completamente exilado da vida. Isso indica que internações excessivamente prolongadas têm um efeito proporcionalmente desmoralizador. Condições precárias de vida, perda de contatos sociais, impossibilidade de adquirir dinheiro, formações de relações conjugais e ausência de certidão de estudos são outros elementos que explicam essa sensação de tempo perdido no estabelecimento. (BENELLI, 2014, p.45)

O autor Benelli (2014) ressignifica claramente como os internados, ou seja, como é a vida dos indivíduos na prisão, quando cita em sua pesquisa sobre as condições precárias de vida. A concepção de se inserir, ou mesmo, o próprio indivíduo procurar a educação para transformação.

As dificuldades dos processos de reinserção social, onde para Goffman (1987) apud Benelli (2014) analisa alguns problemas típicos durante o processo de reinserção do internado na vida civil. Se e quando o internado é enviado de volta à sociedade mais ampla, ele pode experimentar algumas dificuldades, tais como a angústia, o estigma e a desaculturação.

Para os que estão internados, a vida no mundo externo é seu sonho mais precioso e seu desejo se chama liberdade. Mas, paradoxalmente, a proximidade da saída do estabelecimento cria angústia e muitos podem provocar a continuidade da internação para evitar o problema. O temor é criado pela questão: “Será que vou conseguir me virar no mundo?”. A sociedade civil apresenta uma face desafiadora diante de um indivíduo altamente desmoralizado. Muitos internados deixam aberta a possibilidade de regressar ao estabelecimento. (BENELLI, 2014, p. 46)

O autor demonstra nesta citação a angústia do internado, como se cita, o indivíduo privado de liberdade, quando se questiona: *Será se vou conseguir me virar no mundo?* Na verdade, se houverem políticas públicas e novas metodologias, para que haja uma reforma e preparo, ou seja, uma melhor visão, para assim, abrir uma “luz no fim do túnel”, pois caso não obtenham apoio, nem querer sair da prisão, para melhorar de vida, não vão querer.

Dependendo do estabelecimento onde esteve internado, essa marca pode causar-lhe um certo orgulho (escolas de elite, religiosas e militares) ou podem representar um estigma, que precisa ser disfarçado e ocultado (prisões, hospitais psiquiátricos). A angústia no tempo da reinserção parece ser produzida principalmente pela desaculturação, que pode se entendida como a perda ou impossibilidade de adquirir os hábitos atualmente exigidos na sociedade. A recepção do ex internado pode ser fria e o estigma pode dificultar-lhe a tarefa de arrumar um emprego ou um lugar para viver. Geralmente, a libertação costuma ocorrer quando o indivíduo já domina sua vida no ambiente institucional, que se lhe tornou conhecido e ao qual ele se adaptou de algum modo, conseguindo alguns privilégios, dos quais aprendeu, dolorosamente, o alto valor desses. Assim, o ex internado pode descobrir que ser livre significa passar do topo de um pequeno mundo, já familiar, para o ponto mais baixo de uma sociedade ampla, provavelmente fria, indiferente e hostil. (BENELLI, 2014, p. 47)

Pôde-se perceber angústia no tempo da reinserção parece ser produzida principalmente pela desaculturação, quando o autor afirma sobre a desaculturação, é justamente, uma total falta de solidariedade a reinserção, bem como, a compreensão de que os indivíduos privados de liberdade caso não obtenham estudos, e uma proposta pedagógica, os mesmos, não serão aproveitados e não poderão adquirir os hábitos atualmente exigidos na sociedade.

Para Onofre (2007) apud Cordeiro (2019, p.8) mostra a seguinte pergunta: Até que ponto a educação escolar é um fator contributivo para a reabilitação do homem aprisionado.

Nos estudos de Cordeiro (2019), a autora realizou uma pesquisa com os alunos de uma escola em uma penitenciária masculina, no Estado de São Paulo. Lá, empenhou-se em compreender como os sujeitos da pesquisa veem a escola, utilizando o estudo de caso como metodologia.

Dessa maneira, Cordeiro (2019) citou como respostas dos presos, em relação à busca pela escola e ao valor que dão a ela, diferem entre si. Em algumas respostas, o significado da escola é ocupação do tempo e da mente com “coisas boas”. Em outras, a escola é vista como possibilidade de melhoria de vida. Um terceiro grupo descrê do valor da escola. Outro aponta a escola como um lugar seguro, onde pode se sentir mais livre, conversar com outros alunos e com os professores.

A escola na prisão é uma ponte por meio da qual o aluno tem a possibilidade de manter contato com o mundo exterior. Segundo a autora, a resposta mais frequente dos entrevistados está relacionada com a oportunidade de aprendizagem da leitura e da escrita. Os que anseiam por isso são os que mais valorizam a escola e os que possuem maior assiduidade. A escola tem uma tarefa que lhe é característica, que é a de proporcionar acesso ao conhecimento socialmente acumulado e assegurar uma nova

visão de mundo. Mesmo no ambiente prisional, a escola tem seu sentido e obrigação mantidos. Se acreditarmos que a educação escolar pode contribuir com a transformação da realidade, há de se perseverar nessa possibilidade, mesmo estando no universo das prisões. (SANTOS, 2007; CORDEIRO, 2019, p.8)

Para Leme (2007) demonstra sua preocupação também com o funcionamento e solução da escola na prisão, assim, os alunos-presos “esperam que, ao avançarem em seus estudos, poderão conseguir um ‘serviço’, um ‘emprego’ e que, assim, possam mudar de vida, abandonar o outro mundo, ‘o mundo de lá’, o mundo do ‘raio’, o mundo do crime” (CORODEIRO, 2019, p. 8).

“... a educação surge como uma mediação no interior das prisões não só em relação ao processo de ensino e aprendizagem, mas também para outras necessidades subjetivas dos prisioneiros. Será por meio dela, não como o único viés, mas como parte integrante de um processo maior, que ocorrerá a “transformação dos indivíduos”. (LEME, 2007 APUD CORDEIRO, 2019, p.9).

Como o processo ensino aprendizagem influencia no íntimo de um indivíduo que obterá mais chance na vida com o estímulo à educação., sendo assim, Singer (2006) apud Ireland (2011), pois apresenta sobre que “a baixa escolaridade é, com toda a probabilidade, um dos principais fatores da exclusão dos jovens da atividade econômica. O que permite concluir que a altíssima taxa de reincidência dos detentos poderia ser reduzida se durante a reclusão lhes fosse dada oportunidade de elevar sua escolaridade”.

Em verificação dos estudos de Ireland (2011) a propósito dos dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) indicam que somente 26% dos presos estão engajados em alguma atividade laboral e a natureza formativa ou “profissionalizante” da maioria dessas “ocupações” levanta suspeitas. Mesmo para os presos detentores de qualificações para o mercado de trabalho antes de ingressarem no presídio, as suas habilidades sofrem defasagem dos seus conhecimentos, principalmente pelos avanços tecnológicos incorporados.

A questão da educação precisa ser colocada de uma forma mais ampla, como a análise do debate sobre políticas de educação em prisões revelará. De um lado, a oferta de educação tem sido limitada em quantidade, qualidade e foco. A abrangência da oferta é fundamental no sentido de procurar uma educação para todos. Contudo, a qualidade do processo educativo, que inclui formação e salários apropriados para os educadores, materiais didáticos e recursos pedagógicos adequados e, também, a elaboração de um projeto político-pedagógico – abrangendo e articulando escolarização com outras atividades educativas não formais, de formação profissional, de leitura, de cultura e de educação física – é igualmente central. No entanto, ao reconhecer a pertinência do entorno para o processo educacional, torna-se igualmente importante entender a necessidade de investimento na formação ampliada dos profissionais da execução penal, sejam diretores, agentes, enfermeiros e médicos, assistentes sociais, advogados, etc. Da mesma forma que o entorno educacional faz parte do conjunto, também o fazem as famílias das pessoas presas. A educação envolve relações sociais e familiares, e dificilmente se mudará uma peça sem contemplar a unidade. Por fim, o debate maior sobre a reabilitação de pessoas presas e a sua reentrada na sociedade de onde foram retiradas coloca a questão de uma sociedade educada capaz de aceitar e

re-integrar os antigos delinquentes. Num clima em que profundas desigualdades geram exclusão e marginalidade social, que por sua vez geram violência e criminalidade combatidas por políticas rígidas de reclusão e sentenças severas, a resposta não pode depender somente da educação, embora esta tenha um papel insubstituível a desempenhar. (IRELAND, 2011, p.31)

Mediante a citação anterior, se percebeu que Ireland (2011), tem uma visão mais ampla, pois além da educação melhorar e ampliar seus conhecimentos e reforçar sua visão e sonho de futuros na parte externa das prisões, ou seja, na sua vida livre, o autor, abrange que caso o indivíduo opte em estudar e abdicar de toda violência e criminalidade existente no interior da penitenciária, existem outros fatores que são atingidos positivamente com a implantação e busca pela educação dos indivíduos, pois a educação envolve um conjunto de relações, seja familiar, profissional, comunitária.

Entender a educação em prisões como parte integrante da educação de adultos é importante politicamente para reforçar políticas públicas e por ser parte de um movimento que tem potencial de trazer benefícios mais amplos. Ao mesmo tempo, no caso da educação em prisões, não há como se esquecer de que o processo educacional se dá no contexto de uma política de execução penal que, embora considerada “moderna” e exemplar, impõe questões específicas. (IRELAND, 2011)

Se, na verdade, o sonho que nos animamos é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise falar a ele. (FREIRE, 1996).

De acordo com Vivaldo (2014) afirma que em 2006 a comissão de Direitos Humanos da câmara de deputados divulgou em junho fazendo uma área de estudo nas condições das prisões brasileiras, com super lotação prática de tortura. O documento revela mais de onze estados que ultrapassa 75.000 (setenta e cinco mil vagas). Pelo levantamento, 252.148 (duzentos cinquenta e dois mil cento e quarenta e oito) pessoas estão onde deveria estar 175.640 (cento e setenta e cinco mil seiscientos e quarenta) apenados.

Esses dados demonstram o quanto o país está ultrapassando sua cota de lotação, assim, em 2014, diante das prisões brasileiras necessitam de uma reforma, e mais políticas públicas para auxiliarem os indivíduos que lá estão internados, pois existem vários obstáculos que gera a educação nas prisões, o principal é aproveitar as possibilidades de proporcionar uma educação nas prisões é opinião pública, que costuma desconhecer a situação dos detentos e ser indiferente a ela, a principal responsabilidade nessa esfera recai sobre o Estado mediante suas políticas de educação pública.

[...] Neste contexto, e reconhecendo que cada pessoa é única e tem suas próprias necessidades e experiências de aprendizagem, as publicações especializadas costumam classificar os fatores que dificultam a educação em três categorias, segundo

estejam determinados pela disposição, pela instituição ou pela situação. (VIVALDO, 2014,p.23)

Dessa maneira, Vivaldo (2014) afirma reconhecer o detento como pessoas, e dar-lhe a possibilidade de projetar ela própria um futuro que não seja a transcrição das vontades do sistema penal, mais um futuro com todo conhecimento de causas e da causa do encarceramento. Pois em um futuro não significa esquecer um passado, e nem sobre tudo questionar o presente é preciso reconciliar o ato de aprender, na verdade com o prazer de aprender. É nesse contexto que pensamos em uma educação da população carcerária considerada ainda no tempo de hoje com um privilégio e não um direito.

Um exemplo, que o autor Vivaldo (2014) cita, é o parecer 04/2010 do CNE/CEB que trata das Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, reconhece que:

- a) a educação para pessoas encarceradas ainda é vista como um “privilégio” pelo sistema prisional;
- b) a educação ainda é algo estranho ao sistema prisional. Muitos professores afirmam sentir a unidade prisional como um ambiente hostil ao trabalho educacional;
- c) a educação se constitui, muitas vezes, em “moeda de troca” entre, de um lado, gestores e agentes prisionais e, do outro, encarcerados, visando a manutenção da ordem disciplinar;
- d) há um conflito cotidiano entre a garantia do direito à educação e o modelo vigente de prisão, marcado pela superlotação, por violações múltiplas e cotidianas de direitos e pelo superdimensionamento da segurança e de medidas disciplinares;
- e) o atendimento educacional é descontínuo e atropelado pelas dinâmicas e logics da segurança, sendo interrompido quando circulam boatos de rebelião ou ocasiões de revistas;
- f) o atendimento educacional em geral sofre com a falta de projeto pedagógico, matérias e infraestrutura adequada e falta de profissionais com formação específica. (PARECER – BRASIL, 2010)

Além da compreensão do Parecer sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos, pode-se observar a partir desse momento a Caracterização da Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, ou seja. é uma modalidade da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio, que visa oferecer oportunidade de estudos às pessoas que não tiveram acesso ou continuidade desse ensino na idade própria, assim como, prepará-los para o mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania.

Para Oliveira (2018) afirma que no campo da educação é importante conhecermos o perfil da população prisional, pois, como veremos nesse breve debate aqui apresentado, trata-se de boa parte de pessoas público-alvo da EJA.

Assim, Oliveira (2018), o Levantamento Nacional de Informações penitenciárias realizado pelo Ministério da Justiça do Brasil e seu Departamento Penitenciário Nacional:

O perfil criminal das pessoas privadas de liberdade pode variar no tempo O perfil criminal das pessoas privadas de liberdade pode variar no tempo em função de diversos fatores: mudanças na dinâmica criminal, alterações na legislação, ênfase

maior ou menor do sistema de justiça criminal sobre certos crimes e criminosos e diversos outros fatores. Assim, mudanças no perfil criminal não refletem, necessariamente, “tendências criminais”, mas, antes, preferências e práticas do sistema de justiça criminal. É preciso lembrar também que se trata de um perfil bastante enviesado do “criminoso” pois os encarcerados, em geral, apresentam um perfil diferente do criminoso em geral: eles cometeram crimes mais visíveis e ou mais violentos e passaram pelos filtros do sistema de justiça criminal. Como é sabido, após as sucessivas etapas – polícia, Ministério Público e judiciário – sobram os criminosos não brancos, do sexo masculino, mais pobres, menos escolarizados, com pior acesso a defesa e reincidentes. [...] O perfil que podemos obter dos censos penitenciários, desde modo, pode ser tido como é um recorte dos crimes de rua, filtrado pelo sistema de justiça criminal, e obviamente este perfil seria diferente se os órgãos de controle e a sociedade focassem nos crimes de colarinho branco. [...] Entre os tipos criminais atribuídos à população carcerária, segundo as grandes categorias do código penal brasileiro, destacam-se os crimes contra o patrimônio, crimes contra a pessoa e crimes de relacionados às drogas que, juntos, são responsáveis por 87% do encarceramento total. (OLIVEIRA, 2018, p.15)

Dessa maneira, Oliveira (2018) segundo os últimos dados divulgados, o Brasil tem cerca 622 mil pessoas em privação da liberdade no sistema prisional, das quais aproximadamente 220 mil estão no Estado de São Paulo. A maioria é composta por pessoas jovens (entre 18 e 30 anos de idade), sobretudo do sexo masculino. Em relação às mulheres em situação de privação de liberdade, há um destaque nos últimos anos devido ao crescente aumento no país.

A oferta de cursos aos jovens e adultos proporciona oportunidade educacional apropriada, considerando as características do aluno, seus interesses, condição de vida e trabalho. A EJA orienta-se pelos princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania; do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais. Segundo Malcom Knowles(1970), a andragogia é a arte ou ciência que estuda as melhores práticas para orientar adultos a aprender, considerando a experiência como fonte mais rica de aprendizagem para adultos. Esses são motivados a aprender, conforme as experiências vivenciadas, suas necessidades e interesses. Enfim, é um caminho educacional que busca compreender o adulto, orientando-o na aprendizagem para a resolução de problemas e tarefas com que se confronta na sua vida cotidiana, visando potencializar habilidades e competências. (OLIVEIRA, 2018, p.14)

Os adultos são sensíveis a estímulos de natureza externa, mas são os fatores de ordem interna (satisfação, autoestima, qualidade de vida, etc..) que motivam o adulto para a aprendizagem. Segundo Paulo Freire, trata-se de ensinar o adulto a aprender a ler a realidade para, em seguida, transformá-la.

As classes são organizadas de modo multisseriado, vinculadas a escolas estaduais mais próximas, visando atender a rotatividade de alunos, a demanda potencial e os diferentes perfis de escolaridade, na busca de otimização de espaços e tempos nesta oferta. A vinculação é indicada pela Diretoria de Ensino, bem como a solicitação de instalação de tipo de ensino na escola, visando atender as demandas dos alunos das classes vinculadas.

É necessária a visão de uma política pública educacional na utilização e aplicação de EJA apresenta grande importância, pois além da escolarização básica se constituir um direito legalmente garantido a todas as pessoas, pode ser considerado um dos principais fatores de acesso à escolarização das pessoas que não puderam cursar ou concluir a Educação básica na

idade adequada, além de propiciar espaços de socialização, promover fatores de proteção social e de acessos e oportunidades sociais, como emprego e renda. (OLIVEIRA, 2018)

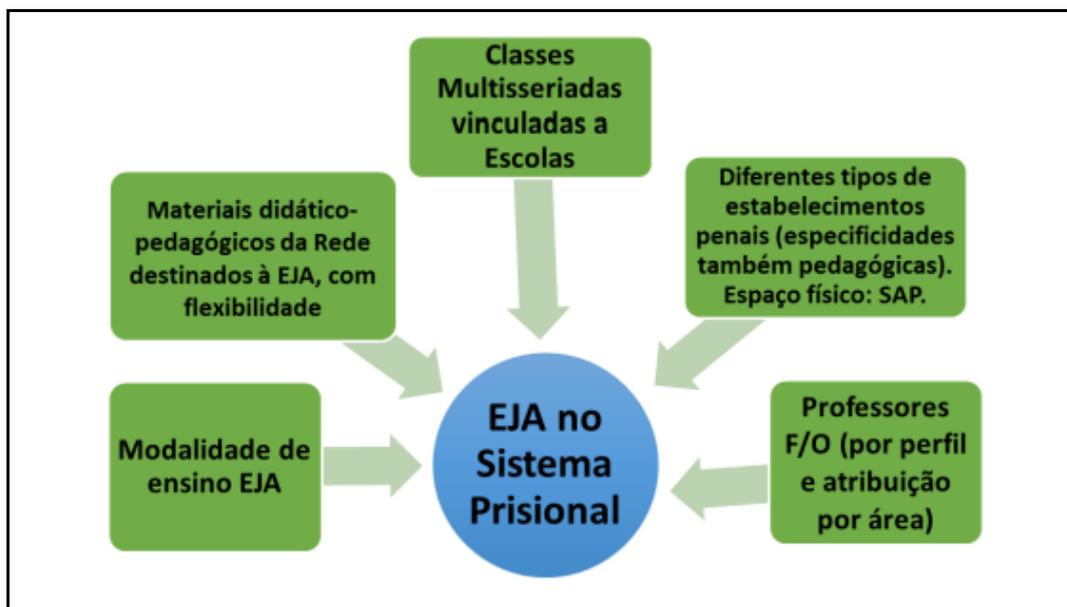


Figura 2 - EJA NO SISTEMA PRISIONAL
Fonte: Oliveira, 2018.

Nesta Figura 2 acima demonstra o organograma sobre o funcionamento do EJA. Formalmente, no Brasil, a modalidade que oferta cursos para adultos presos é a Educação de Jovens e Adultos - EJA. E também é responsável pela oferta de cursos de ensino fundamental e médio para qualquer pessoa que não tenha estudado na idade própria, conforme normatiza o Art. 37 da LDBN (BRASIL, 1996)

O Decreto nº 7.626/2011 implicou na necessidade dos Estados e do Distrito Federal de realizarem novos planejamentos para a oferta de cursos às pessoas presas. No Amapá, por exemplo, passou a vigorar a Resolução nº 057/2015-CEE/AP (AMAPÁ, 2015), que regulamentou a oferta de cursos de EJA, educação profissional e tecnológica aos adultos presos. De acordo com o §1º do Art. 8º dessa resolução define com relação a uma parte das competências da SEED: “[...] deverá, por meio de Escola de Referência garantir a oferta de educação para as pessoas privadas de liberdade, bem como manter toda regularidade da vida escolar dos alunos para todo sistema prisional do Estado” (AMAPÁ, 2015). Ainda, a resolução normatizou no § 2º do Art. 8º que, as ações, projetos e programas governamentais destinados à educação de jovens e adultos presos e desenvolvidas nas escolas, deverão ter provimento de materiais didáticos e escolares, equipamentos, apoio pedagógico, alimentação e saúde para seu corpo discente (Ibid., 2015). O fato da Resolução nº 057/2015-CEE/AP ter sido aprovada, é um indicativo que os estudos realizados pelo Grupo de Trabalho e duas Comissões para elaborar o PEESP/AP, provocou algum desdobramento no CEE, uma vez que, o PEESP/AP é um importante planejamento para execução de serviços educacionais no sistema penitenciário amapaense no futuro (AMAPÁ, 2014; 2015). (LEAL et al, 2020, p.118)

A partir do conhecimento sobre o EJA que auxilia os indivíduos privados de liberdade a se reciclar e se formar no Ensino Fundamental e Médio no Sistema penal de Amapá. Como poderemos destacar no Capítulo a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa direcionou a revisão bibliográfica sobre o grande efeito da implantação da educação transforma as vidas das pessoas, como o indivíduo privado de liberdade. Para Beccaria em sua obra dos delitos e das penas faz referência a prevenção do crime acreditando que a prevenção era o recurso mais eficaz.

Percebeu-se que o principal instrumento da prevenção é a educação. Deveria ser implantado nas penitenciárias de todo país; sendo assim, incluir as bibliotecas, cursos profissionalizantes, recintos religiosos e sobretudo ter um padrão disciplinar maior que o vingativo. Pois enquanto se o usar o poder de punir com autonomia, fazendo abuso desse poder, acreditando que o culpado deve sentir todo o castigo possível, a única coisa que poderá acontecer é um futuro reincidente com delitos piores que os primeiros, cenário já vivenciado na atual realidade carcerária no Brasil.

A punição não deve ser vista como um instrumento de vingança, mas como um instrumento de recuperação. É importante destacar que a assistência está prevista na lei penal (7.210/84) prevê assistência material, jurídica, social, educacional, religiosa e saúde, no entanto a realidade das prisões são degradantes, tanto quanto as condições sociais, educacionais e psicológicas de quem a ocupa.

Sendo assim, se verificou nesta pesquisa que a educação não deve ser alienante, mas de transformação, um ensino para o homem sujeito e histórico. É importante educar em cooperação e união, tendo como ponto central o diálogo que se concebe como o eixo da educação, ou seja, é por meio da comunicação que se permite a presença democrática entre os diferentes indivíduos do procedimento educativo.

Por fim, sabe-se que a educação no sistema carcerário no Brasil, pois se constatou que é um tema que está em processo e que faz parte do desenvolvimento e da consolidação dos Direitos Humanos. Falar sobre “Educação nas prisões” é necessário, visto que o assunto é pouco discutido em sociedade, sendo relevante que todos reconheçam o valor da educação para as pessoas privadas de liberdade, e o quanto esta vem contribuir para a ressocialização.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Odilza Lines de. Sem lugar para correr nem se enconder: um estudo de vitimização de internos no sistema penal baiano. 2011. 286 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

AMAPÁ. IAPEN - Instituto de Administração Penitenciária do Amapá. História e Missão do Iapen. 2021. Disponível em: <http://www.iapen.ap.gov.br/conteudo/institucional/historia-e-missao-do-iapen>. Acesso em: 07/09/2021.

BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. 6ªed. São Paulo; Revista dos tribunais 2013.

BENELLI, SJ. Foucault e a prisão como modelo institucional da sociedade disciplinar. In: A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des) educativas. São Paulo: Editora UNESP, 2015, Disponível em: <http://books.scielo.org/id/74z7q/pdf/benelli-9788568334447-04.pdf>. Acesso em: 14 set 2021.

BENELLI, Silvio José. A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des) educativas / Silvio José Benelli. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2014

BIGHETO, Alessandro César. Educação e Reencarnação em Platão, in Dora Incontri. Educação e Espiritualidade – Interfaces e Perspectivas. 5ª. Editora Comenius, Bragança Paulista, 2015, p. 282-286.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito pena: parte geral 1. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1.

BOMFIN, Edílson Mougenot. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Vade Mecum Saraiva. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. VadeMecum Saraiva. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARVALHO FILHO, Milton Júlio de. Sujeitos da fronteira. A saída da prisão. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; CARVALHOFILHO, Milton Júlio de (Org.). Prisões numa abordagem interdisciplinar. Salvador: EDUFBA,2012, p. 179-195.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Apontamentos sobre a educação no BrasilColonial. In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos (Org.). História da educação na Bahia. Salvador: Arcadia, 2008, p. 17-50.

CASTRO, Lola Aniyar de. Criminologia da libertação. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2005.

_____. Criminologia da reação social. Rio de Janeiro: EditoraForense, 1983.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. A capitalização do Tempo Social na Prisão: a remição no contexto de temporalização na pena privativa de liberdade. São Paulo: Método;IBCCRIM, 2008.

CORDEIRO, Andria Magalhães. A Educação nas Prisões. Id on Line Rev. Mult. Psic. V.13, N. 48 p. 214-223, dezembro/2019. Disponível em <http://idonline.emnuvens.com.br/id>. Acesso em: 09/11/2021.

FALCADE-PEREIRA, I. A; ASINELLI-LUZ, A. O espaço prisional: estudos, pesquisas e reflexões de práticas educativas. Curitiba: Appris, 2014.

FERNANDES, Daniel Fonseca; MATOS, Lucas Vianna. Apesar da pena: execução penal e redução de danos. Panóptica, v. 11, n. 1, p. 158-183, jan./jun. 2016.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. 46ª ed. Rio de Janeiro; editora vozes, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 7ª. Ed. São Paulo: Atlas 2016.

IBCCRIM, INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS, Disponível no <http://www.ibccrim.org.br/site/artigos>, acessado em 21/09/2021.

IRELAND, Timothy D. Educação em prisões. Em Aberto / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. v. 1, n. 1, Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 86, p. 5-6, nov. 2011. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br>. Acesso em: 11/11/2021.

JULIÃO, E. F. Políticas de Execução Penal no Brasil: questões, avanços e perspectivas. In: JULIÃO, E. F.; RITA, R. P. S. (Orgs.). Privação de Liberdade: desafios para políticas de Direitos Humanos. Jundiaí: Paco, 2015, p. 11-40.

JULIÃO, E. F. Sistema Penitenciário Brasileiro: A educação e o trabalho na Política de Execução Penal. Petrópolis, RJ: FAPERJ, 2012.

LEMOS, Carlos Eduardo Ribeiro. A dignidade humana e as prisões capixabas. Vila Velha: Univila, 2017.

MAEYER, Marc de. A Educação na Prisão não é uma Mera Atividade. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 33-49, jan./mar. 2013. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 03 nov. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. – 6. reimpr. São Paulo: Atlas: 2011.

MARX, Karl. Concepção Marxista da Educação. 2018. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/karl-marx-307009.shtml>. Acesso em: 06/09/2021.

MORROW, R. A., & Torres, C. A. Teoria Social e Educação: Uma Crítica das Teorias da Reprodução Social e Cultural. Porto: Edições Afrontamento. Ortega, F. 2001.

NEVES, Edmar Souza das. Minha história me conto: escola e cultura prisional em instituição carcerária no Amapá. [Tese] / Edmar Souza das Neves. 2017.

OLIVEIRA, Daniel Barbosa de. Conceito de Educação - Material de Apoio Sobre Educação. FACULDADE DO NOROESTE DE MINAS – FINOM. Paracatu – MG. 09/2009. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAT18AJ/conceito-educacao>. Acesso em: 07/09/2021.

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. Reflexões sobre a oferta de EJA no Sistema Prisional e a Proposta Pedagógica das Escolas Estaduais Vinculadoras. São Paulo - SP, janeiro de 2018. Disponível: https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2018/12/documento-orientador-2-see-sap-funap_pp.pdf. Acesso em: 11/11/2021.

ONOFRE, E. M. C. A escola da prisão como espaço de dupla inclusão: no contexto e para além das grades. Polyphonia, v. 22/1, jan./jun. 2011.

PACHECO, Núbia. Sistema prisional do Amapá registra 1ª morte de detento por Covid-19. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/04/10/sistema-prisional-do-amapa-registra-1a-morte-de-detento-por-covid-19.ghtml>. Acesso em: 07/09/2021.

RAMALHO, José Ricardo. Mundo do crime: a ordem pelo avesso Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SALES, Raquel. Análise literária sobre a ressocialização do preso e os fenômenos sociais que corroboram para o comportamento delituoso do indivíduo. 10/2015. Disponível em: <https://jus.com.br/1271069-raquel-sales/publicacoes>. Acesso em: 29 out. 2021.

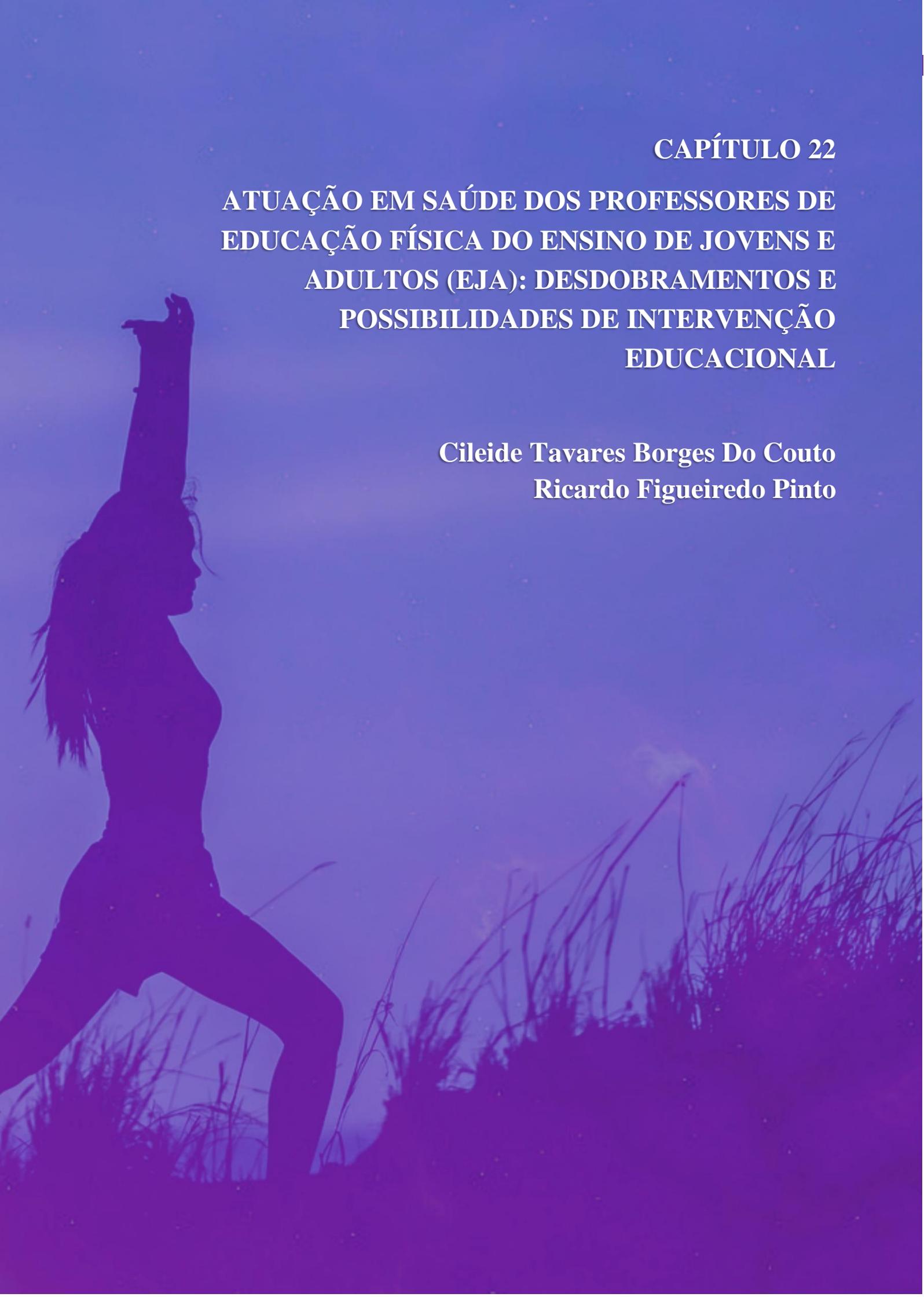
SANTOS, Danielly Pimenta dos; EQUER, Hemily Ferreira Pevidor; MONTMOR, Iluska Lima Passos; OLIVEIRA, Roberta Moreira Camargo de; OLIVEIRA, Angela do Nascimento Paranha de. A Educação Carcerária de Jovens e Adultos como Ferramenta de Reintegração Social no Estado do Espírito Santo. 2015.

TORRES, Cláudia Regina de Oliveira Vaz. “Por um céu inteiro”: crianças, educação e sistema prisional. 2010. 229f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

VASQUEZ, Eliane Leal; ABREU, Almiro Alves de; FEIO, Leila do Socorro Rodrigues. (Org.) Educação Penitenciária Amapaense: Pesquisas, Demandas recorrentes e Formulação da Política Educacional. 1ª. Edição Eletrônica. Uberlândia / Minas Gerais. Editora. Navegando Publicações, 2020.

VASQUEZ, Eliane Leal. Sociedade Cativa. Entre Cultura Escolar e Cultura Prisional: Uma incursão pela ciência penitenciária. 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: > http://www.etnomatematica.org/publica/trabajos_maestria/Sociedade%20Cativa%20Entre%20Cultura%20Escolar%20e%20Cultura%20Prisional.pdf <. Acesso em: 05/11/2021.

VIVALDO, Jesebel Barcellos. Ressocialização pela educação: um desafio possível Direito: Uma reflexão sobre a importância de oferecer uma educação profissional aos presos. 2014. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/ressocializacao-pela-educacao-um-desafio-possivel.htm>. Acesso em: 10/2021.

The background of the cover is a photograph of a woman in a yoga pose, silhouetted against a vibrant sunset sky. She is standing on a grassy hill, with her right leg raised and bent at the knee, and her right arm extended upwards. The sky transitions from a deep purple at the top to a bright orange near the horizon. Tall grasses are visible in the foreground, also silhouetted against the light.

CAPÍTULO 22

**ATUAÇÃO EM SAÚDE DOS PROFESSORES DE
EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO DE JOVENS E
ADULTOS (EJA): DESDOBRAMENTOS E
POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO
EDUCACIONAL**

**Cileide Tavares Borges Do Couto
Ricardo Figueiredo Pinto**

ATUAÇÃO EM SAÚDE DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): DESDOBRAMENTOS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO EDUCACIONAL

**Cleide Tavares Borges Do Couto
Ricardo Figueiredo Pinto**

INTRODUÇÃO

Os embates entre biológico e social, saúde e educação, bacharelado e licenciatura (tanto no plano conceitual quanto na práxis) destaca que, no sentido mais geral e difundido, o campo da Educação Física (EF) sempre buscou promover a aptidão física e a saúde expressas pela capacidade de trabalho e/ou de rendimento individual, adotando primordialmente a concepção anátomo-fisiológica de corpo a ser desenvolvido numa perspectiva técnico-desportiva (BRACHT, 1999). O limitado cuidado pedagógico, nos cursos de licenciatura em EF, quanto ao ensino dos conteúdos e práticas pedagógicas na área da saúde trazem questionamentos referentes à atuação profissional para atender aos desejos estudantis, ao mercado, por consequência, à sociedade.

Na Educação Física, o modelo biomédico, no que se refere ao entendimento de saúde, ainda repercute fortemente, que por sua vez, considera o paradigma cartesiano como diretriz. Elimina as dúvidas, compreende o todo a partir de suas partes, respeita a hierarquia dos saberes, enumera para replicar e valoriza a mente em detrimento da matéria (ROCHA; CENTURIÃO, 2007; LUZ, 2007). O ambiente educacional possui os requisitos necessários para ser o momento de partida na busca pelo conhecimento em saúde, entre outras maneiras, através de ações de educação e promoção da saúde. Pensar no campo da Saúde do Trabalhador e as relações saúde-doença, portanto, significa compreender o cenário que se configura como um fenômeno social, cuja referência central é o processo e a organização do trabalho (LAURELL, 1981).

Interessa, nesta oportunidade, analisar e discutir o cotidiano e hábitos de professores de Educação Física que labutam para formar pessoas e nesse sentido analisar suas perspectivas de saúde. É no lidar com alunos que professores de EF desenvolvem problemas de saúde e maus hábitos. Cabe destacar que o processo de formação do professor de Educação Física é uma das instâncias mais propícias para a discussão e assimilação dos diferentes significados envolvidos na construção do corpo, especialmente por, a princípio, constituir um dos pilares para a formação de planos de pensamento, análise e tomada de posição profissional. É, portanto, de vital importância, discutir e questionar a prática dos professores que trabalham nesse estratégico ambiente.

Estamos, então, diante de um interessante caso de investigação no campo da saúde do trabalhador. De um lado, pode-se encontrar um profissional que experimenta o prazer na

realização de suas atividades laborativas, que tem satisfação no que faz. Por outro, é possível encontrar uma série de queixas relacionadas à saúde (PALMA, et. al., 2006). O interesse na realização do presente estudo justifica-se porque a pesquisa sobre a saúde de professores de Educação Física se limita apenas com observações empíricas e relatos informais não sendo objetivo principal dos estudos, além disso, quanto aos resultados, têm sido aparentemente realizadas sob condições de trabalho consideradas inadequadas à saúde.

A pouca atenção tem se dado à relação da formação profissional de Educação Física e a saúde, neste projeto a hipótese que profissionais de Educação Física inseridos em uma determinada área, neste caso especificamente da Saúde, trazem uma inquietação referente à atuação profissional nos desdobramentos da interferência e da capacidade técnica para condução dos processos de saúde da sociedade e seus ambientes. Esta inquietação permeia as lacunas da formação profissional, visto que não há disciplina da área inserida na grade curricular do Profissional de Educação Física. Segundo Brugnerotto e Simões (2009), há uma predominância de concepção restrita de saúde nos cursos de EF, fortemente relacionada com a perspectiva biológica. Para os autores, tal resultado remete à preocupação de que a justificativa de intervenção em EF limite-se apenas à relação causal entre atividade física e saúde.

OBJETIVO GERAL

Analisar o nível de hábitos saudáveis em Saúde dos professores de Educação Física que atuam no ensino da Educação de Jovens e Adultos nas esferas estadual e particular.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Verificar o nível de hábitos saudáveis em saúde dos professores que atuam na Educação Jovens e Adultos – EJA; Observar as possibilidades de intervenção da Educação Física para a melhoria de qualidade de vida de professores e alunos por meio da Educação em Saúde; investigar quais os conhecimentos dos profissionais de Educação Física sobre a saúde coletiva na atuação da área da saúde no ambiente escolar.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo com abordagem nas linhas bibliográfica, documental, e de pesquisa de campo, com realização do estudo nas unidades escolares pertencente aos municípios de Belém e Ananindeua, Pará. Esses municípios caracterizam-se como as maiores regionais da região metropolitana de capital do estado do Pará, com população estimada em

1.506.420 e 540.410 de habitantes, respectivamente. Estas compõem a 19ª Unidade Regional de Educação/URES, sendo selecionados para o estudo a 1ª a 10ª Unidade Seduc na Escola/USES, que fazem a gestão de 68 estabelecimentos de ensino que contemplam a oferta de EJA, tendo cobertura de 9.519 alunos atendidos por 72 professores de Educação Física.

Para participação no estudo a ser selecionado o critério de inclusão: os participantes deverão atuar no ensino da Educação Física na modalidade EJA, nas modalidades presencial ou ensino remoto emergencial (ERE), bem como os professores que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), possuem pelo menos seis meses de experiência no EJA.

Adotaram-se os pontos de cortes em virtude da enturmação ou lotação, professores que pleiteiam, exclusivamente o ensino regular. É critério de exclusão: professores que atuam com menos de seis meses, professores que não assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O estudo obedecerá aos princípios éticos do Conselho Nacional de Saúde do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Será submetido, apreciado e após aprovação, será aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). E foi realizado o pedido por meio da Carta de Aceite para a orientação.

A coleta de dados será realizada nos meses de janeiro a março de 2022 por meio de um questionário para os professores do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) contendo perguntas abertas e fechadas no ambiente online, armazenado e disponibilizado via Drive Google. Segundo Marconi e Lakatos (1999) o questionário é um “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito” (Marconi & Lakatos, 1999:100).

CRONOGRAMA

Atividades	Meses – 2021/2022										
	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6
Elaboração do projeto de pesquisa	X	X	X								
Envio do projeto				X							

Coleta dos dados dos professores						X	X	X			
Interpretação Estatística									X		
Revisão e conclusão da tese										X	
Defesa da tese											X

REFERÊNCIAS

- ALVES, U. S. Não ao sedentarismo, sim à saúde: contribuições da Educação Física escolar e dos esportes. *O Mundo da Saúde*, v. 31, n. 4, p. 464-469, 2007.
- ANDRADE, D. R.; OLIVEIRA, R. C. Formação profissional em Educação Física para o setor da saúde e as Diretrizes Curriculares Nacionais. *Pensar a Prática*. v. 16, n. 4, p. 722- 733, Goiânia, 2016.
- AROUCA, A. S. S. O Dilema Preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. São Paulo, Rio de Janeiro: Unesp, Editora Fiocruz, 2003.
- BAGRICHEVSKY, M. A formação profissional em educação física enseja perspectivas (críticas) para atuação em saúde coletiva? In: FRAGA, A. B.; WACHS, F. Educação Física e saúde coletiva: políticas de formação e perspectivas de intervenção. Porto Alegre: Ed. da UFRS, 2007.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa/ Paulo Freire 25ª Ed.* São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*, 17ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GOMEZ, C. M. VASCONCELLOS, L. C. F, MACHADO, J. M. H. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 6, v. 23, p. 1963-1970, 2018.
- GUARDA, F. R. B. et al. Intervenção do profissional de educação física: formação, perfil e competências para atuar no Programa Academia da Saúde. *Rev Pan-Amaz Saude*. n. 4, v. 5, p. 63-74, 2014.
- LUZ, M. T. Educação Física e saúde coletiva: papel estratégico da área e possibilidades quanto ao ensino na graduação e integração na rede de serviços públicos de saúde. In: FRAGA, A. B.; WACHS,

F. Educação Física e saúde coletiva: políticas de formação e perspectivas de intervenção. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

ROCHA, V. M. CENTURIÃO, C. H. Profissionais da saúde: formação, competência e responsabilidade social. In: FRAGA, A. B.; WACHS, F. Educação Física e saúde coletiva. políticas de formação e perspectivas de intervenção. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

CAPÍTULO 23

IMPACTO DO PERFIL PROFISSIONAL NA QUALIDADE DE VIDA DOS PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

Odelio Joaquim da Costa



IMPACTO DO PERFIL PROFISSIONAL NA QUALIDADE DE VIDA DOS PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

Odelio Joaquim da Costa

INTRODUÇÃO

O tema Qualidade de Vida (QV) é estudado por diversas áreas do conhecimento humano. Um exemplo é a sociologia que, em sua abordagem acerca do impacto de diferentes aspectos (como o financeiro, o espiritual, o familiar, o das relações sociais em geral) sobre o bem-estar das pessoas contribuiu para que o conceito, anteriormente predominantemente filosófico de QV, entrasse na vanguarda do cuidado com a saúde, demonstrando ser tão significativo quanto a cura ou a preservação da vida. Assim, a qualidade de vida se configura como um aspecto de grande relevância social, em especial, à saúde pública (MEEBERG, 1993).

Além da sociologia, o interesse em estudar e conceituar a QV é partilhado por outras áreas das ciências sociais, ciências humanas e ciências biológicas, com o sentido de valorizar parâmetros mais amplos que o controle de sintomas, a diminuição da mortalidade ou o aumento da expectativa de vida (FLECK et al., 1999).

A qualidade de vida tem sido bastante discutida na atualidade sendo concebida pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 1995) como a percepção do indivíduo sobre sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. É influenciada pela satisfação a nível pessoal, profissional e econômico. Quando um destes fatores não está equilibrado o rendimento do indivíduo pode diminuir atrapalhando a própria empregabilidade e agravando ainda mais com a eclosão de doenças psicológicas e psicossomáticas decorrentes da queda do nível de qualidade de vida (RODRIGUES, 1999).

A combinação de múltiplos fatores é determinante para distinguir e classificar a qualidade de vida (NAHAS, 2003). Estes fatores podem ocasionar a degradação da qualidade de vida do indivíduo e, quando não compreendidos e sanados no próprio ambiente de trabalho ou a nível individual, acarretam sintomas psicológicos e até doenças psicossomáticas, cardiovasculares, depressão e estresse, podendo ser agravadas por fatores individuais como sedentarismo, excesso de álcool ou fumo, assim como descuido com a própria saúde, diminuindo, assim, a produtividade do profissional docente e, conseqüentemente, a qualidade do ensino ministrado por ele (SOUZA, 2001).

As transformações ocorridas na educação e nas relações de trabalho dos profissionais da educação têm sido temas de debates e reflexões. Fala-se muito sobre os avanços registrados na

educação, na inclusão da maioria da população no ensino fundamental, na baixa qualidade do ensino, mas um grande desafio é superar a situação de desinteresse, descrédito e desrespeito em que se encontram os trabalhadores da educação.

A profissão docente apresenta fatores que interferem diretamente na qualidade de vida e, por isso, merecem a devida atenção científica, com estudos que consigam avançar no conhecimento atual sobre a saúde desta população, já que as mudanças de comportamentos que ocorrem pelo estilo de vida, adaptado à profissão, podem ser caracterizadas como negativas.

Nos ensinos médio e superior o processo de trabalho e de gestão em educação transformou-se profundamente nas últimas décadas, com claras repercussões nas condições de trabalho, na imagem social do professor e no valor que a sociedade atribui à própria educação. Estes aspectos podem ter repercussões importantes sobre a saúde física e mental desse grupo ocupacional.

Segundo Zaragoza (1999) já houve um tempo em que o trabalho docente era considerado um sacerdócio e que os abnegados profissionais da educação deviam dedicar-se quase exclusivamente sua vida a profissão. Como as circunstâncias da conjuntura sócio-político-econômica eram outras, a questão salarial e as condições de trabalho estavam em segundo plano e a ninguém passava por relevante o fato de uma pessoa permanecer um quarto de século de sua própria existência, pelo menos meio- turno do seu dia de expediente, dialogando com interlocutores. Na sociedade brasileira contemporânea, novas exigências são acrescentadas ao trabalho dos professores. Com o colapso das velhas certezas morais, cobra-se deles que cumpram funções da família e de outras instâncias sociais (PIMENTA E ANASTASIOU, 2002).

A profissão docente é bastante antiga, no entanto, o interesse pelos assuntos que envolvem a qualidade de vida do professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) é recente, principalmente no Brasil, que se encontra em desenvolvimentos iniciais e pouco enfatiza em seus estudos as necessidades subjetivas do professor.

JUSTIFICATIVA

O interesse pelo tema surgiu pela experiência prática da atuação do pesquisador como professor de diferentes níveis de ensino: infantil, fundamental, médio, superior e pós-graduação. Nestas funções, em especial na de professor EBTT, inúmeras vezes presenciamos reclamações dos colegas de profissão em relatos sobre as condições físicas dos locais de trabalho, as características das tarefas exercidas pelo professor, o excesso de trabalho, o ritmo de trabalho, a carreira profissional e a extensão das atividades docentes para além do horário de trabalho, especialmente com atividades de planejamento e avaliação. Tais queixas, geralmente, remetiam

a questionamentos sobre a própria qualidade de vida.

Diante de todos os aspectos apresentados constatamos que a Qualidade de Vida geral do professor, assunto desta pesquisa, é um tema importante para ser explorado. Avaliar QV é avaliar dimensões no contexto mais global, nas possibilidades da complexidade do ser humano. Encontramos nesta pesquisa uma maneira, através do método científico, de investigar as suspeitas percebidas no decorrer da prática profissional.

Com base neste contexto, nos referências apresentados e na motivação salientada, o objeto de estudo da nossa investigação passa a ser: O IMPACTO DO PERFIL PROFISSIONAL NA QUALIDADE DE VIDA DOS PROFESSORES EBTT DO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS (IFTO).

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Descrever e analisar o impacto do perfil profissional na qualidade de vida dos professores efetivos do IFTO.

Objetivos Específicos:

- Identificar, através das variáveis propostas, o perfil profissional dos professores do IFTO.
- Descrever a percepção dos professores acerca da sua qualidade de vida nos domínios físico, psicológico, das relações sociais e do meio ambiente;
- Correlacionar os resultados nos quatro domínios da QV com as variáveis independentes que identificam o perfil profissional.

METODOLOGIA

Tipo de Pesquisa

O presente estudo investigará a qualidade de vida do servidor, analisando o fenômeno diretamente na realidade dos indivíduos, sendo classificado, por este critério, como uma pesquisa de campo (TRIVIÑOS, 1987; LAKATOS E MARCONI, 1991).

O estudo apresenta também características de investigação exploratória. Neste tipo de pesquisa o pesquisador, ao delimitar o tema de pesquisa, define o campo de forma a estabelecer um conhecimento prévio da situação. Conforme aponta Gil (1993), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, objetivando torná-lo mais explícito.

Considerando as características da problemática deste estudo optamos por procedimentos quantitativos de coleta de dados. Esta alternativa pressupõe que se estabeleça uma igualdade de consideração, não se estabelecendo hierarquias entre as diferentes possibilidades de pesquisa. Para tanto, utilizaremos o método de avaliação, padronizado de forma que as escalas de respostas são uniformes durante toda a administração dos instrumentos. Utilizaremos dois instrumentos, o primeiro desenvolvido pelo autor da pesquisa e já apresentado em congresso científico e revista científica indexada, apresenta as variáveis independentes. O segundo instrumento é uma versão abreviada do instrumento original desenvolvido pelo grupo World Health Organization Quality of Life Measures (WHOQOL Group) pertencente à Organização Mundial da Saúde. Sua elaboração contou com a busca em temas sobre a qualidade de vida em diferentes línguas e culturas (FLECK, 2008).

População e amostra

A região norte do Brasil, em sua organização administrativa-política, está dividida em sete estados, sendo um deles o estado do Tocantins, o mais novo da federação, cuja capital é Palmas. Em função dos propósitos da investigação e da extensão do universo da pesquisa, optamos, por abarcar a população de professores efetivos do IFTO.

No quadro abaixo apresentamos os *Campi*, às quais pertencem os professores que farão parte da pesquisa.

QUADRO 01 – *Campi* do IFTO.

	Campus
A	Araguatins
B	Araguaína
C	Colinas do Tocantins
D	Dianópolis
E	Formoso do Araguaia
F	Gurupi
G	Lagoa da Confusão
H	Palmas
I	Paraíso do Tocantins
J	Pedro Afonso
L	Porto Nacional

A amostra da pesquisa será constituída a partir do quantitativo de professores apresentados no quadro acima. Para o levantamento do universo de professores, efetivaremos procedimentos e utilizaremos critérios conforme descrição a seguir: Informação será requerida ao departamento de recursos humanos das instituições envolvidas no estudo a relação dos servidores.

Somente integraram a amostra aqueles professores efetivos, no momento da coleta de dados. Não farão parte da amostra os servidores afastados por licença médica ou outro tipo de licença concedida pela instituição de ensino.

Configurado o universo da pesquisa será realizado cálculo estatístico de determinação da amostra, utilizando erro amostral de 5%, com intervalo de confiabilidade de 95% baseado na constituição de uma pré-amostra realizada aleatoriamente com 5% dos servidores do IFTO, buscando estabelecer o intervalo de confiança para proporção, calculando os valores de amostra que satisfazem a propriedade e que não satisfazem a propriedade, para então definir a amostra de nível de confiança do intervalo, erro-padrão em uma estimativa média que é usada para amostra de tamanho fixo (SILVA et. al., 1995; SPIEGEL, 1993).

A Técnica e o Instrumento de Pesquisa

Nesta pesquisa recorreremos à técnica do inquérito utilizando para o mesmo o instrumento denominado como questionário. Por se tratar da busca de dados em relação ao perfil do servidor e às características (domínios) que determinam a qualidade de vida dos sujeitos participantes foram utilizados dois questionários auto-administráveis, com respostas objetivas, quais sejam: o Questionário sobre o Perfil do Professores e o Questionário sobre Qualidade de Vida.

Questionário para identificar o perfil profissional dos servidores

Por meio do questionário aplicado buscaremos identificar o perfil do professor do IFTO. Com este intento recolhemos dados relativos: ao gênero, à idade, às áreas de atuação, ao tempo total de serviço, ao tempo total no IFTO, às horas de trabalho diárias. O questionário segue a seguinte estrutura:

A primeira questão é referente ao gênero. A amostra será distribuída entre homens e mulheres. A segunda questão é referente à faixa etária. A amostra será distribuída de acordo com as seguintes faixas etárias: até 30 anos, 31-40 anos, 41-50 anos, 51-60 anos e mais de 61 anos.

A quarta questão é referente à área de atuação: Exata, Humana e Biológica. Estas são as áreas de carreiras apresentadas nas Instituições. Identificaremos em qual área o servidor está envolvido.

A quinta questão é referente ao grau de escolaridade dos servidores investigados. A amostra

será distribuída em pós- doutores, doutores, mestres, especialistas e graduados.

A sexta questão é referente ao tempo total de serviço. O critério de organização das faixas de tempo de serviço tem como base os estudos de Huberman (1992) que organizou e caracterizou os ciclos de carreira conforme segue:

A fase do início da carreira - Esta fase vai da introdução à carreira até os 3 anos de docência. É a fase da “sobrevivência” e da “descoberta”.

A fase da estabilização - é o ciclo da carreira profissional entre os 4 e os 6 anos de experiência, além da construção de uma identidade profissional que supõe a afirmação de si mesmo como servidor.

A fase da experimentação e diversificação – É o ciclo da carreira profissional entre os 7 e os 25 anos de experiência, que pode estar marcado por uma atitude geral de diversificação, mudança e ativismo, bem como uma atitude de revisão, cheia de interrogações peculiares da metade da carreira. Não se trata, portanto, de um ciclo homogêneo no qual resulte fácil caracterizar o pensamento e a conduta profissional do servidor.

A fase da serenidade/conservantismo – é o quarto ciclo, entre os 25 e 35 anos de experiência, em que se chega a um patamar do desenvolvimento da carreira. “Trata-se menos de uma fase distinta da progressão na carreira do que de um estado ‘de alma’ que se encontra nos estudos empíricos efetuados com os servidores de 45-55 anos”(HUBERMAN, 1992).

A fase do desinvestimento/preparação para a aposentadoria – o quinto e último ciclo da carreira profissional que se desenvolve entre os 35 e 40 anos de experiência. Esta etapa está fortemente marcada pela preparação para a aposentadoria e pelo progressivo abandono das responsabilidades profissionais.

A sétima questão é referente à distribuição da amostra por tempo de serviço. A oitava questão é referente à distribuição da amostra por horas trabalhadas.

Questionário para avaliar a qualidade de vida.

Para analisarmos a Qualidade de Vida utilizamos o instrumento denominado de WHOQOL-bref, originado do WHOQOL-100. Foi elaborado pelo grupo World Health Organization Quality of Life Measures (WHOQOL Group), um grupo multicêntrico envolvendo especialistas de 15 países com finalidade de obter um questionário genérico que pudesse ser aplicado em qualquer cultura ou país, criado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

A preocupação da OMS era obter um instrumento de caráter internacional considerando-se que, na concepção do grupo, há um universo social comum que influencia a qualidade de vida, ou seja, o sentimento de bem estar psicológico, as boas condições físicas, o estar socialmente

integrado e funcionalmente competente, são constituintes independentes de nacionalidade, cultura ou época.

Segundo Fleck (2008), três aspectos fundamentais sobre o constructo qualidade de vida estão implícitos nos instrumentos do Grupo WHOQOL:

1 – Subjetividade – A perspectiva do indivíduo é o que está em questão. A realidade objetiva só conta na medida em que é percebida pelo indivíduo.

2 – Multidimensionalidade – A qualidade de vida é composta por várias dimensões. Este aspecto tem uma consequência métrica importante, a de que não é desejável que um instrumento que mensure a qualidade de vida venha a ter um único escore, mas sim que a sua medida seja feita por meio de escores em vários domínios (por exemplo: o físico, o mental, o social).

3 – Presença de dimensões positivas e negativas – Para uma boa qualidade de vida, é necessário que alguns elementos estejam presentes (por exemplo: mobilidade) e outros ausentes (por exemplo: dor).

A partir dessas considerações, o grupo empreendeu um trabalho extensivo envolvendo todos os centros de estudo sobre qualidade de vida, dos 15 diferentes países, para a construção do conceito e das questões consideradas pertinentes às diversas culturas, bem como, representativas das facetas ou domínios da qualidade de vida.

O instrumento criado foi submetido a procedimentos estatísticos que permitiram relacionar as melhores questões para a composição de diferentes domínios. Depois de estruturado, o questionário foi submetido a um teste piloto para a verificação de suas propriedades psicométricas (validade, confiabilidade e responsividade). O resultado final foi um instrumento com 100 questões compondo seis domínios e 24 facetas, cada uma delas explorando um aspecto específico do domínio (FLECK et. al., 1999).

O instrumento criado demandava um longo tempo para a sua aplicação. A necessidade de instrumentos de rápida aplicação determinou o desenvolvimento da versão abreviada do WHOQOL-100. Então foi elaborado o WHOQOL-bref.

A versão abreviada – WHOQOL-bref – surgiu da necessidade de se ter um instrumento de aplicação rápida, mas que preservasse as características do instrumento original, ou seja, que mantivesse seu caráter abrangente, possível de ser aplicado em qualquer cultura e que mantivesse suas propriedades enquanto instrumento de medida. Este instrumento é constituído de 26 questões divididas em quatro domínios: o físico, o psicológico, o das relações sociais e o do meio ambiente.

Na versão reduzida cada faceta ficou representada pelo subitem que mais se correlacionou com

o escore global do WHOQOL-100.

Para utilizar o instrumento foi preciso traduzi-lo para o idioma do país, adaptá-lo culturalmente e validá-lo, seguindo uma metodologia padronizada. Os dois questionários estão atualmente disponíveis em 20 idiomas diferentes, inclusive em português (FLECK et.al., 2000).

Em 1996, o Brasil passou a integrar o grupo WHOQOL da OMS. Os dois instrumentos foram validados no Grupo de Estudo sobre Qualidade de Vida, do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e no Hospital das Clínicas do Paraná, sob o comando da equipe do Dr. Marcelo Pio Fleck membro do grupo WHOQOL (FLECK et. al., 1999).

Segundo Fleck et. al. (1999), para a população brasileira, as características psicométricas do WHOQOL-bref, na sua versão em português, foram semelhantes as do estudo multicêntrico do WHOQOL-100, permitindo a utilização abrangente desse instrumento por pesquisadores brasileiros no campo da saúde.

A versão do WHOQOL-bref é composta de 26 questões dispostas em quatro domínios e 24 facetas/categorias. O primeiro, o domínio físico, refere-se à dor física, à energia para o dia a dia, ao sono, à locomoção. O segundo, o domínio psicológico, refere-se aos sentimentos positivos, à concentração, à auto-estima, à auto-imagem, aos sentimentos negativos e às crenças pessoais. O terceiro, o domínio das relações sociais, refere-se às satisfações destas relações, ao suporte social e à atividade social. O quarto e último, o domínio do meio ambiente, refere-se à segurança física, à habitação, aos recursos financeiros, aos serviços de saúde, ao acesso às informações, ao lazer, ao ambiente físico e ao transporte.

Considerando o caráter científico requerido, a necessidade de estudos que avancem no conhecimento sobre qualidade de vida e as características deste estudo, é aceitável concluir, com base na literatura especializada, que o WHOQOL-bref pode ser utilizado na população deste estudo, por oferecer dados suficientes sobre a compreensão básica dos fatores inerentes à qualidade de vida dos professores do ensino superior.

O uso do WHOQOL-Bref, justifica-se pela ampla oportunidade que o instrumento oferece para compreender as motivações, os desejos, as oportunidades e os recursos disponíveis para satisfação e bem estar pessoal na relação consigo mesmo e com os outros (FLECK et. al., 2000). Os procedimentos da coleta de dados da pesquisa de avaliação da QV, utilizando o WHOQOL-Bref, serão orientados pelo manual de aplicação do instrumento (FLECK, 2008). As questões do WHOQOL-bref possuem quatro tipos de escalas de respostas: intensidade, capacidade, frequência e avaliação, todas graduadas em cinco níveis. Estas escalas são do tipo LIKERT, sendo que a escala de intensidade varia de nada a extremamente; a escala de capacidade varia

de nada a completamente; a escala de avaliação de muito insatisfeito a muito satisfeito e muito ruim a muito bom e a escala de frequência varia de nunca a sempre. Todas as palavras âncoras possuem uma pontuação de 1 a 5 e para as questões de número 3, 4 e 26 os escores são invertidos em função de 1=5; 2=4; 3=3; 4=2 e 5=1 (FLECK et al., 1999).

O instrumento não admite um escore total de qualidade de vida, considerando a premissa de que QV é um construto multidimensional, portanto, cada domínio é pontuado de forma independente. A determinação dos escores dos domínios é realizada multiplicando-se a média de todos os itens incluídos dentro de um domínio, por quatro. Dessa forma, o escore pode variar de 0 (zero) a 100 (cem) sendo que quanto maior o valor melhor é o domínio de qualidade de vida do professor.

Estatisticamente os dados serão analisados através do programa Statistical Package for the Social Science (SPSS) a partir dos seguintes parâmetros: a diferença entre os grupos, quando os valores forem normalmente distribuídos será avaliada pela análise de variância de uma via (ANOVA). Diferença entre grupos individuais será avaliada com teste *t* de Student. Para variáveis sequenciais será realizado ANOVA de duas vias. As correlações entre as variáveis serão analisadas através de Pearson. O intervalo de confiança utilizado será de 95%.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Os critérios de inclusão utilizados na seleção dos respondentes do questionário são:

- Participantes voluntários;
- Professores EBTT efetivos;
- Indivíduos que aceitem participar do estudo e que estão de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de pesquisa eletrônica

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Os critérios de exclusão adotados na pesquisa são:

- Professores não efetivos;
- Professores licenciados;
- Indivíduos que se recusem a participar do estudo e ou que se recusem a concordar com o TCLE de pesquisa.

Coleta de dados

O convite para o professor responder o questionário será realizado através do e-mail pessoal,

no qual serão apresentados os objetivos, métodos, considerações éticas do estudo, bem como o esclarecimento de dúvidas.

Antes de iniciar o processo de responder ao questionário, o participante receberá o TCLE, após aceitação do termo, será disponibilizado o questionário on-line para o participante.

O questionário será elaborado com o auxílio da ferramenta do Google Formulário. Os dados fornecidos ficarão automaticamente armazenados em um banco de dados e em condições de utilização.

O acesso ao questionário será possível uma única vez para cada participante, pois receberão um link para acesso exclusivo.

Além destes cuidados, os procedimentos para coleta de informações que envolverem os participantes, tramitarão nas Instituições investigadas para sua liberação formal, recebendo a autorização dos diretores de cada uma das Instituições envolvidas.

Aspectos éticos

A realização deste estudo respeitará os preceitos éticos em pesquisa com seres humanos contidos na Resolução no 466/2012 do Conselho Nacional de Pesquisa (CONEP, 2012). Em consonância com essa Resolução, foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de pesquisa eletrônica pelo qual o participante será informado do caráter científico do estudo, dos objetivos e método do estudo, bem como os riscos e benefícios de sua participação.

Será garantido o anonimato dos participantes, o sigilo das informações coletadas e garantido o desejo de interrupção do estudo a qualquer momento. A pesquisa não lhe trará benefícios diretos, mas as suas respostas, bem como a de outros que participarem da pesquisa, permitirão caracterizar e analisar a formação e a atualização dos conhecimentos específicos relacionados ao tema.

A pesquisa não implicará com intervenção física, mental ou moral aos sujeitos. Será comunicado a todos os entrevistados que os dados serão divulgados em documentos científicos e, posteriormente, em publicações científicas, omitindo-se a identidade dos participantes.

RESULTADOS ESPERADOS

Discutiremos e analisaremos as variáveis que abrangeram informações sobre o perfil profissional do docente em relação ao gênero, idade, área de atuação, grau de escolaridade, tempo total de docência, tempo de docência no ensino superior, tempo de serviço na instituição atual, carga horária semanal e exercício de outra atividade realizada pelos professores e, a partir

destes resultados, apresentaremos o perfil-tipo do docente EBTT do Estado do Tocantins. Também serão apresentados os resultados relativos às informações sobre a qualidade de vida dos docentes obtidas por meio do instrumento WHOQOL-bref e a correlação entre os resultados obtidos sobre qualidade de vida com as variáveis relativas ao perfil do profissional docente.

CRONOGRAMA

QUADRO 02 – Cronograma

Atividades ano 2021	
Levantamento bibliográfico	Agosto
Coleta e seleção dos dados	Setembro, outubro e novembro
Análise estatística das informações coletadas	Dezembro
Atividade ano 2022	
Revisão bibliográfica	Fevereiro
Análise crítica do material	Março e abril
Elaboração preliminar do texto	Maio
Redação provisória	Junho
Relatório Final	Julho
Publicação	Agosto

Constitui-se como propósito final deste estudo a divulgação dos resultados. Primeiramente, para os servidores do IFTO, bem como às instituições, na tentativa de contribuir para o seu processo de sensibilização e reflexão, podendo, assim, redirecionar e/ou multiplicar as ações necessárias a boa qualidade de vida dos professores.

Também divulgaremos a nível nacional e internacional através de publicações em revistas indexadas e apresentações em congressos científicos.

REFERÊNCIAS

ABUD, M. J. M. Professores de ensino superior: características de qualidade. Tese de Doutorado. PUC, São Paulo. São Paulo, 1999.

ARAÚJO, T. M.; SENA, I. P.; VIANA, M. A.; E ARAÚJO, E. M. Mal-estar docente: avaliação das condições de trabalho e saúde em uma instituição de ensino superior.

Rev. Baiana de Saúde Pública; jan – jun, 2005. 29 (1), 15-22.

BAHIA, P. H. do N. O estresse como indicador de qualidade de vida em professores do curso de fisioterapia. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós- Graduação em Engenharia de Produção do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2002.

CODO, W. (coord.). Educação: Carinho e Trabalho: Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação. 3ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

CONSTANTINO, M. A. C. Avaliação da qualidade de vida: desenvolvimento e validação de um instrumento, por meio de indicadores biopsicossociais, junto à comunidade da Universidade de São Paulo. Tese Doutorado em Nutrição Humana Aplicada. USP, São Paulo, 2007.

CORTESÃO, L. Ser Professor: um ofício em risco de extinção? 2ª edição. São Paulo : Cortez; Instituto Paulo Freire, 2006.

FACCI, M. G. D. A compreensão que os professores têm da profissão docente: Iniciando algumas discussões. Universidade Estadual Paulista. Marília, SP, 1998.

FIEDLER, P. T. Avaliação da qualidade de vida do estudante de medicina e da influência exercida pela formação acadêmica. Tese de Doutorado, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

FRIGOTTO, G. Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998.

GONÇALVES, L. A. O. (1996). Trabalho docente e subjetividade: embate teórico e novas perspectivas. Revista da Faculdade de Educação da USP, São Paulo, v.22, nº2, p. 43-71, jul/dez.

HUBERMAN, Michael. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (Org). Vidas de professores. Lisboa: Porto Editora, 1992.

LIBÂNEO, J. C. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI D.; NASCIMENTO M. I. M. (orgs). A escola pública no Brasil: história e historiografia. Campina, SP: Autores Associados: Histedbr, 2005.

LUIGI, G. Educar é um risco: como criação de personalidade e de história (N. Oliveira, trad.). Bauru: EDUSC, 2004.

MAGALHAES, A. M. (2006). A Identidade do Ensino Superior: a Educação Superior e a Universidade. Rev. Lusófona de Educação. [online]. no.7 p.13-40. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502006000100002&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1645-7250. Acesso em: 31 Agosto 2009,

MALAGRIS, L. E. N. O professor, o aluno com distúrbio de conduta e o stress. In: (Org). O Stress do Professor. Campinas (SP): Papirus, 2002.

MANCEBO D. E FÁVERO A. L. M. *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente*. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTINS, M. G.T. *Sintomas de Stress em Professores das primeiras séries do ensino fundamental: um estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias-ULHT. Lisboa, Portugal, 2005.

MINAYO, M.C.S., Hartz, Z.M.A., Buss P.M. (2000). *Qualidade de vida e saúde: um debate necessário*. *Revista Ciência Saúde Coletiva*. 5:7-18.

SCHUCH, C. *Qualidade de vida no trabalho de: A percepção dos professores da universidade do Planalto Catarinense*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós- Graduação em Administração, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2001.

SILVA, M. A. L. *Qualidade de vida no trabalho, estresse e saúde mental dos professores universitários: Um estudo comparativo entre instituições públicas e privadas em belo horizonte*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós- Graduação em Engenharia de Produção, do Centro Tecnológico, da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2002.

STEINER, JOÃO E. *Diferenciação e Classificação das Instituições de Ensino Superior*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: www.iea.usp.br/observatórios/educação. Acesso em: abril de 2007.

VASCONCELOS, H. C. *Docência no ensino superior: singularidade de uma experiência interdisciplinar*. Seropédica (RJ): Ed. da UFRRJ, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global strategy on diet, physical activity and health: The Americas Regional Consultation Meeting Report*. San José, Costa Rica, 23-24. Disponível em: <http://www.who.org>. Acesso em: 10 de abril de 2003.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Health promotion glossary*. Geneva, 1998. Disponível em: <http://www.who.org>. Acesso em: 16 de agosto de 2004.

ZANEI, S.S.V. *Análise dos instrumentos de avaliação de qualidade de vida WHOQOL-bref e SF-36: confiabilidade, validade e concordância entre pacientes e Unidades de Terapia Intensiva e seus familiares*, Tese de doutorado, Escola de Enfermagem, USP, São Paulo, 2006.

SESSÃO BANNERS





IV ENCONTRO CIENTÍFICO DO GRUPO PESQUISAS & PUBLICAÇÕES - GPS



PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE UM EVENTO CIENTÍFICO – 30I em 3M

Prof. Dr. Ricardo Figueiredo Pinto

INTRODUÇÃO

É comum ser questionado como proceder para planejar um evento científico, em geral respondo que tudo pode partir de uma ideia inicial, de um interesse ou de uma necessidade individual ou coletiva. Seja qual for o ponto de partida alguns procedimentos deverão ser levados em conta. Para tal este Banner tem como objetivo apresentar, um dos possíveis caminhos, por meio dos principais pontos a serem levados, no planejamento de um evento científico, tendo como referência os últimos eventos realizados pelo GPS.

DESENVOLVIMENTO

Os momentos a seguir dependerão de vários fatores, em especial de estrutura já existente, experiência do pessoal envolvido, e recursos disponíveis (recursos em geral).

MOMENTO I – Questões – “Exercício inicial”

- 1- Qual é a intenção? R= realizar um evento científico;
- 2- Que tipo de evento? R= encontro científico;
- 3- Em que nível? R= regional;
- 4- Em que área do conhecimento? R= interdisciplinar;
- 5- Qual será a clientela? acadêmicos e profissionais da área do evento;
- 6- Quais eixos temáticos básicos? educação e saúde pública;
- 7- Quem promoverá? R= GPS
- 8- Quem realizará? R= Conhecimento & Ciência;
- 9- Qual a previsão de realização? R= mínimo de três meses da concepção da ideia;
- 10- O evento será autossustentável? R= sim

MOMENTO II – Estrutura e logística mínima necessária

- 11- Tipo de evento? R= 100% online;
- 12- Vagas? R= máximo de 250;
- 13- Equipe para planejar o evento? R= mínimo de 3 pessoas;
- 14- Haverá home page do evento? R= sim será construída;
- 15- Qual período do evento? R= quatro dias, em período a ser definido;
- 16- Quais atividades terá o evento? R= palestras, mesa de especialistas, mostrade banner e de comunicação oral, minicurso, curso de atualização, lançamentos de e-books, livros impressos;

- 17- O evento terá recursos próprios? R= sim;
- 18- Haverá remuneração de palestrante e da equipe de organização? R= sim
- 19- Qual a previsão de arrecadação? R= a definir;
- 20- Qual a previsão de despesas? R= a definir;

MOMENTO III – Necessidades complementares ao planejamento

- 21- definir equipe de trabalho de acordo com as necessidades do evento;
- 22- definir planejamento de trabalho, pré-evento, evento, e pós-evento;
- 23- definir planejamento financeiro do evento;
- 24- definir possíveis parceiros para o evento;
- 25- definir convidados palestrantes para o evento;
- 26- definir convidados de apoio ao evento;
- 27- definir se o evento terá prêmios e/ou sorteios;
- 28- definir ações de segurança para o evento;
- 29- definir informações à constarem no site do evento;
- 30- definir e publicar o site do evento.

CONCLUSÃO

Na literatura em geral, em especial na internet há muitos modelos de como planejar e realizar um evento científico. É recomendável que cada um busque aquele que mais lhe adequar, mais atrair ou mais confiar, pois nada melhor do que realizar algo com o que mais lhe der confiança. Esta contribuição é apenas uma pequena amostra, de experiências já realizadas, e como se diz que “funcionou”, porque esta expressão quer dizer que elas tiveram início, meio e fim, e mais importante, com bons resultados aos propósitos pré-estabelecidos.

Meus contatos:

- E-mail GPS: gdepesquisabr@gmail.com
- WhatsApp Business: 55 91 9631-3408
- Site do GPS: <https://gdepesquisabr.wixsite.com/grupodepesquisa>
- Site do Evento: www.eventosceec.com.br



SESC ZEN

Janaina Santana de Melo
jmoliveira@pa.sesc.com.br
 Coautora: Gleyce Carmo dos Santos
gleycedenyse.santos@gmail.com



INTRODUÇÃO

O yôga é citado pela OMS (Organização Mundial da Saúde) na classificação da medicina tradicional e Medicina complementar Alternativa. No Brasil a introdução do yôga e outras práticas corporais, deu-se no Sistema Único de Saúde, por meio da portaria nº 719, de 7 de abril de 2011, com a criação do programa da Academia de Saúde pelo Ministério de Saúde (BRASIL, 1996). Uma das implicações da inclusão do yôga no SUS é a redução da desigualdade no acesso, visto que antes essa prática estava restrita a determinadas classes sociais. Sabe-se que os problemas oriundos da mente afetam diretamente o corpo físico, visto que o corpo é a expressão das emoções. "Nada se passa no corpo sem que a mente acuse. Não há um corpo e uma alma, mas uma unidade, chamado mente-corpo" (ANDRADE FILHO, 2008, p.43).

No início do século XX, com base em observações e estudos em ginástica olímpica, boxe, artes circenses e algumas práticas orientais como Yôga, Joseph que era um autodidata criou o método Pilates com a denominação de CONTROLÓGIA - A coordenação completa de corpo, da mente e do espírito. Por meio dela, você adquire primeiro o controle total de seu próprio corpo e depois, com repetições apropriadas dos exercícios, adquire gradual e progressivamente um ritmo natural e a coordenação associada às atividades do subconsciente (PILATES, MILLER, 1945, p. 121-122)



OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL- O objetivo geral deste projeto é proporcionar a clientela alvo do Sesc – Trabalhador do comércio/Dependentes, e público em geral, aulas de yôga e Pilates ao ar livre, no bosque da Unidade Sesc Ananindeua, para melhoria da qualidade de vida.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS – Melhorar a respiração, consciência corporal e fortalecimento muscular no pilates. Vivenciar as técnicas do yôga através dos âsanas, pranayamas, e samyama para melhorias na saúde mental, auxiliando nos quadros de ansiedade e depressão.

METODOLOGIA

As aulas foram iniciadas no mês de novembro/2021 sempre aos sábados, no horário de 08h às 09h. Para a clientela do Sesc de Comerciantes e Dependentes o acesso é gratuito com a apresentação da carteira do Sesc, para o público é cobrada uma taxa de R\$ 10,00 (Dez Reais). Todo material para as aulas são do Sesc (tapetes e acessórios), sendo respeitado durante as aulas o espaço de 1,5 m entre os participantes, e uso do álcool do gel. Quanto as máscaras durante a prática, o uso não é obrigatório devido o espaço ao ar livre, sendo importante ressaltar que todos apresentam a carteira de vacinação para participação.

O projeto contempla a faixa etária a partir de 15 anos, registrando que já observamos uma clientela com idade de 15 a 76 anos. Ressaltamos que todos podem participar das aulas, mesmo que nunca tenham praticado yôga ou pilates.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vários estudos observa-se que o método Pilates produz resultados satisfatórios e eficazes no tratamento de dores na coluna, principalmente a nível lombar, melhorando o quadro algico inicialmente apresentado, bem como também apresenta melhora na flexibilidade e a postura, aumentando assim o condicionamento físico do indivíduo, causando desta forma uma melhora na qualidade de vida.

A aplicação das técnicas do Pilates fortalece o corpo do indivíduo de forma global, tendo como base o fortalecimento da região abdominal (centro de força). Além de ser um método utilizado também como prevenção, fortalecendo as cadeias musculares de forma harmônica, tendo como benefício a diminuição e riscos de lesões decorrentes de acometimentos musculares. Na prática do yôga observamos a satisfação dos praticantes em executar os âsanas (posturas firmes) que além de melhorar também a flexibilidade, promovem bem-estar físico. As técnicas do pranayamas (respiratórias) auxiliam na melhora da respiração, principalmente em pessoas que já tiveram COVID-19, ou que já possuem problemas respiratórios. Entretanto, a grande procura dos participantes é pelo SAMYAMA, onde todos conhecem por meditação.

Dentre as técnicas de yôga, a meditação é sempre citada como uma das mais utilizadas nas práticas, sendo muito estudada pela ciência por seus benefícios a saúde. Desde 1992 a Universidad de Wisconsin em Madison, nos EUA, desenvolvem trabalhos de pesquisa em neurociência afetiva, que trata de esclarecer o vínculo entre as atividades relacionadas aos neurônios e os sentimentos positivos e negativos que definem as emoções. Os monges budistas têm sido o campo de pesquisa, citados como "atletas da meditação". A pesquisa utilizou ressonância magnética e tomografias computadorizadas, escaneando a resposta do cérebro durante episódios de introspecção. De acordo com o estudo, a meditação afeta o funcionamento e a estrutura física do cérebro humano, fortalecendo os neurônios, e assim influenciando positivamente a saúde e o bem-estar geral do indivíduo. A meditação quando combinada com a terapia cognitiva é considerada um excelente coadjuvante nos tratamentos de depressão e ansiedade (SMITH ET AL., 2007).



IV ENCONTRO CIENTÍFICO DO GRUPO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES -GPS

O uso das Tecnologias na Educação no Período de Isolamento Social

Mestranda: Luzimar da Conceição Silva
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Figueiredo Pinto





PROBLEMA

Em tempo de pandemia o isolamento social muito tem contribuído com a evasão escolar, trazendo drásticas mudanças na vida social e educacional.

Alunos e professores foram os principais alvos, a precariedade e as dificuldades de estruturas, acesso dos usuários e a falta de habilidades digitais dificulta nesta nova modalidade de ensino.

QUESTÕES A INVESTIGAR

Quais são as principais dificuldades encontradas pelos professores e alunos quanto ao uso de tecnologias educacionais nas aulas online, remotas e no período pós- Pandêmico ?

OBJETIVOS

GERAL :

- Avaliar as dificuldades encontradas pelos professores e alunos no uso da tecnologia, na modalidade de aulas online, no período de pandemia e isolamento social e Pós- Pandêmico.

ESPECÍFICOS:

- Identificar ferramentas digitais mais acessíveis aos docentes e educandos na utilização do ensino online
- Interagir as ferramentas e plataforma de comunicação remota dentre outros recursos como diferencial no processo de ensino.
- Incentivar o investimento em tecnologias e em treinamento aos professores, coordenação pedagógica e direção escolar.



ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

- 1 – Introdução
- 2- Impactos Educacionais Causados aos alunos e Professores na Mudança do Ensino Presencial para o Ensino Online.
- 3- O uso das ferramentas digitais no processo de Ensino
- 4- Os desafios da gestão escolar e a Educação pós- pandemia

METODOLOGIA

- **Tipo de Estudo:** Teórico e de Campo do tipo exploratório e descritivo
- **População:** Professores e alunos do Ensino Fundamental II.
- **Amostra:** a ser definida
- **Forma de coleta de dados:** Questionário online (Google Forms)
- **Forma de análise dos dados:** análise descritiva de percentual simples, quantitativa e qualitativa

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BARBOSA, André Machado; VIEGAS, Marco Antônio Serra; BATISTA, Regina Lucia Napolitano Felício Felix. Aulas presenciais em tempo de pandemia, 2020

LIMA, José Maria Maciel. Plataforma Moodle: A Educação por mediação tecnológica. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed.01, Vol. 09, pp. 53-73. Janeiro de 2021.

LUCK, Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 2008



**FACULDADE INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS
SOCIALES DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACION E SALUD
PUBLICA**

**ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO TRATAMENTO DO CÂNCER DE MAMA:
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.**

Maria de Belém Ramos Sozinho¹ Maria Inês Vieira de Oliveira Lima²; Ricardo Figueiredo Pinto³

RESUMO

- **INTRODUÇÃO** O câncer de mama está dentre um grupo heterogêneo de doenças, sendo este com comportamentos distintos. A heterogeneidade deste câncer pode ser observada pelas mudanças nos aparecimentos clínicas e morfológicas, diferentes componentes genéticas e consequentes diferenças nas respostas terapêuticas. São vários os fatores de risco para a manifestação do câncer de mama a ser informado como: nuliparidade, idade tardia ao primeiro parto, menarca precoce, menopausa tardia, sedentarismo, dieta e obesidade. (INCA, 2020).
- **OBJETIVO:** Identificar a qualidade da dieta de mulheres com câncer de mama em tratamento quimioterápico .
- **METODOLOGIA:** . Foi realizado uma revisão bibliográfica procurando selecionar e avaliar pesquisas e estudos relevantes que contêm artigo com o tema proposto. Para isso foram feitas buscas de artigos nos idiomas português e inglês nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), utilizando as seguintes palavras-chaves indexadas no DECS: Câncer de Mama, alimentação saudável nutrientes
- **DISCUSSÃO:** A alimentação representa um possível fator de proteção contra o desenvolvimento de câncer de mama. Hábitos alimentares saudáveis podem ser envolvidos a diminuição de certos alimentos como carnes vermelhas, gordura animal e consumo excessivo de álcool, em concomitante o aumento do consumo de vegetais, frutas e fibras. A quimioprevenção por meio desses alimentos funcionais, é um promissor instrumento no controle do câncer de mama, ocorre através de possíveis mecanismos de ação anticarcinogênica., antioxidantes.
- **CONCLUSÃO:** Conclui-se que os alimentos saudáveis, tem demonstram benefícios na vida das mulheres que realizam tratamento quimioterápico de câncer de mama. Vale ressaltar que é fundamental ter um padrão de comportamentos relacionados à alimentação, à atividade física e a outros fatores associados ao modo de vida para que, possa-se desfrutar dos benefícios para a proteção contra o câncer de diversos tipos, além da qualidade de vida para viver bem até a velhice
- **REFERENCIAS.**
- INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Dieta, nutrição, atividade física e câncer. Uma perspectiva global: um resumo do terceiro relatório de especialistas com uma perspectiva brasileira.** Rio de Janeiro, 2020.
- PEREIRA, W.B.B.; SPINELLI, R.B.; ZEMOLIN, G.P.; ZANARDO, V.P.S. Os impactos da alimentação na prevenção do câncer de mama: uma revisão da literatura. **Revista Perspectiva**, v. 44, n. 165, p. 61-72, 2020.

FACULDADE INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Percepções de alunos do nono ano do ensino fundamental durante o período de aulas remotas e retorno às aulas presenciais

AUTOR

Prof. Esp. Salim Checralla Khayat

ORIENTADOR

Prof. Pós-doutor Ricardo Figueiredo Pinto

1. Introdução

Após as dificuldades causadas pelo implemento de aulas através de meios digitais devido o estado de emergência sanitária que passamos no ano de 2020, as inquietações que surgiram motivaram a elaboração desta pesquisa que tem como justificativa analisar o atual percepção dos alunos em relação à rotina durante o período das aula on-line e o retorno às aulas presenciais da disciplina de Educação Física pelos alunos do 9º ano da escola CSS, em Ananindeua, no Pará.

2. Objetivo

Conhecer a rotina durante o período de aulas on-line;
Indagar a percepção de saúde pelos alunos;
Mensurar a qualidade da alimentação no período de pandemia;
Estimular a auto-avaliação pelos alunos quanto à motivação.

4. Resultados

Os resultados mostram respostas autênticas, uma vez que os alunos não precisavam se identificar, apenas responder de forma mais clara, e honesta, possível as questões abertas.
Houve 100% de adesão ao questionário, mesmo este não sendo obrigatório.

3. Metodologia

A Pesquisa foi desenvolvida através de um questionário com perguntas abertas e fechadas em relação à rotina dos alunos, e sentimento quanto ao retorno às aulas presenciais, percepção de saúde dos mesmos, qualidade de alimentação, e perguntas auto-avaliativas quanto à motivação, passadas no primeiro dia de aula presencial de cada turma.

5. Análise

Participaram da pesquisa 146 alunos, sendo 77 meninos e 69 meninas. Na questão da rotina quanto à permanência em aparelhos eletrônicos, o celular foi responsável por 100% da preferência, onde 127 (87%) permaneciam mais de 6 horas por dia utilizando este recurso. 110 (75%) estudaram menos de 1 hora por dia, 51 responderam "as vezes" e 45 responderam "nenhuma" em relação a assistir as aulas remotas de Educação Física. 120 (82%) se sentem "muito desconfortáveis" para o retorno às aulas presenciais, embora 139 (95%) aleguem sentir "muita" falta das aulas presenciais.

Quantas horas passa ao Celular por dia?



Quantas horas dedica ao estudo por dia?



6. Conclusão

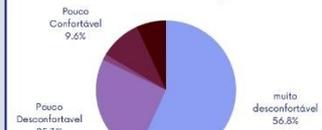
Embora subjetivas, e sem obrigatoriedade de participação ou identificação, as respostas evidenciam a falta de interesse pelos alunos em participar das aulas remotas, por mais falta que sintam da disciplina Educação Física e apreciem passar muitas horas no aparelho celular. Entendemos que faltam formas de melhor utilização para que os alunos possam se interessar pelo conteúdo das aulas, ainda que tenhamos a compreensão que as aulas presenciais são insubstituíveis em sua essência.

Tópicos do questionário

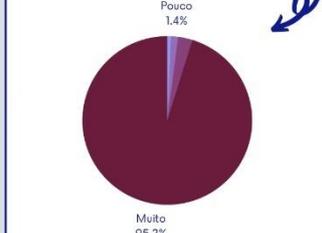


Mais questões podem ser levadas em consideração desta pesquisa. Apresentamos aqui apenas alguns resultados

Como se sente ao retornar presencialmente?



Você sente falta das aulas presenciais de EF?



LITERATURA RELACIONADA

AMANTE, L. Escola e Tecnologias Digitais na Infância.
CARVALHO JR, A. F. P. de. As Tecnologias nas aulas de Educação Física Escolar.
FERREIRA, A. F. Os jogos digitais como apoio pedagógico nas aulas de educação física escolar pautadas no currículo do Estado de São Paulo.
SILVA, R. de C. A. L. O Uso de Tecnologias na Escola e seus Impactos no Processo Educacional.



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
MAESTRIA EM CIENCIAS DE LA EDUCACION

www.fics.edu.py

LIVRO DIDÁTICO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1 - Luciano Barros da Silva, FICS

2 - Ricardo Figueiredo Pinto, FICS

RESUMO

Este estudo objetivou-se em mostrar a historicidade do livro didático pontuando a sua origem e a importância para a vida dos seres humanos, tendo em vista que o livro traz inúmeras vivências e conhecimentos, que poderão ser utilizados em sala de aula.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira no contexto mundial apresenta a característica de formação geral do indivíduo, onde o desenvolvimento do educando tem de permear a concepção dos componentes científicos, tecnológicos, socioculturais e de linguagens. Além de que o indivíduo deve ter presente em todos os momentos de sua formação: o aprender a aprender e o aprender a fazer.

DESENVOLVIMENTO

A discussão acerca do papel das áreas de pesquisa na profissão da Educação Física deve considerar necessariamente o processo de caracterização acadêmica da área. Nos últimos anos, várias são as críticas ao modelo original de disciplina acadêmica da Educação Física, considerando que a maior parte das produções existentes não tem como base a análise do livro didático e/ou de seus conteúdos.

Fugikawa (2006) cita que no âmbito da Educação Física, o livro didático tem dupla importância: primeiro, por constituir-se em um material produzido por professores; segundo, por representar um momento histórico para o Curso, pois subsidia a prática

docente, trazendo reflexões sobre diversos assuntos que constituem o corpo teórico-prático desta área de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A forma de educar nunca foi uma tarefa fácil, mas se conseguirmos nos munir de conhecimento pedagógico, que ajudem a tornar o ambiente educacional mais dinâmico, interativo, criativo e participativo, certamente devemos usá-los. Os livros bem utilizados se tornam uma ferramenta eficaz dentro e fora da sala de aula, porém não podemos nos tornar aprisionado somente no conteúdo que foi estudado, é preciso ter uma visão holística e buscar inúmeras fontes de informações e conhecimentos sempre, para não ficar parado ou alienado no tempo, tendo em vista, que o conhecimento sempre se renova e se modifica a cada dia, por essa razão faz-se necessário que estejamos atualizados para de fato ter o domínio do conteúdo e prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Guia de Livros Didáticos**: PNLD. Secretaria de Educação Básica (SEB). Brasília, Ministério da Educação, 2018. [Portal do FNDE; Guia Digital].

FERNANDES, A. T. C. Livros didáticos em dimensões materiais e simbólicas. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 3, p. 531-545, 2004. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: ago 2021.

FERREIRA, Rita de Cássio Cunha. **A comissão nacional do livro didático durante o estado novo (1937 - 1945)**. Assis 2008.

FREITAG, B. [et al]. **O livro didático em questão**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

Participe do nosso próximo evento!

16 a 19 de dezembro de 2021

**V ENCONTRO CIENTÍFICO DO GRUPO
PESQUISAS & PUBLICAÇÕES - GPS**

**Eixos temáticos: Música, Dança/Samba,
Educação e Saúde Pública.**



HÁ 21 ANOS PRODUZINDO

*Conhecimento
& Ciência*

www.editoracec.org

editora@conhecimentociencia.com

+55 91 99631-3408

APOIO:

